

TRATAMENTO DE ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

VERSIÓN BILINGUE

TRATAMIENTO DE ARCHIVOS
DE DERECHOS HUMANOS
EN AMÉRICA LATINA

Apoio



*Empoderando vidas,
Fortaleciendo nações.*

Realização



Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

TRATAMENTO DE ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

VERSIÓN BILINGUE

TRATAMIENTO DE ARCHIVOS
DE DERECHOS HUMANOS
EN AMÉRICA LATINA

Apoio



*Empoderando vidas.
Fortaleciendo nações.*

Realização



Comissão de Anistia Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

Eugênio Aragão

Secretário Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidente da Comissão de Anistia

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina De Campos Melo

Caroline Proner

Claudinei do Nascimento

Cristiano Otávio Paixão A. Pinto

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

José Carlos Moreira Silva Filho

Juvelino José Strozake

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Paulo Abrão Pires Junior

Prudente José Silveira Mello

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Virgínius José Lianza da Franca

Diretor da Comissão de Anistia

Claudinei do Nascimento

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Tatiana Tannús Grama

Coordenadora-Geral de Gestão Processual

Marleide Ferreira Rocha

Coordenador de Ações Educativas

Alexandre de Albuquerque Mourão

Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes

Carla Osmo

Coordenador de Controle Processual

João Alberto Tomacheski

Coordenadora de Julgamento e Finalização

Natália Costa

Divisão de Informação Processual

Rodrigo Desessards Nelsis

Divisão de Arquivo e Memória

Mayara Nunes de Castro do Vale

TRATAMENTO DE ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

VERSIÓN BILINGUE

TRATAMIENTO DE ARCHIVOS
DE DERECHOS HUMANOS
EN AMÉRICA LATINA

Brasília, 2016

Apoio



*Empoderando vidas.
Fortaleciendo nações.*

Realização



Comissão de Anistia Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO – 2015

Membros plenos

Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) - Guatemala

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) - Argentina

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) - Brasil

Comissão de Anistia - Brasil

Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos - México

Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario - Colômbia

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) - Brasil

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú - Perú

Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) - El Salvador

Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina - Brasil

Memoria Abierta - Argentina

Núcleo de Preservação da Memória Política - Brasil

Observatorio de Justiça Transicional de la Universidad Diego Portales - Chile

Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica - Uruguay

Observatorio Luz Ibarburu - Uruguay

Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFRJ) - Brasil

Universidad de Lanus - Argentina

Membros afiliados

Benjamin Cuéllar

Francesca Lessa

Jo-Marie Burt

SECRETARIA-EXECUTIVA DA RLAJT (2014-2015)

Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenação

José Otávio Nogueira Guimarães (UnB)

Professores – Pesquisadores

Cristiano Paixão (UnB)

Mamede Said (UnB)

Ione de Fátima Oliveira (UnB)

Caroline Proner (UFRJ)

Maria Paula Araújo (UFRJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Pesquisadores -Supervisores

Claudia Paiva Carvalho

Maria Pia Guerra

Pesquisadores

Amanda Nogueira

Ana Carolina Borges

Ana Carolina Couto

Ana Paula Duque

Bárbara Barreto de Carvalho

Carolina Rezende

Diego Rafael de Queiroz

Esther Serruya Weyl

Hellen Freitas

João Pedro Ramalho

Júlia Guerin

Juliana Cavalcante da Silva

Mariana Fioravanti

Mariana Yokoya

Sofia de Faveri

Talita Rampin

341.272 Santos, Shana Marques Prado dos.
S237t Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina =
Tratamiento de archivos de derechos humanos en América Latina /
Shana Marques Prado dos Santos ; tradução para o espanhol :
Guillermo Oscar Abraham. -- Brasília : Ministério da Justiça,
Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
(RLAJT), 2016.

120p.
Versão bilíngüe.
ISBN : 978-85-5506-040-3

1. Direitos humanos – América Latina. 2. Arquivo – América Latina.
3. Justiça de transição. I. Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de
Anistia. II. Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT).

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Agradecemos a Dario Cintra de Negreiros Ribeiro e Rosane Cavalheiro Cruz pelas contribuições que deram a este estudo nas funções que exerciam, à época em que ele foi desenvolvido, na Comissão de Anistia de, respectivamente, Coordenador de Reparação Psíquica e Pesquisa e Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil.

Texto de produção independente:

Esta publicação é resultado de uma consultoria fomentada com recursos de projeto da Comissão de Anistia com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e selecionada por meio de edital público. As opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade da autora e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

APRESENTAÇÃO	9
1.INTRODUÇÃO	13
2. SOBRE OS “ARQUIVOS” E SUA IMPORTÂNCIA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	17
3. O PANORAMA DOS ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA ..	23
3.1. Argentina	23
3.2. Brasil	33
3.3. Chile	42
3.4. Colômbia	45
3.5. El Salvador	52
3.6. Guatemala	57
3.7. Peru	61
4. PRINCÍPIOS E OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS NO TRATAMENTO DE ARQUIVOS	69
4.1. A organização, gestão e preservação dos arquivos públicos	69
4.2. O acesso à informação pública	75
4.2.1. Restrição legítima do acesso à informação	83
4.3. Proteção e preservação dos arquivos privados	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRATAMENTO DE ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA E POSSÍVEIS RECOMENDAÇÕES	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
7. ANEXOS	
7.1. Anexo 1: Programação do Seminário Internacional: Contra a impunidade e o esquecimento: Justiça e arquivos	109
7.2. Anexo 2: Programação do II Congresso Internacional de Justiça de Transição	111
7.3. Anexo 3: questionário	113
7.4. Anexo 4: Recomendações sobre princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos	115

APRESENTAÇÃO

A Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT) é uma iniciativa que reúne militantes e estudiosos da temática da justiça de transição de diferentes países da América Latina. Criada em 2011 por organizações da sociedade civil e entidades públicas atuantes na região, a RLAJT foi concebida com o propósito de facilitar e promover a troca de conhecimentos sobre as experiências locais dos diferentes países e incentivar a produção de um pensamento integrado sobre a temática na América Latina.

No século passado, boa parte das sociedades latino-americanas, com suas particularidades, experimentaram, rupturas institucionais que deixaram sequelas cujo enfrentamento ainda é um desafio para o nosso tempo. Alguns dos Estados representados na RLAJT praticaram de forma coordenada, por meio de intensa troca de informações e operações compartilhadas, graves violações de direitos humanos. Daí a importância de um esforço conjunto no sentido de pensar respostas adequadas a essas práticas e seus duros legados. Esse esforço não se pretende apenas acadêmico, mas também político, porque almeja produzir ganhos reais nos processos de justiça de transição e na afirmação dos direitos humanos em diferentes países do continente.

No Brasil, a Comissão de Anistia, criada em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça para reparar atos de exceção praticados pelo Estado entre 1946 e 1988, desde 2007 ampliou a sua atuação — antes focada na reparação econômica — de maneira a empreender também políticas de reparação simbólica e promoção da memória das graves violações de direitos humanos. Com o fim de aprofundar o processo democrático brasileiro, concebeu e realizou projetos como Caravanas da Anistia, Marcas da Memória, Clínicas do Testemunho, Memorial da Anistia Política do Brasil e Revista Anistia.

Os trabalhos da Comissão de Anistia para levar a efeito a agenda da transição e o enfrentamento da cultura autoritária no Brasil deixaram cada vez mais evidente a necessidade de construção de redes de atores com propósitos comuns, dentro e fora do país. Esse foi o pano de fundo do seu protagonismo na reunião de parceiros nacionais e internacionais para criação da RLAJT.

Em 2013, a RLAJT foi fundada oficialmente, elegeu o seu primeiro Comitê Gestor, instalou a sua primeira Secretaria Executiva (sediada

na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro) e escolheu a Comissão de Anistia para estar à frente da sua primeira gestão. Por meio do projeto “BRA/08/021 – *Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil*”, realizado juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão de Anistia contribuiu para que as atividades da RLAJT fossem impulsionadas em seus anos iniciais.

A RLAJT deliberou, em sua primeira reunião realizada em março de 2014 em Recife, Brasil, que, durante o primeiro biênio, suas atividades seriam organizadas em torno de dois temas centrais: *Judicialização da justiça de transição e Princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos*. Essas atividades teriam como produtos dois encontros internacionais e, para cada um dos temas escolhidos, uma pesquisa e a respectiva publicação, com diagnóstico desenvolvido a partir das experiências dos países representados na RLAJT, além de um documento com recomendações direcionadas a atores públicos e privados ligados aos direitos humanos na América Latina. Duas consultoras foram contratadas pelo PNUD e pela Comissão de Anistia para a produção desses estudos entre abril e julho de 2015, com base em contribuições fornecidas pelos membros da RLAJT.

No primeiro encontro, o Seminário Internacional *Contra a impunidade e o esquecimento: justiça e arquivos*, ocorrido em 1º de junho de 2015, em Brasília, Brasil, os membros da RLAJT apresentaram e debateram as experiências dos respectivos países relativamente aos dois temas orientadores. No encontro seguinte, o II Congresso Internacional de Justiça de Transição, ocorrido em 5 e 6 de novembro de 2015, também em Brasília, os membros da RLAJT aprofundaram propostas para enfrentamento das questões suscitadas pela reflexão sobre a judicialização da justiça de transição e os arquivos de direitos humanos, bem como elaboraram e aprovaram os documentos das recomendações.

* * *

Esta publicação é constituída pelo estudo desenvolvido por Shana Marques Prado dos Santos, como consultora do PNUD e da Comissão de Anistia para a RLAJT, sobre o tema Princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos, e pelo anexo Recomendações sobre princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos (original em espanhol e tradução para o português). Ambos os textos

foram elaborados com a contribuição dos membros da RLAJT e são aqui apresentados em versão bilíngue (original em português e tradução para o espanhol).

Em sociedades marcadas por ditaduras e conflitos civis, os arquivos são uma ferramenta indispensável para enfrentar e desconstruir legados autoritários. A garantia de amplo acesso à informação representa um passo na luta pela superação da cultura de silenciamento e esquecimento das graves violações de direitos humanos.

Reconhecendo a necessidade de compreender os “arquivos de direitos humanos” como um universo que não pode ser delimitado *a priori*, a presente publicação mostra que conjuntos documentais distintos podem contribuir para o esclarecimento e a memória de violações. Revela, igualmente, a diversidade de materiais que são utilizados com essa finalidade na América Latina e como estes carregam significados e pesos diferenciados em cada contexto nacional.

Em um primeiro momento, o estudo parte de informações fornecidas pelas organizações que compõem a RLAJT para apresentar a conjuntura regional em termos de tratamento de arquivos. O texto destaca como elementos de múltiplas ordens tem influência nos avanços e retrocessos vivenciados na abertura e na preservação dos acervos, abordando tanto obstáculos originados nas estruturas normativas dos Estados quanto os decorrentes das práticas dos atores responsáveis pelas instituições arquivísticas. São elencadas, ainda, não só experiências em que se reconhece o valor desses conjuntos documentais para a justiça de transição, como políticas deliberadas de ocultação e destruição de documentos que esclarecem sobre os momentos de violência. O estudo, portanto procura mostrar, a vulnerabilidade destes acervos, bem como os êxitos e fracassos, em sua preservação e seus usos, estimulando a discussão de alternativas e caminhos comuns a serem construídos no âmbito da América Latina.

Em um segundo momento, o trabalho parte de instrumentos internacionais sobre direitos humanos, justiça de transição e política arquivística como referências para debater parâmetros de tratamento de arquivos. São fornecidas orientações a respeito das instituições responsáveis pela administração dos acervos, dos princípios essenciais à preservação dos materiais e das diretrizes mínimas para a garantia do direito de acesso à informação. Por fim, ao diagnosticar questões convergentes entre os países latino-americanos, o estudo propõe medidas a serem adotadas pelos Estados com o objetivo de aprimorar o cenário apresentado.

Assim, ao possibilitar contato com a situação dos arquivos de direitos humanos na região e traçar alguns nortes para a reflexão sobre o tratamento que deve ser dado a esse material, o estudo colabora para a articulação

de uma pauta comum entre atores que representam a sociedade civil e o Estado. Espera-se, sobretudo, que este texto, juntamente com os relatórios anuais da RLAJT e com o estudo *Judicialização da justiça de transição na América Latina*, incentive conquistas nas agendas nacionais e regionais da justiça de transição e dos direitos humanos.

Paulo Abrão

Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

José Otávio Nogueira Guimarães

Professor da Universidade de Brasília e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição

Brasília, janeiro de 2016.

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo é resultado da consultoria sobre “Princípios e obrigações no tratamento de arquivos relativos aos direitos humanos”¹, com enfoque em países selecionados da América Latina, desempenhada no âmbito da Comissão de Anistia (“CA”). A pesquisa se insere no Projeto de Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) denominado: “Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de justiça transicional do Brasil”, que possibilitou a criação da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT ou “Rede”) em 2011. Até o final de 2015, o Comitê Gestor da RLAJT foi presidido pela Comissão de Anistia e sua Secretaria Executiva partilhada pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fruto de articulações da CA com atores locais e internacionais, a Rede almeja promover a troca de conhecimentos e experiências no campo da justiça de transição na América Latina. Coaduna-se com o propósito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/08/021 de fortalecer as capacidades de elaboração e execução de políticas da Comissão de Anistia que promovam trocas institucionais para a correção de rumos e aperfeiçoamento de suas ações, fortalecendo, assim, o programa de reparações brasileiro e incentivando o florescimento de mecanismos de justiça de transição em escala global.

Nesse sentido, a consultoria em questão foi concebida para: “i) esclarecer as obrigações que os Estados possuem no tratamento de arquivos de direitos humanos; ii) conhecer a conjuntura de países da região latino-americana na temática, propiciando o cruzamento de realidades entre eles e; por fim, iii) formular recomendações de parâmetros mínimos a serem adotados pelos Estados a fim de aprimorar a administração desses arquivos”².

Em escala regional, as experiências de países na América Latina indicam a necessidade de diálogo e cooperação na temática de abertura e administração dos arquivos, à medida que as legislações e práticas institucionais reproduzem políticas centradas no sigilo, legatárias dos períodos de exceção. Ademais, a situação de fragilidade em que se

1. Termo de Referência nº 140615 - Contratação De Consultor – Pessoa Física Modalidade Produto.

2. Termo de Referência nº 140615 - Contratação De Consultor – Pessoa Física Modalidade Produto.

encontram valiosos acervos, originados tanto em períodos autoritários quanto em democráticos, demonstra que devem ser pensadas medidas de aprimoramento do acesso e da difusão de seu conteúdo, de forma a fortalecer o controle público sobre eles. A obtenção dos arquivos sob poder do Estado constitui um desdobramento do direito de acesso à informação, direito humano essencial em uma sociedade democrática e, além disso, os dados contidos nos arquivos se traduzem em ferramentas para o exercício de outros direitos individuais e coletivos. Eles abrigam testemunhos que auxiliam no processo de reconstrução da história e ressignificam a memória e a verdade, aprofundando e consolidando a democracia.

Diante da delimitação do trabalho em relação aos “arquivos de direitos humanos”, é preciso, primeiramente, ressaltar que esta não é uma categoria previamente estabelecida, e sim construída a partir de reflexões sobre o papel dos arquivos na efetivação, esclarecimento e memória de violações de direitos humanos. Compreende-se que a mera possibilidade de utilização de um material para estas finalidades é suficiente para que seja contemplado nesta categoria e, portanto, destinatário do tratamento discutido no texto. Logo, a pesquisa não pretendeu se limitar aos documentos de instituições tradicionalmente voltadas à memória, verdade e justiça das graves violações de direitos humanos.

Sobre considerar os arquivos produzidos por instituições repressivas do Estado como material de importância aos direitos humanos, Marcelo Cattoni³ alerta ser fundamental tomar esses documentos como dados brutos cuja interpretação deve ser realizada em relação ao seu contexto de produção. Cattoni enfatiza que estes arquivos foram criados com uma finalidade específica dentro de uma lógica repressiva, sendo necessário reconhecer a estrutura, a forma e a perspectiva sob a qual eles foram produzidos para poder analisá-los e desconstruí-los. Assim, é, a partir desta ressalva e do critério anteriormente desenhado, que se inclui na pesquisa os arquivos da repressão como materiais que devem ser objeto de preservação adequada e amplo acesso.

Para discorrer sobre o tratamento dos arquivos de direitos humanos nos casos concretos dos países integrantes da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, foi estabelecida uma cooperação com as organizações e membros individuais integrantes da RLAJT. Com o intuito de não restringir o rol de acervos relevantes à pesquisa, foi submetido aos membros da

3. Exposição oral no Workshop: “Definição das Recomendações da RLAJT sobre Princípios e obrigações no tratamento de arquivos na América Latina” do II Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição *Contra a Impunidade e o esquecimento: recomendações sobre justiça e arquivos*, realizado em Brasília, 5 de novembro de 2015.

RLAJT um questionário⁴ cujas perguntas orientaram ao olhar pretendido sobre os arquivos. As informações dos especialistas foram fornecidas tanto por meio de exposições orais no I Seminário Internacional da RLAJT “*Contra a impunidade e o esquecimento: justiça e arquivos*”⁵, quanto por comunicações individuais com seus representantes. Também foram colhidas complementações no II Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição “*Contra a impunidade e o esquecimento: recomendações sobre justiça e arquivos*”⁶.

Com a metodologia exposta, foi possível levantar e sistematizar dados dos seguintes países, representados, respectivamente, pelas seguintes organizações/membros individuais⁷: Argentina - *Memoria Abierta*; Brasil - Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (Idejust), e Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (CTJ/UFGM); Chile - *Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales*; Colômbia - *Universidad Del Rosario*; El Salvador - *Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA)*, e Benjamín Cuéllar; Guatemala - *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA)*; e Peru - *Instituto de Democracia y Derechos Humanos (IDEHPUCP)*.⁸

A partir do panorama latino-americano, o Estudo sistematiza os deveres que os Estados possuem na matéria, examinando os instrumentos internacionais e regionais que estabelecem diretrizes no tratamento de arquivos e de acesso à informação. Em especial, aqueles provenientes do Sistema Universal de Direitos Humanos, do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e

4. Anexo 3.

5. Realizado no dia 1º de junho de 2015, em Brasília. Para mais informações, ver Anexo 1.

6. Realizado no dia 5 de novembro de 2015, em Brasília. Para mais informações, ver Anexo 2.

7. As interlocuções com os membros da RLAJT para elaboração deste Estudo foram realizadas com os seguintes especialistas em justiça de transição, aos quais direciono meus agradecimentos: Celina Flores, Valeria Barbuto, Marcelo Cattoni, Emilio Peluso Neder Meyer, Boris Hau, Lorenzo Acosta, Marisol Hernandez, Benjamín Cuéllar, Edgar Pérez, Iris Jave, Claudia Estrada, Felix Reategui e Raúl Oliveira Alfaro.

8. O Uruguai esteve representado apenas no II Encontro Anual da RLAJT, motivo pelo qual não foi possível reunir informações suficientes para a realização da primeira etapa da pesquisa. Não obstante, agradeço a colaboração do Observatório Luz Ibarburu – na pessoa de Raúl Oliveira Alfaro – por sua participação na discussão do presente texto. Ademais, cabe mencionar e agradecer a colaboração de outros atores com destacado conhecimento e relevante atuação na temática: Rosa Palau – Coordenadora do *Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* da *Corte Suprema de Justicia* do Paraguai; Jessie Jane Vieira de Sousa – Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-Diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; André Saboia – Ex-Secretário Executivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e Coordenador do Órgão de Organização de Acervo da CNV e Transferência ao Arquivo Nacional; Victória Lavinia Grabois – Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro; e Vivien Ishaq – Coordenadora Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

documentos elaborados por especialistas para Organizações Internacionais e Organizações não Governamentais.

Ao trabalhar a disponibilização desse material na sociedade – os parâmetros e formatos mínimos de organização, administração e acesso aos arquivos – adentra-se em algumas questões referentes às políticas arquivísticas. Temas como as instituições responsáveis pela tutela desse patrimônio documental, as restrições legais de acesso à informação e a atuação do Poder Público com respeito aos arquivos privados de interesse público são aspectos que afetam diretamente o quão livre é o acesso aos arquivos de direitos humanos.

Feitos esses levantamentos e reflexões, são delineadas algumas recomendações de adequação do cenário latino-americano aos parâmetros internacionais de gestão e fornecimento de acesso. Estas sugestões tiveram como objetivo nortear o debate inicial dos membros da RLAJT, no seu II Encontro Anual, na elaboração de um documento de recomendações sobre melhores práticas no tratamento de arquivos que documentam períodos de graves violações de direitos humanos.⁹

9. Após discussões realizadas neste evento e na Assembleia promovida na mesma oportunidade, a Rede Latino-Americana de Justiça de Transição aprovou um documento de recomendações na temática, que consta como anexo do presente trabalho.

2. SOBRE OS “ARQUIVOS” E SUA IMPORTÂNCIA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Diferentes semânticas são atribuídas ao termo “arquivo” por atores e documentos internacionais. Algumas definições giram em torno da finalidade e do valor dos documentos, outras consideram fatores diversos, como a idade, o conteúdo e a instituição que os produz para diferenciar o destino e tratamento que lhes deve ser dado.

O Conselho Internacional de Arquivos (ICA) – Organização não Governamental com a missão de “*administrar de maneira eficaz os arquivos e sua conservação, o tratamento e o uso do patrimônio de arquivos no mundo*”¹⁰ – entende-os como: “*subprodutos documentais da atividade humana armazenados em razão do seu valor a longo prazo*”¹¹. Dentre as suas características, a ONG destaca que podem ser apresentados nos mais diversos formatos e mídias. Não é necessário que seja um documento antigo, apenas que não tenha mais o uso para o qual foi criado, devendo ser conservados apenas os documentos de valor histórico a longo prazo. Ainda que não tenha sido criado com o propósito explícito de ser um documento histórico, sua importância reside em ser um registro da época.¹²

A Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), aprovada na Assembleia Geral do ICA de 17 de setembro de 2010 e adotada pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) na 36ª sessão da sua Conferência Geral, afirma que os

“Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. [...] Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva.”¹³

10. Tradução livre. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Una introducción a nuestra organización*. Disponível em: <<http://www.ica.org/102/about-ica/an-introduction-to-our-organization.html>>. Acesso em: 16/07/2015.

11. Tradução livre. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *About records, archives and the profession*. Disponível em: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acesso em: 03/05/2015.

12. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *About records, archives and the profession*. Disponível em: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acesso em: 03/05/2015.

13. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Declaração Universal Sobre Os Arquivos*. 2010. Disponível em: <http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acesso em: 05/05/2015.

O documento reconhece também: “o caráter singular dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e intelectuais e como um reflexo da evolução das sociedades”; “o caráter fundamental dos arquivos no apoio à condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteção dos direitos dos cidadãos, fundamentação da memória individual e coletiva, compreensão do passado, documentação do presente e orientação das ações futuras”; “a diversidade dos arquivos ao registrarem todas as áreas da atividade humana” bem como “a multiplicidade de suportes e formatos em que os documentos são produzidos, incluindo papel, audiovisual, digital e outros”.

Considerando que a expressão “arquivos de direitos humanos” denota ainda um conjunto imensurável de acervos em poder do Estado e de particulares, faz-se necessário delimitar o escopo da pesquisa, atentando para as missões da Comissão de Anistia e da RLAJT. Muito além de uma atuação na esfera individual das vítimas do regime autoritário brasileiro, o órgão brasileiro tem o mandato de aprofundar o processo democrático do país por meio de políticas públicas que se orientem pelos pilares da justiça de transição. A Rede, por sua vez, “tem como objetivo principal facilitar e promover a comunicação e troca de conhecimentos no campo da justiça de transição na América Latina, bem como dar visibilidade às experiências de países na região”¹⁴.

Assim, a investigação assume contornos norteados pelas *quatro dimensões fundamentais* de um processo transicional: “(i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e a construção da memória, (iii) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei e (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos”¹⁵.

Especialmente, José Eduardo Cardozo e Paulo Abrão ressaltam como

“nenhuma democracia pode ser construída sob as bases do esquecimento. A negação da verdade sobre o passado, bem como a imposição de uma falsa verdade, manipulada, que sufoque as memórias insurgentes do social, são, em si, obstáculos à democracia plena”¹⁶.

14. Para mais informações: <<http://rlajt.com/historia-e-objetivo>>.

15. ZALAQUETT, José. La reconstrucción de la unidad nacional y el legado de violaciones de los derechos humanos. Revista *Perspectivas*, p. 20, citado por ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. *As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça*. In: A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

16. CARDOZO, José Eduardo; ABRÃO, Paulo. O Guardião Da Memória: As Políticas Públicas De Memória Do Ministério Da Justiça Do Brasil. p. 13. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 6 (jul. / dez. 2011). – Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

Neste contexto, o Estudo refere-se aos “arquivos de direitos humanos” como aqueles que contribuem à efetivação, esclarecimento e memória de violações de direitos humanos. Observando o mandato dos atores envolvidos na discussão do presente trabalho, especial atenção é dada aos materiais que documentam períodos autoritários ou de graves violações de direitos humanos, sendo contemporâneos a esses momentos ou frutos de relatos ou investigações posteriores sobre os fatos. Entende-se que o acesso a esses documentos possibilita a obtenção de informações essenciais ao aprimoramento democrático. Eles tornam direitos operacionalizáveis e ajudam a sociedade a entender determinados cursos de sua história e identidade, auxiliando na educação e construção de uma memória.

Antonio Gonzalez Quintana, especialista responsável por atualizar, em 2009, o Relatório preparado pela UNESCO e ICA sobre *gestão de arquivos dos órgãos de segurança estatais dos extintos regimes repressivos* (“Relatório da UNESCO e ICA” ou “Relatório sobre arquivos da repressão”) também destaca o poder dos arquivos no exercício de direitos. Neste documento, preparado a partir da colaboração de profissionais de diversos países, é afirmado que, além da enorme dimensão histórica, os arquivos podem gerar repercussões sociais, sendo um “serviço de primeira magnitude”¹⁷.

O “direito de saber” trabalhado por Louis Joinet no *Relatório final sobre a questão da impunidade dos autores de violações dos direitos humanos (direitos civis e políticos)*, de 1997 – documento elaborado a pedido da Comissão de Direitos Humanos da ONU – abarca tanto um direito individual da vítima e de seus familiares de saber o que aconteceu, quanto um direito coletivo do povo de conhecer sua história para evitar a reprodução de violações no futuro¹⁸. Dentre as medidas necessárias para dar efetividade a este direito, Joinet coloca o dever do Estado de preservar os arquivos relacionados às violações de direitos humanos¹⁹.

17. Tradução livre. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 36.

18. ONU, Comissão de Direitos Humanos. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G97/129/15/PDF/G9712915.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 13/05/2015. P. 5-6, Par. 17.

19. ONU, Comissão de Direitos Humanos. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G97/129/15/PDF/G9712915.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 13/05/2015. P. 6, Par. 18.

Admite-se que quaisquer arquivos que elucidem os matizes de um projeto de Estado autoritário ou os contextos em que graves violações de direitos humanos foram perpetradas estejam abarcados neste conceito, podendo ser oriundos de: braços repressivos do Estado, de órgãos investigativos que buscam esclarecer tais ocorridos, da sociedade civil organizada, de indivíduos, entre outras hipóteses, contanto que auxiliem na compreensão do desenvolvimento de autoritarismos e na construção de uma cultura de direitos humanos. A preservação desse material tem relação intrínseca com a adoção de medidas de prevenção, investigação, responsabilização e reparação de violações de direitos humanos – compromissos firmados pelos países da Rede em diversos tratados internacionais e fixado em diversas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos²⁰.

Em 2005, a Especialista Independente Diane F. Orentlicher foi encarregada pela Organização das Nações Unidas (ONU) de atualizar o Conjunto de Princípios para a luta contra a impunidade elaborado originalmente por Louis Joinet. No documento, Orentlicher registra que a preocupação primordial foi direcionada aos arquivos que estão sob o poder de órgãos estatais e dizem respeito a períodos de uma grande repressão²¹.

Importante acrescentar as considerações do Relatório da UNESCO e ICA sobre o que o termo “repressão” abrange:

“Hemos de hacer extensivo el concepto no sólo a las ideas políticas sino a todo el ámbito de la ideología y las conductas personales: religión, pensamiento filosófico, conducta sexual y demás libertades reconocidas por la Declaración Universal de Derechos Humanos [...]”²²

Quintana pontua como relevantes os arquivos das instituições criadas pelo regime repressivo e voltadas à sua sobrevivência, tais como: os serviços de inteligência, os corpos paramilitares, os tribunais especiais,

20. A obrigação estatal de prevenir, investigar e punir violações de direitos reconhecidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos foi reconhecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos como dever implícito do compromisso de garantir o exercício dos direitos previstos no tratado desde o seu primeiro julgamento de mérito. Para mais informações ver: CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Mérito. Sentença de 29 de julho de 1988. Serie C No. 4, par. 166.

21. ONU, Comissão de Direitos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acesso em: 10/05/2015.

22. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 126.

os campos de concentração, as prisões especiais, os centros psiquiátricos para a “reeducação” e outros. Mas também os das instituições tradicionais à administração pública que seguem existindo com o fim desses regimes, como: a Inteligência, as Forças Armadas, a Polícia e as Forças de Segurança, os Serviços Penitenciários, os Tribunais ordinários e os Órgãos da Administração Civil.

Mesmo não estando listado neste rol, o Relatório de Quintana acentua²³ que os arquivos dos partidos que sustentaram regimes não democráticos são de extrema importância pois, em muitos casos, foram elementos constitutivos da sua própria estrutura político-administrativa. Assim, medidas legislativas que se voltem à titularidade, custódia e administração deste patrimônio documental devem ser um dos pilares da política arquivística dos processos transicionais.

Ademais, Diane Orentlicher reconhece também o valor dos materiais documentais produzidos pelas comissões da verdade, que se proliferaram nos últimos anos. Por fim, o documento menciona que os arquivos não oficiais, reunidos por: governos estrangeiros, ONGs nacionais e internacionais, universidades e organizações internacionais; também devem ser objeto de respeito e proteção estatais em razão do papel que desempenham no direito de conhecer a verdade acerca das violações de direitos humanos.

A diversidade de contextos na América Latina exige também uma reflexão acerca de quais outras espécies de arquivos são relevantes aos múltiplos processos transicionais além dos materiais que documentam as violações de direitos humanos. Em especial, o esclarecimento de violações promovidas em situações de guerra civil e pelo crime organizado apresenta desafios por inúmeros motivos, dentre eles a dificuldade de se delimitar quais são as entidades produtoras das informações relevantes e a falta de mecanismos que garantam a preservação e o acesso a esse material. Assim, apesar de se guiar pelos marcos estabelecidos nos documentos internacionais anteriormente mencionados, o presente estudo reconhece a importância de um conceito amplo de “arquivos de direitos humanos”. É, portanto, a partir dessas reflexões que foram elaborados os questionamentos aos membros da RLAJT, com o fim de traçar o panorama regional, e pesquisadas as obrigações estatais relacionadas ao tratamento de arquivos.

23. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 89.

3 O PANORAMA DOS ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

Para que fosse realizado um mapeamento mínimo da conjuntura regional no tratamento de arquivos relacionados a direitos humanos, foi elaborado um instrumento de coleta de dados dirigido aos diversos integrantes da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição²⁴.

Pretendeu-se levantar informações, em cada país, sobre: a organização institucional do patrimônio arquivístico, a regulação do direito de acesso à informação, as possibilidades de restrição ao acesso aos arquivos, as práticas das instituições arquivísticas e a judicialização do acesso aos arquivos. Composta por perguntas abertas, a versão preliminar do questionário foi submetida à Rede para que o instrumento pudesse ser construído coletivamente pelos diversos especialistas em justiça de transição.

As questões nortearam as apresentações dos membros da RLAJT no workshop: “Princípios e obrigações no tratamento de arquivos: experiências comparadas” do I Seminário Internacional da Rede, sendo o principal insumo para a elaboração de um texto sobre cada país. A metodologia escolhida estabeleceu elementos comuns para que houvesse um diálogo e troca de conhecimento entre os expositores, mas possibilitou que fossem explorados pontos diversos, respeitando, assim, as especificidades dos respectivos cenários nacionais.

3.1 Argentina

Durante os anos de 1976 a 1983, a Argentina enfrentou uma ditadura militar em que graves violações de direitos humanos foram perpetradas de forma sistemática pelas Forças Armadas e Forças de Segurança. O terrorismo de Estado, denunciado por organizações da sociedade civil ao longo do período, passou a ser investigado com a redemocratização do país. Em dezembro de 1983, foi instituída a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) com a finalidade de averiguar o paradeiro dos desaparecidos e, no período seguinte, foram realizados julgamentos das três primeiras juntas militares e de oficiais e suboficiais que tiveram participação nos atos criminosos.

24. Ver Anexo 3.

No ano de 1986, e subsequentes, foram aprovadas as leis de *Punto Final e Obediencia Debida* que obstaculizavam a persecução penal dos envolvidos nas violações de direitos humanos ocorridas na ditadura. Apesar disso, a mobilização da sociedade em diversas instâncias buscou o reconhecimento do direito à verdade e o fim da impunidade, promovendo importantes momentos da transição argentina. Os *juicios por la verdad*, a declaração de inconstitucionalidade das leis de impunidade, os processos de reparação civil, entre outras medidas, permitiram a elaboração e reunião de uma imensa quantidade de informações sobre o período autoritário e os direitos humanos nesse contexto.

No país, o que se conhece como “Arquivos da repressão” engloba diversos fundos documentais produzidos tanto pelo Estado com um fim persecutório, quanto a partir da busca de informações sobre os desaparecidos realizada pela sociedade civil e/ou pelo Estado (pós-ditadura). Os documentos contêm registros sobre as atividades de repressão, o monitoramento de organizações e indivíduos e sobre a lógica da burocracia das instituições que levaram adiante o terrorismo de Estado²⁵.

A tabela a seguir²⁶ sistematiza a grande variedade de arquivos que fornecem informações sobre as violações de direitos humanos durante a última ditadura militar argentina:

25. Ver CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Felix. Justiça de Transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>. Acesso em: 09/05/2015.

26. Tabela elaborada com base no material cedido por Celina Flores para o Workshop: “O papel dos arquivos na justiça de transição” do Seminário Internacional: Contra a Impunidade e o esquecimento: Justiça e Arquivos, realizado em Brasília, 1º de junho de 2015.

Instâncias de organização institucional do Patrimônio Arquivístico Argentino relacionado às violações de direitos humanos ocorridas na última ditadura militar			
	Tipo de Acervo	Entidade produtora do Arquivo	Responsável pela preservação
Arquivos Públicos	Instituições estatais específicas sobre a repressão que não existem mais	<i>Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires</i>	<i>Comisión provincial por la Memoria Buenos Aires</i>
		<i>Dirección de Inteligencia de la Policía de Córdoba</i>	<i>Archivo Provincial de la Memoria Córdoba</i>
		<i>Dirección General de Informaciones de Santa Fe</i>	<i>Archivo Provincial de la Memoria Sta. Fe</i>
	Instituições estatais burocráticas	<i>Ministerio de Defensa</i> (Forças Armadas)	<i>Ministerio de Defensa</i> (Forças Armadas)
		<i>Ministerio de Seguridad</i> (Forças de Segurança Federales)	<i>Ministerio de Seguridad</i> (Forças de Segurança Federales)
	Processo de Verdade, Memória e Justiça	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP)	Arquivos Secretaría de Derechos Humanos => Archivo Nacional de la Memoria
		Documentos de leis reparatórias	Secretaría de Derechos Humanos => Archivo Nacional de la Memoria
Processos judiciais	<i>Juicio Juntas Militares</i>	Poder Judicial sem especificidade em relação a crimes de lesa humanidade	
Arquivos privados de interesse público		Fondos documentais dos Organismos de Direitos Humanos	Organismos de Direitos Humanos
		Fondos pessoais	Centros de documentação - Biblioteca Nacional

O regramento principal sobre arquivos públicos é a *Ley Nacional de Archivos* – Lei nº 15.930/1961. A norma regula o funcionamento do *Archivo General de la Nación*, um organismo que tem a finalidade reunir, ordenar e conservar a documentação pública do Estado nacional ou documentação privada que lhe for entregue. A normativa recai sobre todos os arquivos das secretarias de Estado e organismos descentralizados da Nação, sendo atribuída à instituição a função de inspecionar os arquivos administrativos do Poder Executivo e de armazenar cópias da documentação proveniente do exterior ou das províncias que digam respeito à história nacional Argentina.

Ainda sobre a documentação pública que deve ser entregue, é estabelecido um recorte temporal que determina o deslocamento ao órgão de todos os arquivos que ultrapassassem os últimos trinta anos. É determinado, também, que a cada cinco anos, deve ocorrer uma nova entrega de documentos.

A lei enumera quais documentos considera como de valor histórico, estabelecendo sobre eles restrições em termos de circulação e a possibilidade

de reivindicação da sua propriedade pelo Poder Público em determinadas hipóteses. Seriam eles:

- a. Os relacionados a assuntos públicos expedidos por autoridades civis, militares ou eclesiásticas, assinados ou não, originais, cópias ou rascunhos, assim como selos, livros, registros e, em geral, tudo que pertenceu a escritórios públicos ou auxiliares do Estado e tenham uma antiguidade maior que trinta anos;
- b. Os mapas, planos, cartas geográficas e marítimas com antiguidade superior a cinquenta anos;
- c. As cartas privadas, diários, memórias, autobiografias, comunicações e outros atos particulares e utilizáveis para o conhecimento da história pátria;
- d. Os desenhos, pinturas, e fotografias referentes a aspectos ou personalidades do país;
- e. Os impressos cuja conservação seja indispensável para o conhecimento da história Argentina; e
- f. os de procedência estrangeira relacionados à Argentina ou a fatos de sua história, similares aos enumerados nos incisos anteriores.”²⁷.

De acordo com a lei n. 15.930, cabe ao *Archivo General de la Nación* solicitar a particulares e instituições privadas informações acerca de documentos de valor histórico em seu poder e propor ao Poder Executivo a expropriação de documentos por utilidade pública. Na hipótese de dissolução ou extinção de entidades com personalidade jurídica e de associações civis, seus arquivos e livros podem ser encaminhados tanto a este órgão quanto ao arquivo geral da província que lhes corresponda. Ainda segundo a norma, a circulação desses documentos ao exterior é restrita à aprovação do *Archivo General* e os particulares detentores de arquivos dessa natureza devem informar ao órgão – ou ao arquivo da província – de sua existência para que sejam inventariados. É determinado como condição para a manutenção da posse desses arquivos que os possuidores os mantenham em condições adequadas de conservação. Também é possível que documentos privados sejam depositados na instituição sem consulta ao público, se for desejo dos seus depositantes.

Apesar da *Ley Nacional de Archivos* destinar os arquivos do Executivo ao *Archivo General*, destaca-se a criação de diversos tipos de instituições para albergar os fundos documentais vinculados às ações repressivas do Estado em tempos de interrupção da ordem constitucional. Ao longo do processo transicional argentino, diversos acervos foram sendo encon-

27. Tradução livre do Artigo 16 da Da Ley N° 15.930 de Outubro, 5 de 1961.

trados ou abertos e, como soluções mais imediatas, foram criadas, no âmbito estadual, instituições específicas de trabalho com memória com a incumbência de geri-los. Em especial, diversas instituições do regime autoritário que não mais existem no atual regime tiveram arquivos descobertos fora das dependências de onde deveriam estar. Como exemplo de uma experiência positiva, tem-se o arquivo da *Dirección de la Policía de Buenos Aires*, o qual possui uma medida cautelar na justiça e teve sua administração transferida à *Comisión Provincial por la Memoria de Buenos Aires*. Este foi um dos primeiros acervos utilizados pelas vítimas para promover medidas de justiça e de reparação.

Outro acervo público que merece destaque é o da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Com a sua dissolução em 1984, a recém-criada *Subsecretaría de Derechos Humanos* foi encarregada, dentre outras funções, de sistematizar os dados reunidos pela comissão e ter a custódia da documentação pertinente. Este arquivo foi transferido, no ano de 2003, ao *Archivo Nacional de la Memoria (ANM)*, criado com a incumbência de

“obter, analisar, classificar, duplicar, digitalizar e arquivar informações, testemunhos e documentos sobre as violações de direitos humanos e liberdades fundamentais em que haja responsabilidade do Estado Argentino e sobre a resposta social e institucional ante essas violações”²⁸.

Além da documentação da CONADEP, foram encaminhados a este arquivo os que estavam sob tutela da Secretaria de Direitos Humanos sobre as leis reparatórias 24.043, 24.411 y 25.192. O *Archivo Nacional* tem como atribuições:

- a) Contribuir para manter viva a história contemporânea do nosso país e suas lições e legados nas gerações presentes e futuras.
- b) Proporcionar um instrumento necessário na busca da verdade, da justiça e da reparação ante as graves violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.
- c) Fomentar o estudo, pesquisa e difusão da luta contra a impunidade e pelos direitos humanos e de suas implicações nos planos normativo, ético, político e institucional.
- d) Preservar informações, testemunhos e documentos necessários para estudar o condicionamento e as consequências da repressão ilegal e o terrorismo de Estado na República Argentina, sua coordenação

28. Tradução livre do Artigo 1º do Decreto 1259/2003.

com os países do cone sul e suas demais manifestações no exterior e contribuir para a coordenação regional e sub-regional dos arquivos de direitos humanos.

- e) Desenvolver os métodos adequados, incluída a duplicação e digitalização dos arquivos e a criação de uma base de dados, para analisar, classificar e arquivar informações, testemunhos e documentos, de maneira que possam ser consultados pelos titulares de um interesse legítimo, dentro do Estado e a sociedade civil, como um todo conforme à Constituição, aos instrumentos internacionais de direitos humanos e às leis e regulamentos em vigência.
- f) Ajudar na prevenção das violações dos direitos humanos e no dever de garantia do Estado no que se refere à prevenção, investigação, julgamento, castigo e reparação das graves violações dos direitos e liberdades fundamentais.
- g) Criar um poderoso instrumento pedagógico para tornar realidade o imperativo de “NUNCA MAIS” frente a condutas aberrantes expressado abertamente pelos cidadãos ao serem restabelecidas as instituições democráticas depois da ditadura militar instaurada em 24 de março de 1976.”²⁹

Reconhecendo o as experiências de recuperação da memória histórica realizadas pela *Comisión Provincial de la Memoria de la Provincia de Buenos Aires*, pelo *Museo de la Memoria* da cidade de Rosario, e pela “*Mansion Sere*” na Municipalidade de Moron, na Província de Buenos Aires, o Decreto n. 1259/2003 também propõe a colaboração do ANM às iniciativas do *Memoria Abierta* e de outras organizações com programas neste sentido.

Assim, observa-se o início de uma mudança de mentalidade em termos de legislação arquivística. A preocupação com o uso dos arquivos na promoção de memória, verdade e justiça transparece na norma, assim como a consonância com parâmetros de respeito, prevenção e reparação aos direitos humanos. Para este fim, a lei confere ao Presidente do *Archivo Nacional de la Memoria* a prerrogativa de acessar diretamente os arquivos dos organismos integrantes da administração centralizada e descentralizada do Poder Executivo Nacional, incluindo as Forças Armadas e de Segurança. Além disso, é determinado que estes órgãos devem enviar todas informações, testemunhos e documentos relacionados à matéria de competência do ANM.

Acerca da possibilidade de consulta aos arquivos públicos anteriormente discutidos, registra-se que o acesso à informação pública como

29. Tradução livre do artigo 3º do Decreto 1259/2003.

um direito fundamental não é previsto expressamente na Constituição Argentina. No entanto, seu reconhecimento e garantia é dado nos dispositivos constitucionais que asseguram: o direito à liberdade de expressão, o direito de aprender, o direito de ter informação ambiental, o direito de ter informação adequada e veraz enquanto consumidor, a hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos, entre outros. Não há, no país, uma lei nacional que preveja o acesso à informação, tendo sido aprovado, em 2003, o Decreto 1172 para regular a matéria.

Denominado Decreto de *Acceso a La Informacion Pública*, o texto aprova uma série de regulamentações com o intuito de trazer mais transparência no âmbito da administração pública argentina. São eles: o *Reglamento General de Audiencias Públicas para el Poder Ejecutivo Nacional*; o *Reglamento General para la Publicidad de la Gestión de Intereses en el ámbito del Poder Ejecutivo Nacional*; o *Reglamento General para la Elaboración Participativa de Normas*; o *Reglamento General del Acceso a la Información Pública para el Poder Ejecutivo Nacional*; e o *Reglamento General de Reuniones Abiertas de los Entes Reguladores de los Servicios Públicos*.

O *Reglamento General del Acceso a la Información Pública para el Poder Ejecutivo Nacional*, em especial, prevê a possibilidade do cidadão requerer, consultar e receber informação de: organismos, entidades, empresas, sociedades, dependências e todo ente sob jurisdição do Poder Executivo Nacional; e também: das organizações privadas que receberam subsídios ou aportes provenientes do setor público nacional, das instituições ou fundos cuja administração, guarda ou conservação esteja a cargo do Estado Nacional através de suas jurisdições ou entidades e das empresas privadas a quem se tenha outorgado a prestação de um serviço público ou a exploração de um bem público mediante permissão, licença, concessão ou qualquer outra forma contratual.

Regido pelos princípios de igualdade, publicidade, celeridade, informalidade e gratuidade, o Decreto considera como informação que deve ser prestada:

“Todo registro em documentos escritos, fotográficos, gravações, suporte magnético, digital ou em qualquer outro formato e que tenha sido criado ou obtido pelos sujeitos mencionados no artigo 2º ou que disponha ou esteja sob seu controle, ou cuja produção tenha sido financiada total ou parcialmente pelo erário público, ou que sirva de base para uma decisão de natureza administrativa, incluindo as atas das reuniões oficiais”³⁰.

30. Tradução livre do artigo 5º do Decreto 1172/2003.

É estabelecido que a solicitação de informação deve ser realizada por escrito, identificando o requerente, mas sem exigir nenhuma outra formalidade ou o propósito da requisição. A resposta deve ser fornecida em um prazo máximo de dez dias, que somente pode ser prorrogado por mais dez dias, sob circunstâncias excepcionais fundamentadas e explicitadas antes do vencimento do prazo. Os detentores da informação devem mantê-la de forma organizada, sistematizada e disponível de forma a facilitar o seu amplo acesso. O sujeito requerido somente pode negar-se a brindar a informação objeto da solicitação fundamentando-se na sua não existência – quando sua produção não for obrigatória pelo Estado – ou se for uma das exceções admitidas pela lei. Ainda assim, a denegação deve ser realizada por um funcionário de hierarquia específica e os cidadãos dispõem de um recurso judicial se a demanda não tiver sido satisfeita ou se a resposta tiver sido ambígua, parcial ou inexata.

O Decreto 1172/2003 prevê as seguintes circunstâncias como hipóteses em que pode haver negativa da solicitação:

- “a) Informação expressamente classificada como reservada, especialmente a referente a segurança, defesa ou política exterior;
- b) informação que possa pôr em perigo o correto funcionamento do sistema financeiro ou bancário;
- c) segredos industriais, comerciais, financeiros, científicos ou técnicos;
- d) informação que comprometa os direitos ou interesses legítimos de um terceiro obtida em caráter confidencial;
- e) informação preparada pelos sujeitos mencionados no artigo 2º dedicados a regular ou supervisionar instituições financeiras ou preparada por terceiros para ser utilizada por aquelas e que se refira a exames de situação, avaliação de seus sistemas de operação ou condição de funcionamento ou a prevenção ou investigação da legitimação de ativos provenientes de ilícitos;
- f) informação preparada por assessores jurídicos ou advogados da Administração cuja publicidade possa revelar a estratégia a ser adotada na defesa ou tramitação de uma causa judicial ou divulgar as técnicas ou procedimentos de investigação ou quando a informação privar uma pessoa do pleno exercício da garantia do devido processo;
- g) qualquer tipo de informação protegida pelo segredo profissional;
- h) notas internas com recomendações ou opiniões produzidas como parte do processo prévio à expedição de um ato administrativo ou à tomada de uma decisão, que não formem parte de um expediente;
- i) informação referente a dados pessoais de caráter sensível — nos termos

da Lei Nº 25.326 — cuja publicidade constitua uma vulneração do direito à intimidade e à honra, salvo que se conte com o consentimento expresso da pessoa a que refere a informação solicitada;

- j) informação que possa ocasionar um perigo à vida ou segurança de uma pessoa³¹

Uma das principais discussões derivadas da abertura dos acervos públicos, tais como os das forças armadas, de forças de segurança, e de outros ministérios foi a necessidade de proteger os dados pessoais e informação sensível existente neste tipo de fundos documentais. Neste sentido, a *Ley de Protección de Datos Personales* – lei n.25.326 – é o único instrumento que contém parâmetros normativos e mecanismos para tal fim.

Com o objetivo de proteger integralmente os dados pessoais assentados em arquivos, registros, banco de dados ou outros meios técnicos de tratamento de dados, a lei exige que o titular dos dados dê, por escrito, o consentimento livre, expresso e informado para que sejam coletadas, conservadas e cedidas suas informações. Para tanto, define como “dados pessoais”: “informações de qualquer tipo referida a pessoas físicas ou de existência ideal determinadas ou determináveis”³². Apesar de abrangente, a lei especifica os casos nos quais não se demanda autorização: quando a informação é obtida em fontes públicas de acesso irrestrito; quando é recolhida para o exercício de funções próprias dos poderes do Estado ou em virtude de uma obrigação legal; quando são informações que se limitem ao nome, documento nacional de identidade, identificação tributária ou previdenciária, ocupação, data de nascimento e domicílio; quando derivem de uma relação contratual, científica ou profissional do titular dos dados e sejam necessárias para seu desenvolvimento; e quando se trate das operações realizadas pelas entidades financeiras e das informações que recebam de seus clientes – respeitando-se as normas de sigilo bancário.

Além disso, são estabelecidas regras para o uso dos dados recolhidos, exigindo-se que sejam substituídos ou suprimidos quando se tenha ciência da inexatidão e que a sua coleta tenha pertinência com a finalidade para o qual foi obtido, devendo haver a destruição dos mesmos quando deixem de ser necessários ou pertinentes aos fins para os quais foram reunidos³³. É determinado que ninguém pode ser obrigado a fornecer informações pessoais que revelem origem racial e étnica, opiniões políticas, convicções

31. Tradução livre do artigo 16º do Decreto 1172/2003.

32. Tradução livre do Artigo 2º da lei n. 25.326. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64790/textact.htm>>. Acesso em: 18/07/2015.

33. Esta disposição foi objeto de recurso por parte do *Archivo Intermedio del Archivo General de la Nación*, sob a justificativa de que não é considerada a especificidade dos documentos históricos. Estes não podem ser destruídos quando “deixem de ser necessários”.

religiosas, filosóficas ou morais, afiliação sindical e informação referente à saúde ou à vida sexual.

Para que haja a cessão de dados pessoais a terceiros, é requerido o consentimento prévio do titular dos dados que, deve ser informado sobre quem é o interessado nas informações e sobre a finalidade da cessão. A norma estabelece algumas exceções para a exigência deste consentimento, dentre elas quando o órgão detentor dos dados aplica um procedimento de dissociação da informação que impossibilite a identificação dos seus titulares. De acordo com a representante do *Memoria Abierta*, Celina Flores³⁴, atualmente alguns organismos do Estado que possuem fundos documentais vinculados à “última ditadura militar” se utilizam dessa lei para obstaculizar o acesso às informações públicas. Comumente, alega-se existirem dados pessoais ou dados sensíveis, inviabilizando a sua consulta pelo público pois a lei autoriza apenas um familiar ou a pessoa implicada a fazê-lo.

No que tange aos documentos considerados reservados por motivo de segurança nacional, a Argentina empregou algumas iniciativas com o intuito de possibilitar o acesso a esse material. Em especial, merecem destaque os decretos de desclassificação aprovados em 2006 e em 2010 relativos a documentação vinculada às Forças Armadas.

O primeiro obstáculo enfrentado após a aprovação dessas normas foi superar o que se entendia como “documento histórico” dessas instituições que constituem os arquivos a serem desclassificados. Até então, todos os requerimentos das Forças Armadas quanto aos arquivos da repressão eram respondidos negativamente, pois se alegava que eles não existiam. E, até mesmo os que tinham sua existência reconhecida, deveriam ser mantidos em sigilo ainda durante processos judiciais. Inclusive para acessar os documentos como provas, os juízes deveriam solicitar um decreto presidencial, instância que foi eliminada em 2010.

Com o *Decreto 4/2010*, foram criadas, como políticas de Estado dentro dos próprios Ministérios, *Unidades de Relevamiento Documental* para averiguar o que existia e deveria ser desclassificado nos arquivos. Estas unidades têm contribuído com provas aos processos judiciais em face dos repressores e responsáveis por crimes de lesa humanidade. Em relação ao acesso do público geral aos resultados dos levantamentos realizados, podem

34. Em sua exposição oral no Workshop: “O papel dos arquivos na justiça de transição” do Seminário Internacional: Contra a Impunidade e o esquecimento: Justiça e Arquivos, realizado em Brasília, 1º de junho de 2015.

ser citadas como duas experiências medianamente exitosas a iniciativa do *Ministério de Defensa* e a de um buscador documental do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* em um acordo de cooperação com o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS).

Esse trabalho, ainda em andamento, permitiu à sociedade argentina perceber que ainda não foram localizados, sistematizados e abertos todos os acervos que elucidam como se estruturou o terrorismo de Estado ao longo da ditadura. A criação de instituições específicas voltadas à preservação da memória tem sido uma estratégia para concentrar os arquivos relacionados a essa temática e dar-lhes um tratamento em consonância com o direito à memória, verdade e justiça. Pode-se verificar que o Poder Público possui muita discricionariedade na determinação de quais arquivos contém informações que comprometem a segurança nacional, devendo haver parâmetros pré-estabelecidos em lei e claros na temática.

Por fim, no que diz respeito à restrição de acesso a dados pessoais, percebe-se uma legislação detalhada com o intuito de proteger a honra e intimidade das pessoas. Contudo, compreende-se que a política de alteração dos registros históricos que contenham esse tipo de informação não é a mais adequada, devendo haver uma discussão mais ampla sobre a matéria.

3.2 Brasil

A Lei n. 8.159 de 1991 – que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados – reconhece a importância dos arquivos como elementos de prova e informação³⁵ e os define como

“conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”³⁶.

A norma trata, principalmente, dos documentos de natureza pública, entretanto, dispõe que os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social. Para tanto, é necessário um decreto do Presidente da República considerando o acervo como um conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.³⁷ Nesta hipótese, o arquivo não é necessariamente transferido

35. Artigo 1º da Lei n. 8.159/1991.

36. Artigo 2º da Lei n. 8.159/1991.

37. Artigo 12 da Lei n. 8.159/1991.

a uma instituição arquivística pública, mas seus proprietários ou detentores tem o dever de preservá-los, estando sujeitos a responsabilização³⁸. A legislação reconhece prerrogativas e estabelece limites ao responsável pelo arquivo – por exemplo, podem permitir ou não o acesso por parte do público, mas não podem transferi-los ao exterior ou aliená-los com dispersão ou perda da unidade documental.³⁹

No que diz respeito à política nacional de arquivos, a Lei n. 8.159/1991 e seu regulamento, o Decreto 4.073/2002, criam o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) para desenvolvê-la. O sistema é integrado por: o Arquivo Nacional; os arquivos do Poder Executivo Federal; os arquivos do Poder Legislativo Federal; os arquivos do Poder Judiciário Federal; os arquivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais; os arquivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Distrito Federal; os arquivos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais e pessoas físicas e jurídicas de direito privado, detentoras de arquivos, mediante acordos específicos.⁴⁰ O órgão central do SINAR é o Conselho Nacional de Arquivos, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, que orienta normativamente e articula políticas relacionadas à gestão documental.

Neste sistema, incumbe ao Arquivo Nacional a função de fazer a gestão, preservação e manutenção do acesso aos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, estando compreendidos nele os arquivos do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Exército e do Ministério da Aeronáutica. Já a documentação do Poder Legislativo Federal e Poder Judiciário Federal deve ser encaminhada aos seus arquivos específicos. A norma estabelece também que as legislações estaduais e municipais devem definir os critérios de organização e vinculação nos seus respectivos âmbitos.⁴¹

Com o fim do regime militar, em 1985, o Brasil iniciou uma transição lenta e controlada pelas Forças Armadas. O Estado priorizou, inicialmente, uma política de reparação financeira às vítimas, enquanto os avanços no conhecimento da verdade sobre as violações de direitos humanos praticadas sistematicamente foram muito graduais.⁴² O processo de reunião de informações sobre os crimes praticados e paradeiro dos desaparecidos

38. Artigos 22§1º e 26 do Decreto n. 4.073/2002.

39. Artigos 13 e 14 da Lei n. 8.159/1991.

40. Artigos 12 do Decreto n. 4.073/2002.

41. Artigos 17 a 21 da Lei n. 8.159/1991.

42. ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo. *Mutações do conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia*. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo (org.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

foi iniciado pela atuação dos familiares e vítimas da ditadura, havendo medidas esparsas no âmbito estatal ao longo dos anos.

Em 2005, o Decreto nº 5.584 estabeleceu que todos os documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estivessem sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, deveriam ser recolhidos ao Arquivo Nacional, até o final daquele ano. O recolhimento foi executado por uma equipe do Arquivo e da ABIN e coordenado por diversos órgãos do Poder Executivo e pela Advocacia-Geral da União. O Decreto n.º 5.584 determinou também que os documentos deveriam ser disponibilizados para acesso público, resguardadas a manutenção de sigilo e a restrição ao acesso de documentos que se refiram à intimidade da vida privada de pessoas ou cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Importante observar que, desde 2012, o Arquivo Nacional adotou uma política de possibilitar o acesso irrestrito a fundos documentais necessários à recuperação de fatos históricos de relevância. Neste sentido, considerando a proteção outorgada aos dados pessoais pela lei 12.527/2011, o órgão tem publicado sucessivos editais que convocam os titulares de informações pessoais nestes documentos a manifestarem-se, em um período de 30 dias, sobre a manutenção da restrição. Assim, transcorrido o prazo sem que tenha havido manifestação, os arquivos referidos são integralmente submetidos ao acesso público.

Em âmbito estadual, os arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) – polícias políticas – de diversos estados foram transferidos a arquivos estaduais, possibilitando o acesso a importantes documentos da repressão. Sobre este assunto, valem também ser mencionadas as iniciativas do Ministério Público Federal de recomendar o envio aos arquivos públicos estaduais de documentos referentes ao período do regime militar, para que recebessem tratamento especial nesse novo destino.⁴³

Em 2007, foi criado o portal de informações conhecido como “Memórias Reveladas”, administrado pelo Arquivo Nacional. Com a

43. PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS. *MPF recomenda que órgãos disponibilizem todos os documentos da época da ditadura*. Belo Horizonte. 25/10/2012. Disponível em: <<http://www.prmg.mpf.mp.br/imprensa/noticias/direitos-do-cidadao/mpf-recomenda-que-orgaos-estaduais-e-federais-disponibilizem-todos-os-documentos-da-epoca-da-ditadura>>. Acesso em: 04/05/2015; PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO. *MPF recomenda à Secretaria de Segurança de SP que mande ao Arquivo do Estado documentos sobre a Ditadura*. São Paulo. 29/03/12. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/sala-de-imprensa/noticias_prdc/29-03-12-2013-mpf-recomenda-a-secretaria-de-seguranca-de-sp-que-mande-ao-arquivo-do-estado-documentos-sobre-a-ditadura>. Acesso em: 04/05/2015.

intenção de disponibilizar arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e sobre as lutas de resistência à ditadura militar, integrando, em rede, arquivos e instituições públicas e privadas em comunicação permanente, foram firmados acordos de cooperação entre a União, Estados e o Distrito Federal. O projeto reúne atualmente registros de informações sobre: acervos estaduais relacionados aos extintos Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS; acervos públicos federais relacionados ao extinto Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI; acervo da extinta Divisão de Informações da Petrobras; e informações de 80 instituições parceiras, no Brasil e no exterior.⁴⁴

Apesar de grande o acervo já disponibilizado ao público, há outros documentos que deveriam ser integrados a estes fundos. Neste sentido, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ressalta que: *“mesmo não se podendo concluir que a integralidade da documentação produzida pelo regime militar esteja recolhida aos arquivos públicos, a disponibilidade de documentos sobre o aparato repressivo não encontra paralelo em nenhum outro país”*⁴⁵. Evidencia, portanto, que, não obstante as medidas acima descritas de centralizar essa documentação sensível em instituições arquivísticas públicas e desvinculadas dos seus órgãos originários, as Forças Armadas e Forças Policiais ainda detêm parte da documentação referente ao período da ditadura.

Além dos arquivos das agências de repressão do Estado ativas na ditadura militar, há outros arquivos públicos de relevância sobre o período repressivo reunidos no âmbito da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (CEMDP), da Comissão de Anistia, da Comissão Nacional da Verdade e das diversas comissões de reparação e da verdade estaduais e setoriais. Uma característica dos acervos dessas instituições é que são compostos tanto por materiais sobre o regime militar produzidos por vítimas, familiares e pela sociedade civil, quanto por documentos produzidos pelo regime militar, constituindo ricos acervos sobre as violações de direitos humanos praticadas.

Composto por cerca de 75 mil requerimentos de reparação à Comissão de Anistia por perseguições sofridas na ditadura, o acervo da CA é armazenado no arquivo do próprio órgão e pode ser consultado pelo público. Em outubro de 2015, o Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo elegeu este patrimônio documental da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça como parte do registro regional do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

44. BRASIL. Memórias Reveladas. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=2>>. Acesso em: 04/05/2015.

45. Página 22. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 09/06/2015.

Os acervos da CEMDP e da CNV foram encaminhados também ao Arquivo Nacional⁴⁶. Em geral, as leis criadoras das comissões estaduais da verdade estaduais observam esta mesma linha, estabelecendo como destino dos arquivos produzidos ao longo de seus trabalhos instituições arquivísticas públicas estaduais.

Sobre o direito de acesso à informação, o ordenamento jurídico brasileiro o reconhece como um direito fundamental na sua constituição⁴⁷ e prevê sua proteção em diversos diplomas. Entre eles a Lei 8.159/1991 que no seu artigo 4º estabelece:

“Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas”.

O marco normativo mais relevante sobre o assunto, entretanto, é a Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece o Princípio da Publicidade Máxima como diretriz e o sigilo como exceção. Ela se aplica aos procedimentos de todos os entes federativos nos âmbitos dos Poderes Executivo, Legislativo – incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; e às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A norma estabelece que as informações solicitadas sejam fornecidas imediatamente e, quando não seja possível, que a instituição demandada deve, em um prazo máximo de 20 dias, prorrogável por mais 10:

- I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;
- II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou
- III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda,

46. A Portaria Interministerial nº 1.321-A de 29 de setembro de 2015, expedida pela Casa Civil, declara o recebimento do Relatório da Comissão Nacional da Verdade pelo Poder Executivo federal, informando que ele está registrado na Biblioteca Nacional e disponibilizado na internet. Também declara de interesse público e social o acervo documental e arquivístico reunido pela CNV ao longo de suas atividades, estabelecendo que integrará o Projeto Memórias Reveladas no Arquivo Nacional.

47. Artigo 5º, XXXIII, Artigo 37, §3º, II e Artigo 216, § 2º da Constituição.

remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.⁴⁸

Também é determinado que os órgãos e entidades do poder público devem tornar possível o encaminhamento de pedidos de acesso por meio dos seus sites oficiais na internet⁴⁹.

Nos casos de negativa das solicitações, o cidadão deve ser informado sobre os recursos administrativos disponíveis. Em até dez dias, pode ser submetido um recurso à autoridade superior à que decidiu o requerimento, que deve manifestar-se em cinco dias. A lei prevê, ainda, outras instâncias sucessivas para a apresentação de recursos, caso a negativa se mantenha: a Controladoria-Geral da União, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações e o Ministro de Estado na área⁵⁰, o que não exclui a possibilidade de se recorrer judicialmente à obstrução do acesso por meio do habeas data.

Ademais, nesta lei e em seu regulamento, são estabelecidas disposições específicas que impedem a negativa de dados que sejam essenciais à tutela administrativa ou judicial de direitos fundamentais, ou a documentos que versem sobre condutas que impliquem em violação de direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas.⁵¹

Sobre as possibilidades de sigilo, é admitido que determinadas informações coloquem em risco a defesa e ordem nacionais, sendo criado na lei um sistema de classificação das restrições que serão impostas nessas hipóteses. Também é previsto um sistema de desclassificação das informações sigilosas. Ainda assim, a documentação considerada comprometedor a segurança nacional não pode ser submetida a um sigilo maior que 25 anos⁵².

A lei nº 12.527 estabelece que:

- “I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

48. Traducción libre do artigo 10 da Lei 12527.

49. Artigo 10§ 2º da Lei 12527.

50. Artigos 15 ao 17 da Lei 12527.

51. Artigo 21 da Lei 12527/2011 e artigo 41 do Decreto 7.724/2012.

52. Artigo 24 da Lei 12527/2011 e artigo 28 do Decreto 7.724/2012.

- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.”⁵³

Sobre o tratamento de informações pessoais, a norma dispõe que são aquelas relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem. Pelo prazo de 100 anos, contados da data de sua produção, este tipo de informação deve ter seu acesso restrito a seu titular e aos agentes públicos legalmente autorizados, a menos que autorizada sua divulgação a terceiros. Este consentimento não é exigido quando os dados pessoais sejam necessários:

- I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
- II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
- III - ao cumprimento de ordem judicial;
- IV - à defesa de direitos humanos; ou
- V - à proteção do interesse público e geral preponderante.⁵⁴

Como destacado anteriormente, com relação aos acervos de importância histórica, o Arquivo Nacional tem adotado a prática de convocar, por meio de editais públicos, os titulares de dados pessoais para que comuniquem sua oposição à divulgação dos respectivos arquivos.

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade⁵⁵ entendeu que a Lei de Acesso à Informação foi determinante para os trabalhos da CNV por ter garantido maior transparência à administração pública e restringido a possibilidade da classificação de informações. Foi usado, como exemplo,

53. Artigo 23 da Lei nº 12.527/2011.

54. Artigo 31 da Lei nº 12.527/2011.

55. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v. 1, Página 22.

a disponibilização das *Folhas de Alteração* de militares – documentação administrativa que detalha, em ordem cronológica, a vida funcional destes agentes. Inicialmente, o entendimento das Forças Armadas era de não permitir o acesso a esses documentos, mas o obstáculo foi superado a partir da interpretação desta norma e da lei criadora da CNV.

Os embaraços no relacionamento com as Forças Armadas com respeito à solicitação de informações relatados pela CNV reforçam a falta de uma cultura institucional que garanta acesso efetivo aos materiais sob controle estatal. Neste aspecto, sobressai ao *Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais*⁵⁶ a pouca sistematização das informações e documentos que o Estado detém. Além disso, as solicitações de informações realizadas não são, em sua grande maioria, respondidas com celeridade e com o inteiro teor do conteúdo solicitado. Nesse sentido, para o CTJ/UFGM, inclusive as comissões da verdade têm dificuldade de obter informações por parte de braços repressivos do Estado, o que indica como os particulares enfrentam obstáculos nesse percurso. Neste ponto, foi recomendado pela Comissão Nacional da Verdade sobre a matéria:

“Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar:

50. O processo de localização e abertura dos arquivos do período do regime militar, que teve grande evolução com a atuação da CNV, deverá ter prosseguimento. Os acervos das Forças Armadas, incluindo aqueles de seus centros de informação – Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) –, bem como do Centro de Informações do Exterior (Ciex), que funcionou no Ministério das Relações Exteriores (MRE), deverão ser integrados em uma plataforma única em todo o país, que abranja toda a documentação dos órgãos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni). O mesmo deverá ocorrer com os arquivos de todas as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI) instituídas pela ditadura militar nos órgãos do governo federal, com vinculação ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

51. No âmbito dos estados da Federação, deverá se proceder à localização e abertura dos arquivos dos órgãos vinculados à repressão política, em especial os acervos dos departamentos ou delegacias de

56. Em manuscrito enviado por Emilio Peluso Neder Meyer, em 10 de junho de 2015, com considerações sobre o questionário de arquivos.

ordem política e social (DOPS), promovendo seu recolhimento e tratamento técnico nos arquivos públicos e sua disponibilização no banco de dados do Arquivo Nacional. Esse banco de dados, por sua vez, deve ser ampliado e aperfeiçoado por meio, respectivamente, da incorporação de cópias digitais dos acervos documentais e orais ainda em posse do poder público e pela instalação de recursos tecnológicos destinados à potencialização das ferramentas de pesquisa e à universalização do acesso, inclusive com a disponibilização dos acervos na internet.

52. Recomenda-se, também, que tenha prosseguimento a localização, em missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras, da documentação relativa ao período da ditadura militar, recolhendo-se esse acervo ao Arquivo Nacional. Recomenda-se, também, a continuidade da cooperação internacional visando à identificação, em arquivos estrangeiros e de organizações internacionais, de documentação referente ao período de investigação da CNV.
53. Devem-se estimular e apoiar, nas universidades, nos arquivos e nos museus, o estabelecimento de linhas de pesquisa, a produção de conteúdos, a tomada de depoimentos, o registro de informações e o recolhimento e tratamento técnico de acervos sobre fatos ainda não conhecidos ou esclarecidos sobre o período da ditadura militar.
54. Nos termos da legislação vigente, devem ser considerados de interesse público e social os arquivos privados de empresas e de pessoas naturais que possam contribuir para o aprofundamento da investigação sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil.⁵⁷

Devem também ser mencionadas as estratégias da sociedade civil para lidar com a inexistência de informações ou dificuldades de acesso aos arquivos que contenham notícias sobre as graves violações de direitos humanos. Possuem especial relevo os *Dossiês*⁵⁸ elaborados por grupos de vítimas e familiares acerca de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. Este trabalho – cuja primeira edição foi publicada em 1995 – constituiu o primeiro conjunto de informações organizadas a partir de depoimentos, acervos de delegacias, institutos médicos legais e documentos de presos políticos e militares, daquela época, que permitiu um reconhecimento estatal de parte das violações ocorridas por meio da Lei 9.140/1995 e dos

57. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v. 1, Página 975.

58. ALMEIDA, Criméia Alice Schimidt de et al. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

trabalhos continuados da CEMDP e Comissão de Anistia. Além desse acervo, o projeto *Brasil: nunca mais*, da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas, é considerado o maior banco de dados de denúncias sobre os fatos ocorridos na ditadura. O arquivo é integrado por autos de processos criminais colecionados por advogados que conseguiram suas cópias e traz informações sobre a tortura perpetrada durante a repressão.

Por fim, sobre os casos em que a sociedade civil judicializou a negativa de acesso às informações sob tutela do Estado, destaca-se a luta dos familiares da Guerrilha do Araguaia. Um grupo de familiares de desaparecidos nesta guerrilha – episódio em que as Forças Armadas mobilizaram grandes quantitativos de militares ao norte do país para combater um grupo de guerrilheiros, havendo poucos sobreviventes das operações que promoveram violações massivas de direitos humanos na região – provocou a Justiça Federal em busca de informações sobre as vítimas. Após duas tentativas frustradas – em que o Poder Judiciário recusou as ações sob o argumento de que não existira a guerrilha – o grupo teve uma decisão positiva na terceira ação – transitada em julgado mais de vinte anos depois. Ainda assim, critica-se não ter havido o cumprimento integral da sentença em função da falta de cooperação dos órgãos militares no fornecimento das informações solicitadas. Em 2010, no caso *Gomes Lund e outros vs. Brasil*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro, dentre outros motivos, por considerar que vinha descumprindo a sua obrigação de garantir o acesso à informação aos familiares das vítimas da Guerrilha do Araguaia.

3.3 Chile

A produção dos documentos que registram a repressão no Chile se iniciou contemporaneamente ao golpe de Estado que se desenvolveu em 1973. Já nos primeiros meses da ditadura, a Igreja Católica promoveu a criação do *Comité de Cooperación para la Paz en Chile (Comité Pro Paz)* – organização de caráter ecumênico com a missão de prestar assistência legal e social às vítimas das violações de direitos humanos decorrentes do golpe militar. Ainda que a atuação do *Comité* tenha consistido em interpor diversos recursos de amparo e de habeas corpus na justiça, seus maiores êxitos não foram os judiciais.

Os recursos eram rotineiramente improvidos pelo Poder Judiciário que, à época, não investigava questões relacionadas aos direitos humanos. Contudo, o trabalho realizado pela organização possibilitou a criação gradual de um importante arquivo com informações sobre os detidos e desaparecidos da ditadura.

Em 1975, em razão de pressões políticas, a Igreja Católica encerrou as atividades do *Comité Pro Paz*, mas, reconhecendo a importância desse acervo, instituiu a *Vicaría de la Solidaridad* para continuar seu trabalho. A organização criou um departamento específico para armazenar e sistematizar os arquivos, que foram reunidos com colaboração dos familiares das vítimas. Burlando a censura, também eram publicados relatórios mensais e revistas que difundiam estatísticas de direitos humanos e notícias do trabalho realizado pela *Vicaría*.

Nos anos seguintes, outras organizações de direitos humanos começaram a desempenhar uma atuação em prol das vítimas da ditadura e a concentrar relevante documentação do período, tais como: a *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas* (Fasic), a *Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo* (Codepu), a *Fundación para la protección de la infancia dañada por los Estados de Emergencia* (Pidee) e o *Archivo de la Agrupación de familiares de detenidos desaparecidos*. Também destaca-se o projeto denominado *Teleanalysis*, que filmava a repressão aos protestos sociais e colaborou para a criação de um importante acervo audiovisual sobre a ditadura.

Ressalta-se, que parte desses acervos hoje integram o *Museo de la Memoria*, criado, em 2010, para receber documentação sobre as graves violações de direitos humanos cometidas na ditadura. Também com a intenção de preservar o patrimônio referente a esses períodos repressivos, alguns ex-centros de detenção de presos políticos foram transformados em espaços de memória e igualmente mantém arquivos acessíveis ao público: Londres 38, Villa Grimaldi e Casa Memoria José Domingo Cañas nº 1367.

Quanto aos arquivos dos órgãos repressivos, as Forças Armadas declararam e declaram que não existem pois teriam sido eliminados, impossibilitando sua utilização pelas Comissões da Verdade e tribunais nacionais. Apesar de não se tratar de um documento oficial, uma das poucas e importantes fontes conhecidas sobre a estrutura repressiva foi um livro produzido pelo chefe de um dos organismos de segurança.

Cabe destacar as características *sui generis* do retorno da democracia chilena, em 1990, pois o ex-ditador permanece no poder como Chefe do Exército. Nesse contexto, o Presidente Patricio Aylwin convoca uma Comissão da Verdade, que produz o *Informe Rettig* acerca dos desaparecidos e executados políticos, utilizando grande parte das informações da *Vicaría*. Em 1992, a *Vicaría* foi transformada na *Fundación Archivos e Documentación de la Vicaría de la Solidaridad* cujos arquivos são disponibilizados ao público e órgãos investigativos e, onze anos depois, foi declarada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

A transição chilena começou a avançar no tema justiça quando os juízes incorporaram às suas decisões um novo paradigma centrado nos direitos humanos e desestimando a lei de anistia. Neste processo, o judiciário também se utilizou do amplo material disponibilizado pela *Vicaría*.

O trabalho realizado pela Comissão da Verdade sobre presos políticos e tortura, que resultou no *Informe Valech*, foi desenvolvido também a partir dos arquivos anteriormente mencionados. Diferentemente do *Informe Rettig* – sobre desaparecidos e executados – o conteúdo do *Informe Valech* foi declarado sigiloso pelo prazo 50 anos, pela lei 19.992, sendo um grande retrocesso à transição do país. Ambos Relatórios estão localizados no *Museo de la Memoria*.

Quanto às normativas acerca do direito de acesso à informação, observa-se ser garantido pela Constituição Política da República do Chile, no seu artigo 19. Em 2008, o Estado aprovou uma lei de acesso à informação – a Lei 20.285/2008 – como decorrência da condenação do país no caso Claude Reyes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A partir desta sentença, a primeira no Sistema Interamericano de Direitos Humanos a tratar expressamente o direito à informação, o Estado adotou uma série de medidas para se adequar aos parâmetros interamericanos de transparência e acesso à informação pública.

Segundo a lei, que vincula os órgãos do Poder Executivo, incluindo Forças Armadas e órgãos de segurança, as informações solicitadas à Administração devem ser fornecidas em um prazo máximo de vinte dias, prorrogável por mais dez, e as recusas devem ser entregues por escrito e fundamentadas. São consideradas hipóteses possíveis de negativa total da informação os seguintes casos:

- “1. Quando sua publicidade, comunicação ou conhecimento afete o devido cumprimento das funções do órgão requerido, particularmente:
 - a) Se é no detrimento da prevenção, investigação e persecução de um crime ou simples delito ou se trate de antecedentes necessários a defesas jurídicas e judiciais.
 - b) Tratando-se de antecedentes ou deliberações prévias à adoção de uma resolução, medida ou política, sem prejuízo que os fundamentos de aquelas sejam públicos uma vez que sejam adotadas.
 - c) Tratando-se de requerimentos de carácter genérico, referidos a um elevado número de atos administrativos ou seus antecedentes ou cuja atenção requeira distrair indevidamente os funcionários do cumprimento regular de seus labores habituais.

2. Quando sua publicidade, comunicação ou conhecimento afete os direitos das pessoas, particularmente tratando-se de sua segurança, sua saúde, a esfera de sua vida privada ou direitos de caráter comercial ou económico.
3. Quando sua publicidade, comunicação ou conhecimento afete a segurança da Nação, particularmente se se refere à defesa nacional ou à manutenção da ordem pública ou à segurança pública.
4. Quando sua publicidade, comunicação ou conhecimento afete o interesse nacional, em especial se se referem à saúde pública ou às relações internacionais e aos interesses económicos ou comerciais do país.
5. Quando se trate de documentos, dados ou informações que uma lei de quórum qualificado tenha declarado reservados ou secretos, de acordo com as causas assinaladas no artigo 8º da Constituição Política.”⁵⁹

A norma estabelece que, nos casos de documentos que contenham informações que possam afetar direitos de terceiros, estes terceiros devem ser consultados antes e poderão se opor ao fornecimento do dado em um prazo de três dias. Essa oposição, no entanto, pode ser derrubada por uma resolução do *Consejo para la Transparencia*. Diferente do modelo brasileiro – que presume o consentimento do titular dos dados a partir da sua não manifestação – e do modelo argentino – que possibilita a exclusão dos dados a pedido do seu titular – o modelo chileno de regulação possibilita a manifestação do titular como interessado em preservação dos seus direitos, mas não vincula completamente o fornecimento da informação à sua autorização. Mostra, comparativamente, um paradigma intermediário em termos de manutenção das fontes históricas e do acesso à informação sob domínio público.

3.4 Colômbia

A *Ley de Justicia y Paz*, aprovada em 2005, representou uma importante etapa no processo transicional da Colômbia, cujo conflito armado perdura há 50 anos, aproximadamente. Ao criar um marco legal para abordar a problemática, a norma pretendeu contribuir à reconciliação nacional e à garantia dos direitos das vítimas, promovendo a concessão de benefícios judiciais às pessoas vinculadas a grupos armados organizados que decidam desmobilizar-se. Em especial, a questão da memória passou a ser central com a assunção da perspectiva de que o Estado deveria assumir o protagonismo na construção dos relatos sobre o conflito armado e deveria propiciar a organização da sociedade civil ao seu redor.

59. Tradução livre do artigo 21.

Contudo, a lei não trouxe um modelo satisfatório de transição à medida que não criou uma comissão da verdade e não deu garantias efetivas para a construção da verdade por parte dos acolhidos pelos benefícios da alternatividade penal. Se por um lado foi favorecida a contenção da violência pela desmobilização das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), por outro significou a construção truncada de uma verdade parcelada devido à extradição dos chefes paramilitares. Esta tem sido a principal reclamação e dívida com as vítimas do processo. Em especial, porque as formas cada vez mais atomizadas de operar dos grupos armados e a sua gestão especializada das informações permitem diluir as responsabilidades entre os diversos níveis de decisão e execução, dificultando a reconstrução do funcionamento e das redes dessas organizações.

Na década de 1960, apostou-se em uma forma de progresso que priorizava um pacto de silêncio e esquecimento por parte dos partidos políticos. Isso teve um grande impacto nos resultados da comissão de investigação criada à época para medir os impactos do conflito armado – a *Comisión Nacional Investigadora de las Causas y Situaciones presentes de la Violencia en el Territorio Nacional* (1958). Ainda que tenha realizado um trabalho de campo significativo na compilação de declarações de vítimas e perpetradores, seu trabalho não foi orientado oficialmente à construção da verdade histórica da guerra civil.

Em um segundo momento, em que o conflito colombiano se intensifica devido à entrada do Narcotráfico, o país tem uma geração de acadêmicos que veem a necessidade de constituir um novo pacto político e que enfrenta pela primeira vez esse passado. Reforçou-se a ideia de um passado cíclico que somente poderia ser rompido com educação e com uma nova constituição. Neste contexto, foi criada pelo Estado a *Comisión de Expertos* (1987) que abordou uma tipologia de violências com multiplicidade de causas. No entanto, critica-se o fato de o relatório *Colombia: violencia y democracia*, produto dos trabalhos da comissão não ter se apoiado em testemunhos ao longo de sua elaboração.

Em um terceiro momento, foi criado o *Grupo de Memoria Histórica* da *Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación* (GMH) – a principal instituição produtora de memória histórica da Colômbia a partir de 2007. Constituído por uma comunidade acadêmica organizada pelo Estado, mas com autonomia, o grupo começa a discutir questões como: a temporalidade do conflito armado, a verdade histórica – que não é clara no cenário colombiano – e a verdade judicial – que não tem tradições muito fortes no país.

Se os trabalhos das comissões de investigação anteriores acentuavam a falta de experiência institucional no Estado em termos de formação e

conservação dos arquivos, o GMH dedicou-se, em sua primeira fase, à recuperação de materiais. Visitou zonas afetadas, realizou oficinas, recolheu testemunhos e produziu um volume admirável de Relatórios sobre casos emblemáticos, espaços nos quais as vítimas tiveram uma centralidade e reivindicaram justiça e reparação. A importância do trabalho do GMH, convertido, posteriormente, no *Centro Nacional de Memória Histórica* (CNMH), extrapola o simples dever legal do Estado atribuído pela *Ley de Justicia y Paz*, pois ele permite a reconstrução da história nacional e tem um papel pedagógico de difusão.

Ainda assim, Lorenzo Acosta adverte que⁶⁰ não há uma tradição de centralizar a gestão dos arquivos no país. Este desafio tem relação direta com o contexto nacional, no qual há múltiplas violências cruzadas e as comissões de investigação das causas do conflito armado e comissões de investigação extrajudiciais para casos pontuais não cumpriram de fato com o papel de uma comissão da verdade.

Os avanços em termos de criação de um sistema de arquivos vieram no ano 2000, com a aprovação da *Ley General de Archivos – ley 594*. Integrado pelo *Archivo General de la Nación* – também seu coordenador –, pelos arquivos das entidades do Estado, nos diferentes níveis da organização administrativa, territorial, por serviços e por alguns arquivos privados, é seu papel, entre outros, estabelecer normas referentes aos processos arquivísticos e promover o acesso dos cidadãos à informação⁶¹.

A lei categoriza os arquivos públicos em níveis variados: a) desde um ponto de vista jurisdiccional: *Archivo General de la Nación*, *Archivo General del Departamento*, *Archivo General del Municipio*, e *Archivo General del Distrito*; b) por território: Arquivos de entidades de ordem nacional, Arquivos de entidades de ordem departamental, Arquivos de entidades de ordem distrital, Arquivos de entidades de ordem metropolitana, Arquivos de entidades de ordem municipal, Arquivos de entidades de ordem local, Arquivos das novas entidades territoriais que sejam criadas por lei, Arquivos dos territórios indígenas; e c) de acordo com a organização do Estado: Arquivos do Executivo, Arquivos do Legislativo, Arquivos do Judiciário, Arquivos dos Órgãos de Controle; e Arquivos dos Organismos Autônomos.

No que diz respeito aos arquivos privados, a lei 594 determina que o *Archivo General de la Nación* poderá declarar arquivos com valor histórico como de “interesse cultural”. Neste caso, seus detentores deverão

60. Em sua exposição oral no Workshop: “O papel dos arquivos na justiça de transição” do Seminário Internacional: Contra a Impunidade e o esquecimento: Justiça e Arquivos, realizado em Brasília, 1º de junho de 2015.

61. Artigo 5.

inscrevê-los no registro do *Archivo General de la Nación*, facilitar-lhes cópias e não realizar ações que impliquem na destruição e transferência do arquivo ao exterior. O registro não restringe sua propriedade sobre o acervo e a lei prevê o desenvolvimento de estímulos financeiros e assistência por parte do Estado.

Embora o dever estatal de memória tenha sido estabelecido expressamente pela *Ley de Justicia y Paz*, os elementos para o cumprimento dessa obrigação foram desenvolvidos pela *Ley de Víctimas y de Restitución de Tierras* em 2011 (Decreto 4800 de 2011). Enquanto a *Ley de Justicia y Paz* havia delegado ao *Grupo de Memoria Histórica* um mandato difuso de simplificar às vítimas e aos pesquisadores o acesso aos arquivos, a lei de 2011 aprofundou o papel do Estado de instaurar medidas de reparação efetivas e condizentes para facilitar o caminho pós-conflito e ampliar o espectro da reparação integral às vítimas. Nesta normativa mais recente, o dever estatal de memória abarca com clareza o caráter autônomo e independente da memória histórica como patrimônio público, conferindo ao arquivo um lugar mais central.

Continuando este processo, em 2012, a Lei 1592 criou relações concretas de cooperação interinstitucional que asseguram a gestão arquivística orientada às vítimas, o acesso à documentação que não contenha informação sujeita a reserva, e a integração de fontes sobre fatos vitimizantes. Aos *Tribunales Superiores de Distrito Judicial* foi designada a função de coordenar com o CNMH a divulgação da verdade judicial. Os tribunais deverão organizar, sistematizar e conservar arquivos relacionados à investigação, processamento e sanção de grupos armados à margem da lei desmobilizados, e enviar cópias ao CNMH dos casos executados. A lei autorizou a celebração de convênios entre o CNMH e a *Fiscalía General* para regular os fluxos de informação de memória histórica na investigação penal, de onde deriva a *Unidad de Contexto para el análisis de la sistematicidad de los crímenes de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario*. Por último, a lei estabeleceu uma cooperação estreita entre o CNMH e a *Procuraduría General*, em que esta deve garantir a conservação de arquivos administrativos de toda instituição oficial dos níveis regional e nacional, contra qualquer forma de alteração ou de supressão.

Uma série de garantias jurisprudenciais, por parte da *Corte Constitucional* e do *Consejo de Estado*, tem buscado reforçar a custódia de documentos, no sentido de estender a figura das obrigações de toda entidade pública de dar trâmite à informação solicitada em todo momento, e de diligência na busca ou reconstrução de documentos perdidos. As garantias se estendem também para interpretar como indício grave a destruição ou

desaparição de informação que conste em arquivos militares e que verse sobre ordem pública ou sobre conflito armado.

O *Centro Nacional de Memória Histórica* também tem trabalhado na formulação da política nacional de arquivos de direitos humanos, memória histórica e conflito com a participação de diferentes setores da população e do *Archivo General de la Nación* para determinar quais seriam as competências e critérios técnicos a serem adotados com respeito ao arquivo do GMH. A cooperação do *Archivo General* foi buscada em virtude da sua tradição no que diz respeito à técnica arquivística, já que os dados produzidos pelos Relatórios do Grupo servem como subsídio para a investigação dos episódios de violação sistemática de direitos humanos. Reconhecendo o valor desse patrimônio, desde 2014, a *Fiscalía General de la Nación* criou uma unidade responsável por transformar o material dos relatórios em material probatório, o que tem sido um grande avanço na pauta da justiça de transição no país.

Em 2014, o CNMH publicou um documento titulado como “*Archivos de graves violaciones a los Derechos Humanos, infracciones al Derecho Internacional Humanitario, memoria histórica y conflicto armado. Elementos para una política pública*” com primeiras diretrizes que se aproximam de uma política pública voltada aos arquivos relacionados ao conflito armado. Foram compilados os marcos normativos pertinentes e fixadas orientações que determinam a organização de critérios e estratégias de reunião de documentos no *Centro Nacional de Memoria Histórica*. O documento orienta a centralização da informação na instituição pela obtenção de cópias fidedignas, ao passo que impulsiona e preserva os arquivos locais e regionais de direitos humanos, segundo uma lógica de concentração virtual e de desconcentração física da documentação.

Além das iniciativas mencionadas, vale destacar o esforço, por parte do Estado, para constituir formas de investigação sistemática às violações de direitos humanos. Em especial, a Constituição de 1991 criou a *Defensoría del Pueblo* e a *Fiscalía General*, órgãos que trabalham, respectivamente, no controle especializado da vigilância, prevenção e diagnóstico de violações de direitos humanos e no processo de consolidação de investigação técnica forense.

Quanto ao direito de acesso à informação, a *Constitución Política de Colombia*, não apenas prevê o direito de conhecer as informações que estão sob poder de entidades públicas e privadas, como também garante o direito de atualizá-las e retificá-las. Também estipula que a coleta, tratamento e circulação de dados deve respeitar as garantias consagradas na lei maior.

A lei 1712 de 2014 – *Ley de Transparencia y del Derecho de Acceso a la Información Pública Nacional* – regula o direito de acesso à informação pública, os procedimentos para o exercício e garantia do direito e as exceções à publicidade de informações.

Estão vinculados às suas disposições: as entidades de todos os ramos do Poder Público, em todos os níveis da estrutura estatal, central ou descentralizada por serviços ou territorialmente, nas ordens nacional, departamental, municipal e distrital; os órgãos, organismos e entidades estatais independentes ou autônomos e de controle; as pessoas naturais e jurídicas, públicas ou privadas, que prestem função pública, que prestem serviços públicos quando a informação esteja diretamente relacionada com a prestação deste serviço; pessoa natural ou jurídica que desempenhe função pública ou de autoridade pública, a respeito da informação diretamente relacionada ao desempenho de sua função; os partidos ou movimentos políticos e os grupos significativos de cidadãos; as entidades que administrem instituições parafiscais, fundos ou recursos de natureza ou origem pública; e as pessoas naturais ou jurídicas que recebam ou intermediem fundos ou benefícios públicos territoriais e nacionais a respeito daquela informação que se produza em relação a fundos públicos que recebam ou intermediem.⁶² É estabelecido que os sujeitos mencionados devem adotar um Programa de Gestão Documental no qual sejam estabelecidos os procedimentos e as diretrizes necessários à produção, distribuição, organização, consulta e conservação dos documentos sob sua responsabilidade, em observância às orientações do *Archivo General de la Nación*.⁶³

A norma não estabelece um prazo para que as autoridades respondam às solicitações de informação, mas são previstas possibilidades de recursos às negativas de acesso, e estas sim possuem prazos específicos que devem ser cumpridos. É determinado que os sujeitos devem tornar as informações disponíveis na Web⁶⁴ e também há uma disposição específica a respeito da acessibilidade dos dados:

“Com o objetivo de facilitar que as populações específicas acessem à informação que particularmente as afete, à pedido das autoridades das comunidades, os sujeitos obrigados, divulgarão a informação pública em diversos idiomas e línguas e elaborarão formatos alternativos compreensíveis para ditos grupos. Deverá ser assegurado o acesso a essa informação aos distintos grupos étnicos e culturais do país e em especial ser adequados os meios de comunicação para que facilitem o acesso às pessoas que se encontrem em situação de deficiência.”⁶⁵

62. Artigo 5°.

63. Artigo 15.

64. Artigo 7°.

65. Tradução livre do artigo 8°.

Na lei 1712/2014, são fixadas duas espécies de exceção para fornecimento de informações – quando possa causar dano a direitos de pessoas naturais ou jurídicas ou quando possa causar danos ao interesse público:

“ARTIGO 18. INFORMACIÓN EXCLUÍDA POR DANO DE DERECHOS A PERSONAS NATURAIS OU JURÍDICAS

É toda informação pública classificada, cujo acesso poderá ser rejeitado ou denegado de maneira motivada e por escrito, sempre que o acesso possa causar um dano aos seguintes direitos:

- a) O direito de toda pessoa à intimidade, salvo as limitações próprias que impõe a condição de servidor público, em concordância com o estipulado.
- b) O direito de toda pessoa à vida, à saúde ou à segurança.
- c) Os segredos comerciais, industriais e profissionais.

PARÁGRAFO. Estas exceções têm uma duração ilimitada e não deverão ser aplicadas quando a pessoa natural ou jurídica tenha consentido a revelação dos seus dados pessoais ou privados ou quando é evidente que a informação foi entregue como parte da informação que deve estar sob o regime de publicidade aplicável.

ARTIGO 19. INFORMACIÓN EXCLUÍDA POR DANO AOS INTERESES PÚBLICOS.

É toda informação pública reservada, cujo acesso poderá ser rejeitado ou denegado de maneira motivada e por escrito nas seguintes circunstâncias, sempre que este acesso estiver proibido por uma norma legal ou constitucional:

- a) A defesa e segurança nacional;
- b) A segurança pública;
- c) As relações internacionais;
- d) A prevenção, investigação e persecução dos delitos e as faltas disciplinares, enquanto não seja efetiva a medida de segurança ou sejam formuladas as acusações, conforme o caso;
- e) O devido processo legal e a igualdade das partes nos processos judiciais;
- f) A administração efetiva da justiça;
- g) Os direitos da infância e da adolescência;
- h) A estabilidade macroeconômica e financeira do país;
- i) A saúde pública.

PARÁGRAFO. São excluídos também os documentos que contenham as opiniões ou pontos de vista que formem parte do processo deliberativo dos servidores públicos.⁶⁶

66. Tradução livre.

Em 2012, foi aprovada a Lei 1.581 – *Ley de Datos Personales* – que tem como fim essencial salvaguardar os direitos e deveres fundamentais, assim como os procedimentos e recursos para sua proteção. O Decreto 1377/2013 veio, em seguida, para regulamentar especialmente os aspectos relacionados à autorização do titular da informação para o tratamento dos seus dados pessoais e o exercício dos direitos dos titulares da informação.

Com respeito ao tempo de reserva sobre a informação, a legislação permite um período máximo de 30 anos, mas outorga ao Presidente da República a faculdade de estendê-la, excepcionalmente, por mais quinze anos. Em revisão a esses dispositivos, a Corte Constitucional (C540/2012) estabeleceu que a reserva não é procedente para negar informação requerida por autoridades judiciais ou administrativas, sob a justificativa de corresponder ao interesse público ou ordem pública.

Por fim, cabe ressaltar que o contexto colombiano é contraditório em termos de acesso aos arquivos. Por um lado, há o reconhecimento da especificidade dos arquivos que versam sobre direitos humanos, sendo o acesso a eles amparado por um amplo catálogo de ações constitucionais. Por outro, há um fortalecimento do marco jurídico para organismos que desenvolvem trabalhos de inteligência e contra inteligência (Lei 1621 de 2013), sem delimitação clara das hipóteses de restrição do acesso por motivos de segurança nacional.

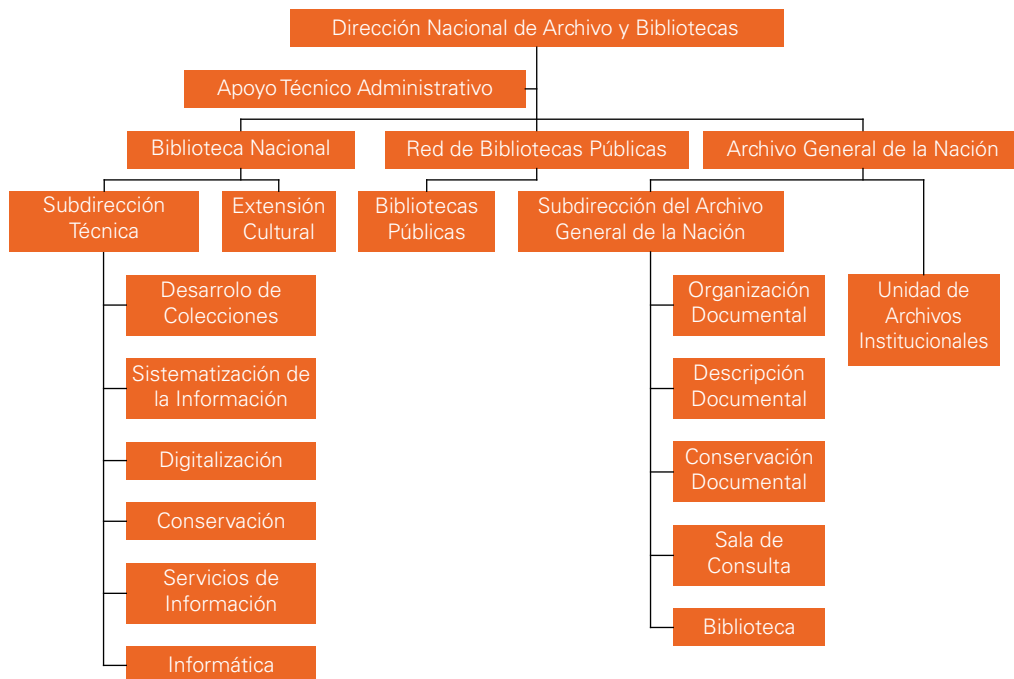
3.5 El Salvador

De acordo com Marisol Hernandez⁶⁷, El Salvador atualmente não conta como uma estrutura organizada de instituições centradas na preservação, conservação e organização do patrimônio arquivístico.

O Decreto 161⁶⁸, que cria o *Archivo General de la Nación*, remonta a 1948, período anterior à maior parte dos tratados de direitos humanos que foram aprovados em âmbito internacional e interamericano, e foi regulamentado apenas em 1985, pela *Ley del Archivo General de la Nación* - Decreto n.º 316. Esta norma atribui ao *Archivo General* o dever de administrar os arquivos com valor “histórico e cultural” referentes aos períodos datados de 1660 até 1930, estando sua estrutura inserida na Secretaria de Cultura, conforme o organograma abaixo.

67. Em sua exposição oral no Workshop: “O papel dos arquivos na justiça de transição” do Seminário Internacional: Contra a Impunidade e o esquecimento: Justiça e Arquivos, realizado em Brasília, 1º de junho de 2015.

68. CHOTO, Rodolfo Ramos. *Los Archivos en El Salvador*, C. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.27.1.nt6h807463120531>>. Acesso em: 12/08/2015.



Fonte: <http://www.cultura.gob.sv/organigrama/>⁶⁹

Em 2013, a *Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción* e o *Archivo General de la Nación* publicaram um guia para orientar as instituições públicas em matéria de gestão documental. A *Normativa Nacional de Archivo*⁷⁰ explica que toda instituição deve ter um *Sistema Institucional de Archivos* – formado por diversos órgãos que administrem, preservem e deem acesso aos documentos arquivísticos de maneira uniforme desde a sua produção ao seu destino final. Especificamente no que tange os órgãos responsáveis pela documentação arquivística histórica – aqueles selecionados para conservação permanente em razão do seu valor cultural e científico para a pesquisa histórica – o guia esclarece que devem ser regulados pelas normas de organização e conservação emitidas pelo *Archivo General de la Nación*⁷¹.

69. Organograma referente à estrutura da Secretaria de Cultura da Presidência da República editado para exibir as instituições abaixo do Secretário de Cultura que trabalham com a temática dos arquivos.

70. EL SALVADOR. SUBSECRETARÍA DE TRANSPARENCIA Y ANTICORRUPCIÓN; ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Normativa Nacional de Archivo*. San Salvador: Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gob.sv/normativa-nacional-de-archivo-2/>>. Acesso em: 12/08/2015.

71. EL SALVADOR. SUBSECRETARÍA DE TRANSPARENCIA Y ANTICORRUPCIÓN; ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Normativa Nacional de Archivo*. San Salvador: Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. 2013. P. 19.

O Decreto n. 316, não menciona o acesso à informação pública ao longo de seu texto, evidenciando que não se trata de um dos pilares da política arquivística do Estado. Apesar de ter sido aprovada uma Lei de acesso à informação – a *Ley de Acceso a la Información Pública* – pelo Decreto n.º 534/2010, Hernandez afirma⁷² que não há acesso aos arquivos custodiados pelas Forças de Segurança e Forças Armadas. Além disso, os arquivos da *Comisión de la Verdad para El Salvador*, criada pela Organização das Nações Unidas como parte dos Acordos de Paz para El Salvador de 1992, foram classificados e estão armazenados em Washington.

No que diz respeito aos acervos fundamentais na luta pela justiça e contra a impunidade, destaca-se a importância dos arquivos custodiados pelo Poder Judiciário e os da sociedade civil. Existia no país uma importante organização de Direitos Humanos originalmente denominada *Socorro Jurídico* que, desde 1977, recebia e documentava denúncias de abusos cometidos por parte do Estado. Conhecido posteriormente pelo nome *Tutela Legal*, o grupo foi criado pelo Arcebispo Oscar Romero. Gonzalez teve um papel fundamental no registro e divulgação de violações de direitos humanos do conflito armado, que se encerrou 1992, dando conhecimento sobre mais de 50.000 casos de antes, durante e depois da guerra.

Em setembro de 2013, a clínica teve suas portas subitamente fechadas por ordem do Arcebispo José Luís Escobar Alas, que alegou não ter mais necessidade de manter o trabalho. Ante as críticas da comunidade internacional e a preocupação com o destino do acervo, que reúne documentação fundamental à persecução penal de diversos agentes, o Arcebispo alegou que seria realizada uma modernização do arquivo.

Além disso, esses acontecimentos sucederam em poucos dias a decisão da Corte Suprema do país de admitir a ação impetrada por organizações de direitos humanos com o fim de revisar a constitucionalidade da lei de anistia, indicando a possibilidade de destruição de material probatório de responsabilidades civis, administrativas e penais. Este cenário indica a necessidade de se dar proteção a acervos de relevância pública, ainda que sejam de instituições privadas, devido à vulnerabilidade de sua preservação.

Quanto ao direito de acesso à informação, comumente há atrasos e negativas ao acesso requerido, ainda que o artigo 71 da *Ley de Acceso a la Información Pública* estabeleça o prazo de dez dias para a entrega. Legalmente, há duas classes de restrição de acesso à dados sob poder do Estado – as informações reservadas e as confidenciais. Para que a entidade

72. Em sua exposição oral no Workshop: “O papel dos arquivos na justiça de transição” do Seminário Internacional: Contra a Impunidade e o esquecimento: Justiça e Arquivos, realizado em Brasília, 1º de junho de 2015.

competente possa declarar uma informação como reservada, o Decreto 534 exige uma das seguintes situações: a) se a sua liberação puder ameaçar efetivamente o interesse juridicamente protegido; b) se sua liberação puder provocar um dano maior do que o interesse público de se conhecer a informação; e c) se estiver prevista nas hipóteses de exceção do acesso que estão listadas no artigo 19 da lei, quais sejam:

- “a. os planos militares secretos e as negociações políticas a que se refere o artigo 168 ordinal 7º da Constituição..
- b. a que prejudique ou ponha em risco a defesa nacional e a segurança pública.
- c. a que deteriore as relações internacionais ou a condução de negociações diplomáticas do país.
- d. a que ponha em perigo evidente a vida, a segurança ou a saúde de qualquer pessoa.
- e. a que contenha opiniões ou recomendações que formem parte do processo deliberativo dos servidores públicos, enquanto não seja adotada a decisão definitiva.
- f. a que causar um sério prejuízo na prevenção, investigação ou persecução de atos ilícitos, na administração da justiça ou na verificação do cumprimento das leis.
- g. a que comprometer as estratégias e funções estatais em procedimentos judiciais ou administrativos em curso.
- h. a que possa gerar uma vantagem indevida a uma pessoa em prejuízo de um terceiro.”⁷³

O decreto determina que, nas hipóteses de reserva referentes ao artigo 19, a classificação da informação como reservada não deve ultrapassar o período de sete anos, renovável por mais cinco. No entanto, nos casos previstos nos itens “a” e “b”, é permitido “prorrogações por períodos adicionais, se o ente obrigado justifica a necessidade da continuidade da reserva”.⁷⁴ A legislação também prevê que as *Unidades de Acceso a la Información Pública* elaborem e disponibilizem ao público, semestralmente, um índice das informações classificadas desta forma, detalhando a instituição que estabeleceu a reserva, sua motivação e prazo da restrição.

Já as informações confidenciais, somente podem ser divulgadas com o consentimento livre e expresso do seu titular. São elas:

73. Tradução livre do artigo 19 do Decreto 534.

74. Artigo 20 do Decreto 534.

- “a. Referentes ao direito à intimidade pessoal e familiar, à honra e à própria imagem, assim como arquivos médicos cuja divulgação constituiria uma invasão à privacidade da pessoa.
- b. Entregues com tal caráter pelos particulares aos entes obrigados, sempre que pela natureza da informação tenham o direito de restringir sua divulgação.
- c. Os dados pessoais que requeiram o consentimento dos indivíduos para a sua difusão.
- d. Os segredos profissionais, comerciais, industriais, fiscais, bancários, fiduciários ou outros estabelecidos por uma disposição legal.”⁷⁵

Nos casos em que deva haver publicação de documentos que contenham informação reservada ou confidencial, o ente deverá disponibilizar uma versão que impeçam a leitura dos elementos classificados, fazendo constar em nota a razão da supressão⁷⁶.

A Lei de Acesso prevê um recurso administrativo de apelação quando a entrega da informação é denegada, que é julgado pelo *Instituto de Acceso a la Información Pública*. No que diz respeito às autoridades públicas, o artigo 26 autoriza seu acesso a informações reservadas e confidenciais, desde que no marco das suas atribuições legais.

Apesar de o decreto salvadorenho regular com detalhe o procedimento de solicitação de dados e estabelecer diretrizes para a administração de arquivos, Hernandez⁷⁷ observa que as instituições públicas com competência arquivística não se preocupam em tornar públicos os temas e conteúdos dos seus arquivos. Além disso, coloca como dificuldade a questão de que a maioria dos fatos violentos foram cometidos em zonas que até hoje não contam com acesso à internet e à tecnologia digital, sendo necessário pensar em outros formatos de disponibilização e difusão das informações que compõem o patrimônio arquivístico do país.

Quanto à judicialização do acesso aos arquivos, averiguou-se que não há casos emblemáticos de requerimento de informações sobre graves violações de direitos humanos ou sobre a obrigação estatal de organizar e preservar o patrimônio arquivístico que tramitem ou tenham tramitado na justiça de El Salvador.

75. Tradução livre do artigo 24 do Decreto 534.

76. Artigo 30 do Decreto 534.

77. Em sua exposição oral no Workshop: “O papel dos arquivos na justiça de transição” do Seminário Internacional: Contra a Impunidade e o esquecimento: Justiça e Arquivos, realizado em Brasília, 1º de junho de 2015.

3.6 Guatemala

Na Guatemala o *Archivo Histórico de la Policía Nacional* (AHPN), está encarregado da guarda, conservação e custódia do acervo documental da extinta Polícia Nacional, que conta com mais de 80 milhões de folhas, traduzindo-se em um fundo arquivístico de suma importância. Ao descobri-lo por acaso e constatar o estado de abandono deste importante acervo, a *Procuraduría de Derechos Humanos* conseguiu uma ordem judicial para interditar o local e examinar os documentos⁷⁸.

O AHPN foi recuperado, organizado, segundo critérios arquivísticos, e digitalizados milhões de documentos que são fontes primárias de informação e que permitiram o avanço no conhecimento dos acontecimentos sucedidos. Além disso, o AHPN mantém uma unidade acesso à informação, que tem especial relevância aos processos de justiça de transição, visto que as instituições persecutórias são as principais usuárias do arquivo. A titularidade do arquivo seria da instituição que sucedeu a Polícia Nacional – atualmente a Polícia Nacional Civil. No entanto, optou-se pela sua transferência ao *Ministerio de Cultura y Deportes*, sob gerência do *Archivo General de Centroamérica* (AGCA), que opera graças a doações internacionais.

Esta experiência é considerada exemplar pelo Relatório da UNESCO e ICA sobre arquivos da repressão, pelo estudo da entidade produtora dos arquivos, e pela estratégia utilizada para descrevê-los tecnicamente, de maneira rápida, organizada e eficaz.⁷⁹

No que diz respeito a outras instâncias nacionais que possuem arquivos de igual valor ao processo transicional, não existem instituições arquivísticas análogas no país.

Quanto à legislação do direito à informação, o Decreto 57/2008 - *Ley de acceso a la información pública* - regula um procedimento célere para o requerimento e entrega de informações públicas a qualquer cidadão. Contudo, a lei foi aprovada recentemente e não contemplou a maioria dos casos de justiça transicional, sendo as questões de acesso

78. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 115.

79. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 115.

resolvidas, anteriormente, em tribunais constitucionais, ao longo de processos duradouros.

O Estado guatemalteco tem mantido duas linhas constantes em relação ao acesso à informação pública na investigação de graves violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno. Por um lado, afirma categoricamente a inexistência de documentos. Entretanto, este argumento se mostrou insustentável ante a aparição de documentos que, depois de terem sido submetidos a exames técnicos, foram comprovados como legítimos. A título de exemplo, tem-se o *Plan de Operaciones Sofía en el Caso por Genocidio* ou o documento denominado *Diario Militar*.

Outra conduta recorrente referente aos documentos cuja existência é impossível negar é a de argumentar que a regulação de acesso à informação não recai sobre a documentação militar por se tratar de um risco à segurança nacional. Alguns tribunais nacionais têm enfrentado este posicionamento e obrigado a exibição de documentos pertinentes às investigações penais. Também é comum a entrega parcial dos documentos, mostrando unicamente as partes que tem relação direta com o investigado ou que são pouco relevantes aos processos de justiça de transição.

Em 2003, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou a Guatemala por violar a Convenção Americana de Direitos Humanos no caso da execução extrajudicial de Myrna Mack Chang. A Corte considerou que mecanismos internos obstaculizavam a administração adequada da justiça, em especial, a negativa do *Ministerio de la Defensa Nacional* em fornecer a documentação solicitada pelos tribunais internos amparando-se no segredo de Estado:

“180. a Corte considera que no caso de violações de direitos humanos, as autoridades estatais não podem se amparar em mecanismos como o segredo de Estado ou a confidencialidade da informação, ou em razões de interesse público ou segurança nacional, para deixar de fornecer a informação requerida pela autoridades judiciais ou administrativas encarregadas da investigação ou processo pendentes.”⁸⁰

Sob o marco da lei atual, el Decreto n. 57/2008 – em nenhuma hipótese pode ser classificada como confidencial ou reservada a informação relativa a investigações de violações aos direitos humanos fundamentais ou a delitos de lesa humanidade. E mesmo as informações classificadas devem ser disponibilizadas às autoridades encarregadas da investigação

80. Tradução livre de: Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala Sentencia de 25 de noviembre de 2003 (Fondo, Reparaciones y Costas), p. 102.

e administração da justiça quando solicitadas, mediante ordem judicial, e forem indispensáveis em um processo judicial.

As autoridades contam com um prazo de 10 dias úteis para entregar à parte uma resposta e, caso seja negativa, deve justificar se a informação é reservada ou classificada, ou se é inexistente. Além disso, é possível dar entrada em um recurso de revisão, que deve ser decidido em cinco dias. Apesar de ser um processo vagaroso, existe a via constitucional para ser recorrida.

Acerca das hipóteses de restrição, não há critérios claros e precisos que possam delimitar todas as situações na legislação guatemalteca. A *Ley de acceso a la información pública* estabelece alguns parâmetros que levam à seguinte divisão:

“Artigo 22. **Informação confidencial.** Para os efeitos desta lei se considera informação confidencial a seguinte:

1. a expressamente definida no artigo vinte e quatro da Constituição Política da República da Guatemala;
2. a expressamente definida como confidencial na Lei de Bancos e Grupos Financeiros;
3. a informação qualificada como segredo profissional;
4. a que por disposição expressa de uma lei seja considerada como confidencial;
5. os dados sensíveis ou pessoais sensíveis, que só poderão ser conhecidos pelo titular do direito;
6. a informação de particulares recebida pelo sujeito obrigado sob garantia de confidência.”⁸¹

“Artículo 23. **Informação reservada.** Para os efeitos desta lei se considera informação reservada a seguinte:

1. a informação relacionada a assuntos militares classificados como de segurança nacional;
2. a informação relacionada a assuntos diplomáticos, classificados como de segurança nacional;
3. a informação relacionada à propriedade intelectual, propriedade industrial, patentes ou marcas em poder das autoridades; são objeto do disposto pelos convênios ou tratados internacionais ratificados pela República da Guatemala e demais leis da matéria;
4. Quando a informação que se difunda possa causar um sério prejuízo

81. Tradução livre do Decreto n° 57-2008.

- ou dano às atividades de investigação, prevenção ou persecução dos delitos, a relacionada aos processos de inteligência do Estado ou à aplicação de justiça;
5. os expedientes judiciais em quanto no sejam executórios, em conformidade com as leis especiais;
 6. a informação cuja difusão antes de adotar-se a medida, decisão ou resolução de que se trate possa danificar a estabilidade econômica, financeira ou monetária do país, assim como aquela que guarde relação com aspectos de vigilância e inspeção por parte da Superintendência de Bancos;
 7. a informação definida como reservada na Lei de Proteção Integral da Criança e da Adolescência;
 8. as análises proporcionados ao Presidente da República orientados a prover a defesa e a segurança da nação assim como a conservação da ordem pública. O direito a acessar a informação pública na qual se baseou a análise poderá ser exercido ante os órgãos ou entidades que a tenham em seu poder;
 9. a que seja determinada como reservada por efeito de outra lei.”⁸²

Sobre as possibilidades de classificação da informação reservada, a lei de acesso à informação determina que será feita por meio de resolução da autoridade máxima da instituição, devendo ser publicada no Diário Oficial e indicar o seguinte, sob pena de nulidade da classificação: “1. A fonte da informação; 2. O fundamento pelo qual se classifica; 3. As partes dos documentos que são reservadas; 4. O prazo de reserva, que não será maior que sete anos; e, 5. O nome da autoridade responsável pela sua conservação.”⁸³

Em termos de práticas de difusão dos conteúdos dos arquivos, com exceção dos esforços do AHPN, o Estado guatemalteco não tem implementado outras medidas nesta seara. As solicitações de acesso à informação pública podem ser feitas por via eletrônica, o que se revela um grande progresso, mas não há ainda uma cobertura efetiva dos arquivos existentes.

Judicialmente, pode ser questionado o acesso à informação por meio da ação constitucional de amparo. Apesar de ser propício para atingir o fim pretendido, os atrasos injustificados na tramitação processual desse recurso colocam em cheque a sua eficácia, sendo questionado por usuários da justiça e por organismos internacionais. Como casos paradigmáticos, podem ser mencionados os referentes ao genocídio, que levaram a grandes batalhas jurídicas pela desclassificação de documentos.

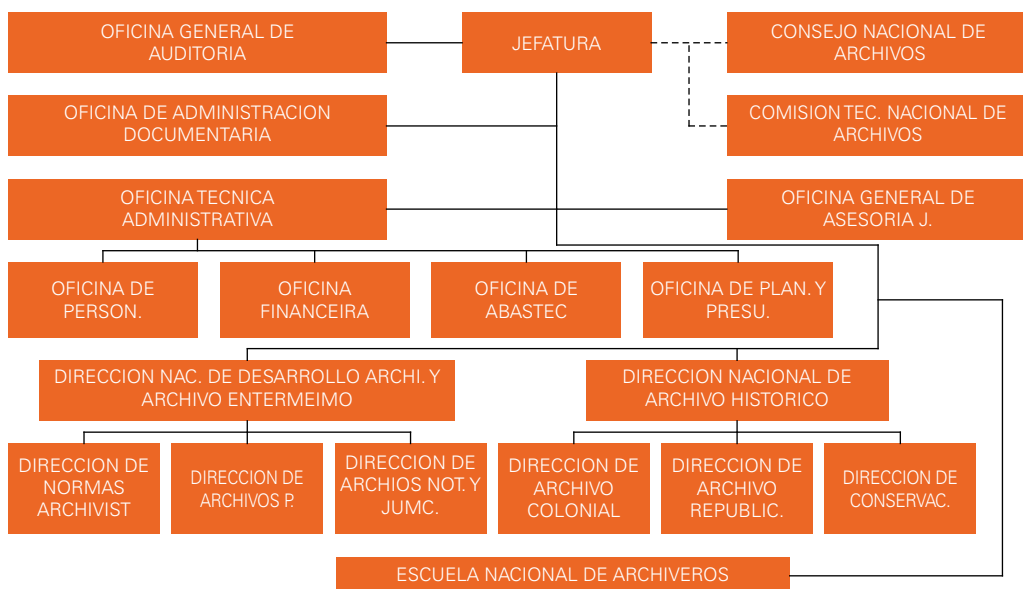
82. Tradução livre do Decreto n° 57-2008.

83. Tradução livre do artigo 25 do Decreto n° 57-2008.

3.7 Peru

A principal lei do Sistema Nacional de Arquivos, a Lei nº 25.323 de 1991, regulamentada pelo Decreto Supremo nº 008-92-JUS, cria um sistema integrado pelo *Archivo General de la Nación*, pelos Arquivos Regionais e pelos Arquivos Públicos. Sua finalidade é integrar estrutural, normativa e funcionalmente o Patrimônio Documental da Nação, mediante a aplicação de princípios, normas, técnicas e métodos de arquivo. O *Archivo General de la Nación*, cuja estrutura é ilustrada no organograma a seguir, ocupa a posição de instituição central deste sistema.

O Archivo General de la Nación



* Fonte: <http://www.agn.gob.pe/organigrama.html>

Dentre os diversos órgãos que integram o *Archivo General de la Nación*, destacam-se a *Dirección Nacional de Archivo Histórico* e a *Dirección Nacional de Desarrollo Archivístico y Archivo Intermedio*. A primeira direção tem como atribuições principais: agrupar, conservar, organizar, descrever e servir a documentação de caráter permanente, cujo ciclo de vida administrativa tenha sido concluído; supervisionar, assessorar e coordenar os arquivos históricos públicos e assessorar os arquivos históricos privados em âmbito nacional.⁸⁴ Já o segundo órgão, volta-se à aplicação

84. Artigo 15 do Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

de processos arquivísticos à documentação proveniente da administração pública ou em arquivos do Sistema Nacional de Arquivos cujo ciclo de vida administrativa ainda não se concluiu, sendo também seu papel o de estabelecer, em âmbito nacional, as normas e procedimentos dos processos arquivísticos e da racionalização da produção documental na gestão administrativa.⁸⁵

Os Arquivos Regionais são organismos descentralizados do Governo Regional que conduzem as atividades arquivísticas referentes ao patrimônio documental da nação existente na região⁸⁶. E o Arquivos Públicos no país são aqueles pertencentes a:

“os poderes do Estado, entes autônomos, ministérios, instituições públicas descentralizadas, empresas estatais de direito público e privado, empresas mistas com participação acionária do Estado, Governos Regionais, Governos Locais e os Cartórios”⁸⁷

Sobre o material que é custodiado por essas instituições, o Decreto Supremo nº 008-92-JUS traz alguns conceitos. “Documento público” é o emitido por instituições ou pessoas no exercício de uma atividade ou função pública com o qual se afirma, prova ou justifica algum fato e que servem para a defesa dos direitos⁸⁸. Já o “documento arquivístico” é considerado aquele que contém uma informação de qualquer data, forma e suporte, produzido ou recebido por pessoa natural ou jurídica, instituição pública ou privada no exercício de sua atividade⁸⁹. O “Patrimônio Documental da Nação” é o conjunto de documentos de valor permanente conservados nos arquivos públicos e privados do âmbito nacional que servem como fonte de informação para a investigação nos aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e legais⁹⁰.

O direito à informação se encontra contemplado na Constituição do Peru no seu artigo 2º:

“Toda pessoa tem direito: [...]

4. Às liberdades de informação, opinião, expressão e difusão do pensamento mediante a palavra oral ou escrita ou a imagem, por qualquer meio de comunicação social, sem prévia autorização nem censura nem impedimento, sob as responsabilidades da lei. Os delitos cometidos por meio do livro, da imprensa e demais meios de

85. Artigo 2º do Decreto Supremo Nº 005-93-JUS.

86. Artigos 22 e 23 do Decreto Supremo Nº 008-92-JUS.

87. Artigo 27 do Decreto Supremo Nº 008-92-JUS.

88. Artigo 3º do Decreto Supremo Nº 008-92-JUS.

89. Artigo 5º do Decreto Supremo Nº 008-92-JUS.

90. Artigo 4º do Decreto Supremo Nº 008-92-JUS.

comunicação social se tipificam no *Código Penal* e se julgam no foro comum. *É delito toda ação* que suspende ou encerra algum *órgão* de expressão ou o impede de circular livremente. Os direitos de informar e opinar compreendem os de fundar meios de comunicação.

5. A solicitar, sem expressar a causa, a *informação* que requeira e a recebê-la de qualquer entidade *pública*, no prazo legal, com o custo que suponha o pedido. Excetua-se as *informações* que afetam a intimidade pessoal e as expressamente *excluídas* pela lei ou por *razões* de segurança nacional.”⁹¹

E também há previsão no decreto que regulamenta o sistema nacional de arquivos sobre essa matéria. Contudo, aprovado enquanto o país vivia plenamente uma situação de conflito armado – iniciado em 1980 e terminado apenas em 2000, o Decreto Supremo N° 008-92-JUS não trata a questão do acesso à informação não sob o prisma de um direito constitucional que deve ser garantido pelas suas instituições integrantes, mas sim como um ponto que deve ser regulamentado pelo *Archivo General* sem que se pautasse necessariamente em parâmetros de direitos humanos.

O artigo 35 do Decreto estabelece, como regra, que seja possibilitado o acesso: “a acessibilidade à informação está referida a todos os documentos que integram o Patrimônio Documental da Nação, sejam estes públicos ou privados”. Contudo, as hipóteses de restrição desse direito são mencionadas de maneira muito superficial pela norma, conforme se observa nos dispositivos a seguir:

“Artigo 36°- Todos os documentos custodiados pelos arquivos integrantes do Sistema Nacional são acessíveis ao público em geral de acordo com as normas administrativas vigentes sobre o particular com exceção de aqueles que possam atentar contra os interesses e a segurança nacional e à privacidade ou intimidade pessoal. O procedimento se estabelecerá de acordo com as normas dadas pelo Sistema Nacional de Arquivos.

Artigo 37°- São documentos confidenciais, secretos e estritamente secretos os que tem a ver com a defesa e segurança nacional. Em conformidade com o Art. 4° da Lei N° 19414 cada entidade deverá estabelecer sem exceção suas respectivas tabelas de classificação por um período não superior a 30 anos, para conhecimento público.

Artigo 38°- Os arquivos que conservam documentos que tem a ver com a privacidade das pessoas, deverão estabelecer suas tabelas

91. Tradução livre.

de classificação para que ao cumprimento das mesmas, se garanta seu livre acesso.”⁹²

Assim, é estabelecido como prazo máximo para manutenção de um documento sob sigilo o período de trinta anos, não havendo maiores detalhes, nesta normativa, sobre os critérios e procedimento para tal classificação. Em 2002, foi aprovada a *Ley N° 27806 de Transparencia y acceso a la información*, mediante a qual todas as instituições do Estado foram obrigadas a publicar seu orçamento, contratos, licitações, servidores, entre outros dados, em um portal da internet específico como medida de transparência da gestão governamental.

Somadas às disposições sobre a obrigação de promover transparência ativa, a lei assegura também que qualquer cidadão tem o direito a fazer valer seu direito de acesso à informação e pode solicitar por escrito o dado que requer. O Estado tem então sete dias, renováveis por mais cinco, para responder, abrindo espaço para o recurso administrativo se a demanda for denegada. Além da possibilidade de se solicitar administrativamente as informações, como se prevê no inciso 5 do artigo 2º, existe o recurso *Habeas Data*, mecanismo que permite solicitar judicialmente esse acesso.

A lei especifica ainda que a Administração não está obrigada a criar ou produzir informação a qual não possua e que não deve ser fornecido acesso ao público nas seguintes situações:

- “a) a informação expressamente classificada como secreta e estritamente secreta através de um acordo adotado pela maioria do número legal dos membros do Conselho de Ministros. O acordo deverá sustentar-se em razões de segurança nacional em concordância com o Artigo 163 da Constituição Política do Peru e ter como base fundamental garantir a segurança das personas. Além disso, por razões de segurança nacional considera-se informação classificada no âmbito militar, tanto em âmbito externo quanto interno, aquela cuja revelação originaria risco para a integridade territorial e/ou subsistência do sistema democrático.

92. Tradução livre do Decreto Supremo n° 008-92-JUS.

Mediante Decreto Supremo aprovado pela maioria do número legal de membros do Conselho de Ministros, o Poder Executivo regulamentará as exceções que expressamente se enquadram no presente artigo.

O acordo deve constar por escrito e nele devem ser explicadas as razões pelas quais se produz a classificação mencionada. Este acordo deve ser revisado cada cinco anos a efeitos de avaliar sua desclassificação. O acordo que disponha pela continuação do caráter secreto e estritamente secreto deverá ser devidamente motivado e sujeitar-se às mesmas regras que regem o acordo inicial.

Não se considerará como informação classificada, a relacionada à violação de direitos humanos ou das Convenções de Genebra de 1949 realizada em qualquer circunstância, por qualquer pessoa.

O Presidente do Conselho de Ministros deverá dar conta à Comissão de Defesa Nacional, Ordem Interna e Inteligência do Congresso dos critérios que o Conselho tem utilizado na classificação da informação como secreta ou estritamente secreta. Uma vez que a informação classificada se faça pública, uma comissão especial do Congresso da República avaliará se as razões esgrimidas no acordo do Conselho de Ministros que declarou como classificada uma informação se adequavam à realidade dos fatos. Isto não impede que uma comissão competente do Congresso da República efetue tal avaliação em qualquer momento.

- b) Matérias cujo conhecimento público possam afetar os interesses do país em negociações ou tratos internacionais.
- c) a informação protegida pelo segredo bancário, tributário, comercial, industrial, tecnológico e do mercado de ações.
- d) a informação interna das entidades da Administração Pública ou de comunicações entre estas que contenham conselhos, recomendações ou opiniões produzidas como parte do processo deliberativo e consultivo prévio à tomada de uma decisão de governo. Uma vez tomada a decisão, esta exceção cessa se a entidade da Administração Pública opta por fazer referência em forma expressa a esses conselhos, recomendações ou opiniões.
- e) a informação preparada ou obtida por assessores jurídicos ou advogados das entidades da Administração Pública cuja publicidade possa revelar a estratégia a ser adotada na tramitação ou defesa em um processo administrativo ou judicial, ou de qualquer tipo de informação protegida pelo segredo profissional que deve guardar o advogado sobre seu assessorado.
- f) a informação vinculada a investigações em trâmite referentes ao exercício do poder sancionados da Administração Pública, em

cujo caso a exclusão do acesso termina quando a resolução que põe fim ao procedimento fica consentida ou quando transcorre mais de seis meses desde que se iniciou o procedimento administrativo sancionador, sem que se tenha ditado resolução final.

- g) a informação que tem por finalidade prevenir e reprimir a criminalidade no país e cuja revelação pode entorpecê-la.
- h) a informação referente aos dados pessoais cuja publicidade constitua uma invasão da intimidade pessoal e familiar. A informação referente à saúde pessoal considera-se compreendida dentro da intimidade pessoal.
- i) Aquelas matérias cujo acesso esteja expressamente excetuado pela Constituição, ou por uma Lei aprovada pelo Congresso da República.⁹³

Ainda assim, a informação sujeita às restrições legais são acessíveis ao Congresso, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, quando obtidas em conformidade com as limitações constitucionais.

Iris Jave⁹⁴ observa que, apesar de o ordenamento jurídico sobre acesso à informação ser rigoroso a partir de uma perspectiva meramente normativa, existem entraves institucionais que impedem o avanço efetivo nos mecanismos de justiça de transição.

A *Comisión de la Verdad y Reconciliación* (CVR), cujos trabalhos se deram entre 2001 e 2003, criou também um centro de documentação para abrigar a informação documental produzida durante o processo, sobretudo a informação pública. Para levar a cabo sua investigação, a CVR necessitou recorrer aos diversos repositórios de instituições privadas e públicas, entre as quais se encontram arquivos das organizações de direitos humanos. Em 2001, a Comissão firmou um convênio de cooperação com a *Coordinadora Nacional de Derechos Humanos* (CNDDHH) que lhe permitiu acessar toda informação relacionada à competência da CVR, facultando-lhe acesso a registros de denúncias, relação de vítimas, material documental e bibliográfico. Uma equipe do *Centro de Documentación de la Asociación Pro Derechos Humanos* organizou e sistematizou, durante o ano de 2002, as informações das organizações membro da CNDDHH.

Para colocar as vítimas no centro do processo de conhecimento da verdade e possibilitar uma forma de reconhecimento do Estado peruano

93. Tradução livre do artigo 15 da Lei Nº 27806.

94. En su exposición oral en el Workshop: “El papel de los archivos en la justicia de transición” del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasília, 1º de junio de 2015.

quanto às violações praticadas, a CVR organizou uma coleta nacional de testemunhos diretos e um programa de audiências públicas para reconhecer as vítimas e sensibilizar a opinião pública. Estes 16 mil testemunhos se encontram codificados para não revelar os nomes dos perpetradores e testemunhas pois muitos ainda estão vivos. Além disso, a CVR documentou e entregou provas e testemunhos de 43 casos para serem examinados pelo Ministério Público. Por fim, em 2003, entregou um Relatório Final e um Relatório visual, que permanece aberto ao público em uma exibição permanente no *Museo de la Nación*.

O acervo da *Comisión de la Verdad y Reconciliación* foi entregue ao *Centro de Información para la Memoria Colectiva y los Derechos Humanos da Defensoría del Pueblo* e outra cópia foi entregue à sede Organização das Nações Unidas. O Centro conserva relatórios das *Fiscalías Especiales de la Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos del Ministerio Público*, bem como o material da *Defensoría del Pueblo*. Sua finalidade é garantir a difusão da documentação arrecadada pelas instituições que lhe destinam seus acervos e colocá-la à disposição para o livre acesso do povo. Ademais, o centro deve contribuir ao esclarecimento dos casos em curso e promover as investigações em matéria de direitos humanos. O espaço oferece serviços de leitura, materiais visuais, expedição de cópias da documentação requerida pelos usuários, visitas orientadas e empréstimos de fotografias a instituições solicitantes.

Já os acervos militares, que possuem informações sobre perpetradores de violações de direitos humanos, estão a cargo do Ministério da Defesa. Não obstante os inúmeros pedidos de acesso a esses arquivos por parte da *Fiscalía* e de organizações da sociedade civil sobre os nomes verdadeiros ou localizações de militares designados para as zonas de emergência durante o período de 1980-2000, nenhuma solicitação ou ordem judicial foi atendida.

A única documentação militar conhecidamente pública se encontra no *Museo Chavín* de Huántar, que diz respeito ao resgate dos reféns da embaixada do Japão que haviam sido sequestrados pelos integrantes do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA) em 1997. O *Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas*, conta com um *Centro de Derecho Internacional Humanitario y Derechos Humanos*, que trabalha basicamente com os assuntos dos direitos humanos nos conflitos armados.

A Polícia Nacional possui um *Museo de la Dirección Nacional contra el Terrorismo*, que trata principalmente da operação de captura de Abimael Guzmán, líder do *Sendero Luminoso*, em 1992, e desarmamento do aparelho diretivo da organização. No entanto, para visitar o museu é preciso solicitar uma permissão. O *Servicio de Inteligencia Nacional*, também guarda vasta

informação de inteligência militar do período 1980-2000, em classificação e o acervo encontra-se em reestruturação.

O Estado Peruano está criando o LUM - *Lugar de la memoria, la tolerancia y la inclusión social* – cujo projeto é ser um espaço dinâmico e interativo que aborde a história dos fatos de violência ocorridos no Peru entre 1980 e 2000. Ainda está em etapa de implementação e pretende ser um centro de documentação virtual que dê acesso a toda produção de arquivos e documentos de organismos de direitos humanos, universidades e outras instituições sociais.

Já o material produzido pelos aproximados 80 organismos de direitos humanos da sociedade civil peruana encontra-se agrupados em uma *Coordinadora Nacional de Derechos Humanos*. Os arquivos registram as lutas contra as violações de direitos humanos ocorridas entre 1980 e 2000. Destacam-se a *Asociación Pro Derechos Humanos* (APRODEH), a *Asociación Ministerio Diaconal Paz y Esperanza* (PAZ Y ESPERANZA), e o *Instituto de Defensa Legal* (IDL), que mantém um acervo documental de expedientes dos casos de direitos humanos que levavam ante o Poder Judiciário. Apesar de não terem um repositório atualizado que integre toda a produção documental, artística e fotográfica em um só espaço, também é de relevância a produção acadêmica de algumas universidades e institutos de pesquisa, em particular a *Pontificia Universidad Católica* e o *Instituto de Estudios Peruanos*.

4 PRINCÍPIOS E OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS NO TRATAMENTO DE ARQUIVOS

4.1 A organização, gestão e preservação dos arquivos públicos

A Declaração Universal sobre os Arquivos⁹⁵ (“Declaração” ou “DUA”) elucida algumas questões que são priorizadas no debate internacional acerca do tema.

O documento reconhece que “*cidadãos, gestores e autoridades públicas, proprietários ou detentores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação*” têm responsabilidade na gestão de arquivos, sendo um compromisso coletivo que “*sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável*”.

No campo das obrigações estatais, a Declaração estabelece como um dos objetivos prioritários que “*os arquivos sejam geridos e conservados de forma a garantir a sua autenticidade, confiabilidade, integridade e uso*”.

De acordo com o Conselho Internacional de Arquivos⁹⁶, é preciso que sejam preservados seu contexto, seu conteúdo e seu formato, de modo a permitir a compreensão de quem criou aquele arquivo, seus motivos e meios. Por autenticidade, a organização entende que a data e entidade criadora do arquivo devem estar corretas. Sua confiabilidade se ampara no fato de o documento trazer uma representação real do evento, ainda que sob a perspectiva da entidade que o criou. Já a integridade diz respeito à existência suficiente de conteúdo para formar uma imagem coerente, enquanto a usabilidade significa estar em condições e locais que permitam o acesso daquele arquivo.

Neste sentido, seria essencial a observância de dois princípios básicos da arquivologia: o “Princípio da Proveniência” e o “Princípio do respeito à ordem original”. Enquanto o primeiro estabelece que “*o arquivo produzido por uma entidade coletiva, coletiva pessoa ou família*

95. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Declaração Universal Sobre Os Arquivos*. 2010. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>>. Acesso em: 05/06/2015.

96. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *About records, archives and the profession*. Disponível em: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acesso em: 03/05/2015.

*não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras*⁹⁷, o segundo coloca que o “*arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade cole- entidade, pessoa ou família que o produziu*”⁹⁸. Considera-se que os arquivos são fruto de um processo natural de acumulação, “*produzidos em decorrência de atividades que são necessárias para a missão do seu produtor*”⁹⁹, e que “*a ordem original seria aquela em que os documentos de um mesmo produtor estão agrupados conforme o fluxo das ações que os produziram ou receberam*”.¹⁰⁰ Preza-se, assim, pela compreensão do documento, pois o sentido de um arquivo se estabelece em função das relações entre as diferentes peças que o compõem, tendo pouco valor as peças quando isoladas.

Transparece, portanto, a preocupação do ICA em ter esse material enquanto um recurso confiável. Com isto em vista, na DUA, são estabelecidas algumas medidas que devem ser perseguidas para garantir as qualidades acima descritas: que “*sejam adotadas e aplicadas nacionalmente políticas e legislação arquivística adequadas*”; que “*a gestão de arquivos seja valorizada e realizada com competência por todos os organismos, públicos ou privados, que produzem e usam documentos de arquivo na condução de seus negócios*” e que “*sejam disponibilizados os recursos necessários para apoiar a adequada gestão dos arquivos, inclusive a contratação de profissionais capacitados*”.

O Relatório de 2009 da UNESCO e ICA sobre arquivos da repressão acentua que a implantação de sistemas arquivísticos é essencial para assegurar a não manipulação dos documentos acumulados nas instituições de custódia. A garantia da procedência do arquivo decorre da existência de normas e procedimentos que zelam pelas qualidades inerentes ao material, sendo um importante fator sopesado nos processos judiciais relacionados à justiça de transição.¹⁰¹

97. BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. P. 136. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em: 17/05/2015.

98. BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. P. 137. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em: 17/05/2015.

99. RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em: 01/09/2015. P. 106.

100. RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em: 01/09/2015. P. 106.

101. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 134.

Assim, como em outros instrumentos internacionais que estabelecem importantes parâmetros em termos de tratamentos de arquivos de direitos humanos¹⁰², o intuito do ICA é fixar referências de políticas estatais no campo arquivístico, sem adentrar em critérios metodológicos em termos de recuperação, gestão e análise desse material. No entanto, o Conselho Internacional de Arquivos disponibiliza documentos com a pretensão de discutir e orientar tecnicamente métodos de organização e preservação de arquivos, elaborados por grupos de trabalhos com profissionais de diversos países.

Entre eles, destaca-se o “Application of ISAD(G)¹⁰³ for Human Rights Archives”, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos, que guia como aplicar a *Norma geral internacional de descrição arquivística* a arquivos de direitos humanos. O ISAD(G) busca criar regras de padronização das referências que devem identificar cada uma dessas unidades documentais como a titulação, numeração, dentre outros elementos de caracterização de um arquivo. Logo, auxilia para que haja uma identificação compreensível dos documentos e estabelece estandartes para que seja possível uma identificação internacional inteligível dos documentos, permitindo então a troca de informações em uma esfera mais ampla.

Além disso, revela-se fundamental que, a nível nacional, haja uma entidade responsável por delinear e uniformizar a política arquivística no país, compatibilizando-a com os parâmetros internacionais. A coerência entre os códigos e práticas aplicadas pelas diversas organizações arquivísticas de um país proporciona um maior controle documental dentro de um marco estrutural geral e democratiza a informação, facilitando o acesso, recuperação, uso e disseminação dos arquivos.

Também na formação dos acervos, é necessário que sejam adotados normas e procedimentos homogêneos de classificação dos documentos nas diferentes esferas do Poder Público, de modo a facilitar a seleção, avaliação histórica e baixa dos arquivos. A identificação de quais serão os documentos serão conservados e quais serão eliminados é um ato de poder, à medida que os arquivos são ferramentas desconstrução de memórias e identidades sociais, conforme coloca Monteiro: “*entendidos como um espaço estratégico*

102. Tais como o Informe para a UNESCO e ICA, coordenado por Antonio González Quintana, de 2009, sobre gestão de arquivos dos órgãos de segurança estatais dos extintos regimes repressivos; e os Informes para a Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre *a questão da impunidade dos autores de violações dos direitos humanos(direitos civis e políticos)* elaborado por Louis Joinet, em 1997, e atualizado por Diane Orentlicher em 2005.

103. *General International Standard Archival Description* ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Para mais informações, ver: <http://www.ica.org/13758/standards/application-of-isadg-for-human-rights-archives.html>.

de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem à construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são conferidos através de embates de interesses”¹⁰⁴.

Outra questão central à delimitação dos fundos que contenham dados relevantes sobre violações de direitos humanos é a dificuldade de informações sobre a sua existência e localização. Zamorra e Budnik lecionam que

“Devemos partir do princípio de que não se pode preservar ou proteger o que não se conhece, e que para conhecer o patrimônio bibliográfico e documental de uma instituição, de uma localidade ou de um país, é necessário seu registro em um catálogo ou inventário, que é requisito indispensável para sua avaliação, difusão e proteção.”¹⁰⁵

O Relatório da UNESCO e ICA de 2009 constata que a produção de arquivos é inerente aos processos de repressão sistemática dos regimes totalitários, sendo difícil que tenha havido a eliminação completa desse material¹⁰⁶. Recomenda, então, que os arquivos dos órgãos públicos envolvidos em violações de direitos humanos sejam localizados e listados. O Princípio 18 (dezoito) do Conjunto de Atualizado de Princípios, elaborado por Diane Orentlicher, requer um cuidado especial ao se realizar um inventário dos arquivos de lugares de detenção e de outros lugares em que tenham ocorrido graves violações de direitos humanos ou de direito humanitário, especialmente se sua existência não era oficialmente reconhecida.

O Relatório de 2010 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH ou “Comissão Interamericana”) enumera algumas medidas positivas a serem adotadas pelos Estados neste sentido:

“a abertura dos arquivos para que as instituições que investigam os fatos possam fazer inspeções diretas; a realização de inventários e

104. MONTEIRO, Fernanda. *Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder*. ACERVO, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, P. 313-322, JAN./JUN. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476>>. Acesso em 20/05/2015. P. 321.

105. Tradução livre. ZAMORA, Rosa María Fernández de; BUDNIK, Clara. *Preservación del pasado para el futuro*. Jerusalem, Israel: 66th International Federation of Library Associations and Institutions Council and General Conference. 13-18 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/045-163s.htm>>. Acesso em: 17/05/2015.

106. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 113.

rastreamentos nas instalações oficiais; o impulso de operações de busca que incluam busca e apreensão nos lugares nos quais a informação possa repousar; a realização de audiências e interrogatórios a quem possa saber onde se encontra ou a quem possa reconstruir o sucedido; entre outras coisas.”¹⁰⁷

Além da identificação dos fundos que possam conter informações sobre direitos humanos, é preciso destacar, especificamente, os expedientes neles que possam ser úteis na efetivação de direitos ou que possam afetá-los. Estes documentos “*devem ser conservados indefinidamente, tanto pelo seu valor primário para o exercício de direitos, como por seu grande valor histórico para conhecer o alcance real das atuações repressivas*”.¹⁰⁸

Para tanto, é imprescindível que os profissionais envolvidos na descrição do acervo tenham condições de avaliar se o documento tem esse potencial. O Relatório sobre arquivos da repressão recomenda que, a partir dessa análise, sejam determinadas quais serão as prioridades no trabalho e quais documentos precisam de mais detalhamento na descrição.¹⁰⁹ Esse tipo de classificação deve ser realizada também nos documentos considerados secretos pelo Estado, devendo a equipe responsável por executá-la ter a devida autorização de acesso e sujeitar-se à legislação pertinente no que diz respeito às restrições.¹¹⁰

Sobre as estruturas e instituições encarregadas de gerenciar os arquivos existem também algumas diretrizes a serem observadas pelos

107. Tradução livre. OEA. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *O acesso à informação sobre violações de direitos humanos*. 2010. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/relatorios/tematicos.asp>>. Acesso em: 09/05/2015.

108. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 110.

109. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 131.

110. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 132.

Estados. O Relatório da UNESCO e ICA¹¹¹ defende que uma boa instituição a nível nacional ou central é preferível a diversas instituições menores sem estrutura e recursos necessários para administrar os documentos.

Nos casos em que a entidade produtora do arquivo operante no regime repressivo siga funcionando após a transição para a democracia, Antonio Gonzalez Quintana¹¹² recomenda que seja identificada a parcela do acervo referente ao período autoritário e que ela seja encaminhada a uma instituição arquivística geral do Estado – como os Arquivos Públicos. Quando o contexto transicional não permite que haja confiança no destinatário natural desses documentos, o Relatório de Quintana sugere que sejam depositados em centros transitórios, a exemplos dos arquivos policiais descobertos em 2005 na Guatemala¹¹³.

O documento enfatiza que as instituições arquivísticas criadas no novo regime e que tenham especialmente o propósito de promover a justiça de transição estão mais adequadas, num primeiro momento, para receber estes acervos sensíveis. Desta forma, também se evita o colapso das instituições arquivísticas tradicionais, que geralmente não têm recursos humanos e orçamentários para lidar com as variadas demandas que surgem nos momentos transicionais. Ainda assim, a orientação é de que a transferência se dê por um período determinado e que haja uma instituição arquivística pública apta a receber o acervo no contexto de um sistema geral de arquivos nas administrações públicas do país, como parte da memória coletiva da nação.¹¹⁴

Joinet, no Princípio 14 (quatorze) de seu Relatório, estabelece que devem ser adotadas medidas para que em cada centro de arquivos esteja a cargo de uma pessoa nomeada para este fim. Nos casos em que o país esteja vivendo uma transição para a paz ou para a democracia e, que não haja mudança nas pessoas responsáveis pelos centros de arquivos, é importante que sejam adotadas medidas administrativas preventivas para assegurar que estes agentes públicos não dificultem ou interrompam estes

111. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 134-135.

112. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 128 e 129.

113. Idem. Págs. 115 e 116.

114. Pág. 96.

processos. Para tanto, o Princípio 49 (quarenta e nove) coloca que devem ser avaliados para estes agentes:

“a) seus antecedentes, no âmbito dos direitos humanos, em particular durante o período de investigação e busca; b) sua não implicação em atos de corrupção; c) sua competência profissional; d) sua aptidão para promover o processo de paz ou democratização, em particular respeitando as garantias constitucionais e os direitos humanos.”¹¹⁵

Este processo deve ser conduzido pelo Chefe do Governo ou pelo ministro ao qual aquele agente público é subordinado e devem ser conferidas garantias de defesa ao acusado. Caso procedam as acusações, o responsável pelo centro de arquivo poderá ser sujeito a “a) suspensão, na espera de uma eventual confirmação das suas funções ou da sua nomeação para outro cargo; b) mudança de destino; c) retrogradação; d) aposentadoria antecipada; e) destituição.”¹¹⁶

O estudo de Antonio González Quintana afirma também que, na busca de soluções mais específicas para estes contextos, tem sido frequente colocar estas novas instituições sob responsabilidade de pessoas comprometidas com as lutas das vítimas mas que nem sempre são dotadas de conhecimentos técnicos da arquivologia.¹¹⁷ Contudo, o relator aponta a importância do trabalho do arquivista e de um código de ética para a profissão no país que preze pelo respeito contexto, procedência e ordem original dos documentos.

4.2 O acesso à informação pública

Formados os arquivos, surgem debates acerca das possibilidades de acesso do seu conteúdo. Tensões entre as demandas pelo exercício do direito à informação pública e o direito à privacidade, a reivindicação por transparência governamental e as restrições por motivo de segurança evidenciam que as regulações pertinentes são permeadas por diversas complexidades.

O direito de buscar e receber informações é um desdobramento do direito à liberdade de pensamento e expressão, sendo reconhecido e tutelado expressamente por diversos diplomas internacionais como um direito humano. Dentre os principais tratados e documentos que dispõem sobre o assunto, encontram-se os elencados na tabela abaixo:

115. Tradução livre.

116. Tradução livre do Princípio 50.

117. Páginas 98 e 99.

Sistema Universal de Direitos Humanos	
Declaração Universal dos Direitos Humanos	Artigo XIX Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.
Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos	ARTIGO 19.º 2 - Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha. 3 - O exercício das liberdades previstas no parágrafo 2 do presente artigo comporta deveres e responsabilidades especiais. Pode, em consequência, ser submetido a certas restrições, que devem, todavia, ser expressamente fixadas na lei e que são necessárias: a) Ao respeito dos direitos ou da reputação de outrem; b) À salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde e da moralidade públicas.
Sistema Interamericano de Direitos Humanos	
Declaração Americana de Direitos e Deveres	Artigo IV. Toda pessoa tem direito à liberdade de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento, por qualquer meio.
Convenção Americana de Direitos Humanos	Artigo 13 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha. 2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.
A Carta Democrática Interamericana	Artigo 4 São componentes fundamentais do exercício da democracia a transparência das atividades governamentais, a probidade, a responsabilidade dos governos na gestão pública, o respeito dos direitos sociais e a liberdade de expressão e de imprensa. A subordinação constitucional de todas as instituições do Estado à autoridade civil legalmente constituída e o respeito ao Estado de Direito por todas as instituições e setores da sociedade são igualmente fundamentais para a democracia.

<p>Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Toda pessoa tem o direito de buscar, receber e divulgar informação e opiniões livremente, nos termos estipulados no Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Todas as pessoas devem contar com igualdade de oportunidades para receber, buscar e divulgar informação por qualquer meio de comunicação, sem discriminação por nenhum motivo, inclusive os de raça, cor, religião, sexo, idioma, opiniões políticas ou de qualquer outra índole, origem nacionais ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. 3. Toda pessoa tem o direito de acesso a informação sobre si própria ou sobre seus bens de forma expedita e não onerosa, esteja a informação contida em bancos de dados, registros públicos ou privados e, se for necessário, de atualizá-la, retificá-la e/ou emendá-la. 4. O acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. Este princípio só admite limitações excepcionais que devem estar previamente estabelecidas em lei para o caso de existência de perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas. 5. A censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação por meio de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão. 10. As leis de privacidade não devem inibir nem restringir a investigação e a difusão de informação de interesse público. A proteção à reputação deve estar garantida somente através de sanções civis, nos casos em que a pessoa ofendida seja um funcionário público ou uma pessoa pública ou particular que se tenha envolvido voluntariamente em assuntos de interesse público. Ademais, nesses casos, deve-se provar que, na divulgação de notícias, o comunicador teve intenção de infligir dano ou que estava plenamente consciente de estar divulgando notícias falsas, ou se comportou com manifesta negligência na busca da verdade ou falsidade das mesmas. 11. Os funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos, geralmente conhecidas como "leis de desacato", atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação.
<p>Outros documentos</p>	
<p>Declaração Conjunta sobre Acesso à Informação e sobre a Legislação que Regula o Sigilo (2004)</p>	<p>O direito de acesso à informação em poder das autoridades públicas é um direito humano fundamental que deve se aplicar em âmbito nacional por meio de uma legislação abrangente (por exemplo, as Leis de Liberdade de Acesso à Informação) com base no princípio de máxima divulgação, estabelecendo o pressuposto de que toda informação é acessível, sujeito somente a um restrito sistema de exceções.</p> <p>As autoridades públicas devem ter a obrigação de publicar de forma pró-ativa, inclusive na ausência de um pedido, toda uma gama de informações de interesse público. Devem-se estabelecer sistemas para aumentar, ao longo do tempo, a quantidade de informações sujeitas a tal rotina de divulgação.</p> <p>O acesso à informação é um direito dos cidadãos. Como resultado, o processo para acessar a informação deverá ser simples, rápido e gratuito ou de baixo custo.</p> <p>O direito de acesso à informação deve estar sujeito a um sistema restrito de exceções cuidadosamente adaptadas para proteger os interesses públicos e privados preponderantes, incluindo a privacidade. As exceções se aplicarão somente quando existir o risco de dano substancial aos interesses protegidos, e quando esse dano for maior que o interesse público em geral de ter acesso à informação. O ônus de demonstrar que a informação está amparada pelo sistema de exceções deve recair sobre a autoridade pública que procure denegar o acesso à mesma.</p> <p>As autoridades públicas devem ter a obrigação de cumprir padrões mínimos de gestão de arquivos. Devem-se estabelecer sistemas para promover padrões mais elevados com o passar do tempo.</p> <p>Em caso de discrepâncias ou conflitos entre normas, a lei de acesso à informação deverá prevalecer sobre toda outra legislação.</p> <p>Aqueles que solicitarem informações deverão ter a possibilidade de apelar qualquer denegação de divulgação de informações perante um órgão independente com plenos poderes para investigar e solucionar tais reclamações.</p> <p>As autoridades nacionais devem adotar medidas ativas para lidar com a cultura do sigilo que ainda prevalece em muitos países dentro do setor público. Isso deve incluir o estabelecimento de punições para aqueles que deliberadamente obstruírem o acesso à informação. Também devem-se adotar medidas para promover uma ampla sensibilização pública sobre a lei de acesso à informação.</p> <p>Devem-se adotar medidas, incluindo a alocação dos recursos e da atenção necessários, para assegurar a implementação eficaz da legislação sobre acesso à informação.</p>

<p>Declaração Conjunta sobre a Publicação de Informações Confidenciais, a Abertura dos Órgãos Públicos Nacionais e Internacionais, a Liberdade de Expressão e Tensões Culturais e Religiosas, e a Impunidade em Casos de Ataques contra Jornalistas (2006)</p>	<p>Os órgãos públicos, sejam nacionais ou internacionais, manuseiam informações em nome do público e não de si mesmos, e deverão, com limitadas exceções, prover acesso a essas informações.</p> <p>Os organismos públicos internacionais e as organizações intergovernamentais deverão adotar políticas internas de cumprimento obrigatório que reconheçam o direito do público a acessar as informações que manuseiam. Essas políticas devem estabelecer a divulgação de informações-chave por iniciativa própria dos organismos, assim como o direito a receber informações por meio de pedidos concretos.</p> <p>As exceções ao direito de acesso à informação devem ser estabelecidas de modo claro em tais políticas e o acesso deve ser autorizado a menos que (a) a divulgação cause dano sério a um interesse protegido, e (b) esse dano seja maior que o interesse público em acessar a informação.</p> <p>Os indivíduos devem ter o direito de apresentar uma queixa perante um organismo independente alegando uma falha na aplicação das políticas de acesso à informação, e esse organismo deve ter o poder de considerar tais queixas e proporcionar reparações quando necessário.</p>
---	---

Além dos instrumentos internacionais supramencionados, outros documentos elaborados em conjunto com a sociedade civil, estabelecem importantes estandartes sobre a matéria, tais como: a Declaração de Atlanta e Plano de Ação para o avanço do Direito de acesso à informação (2008); os Princípios de acesso aos arquivos elaborados pelo Grupo de Trabalho sobre Acesso do Conselho Internacional de Arquivos¹¹⁸; a publicação da UNESCO de 2009 sobre Direito à Informação na América Latina¹¹⁹; entre outros.

Quanto à interpretação do conteúdo do direito de acesso à informação, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) já estabeleceu, em sua Opinião Consultiva n° 5, que, ademais da dimensão individual deste direito, existe uma dimensão coletiva – relacionada à livre circulação de informações, a qual é essencial em uma sociedade democrática¹²⁰. Entretanto, a atuação da Corte IDH que merece maior destaque na temática é o julgamento do caso *Claude Reyes vs. Chile*, no

118. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução: Sílvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Austrália, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 18/06/2015.

119. MENDEL, Toby. *Direito à Informação na América Latina*. Quito: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183273s.pdf>>. Acesso em: 20/05/2015

120. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Opinião Consultiva Oc-5/85 Del 13 De Noviembre De 1985 La Colegiación Obligatoria De Periodistas (Arts. 13 Y 29 Convención Americana Sobre Derechos Humanos)*. 1985. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_05_esp.pdf>. Acesso em: 14/06/2015. P. 9.

qual – por primeira vez se pronunciou especificamente acerca do direito de um cidadão obter informações que estão sob poder público.

Neste precedente jurisprudencial, o tribunal reconheceu a estreita relação que existe entre a democracia e a liberdade de expressão, devendo o Estado agir conforme

“[...] os princípios de publicidade e transparência na gestão pública, o que torna possível que as pessoas que se encontrem sob sua jurisdição exerçam o controle democrático das gestões estatais, de forma tal que possam questionar, indagar e considerar se se está dando um cumprimento adequado às funções públicas. O acesso à informação sob o controle do Estado, que seja de interesse público, pode permitir a participação na gestão pública, através do controle social que se pode exercer com dito acesso”.¹²¹

O caso *Claude Reyes* versava sobre a negativa parcial do Estado chileno de entregar as informações sob seu controle aos senhores Marcel Claude Reyes, Sebastián Cox Urrejola y Arturo Longton Guerrero. A solicitação requisitava ao *Comité de Inversiones Extranjeras* dados sobre um projeto de desflorestamento que seria promovido por uma empresa privada e foi rejeitada sem uma justificativa amparada pela legislação chilena e sem que lhes fosse assegurado o direito de recorrer judicialmente da decisão.

A Corte IDH ressaltou que o direito de acesso à informação não é absoluto, mas que as autoridades públicas devem ser regidas por um *princípio de máxima divulgação*¹²², sendo limitadas as situações que permitam sua restrição. Em consonância com esta visão, os Princípios de acesso aos arquivos – elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos – estabelece que “público tem o direito de acesso aos arquivos de órgãos públicos. Entidades públicas e privadas devem abrir seus arquivos o mais amplamente possível”.¹²³

121. Tradução livre. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas). P. 46.

122. Tradução livre. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas). P. 47.

123. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 08/06/2015.

Foram determinados como parâmetros jurisprudenciais de análise da legitimidade da mitigação desse direito os seguintes elementos¹²⁴:

- a) as restrições devem estar previamente fixadas em lei, que, na interpretação da Corte IDH, não pode ser qualquer norma jurídica por ser tratar da restrição de um direito fundamental;
- b) estas leis devem ser ditadas por razões de interesse geral, entendendo estas razões como o “bem comum” que devem integrar a ordem pública de um Estado democrático;
- c) estas leis devem cumprir com o propósito para o qual foram criadas;
- d) a restrição deve responder a um objetivo permitido pela Convenção Americana de Direitos Humanos. Neste aspecto, cabe lembrar que este tratado permite a relativização do direito tutelado, no seu artigo 13º, desde que seja necessária para assegurar o respeito aos direitos ou à reputação dos demais, ou para proteger a segurança nacional, a ordem pública ou a saúde ou a moral públicas;
- e) as restrições têm que ser necessárias em uma sociedade democrática, ou seja, devem estar orientadas a satisfazer um interesse público imperativo e dentre as opções existentes para alcançar o objetivo, deve-se escolher aquela que restrinja em menor escala o direito protegido. Logo, devem ser proporcionais ao interesse que a justifica e ser condizente a alcançar esse objetivo legítimo, interferindo na menor medida possível ao efetivo exercício desse direito.

Contudo, o debate sobre o acesso à informação ganha contornos mais específicos quando inserido em um contexto transicional, pois se relaciona intimamente com a problemática da abertura dos arquivos de direitos humanos e dos direitos que decorrem do seu acesso. Em Estados que passam por uma transição política pós regimes autoritários, o direito à verdade surge como um dos pilares desse processo, respondendo à falta de esclarecimento sobre casos de graves violações de direitos humanos ocorridas no período. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sustenta – em seu Relatório sobre o Direito à Verdade na América (2014) – que as vítimas e familiares possuem o direito de conhecer os fatos desses episódios, assim como a identidade dos envolvidos neles. E, que o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido, suas razões e circunstâncias se estende à sociedade como um todo, a fim de que estes acontecimentos não se repitam.

124. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas). P. 47-48.

Ao colocar essa documentação à disposição da sociedade, possibilita-se sua utilização para diversas finalidades, dentre elas, a formulação de Reformas Institucionais e políticas públicas de não repetição; a realização de investigações e apurações de responsabilidades individuais e institucionais; a construção de espaços de memória; o esclarecimento de violações de direitos humanos a partir de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais; entre outras medidas que almejam alcançar uma efetiva justiça de transição.

No que tange as vítimas e familiares, estes acervos contém provas que lhes permitem exercer diversos direitos, como o reconhecimento da perseguição praticada e a restituição de bens confiscados, e cessar a violação de tantos outros. Conforme consolidado pela jurisprudência da Corte IDH, em casos como *Gomes Lund e outros Vs. Brasil* e *Chitay Nech y otros Vs. Guatemala*, a ocultação de informações sobre o paradeiro de uma pessoa desaparecida ou sobre os fatos e circunstâncias em que graves violações de direitos humanos ocorreram causa intenso sofrimento aos seus familiares, implicando em um tratamento cruel, desumano e degradante, que lhes viola a integridade pessoal. Além disso, a impossibilidade de acesso a documentos dessa natureza pode ser considerada uma violação das garantias judiciais, da proteção judicial e do direito à liberdade de expressão daquela pessoa.

Por fim, para efetivar os direitos à verdade e de acesso à informação, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos entende que o Estado deve adotar determinadas condutas que viabilizem o acesso a dados situados em arquivos e instalações estatais:

“[...] o derecho de acceso a la información impone a los Estados, entre otros, el deber de preservar y facilitar el acceso a los archivos estatales, cuando éstos existieran; y de crearlos y preservarlos cuando no estuvieran recopilados u organizados como tales. Cuando se trata de graves violaciones de derechos humanos, la información que pueden reunir estos archivos posee un valor innegable y es indispensable no sólo para impulsar las investigaciones sino para evitar que hechos aberrantes puedan repetirse. Esta práctica ya se ha reflejado en algunos países de la región que han creado “archivos de la memoria”, encargados de recopilar, analizar, clasificar y difundir los documentos, testimonios y otro tipo de información vinculados con las violaciones de derechos humanos en el pasado reciente.”¹²⁵

125. Tradução livre. OEA. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Derecho a la verdad en América. OEA/Ser.L/V/II.152. 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>>. Acesso em: 11/06/2015.

Colocar os arquivos acessíveis a todos, de modo que possam contribuir para a promoção de uma cidadania responsável é declarada como uma meta a ser alcançada pela Declaração Universal sobre os Arquivos. Sobre o assunto, o Princípio 16 do Relatório redigido por Louis Joinet afirma que as formalidades de autorização exigidas para fornecer o acesso devem ter como única finalidade o controle da consulta, não podendo ser aplicada com o fim de censura. Diane Orentlicher, ao atualizar o Conjunto de Princípios, especificou que o controle deve ter “por única finalidade salvaguardar a integridade e a segurança das vítimas e de outras pessoas”¹²⁶

Além disso, integra o conjunto de condições que efetivam o direito de acesso à informação a possibilidade de acesso gratuito aos dados. Esta previsão assegura que o direito fundamental de acesso à informação não será restringido indevidamente em função da situação econômica do solicitante, promovendo a igualdade material entre os indivíduos na efetivação dos seus direitos. Taxas de reprodução do material podem ser estabelecidas, de acordo com o Princípio nº 8 do ICA¹²⁷, contanto que sejam razoáveis.

Por fim, ressalta-se a importância de estimular uma cultura de educação em direitos humanos. Neste sentido, aproximar a sociedade dos serviços arquivísticos é uma maneira de dar efetividade ao direito de acesso à informação. Como prática inicial, deve-se inventariar o conteúdo dos fundos públicos e disponibilizar essas informações, de forma que as pessoas tenham conhecimento sobre o material existente neles. Especificamente documentos que testemunham violações de direitos humanos devem ser conhecidos e divulgados, conforme orientação do Relatório de 2009 da UNESCO e da ICA. Neste contexto, a internet é uma ferramenta que não pode ser desprezada.

A realização de oficinas sobre os acervos existentes e mecanismos de busca também são medidas que esclarecer o funcionamento da base de dados possibilitam uma utilização maior e melhor do arquivo por parte de um público que não tem familiaridade com

126. ONU, Comissão de Direitos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acesso em: 10/05/2015. P. 11.

127. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução: Sílvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Austrália, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 18/06/2015. P. 19.

o sistema organizacional daquela instituição.¹²⁸ O Princípio nº 2 dos Princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos explica que “*Os usuários devem ser capazes de identificar a instituição arquivística que detém material de seu interesse*”. Sobre a estrutura dos centros, o Relatório da UNESCO e ICA recomenda também que seja providenciado um espaço público para leitura.

4.2.1 Restrição legítima do acesso à informação

Como visto na seção anterior, no caso *Claude Reyes vs. Chile*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu que o Estado tem a obrigação positiva de fornecer as informações solicitadas. Contudo, admitiu a possibilidade de indeferimento de alguns pedidos nas situações em que a restrição se coaduna com os parâmetros de legalidade, razoabilidade, necessidade, e proporcionalidade anteriormente expostos. Além disso, é preciso ainda estar atento à forma como essa negativa ocorre. O tribunal interamericano estabeleceu que, nessas hipóteses, o Estado deve dar uma resposta fundamentada e por escrito.

O sigilo de uma informação deve ser estabelecido previamente por lei e em razão do conteúdo do documento, evitando a discricionariedade casuística em função de quem faz o requerimento e de seus motivos. Especificamente sobre o tema, foi elaborada uma Declaração Conjunta entre o Relator Especial das Nações Unidas sobre a Liberdade de Opinião e Expressão, o Representante da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação, e o Relator Especial da OEA para a Liberdade de Expressão, em 2004, sobre a legislação que regula o sigilo estabelecendo quatro tópicos que devem ser objeto de atenção da comunidade internacional:

- “Devem-se adotar medidas imediatas a fim de revisar e, na medida necessária, derrogar ou modificar a legislação que restrinja o acesso à informação, para que ela se alinhe aos padrões internacionais nesta área, incluindo conforme refletido nesta Declaração Conjunta.
- As autoridades públicas e funcionários públicos têm a responsabilidade exclusiva de proteger a confidencialidade da informação sigilosa legitimamente sob seu controle. Outros indivíduos, incluindo os jornalistas e representantes da sociedade civil, nunca devem estar sujeitos a punições pela publicação ou ulterior divulgação dessas

128. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 138.

informações, independentemente delas terem sido filtradas ou não, a não ser que tenham cometido fraude ou outro delito para obter as informações. As disposições do direito penal que não restringem as punições pela divulgação de segredos de Estado aos indivíduos oficialmente autorizados a manusear esses segredos devem ser derogadas ou modificadas.

- Certas informações podem ser legitimamente sigilosas por motivos de segurança nacional ou proteção de outros interesses preponderantes. Contudo, as leis que regulam o sigilo devem definir com exatidão o conceito de segurança nacional e especificar claramente os critérios que devem ser utilizados para determinar se certa informação pode ou não ser declarada como sigilosa, a fim de prevenir que se abuse da classificação “sigilosa” para evitar a divulgação de informações que são de interesse público. As leis que regulam o sigilo deverão especificar com clareza quais funcionários estão autorizados a classificar documentos como sigilosos, e também deverão estabelecer limites gerais a respeito do período de tempo durante o qual os documentos podem ser mantidos como sigilosos. Essas leis deverão estar sujeitas ao debate público.
- Os denunciantes de irregularidades (“*whistleblowers*”) são os indivíduos que dão a conhecer informações confidenciais ou sigilosas, apesar de terem a obrigação oficial, ou de outra natureza, de manter a confidencialidade ou o sigilo. Os denunciantes que divulgam informações sobre violações de leis, casos graves de má administração dos órgãos públicos, uma ameaça grave para a saúde, a segurança ou o meio ambiente, ou uma violação dos direitos humanos ou do direito humanitário deverão estar protegidos frente a punições legais, administrativas ou trabalhistas sempre que tenham atuado de “boa fé”.

Essas diretrizes se alinham com o entendimento de que o acesso à informação no país deve ser regulado por lei e observando princípios de razoabilidade. Submeter uma parte dos documentos a limitações de acesso é permitido, contanto que não sejam estabelecidas de forma discricionária. A previsão com clareza das hipóteses de restrição e dos procedimentos de contestação do sigilo abre mais possibilidades de controle democrático do acesso às informações públicas.

Deve, então, existir um mecanismo administrativo que permita a reconsideração da necessidade da restrição e a possibilidade de submeter a questão à apreciação judicial. O Conselho Internacional de Arquivos, em

seus Princípios de acesso aos arquivos¹²⁹, entende que as decisões sobre acesso devem ser dadas o mais rapidamente possível após o recebimento da solicitação. E de acordo com o Princípio 7, os “*Usuários têm o direito de apelar de uma negação de acesso*”.

O documento acrescenta que “*os usuários têm o direito de saber da existência ou da destruição de uma série específica, dossiê, item ou parte de um item, mesmo que seu uso esteja vedado*”, sendo fornecido “*o máximo de dados a respeito do material restrito, inclusive o motivo para a restrição e a data em que os documentos serão revisados ou estarão disponíveis para acesso*”.¹³⁰ Caso um documento tenha sido desclassificado pelo órgão público que o transferiu à instituição arquivística, seu conteúdo não deve ser sujeito a uma nova classificação no novo destino.¹³¹

Conforme exposto anteriormente, ao estabelecer o dever de tornar públicos os documentos, os tratados de direitos humanos exigem também uma proteção às informações que expõem a intimidade e a dignidade de pessoas mencionadas neles. Especialmente nos arquivos de órgãos da repressão atuantes em regimes autoritários, nomes e dados pessoais de pessoas monitoradas por essas instituições são frequentemente encontrados associados a informações difamatórias e caluniosas.

O Princípio n.º 17 do Relatório de Diane Orentlicher para a ONU conceitua como “arquivos nominativos” aqueles que “*contenham informação que permita, da maneira que seja, direta ou indiretamente, identificar as pessoas às quais se referem*”. Em relação a esses casos, o Princípio afirma que, além do direito de consultar os arquivos estatais para saber se figura neles, todos devem ter o direito de impugnar a ilegitimidade das informações que lhe dizem respeito, exercendo seu direito de réplica. Esta impugnação deve ser referenciada no documento contestado e ambos documentos devem ser disponibilizados conjuntamente sempre que solicitado o original.

129. Princípio 5. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução: Sílvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Austrália, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 18/06/2015.

130. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução: Sílvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Austrália, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 18/06/2015. P. 13.

131. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução: Sílvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Austrália, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 18/06/2015. P. 16.

Observa-se, portanto, que a confiabilidade, enquanto qualidade essencial dos arquivos, não pode ser assegurada por completo em todos os arquivos de órgãos repressivos. O mecanismo de oferecer uma reação à imprecisão do conteúdo do documento possibilita o acesso a outra fonte de informação que conteste a versão constante no documento oficial. O Relatório elaborado por Louis Joinet¹³², em 1997, já trazia essas disposições acerca dos arquivos nominativos, acrescentando que eles não podem ser usados como provas de acusação a menos que corroboradas por outras fontes fidedignas e diversificadas. A única exceção é quando as informações se referam aos responsáveis ou colaboradores permanentes dos serviços de segurança e inteligência.

A previsão do direito de réplica demonstra uma preocupação tanto com a veracidade da informação que é oferecida nos arquivos quanto à possibilidade de dano à honra da pessoa nominada nele. Contudo, nenhum dos dois Relatórios orienta explicitamente quanto à possibilidade ou impossibilidade de se limitar o acesso a determinados arquivos com o fim de se proteger os direitos individuais à honra e à privacidade.

O Relatório redigido por Antonio Gonzalez Quintana¹³³, por outro lado, afirma que deve haver uma preocupação em se preservar a privacidade das pessoas mencionadas nos arquivos ao longo do trabalho de descrição arquivística do material. Ainda que existam catálogos de informações pessoais compiladas pelos órgãos repressivos, elas devem ter seu acesso limitado aos arquivistas e não disponibilizadas livremente ao público. Este cuidado deve ser estendido aos computadores utilizados na tarefa de descrição, de modo que não sejam violadas as proteções estabelecidas. É particularmente frisado que os instrumentos de descrição não devem coletar outras informações além do nome e sobrenome dos indivíduos citados e a referência de localização dos documentos. De acordo com o Relatório, a principal demanda dos usuários geralmente é descobrir se existem dados sobre eles e este procedimento satisfaz essa espécie de solicitação sem oferecer riscos de exposições indevidas.

Este Relatório, elaborado para a UNESCO e a ICA, não assume a pretensão de solucionar todas as hipóteses de conflitos entre o direito à privacidade e à investigação histórica. Contudo, considerando que as legislações nacionais por vezes são omissas nessas situações, o relator sugere

132. No seu Princípio 18, c.

133. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 135 - 136.

como alternativa a despersonalização dos possíveis nomes das vítimas ou de terceiros nos documentos.¹³⁴

Apesar de ser evidente a orientação de sempre se conservar os arquivos, observa-se uma incoerência entre as diretrizes estabelecidas entre os três Relatórios acerca do tratamento que deve ser dado, em termos de acesso, aos documentos que exponham a privacidade de pessoas.

Já sobre as informações fornecidas por vítimas e testemunhas a comissões de investigação sob a expectativa de confidencialidade, Louis Joinet¹³⁵ e Diane Orentlicher¹³⁶ reconhecem como possível o anonimato em circunstâncias excepcionais. Para tanto, é necessário informar os depoentes das normas que regularão os relatos fornecidos e não divulgar os dados que os identificam, ademais, deve ser possível corroborar a informação proporcionada.

Outro aspecto relevante a ser discutido é a identificação ou não dos perpetradores de violações de direitos humanos nos trabalhos de comissões extrajudiciais de investigação. Conforme estudo realizado por Priscilla Hayner sobre diferentes formatos existentes de Comissões da Verdade, nomear os violadores nos relatórios finais é um dos temas mais controversos nas diversas experiências.¹³⁷

Hayner aponta que a questão envolve o conflito entre dois princípios: um que zela por um devido processo legal e contraditório no processo de acusação, e outro que exige a identificação dos autores das violações de direitos humanos como parte do processo de esclarecimento da verdade. E informa que os mandatos legais das comissões nem sempre são expressos sobre qual princípio norteará seus trabalhos. Assim, algumas delas optam por não tornar públicos estes dados levantados por motivos como: a falta de confiança na metodologia e qualidade das informações; a falta de contraditório no processo de investigação; os riscos às testemunhas que contribuíram com a identificação; as possibilidades de fomentar uma vingança contra os perpetradores, entre outras razões¹³⁸.

134. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 141.

135. Princípio 12.

136. Princípio 10.

137. HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: transitional justice the challenge of truth commissions*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2011, p.121.

138. HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: transitional justice the challenge of truth commissions*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2011, p.121-142.

Mesmo nos casos em que as comissões não individualizam os agentes violadores nos seus relatórios, comumente, as investigações reúnem uma quantidade de informações que permitem identificar suspeitos de violações de direitos humanos. Sobre os direitos das pessoas acusadas no contexto de comissões extrajudiciais, Diane Orentlicher orienta que ao longo dos trabalhos, sejam observadas as seguintes garantias:

- “a) a Comissão deverá tratar de corroborar a informação que implique essas pessoas antes de dar conhecimento sobre seu nome publicamente;
- b) as pessoas implicadas deverão ter sido escutadas ou, ao menos, convocadas para tal fim, e ter a possibilidade de expor sua versão dos fatos em uma audiência convocada pela comissão enquanto realiza sua investigação, ou de incorporar ao expediente um documento equivalente a um direito de réplica.”¹³⁹

Levando em conta a importância dos acervos produzidos por essas e outras comissões extrajudiciais de investigação, a orientação geral do Relatório de Antonio Quintana é de que seus documentos tenham como destino final a instituição arquivística nacional do país. E Louis Joinet, ao elaborar o Princípio 12 sobre a Publicidade do relatório dessas comissões, já havia defendido sua ampla divulgação, excetuando apenas a revelação de dados que possam comprometer a segurança de testemunhas e peritos.

Ao tratar-se de violações de direito humanos, deve ser considerado também o dever do Estado de dar conhecimento da verdade sobre o ocorrido, estando contemplada nessa obrigação a identificação dos seus autores, conforme dispõe a Comissão Interamericana de Direitos Humanos:

“Ao ser uma obrigação dos Estados derivada das garantias de justiça, o direito à verdade também constitui uma forma de reparação em casos de violações de direitos humanos. Com efeito, o reconhecimento das vítimas é relevante porque significa uma forma de admitir a importância e o valor das pessoas enquanto indivíduos, vítimas e titulares de direitos. Além disso, o conhecimento das circunstâncias de modo, tempo e lugar, as motivações e a identificação dos perpetradores são elementos fundamentais para reparar integralmente às vítimas de violações de direitos humanos. A Comissão já estabeleceu que:

‘integra o direito a reparação por violações dos direitos humanos, em sua modalidade de satisfação e garantias de não repetição, o direito

139. Tradução livre do Princípio 9 do Conjunto Atualizado de Princípios.

que tem toda pessoa e a sociedade de conhecer a verdade íntegra, completa e pública sobre os fatos ocorridos, suas circunstâncias específicas e quem participou deles. O direito de uma sociedade de conhecer integralmente seu passado surge não só como um modo de reparação e esclarecimento dos fatos ocorridos, mas também tem o objeto de prevenir futuras violações.”¹⁴⁰

Por fim, no que diz respeito aos órgãos de investigação, os Princípios sobre a impunidade dos autores de violações de direitos humanos estabelece que o acesso a arquivos deve ser irrestrito.¹⁴¹ No Relatório de atualização, Orentlicher acrescenta ao Princípio correspondente¹⁴² que:

“Não se poderá denegar a consulta aos arquivos por razões de segurança nacional exceto quando, em circunstâncias excepcionais, a restrição tenha sido prescrita por lei; quando o Governo tenha demonstrado que a restrição é necessária em uma sociedade democrática para proteger um interesse de segurança nacional legítimo e quando a denegação seja objeto de exame judicial independente.”¹⁴³

Em sua exposição de motivos, a relatora explica que “interesse de segurança nacional legítimo” deve ser entendido no sentido de excluir situações que visem meramente proteger o governo de uma situação constrangedora ou de que seja descoberta uma conduta imprópria.¹⁴⁴

4.3 Proteção e preservação dos arquivos privados

Os arquivos privados também são uma valiosa fonte de informações acerca de violações de direitos humanos em regimes repressivos, devendo ser destinada uma proteção especial a eles. Os Princípios de acesso aos arquivos do ICA reconhecem que “*muitos arquivos privados guardam documentos institucionais e papéis pessoais que têm significativo valor para a história social, econômica, religiosa, comunitária e pessoal, bem como para a produção de conhecimento e apoio ao desenvolvimento*”.

A legislação o sobre a conservação e acesso deve considerar as especificidades desse material, que possui natureza privada com um conteúdo

140. Tradução livre. OEA. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Derecho a la verdad en América*. 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>>. Acesso em: 11/06/2015. p. 58-59.

141. Princípio n.º 17.

142. Princípio n.º 16.

143. Tradução livre.

144. ONU, Comissão de Direitos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acesso em: 10/05/2015. P. 16.

de interesse público. O Princípio nº 1 do ICA declara que as “*Instituições que mantêm arquivos privados não têm obrigação legal de abri-los a usuários externos, a não ser que alguma legislação específica, exigência legal ou regulação lhes imponha essa responsabilidade.*” Diane Orentlicher, acrescenta em seu Relatório para a Comissão de Direitos Humanos da ONU que “*os Estados devem respeitar e proteger o direito das organizações não estatais e das pessoas de reunir, preservar e fornecer documentos pertinentes relacionados com essas violações*” de direitos humanos.¹⁴⁵

Ainda que o Estado não tenha ingerência sobre a administração desses arquivos, pode ser estabelecida a exigência de prévia autorização do Poder Público para a destruição ou exportação desse material, de modo a evitar que sejam destruídos intencionalmente ou por negligência. É recomendado, no Relatório de Antonio Quintana, que o Estado incentive o ingresso desses fundos em instituições arquivísticas públicas, e que promova programas para a localização, repatriação e tratamento dos acervos produzidos pelas organizações de direitos humanos e pelos organismos de oposição aos regimes repressivos¹⁴⁶.

O Conselho Internacional de Arquivos orienta que os detentores de arquivos privados sejam transparentes e permitam o acesso público aos acervos que digam respeito à efetivação de direitos. Seu Princípio nº 5 admite a possibilidade que seja feita distinção no acesso proporcionado aos pesquisadores se motivada pelos termos de doação do documento ou pelas necessidades de segurança da organização. Contudo, é recomendado que esses critérios sejam explicitados por uma política pública de acesso da instituição e que estas exceções sejam reduzidas ao máximo.¹⁴⁷ Além disso, o Princípio nº 7 sugere que haja um procedimento de recurso para os casos em que haja negativa de fornecimento do acesso a um arquivo, devendo ser apreciado por uma autoridade diversa da que decidiu originariamente pelo improvimento da solicitação.

145. ONU, Comissão de Direitos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.asp?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acesso em: 10/05/2015. P. 10.

146. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acesso em 13/09/2015. P. 122.

147. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução: Sílvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Austrália, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 18/06/2015. P. 16.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRATAMENTO DE ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA E POSSÍVEIS RECOMENDAÇÕES

Como colocado entre as expectativas iniciais do trabalho, a América Latina possui uma grande diversidade de materiais considerados com “arquivos de direitos humanos”.

Esta variedade se demonstra mesmo quando enfocamos nos arquivos essenciais para dar efetividade às diversas dimensões dos processos de transição, notando-se discussões sobre acervos com os mais distintos conteúdos.

O Brasil e a Argentina apresentam ao público fundos com informações sobre: as circunstâncias da perpetração de violações de direitos humanos; a estrutura estatal que contextualiza tais violações; as atividades dos regimes autoritários; as lutas de resistência e pela redemocratização; os esforços e barreiras por justiça; entre outros. Já o processo colombiano de resgate da verdade sobre o conflito armado é marcado por uma falta de cuidado com os arquivos produzidos ao longo do tempo. A política de valorização da memória e preservação dos acervos passou a ser desenvolvida, principalmente, na última década. No contexto peruano, o acervo reunido e produzido pelos trabalhos da *Comisión de la Verdad y Reconciliación* se sobressai pela riqueza de documentos e quantidade de testemunhos colhidos que hoje podem ser acessados pela população.

Uma das preocupações centrais apontadas pelos documentos do Conselho Internacional de Arquivos, da UNESCO, de Louis Joinet e de Diane Orentlicher é com a identificação dos acervos de órgãos públicos que documentam violações de direitos humanos. De fato, as experiências analisadas revelam que é longo o caminho de localização e disponibilização de arquivos oriundos de serviços e órgãos de inteligência e segurança. É um elemento constante na análise dos especialistas da RLAJT a insuficiência de informações sobre os acervos provenientes desses braços do Estado, havendo episódios significativos de arquivos descobertos com o passar dos anos. Comparativamente aos demais países, o Brasil se destaca pela incorporação de parte dos arquivos do regime autoritário às instituições arquivísticas centrais. Ainda assim, é observado que estes acervos representam apenas uma parcela dos documentos da repressão brasileira.

Sobre os arquivos privados, os documentos internacionais estudados admitem a possibilidade de que seu conteúdo seja de interesse público,

o que é confirmado pelos relatos dos contextos nacionais. Os casos chileno e salvadorenho enfatizam a relevância das informações reunidas pelas vítimas, familiares e pela sociedade civil organizada, especialmente, em um cenário de escassez de fontes oficiais do Estado. Contudo, ao observar a complexidade que envolve a ingerência do Estado em materiais dessa natureza, as orientações internacionais são mais no sentido de reforçar os direitos dos detentores desses acervos, conferindo-lhes também algumas responsabilidades.

As leis arquivísticas que trouxeram alguma regulação na matéria tiveram como enfoque principal a coibição de atos de destruição desse patrimônio e o desenvolvimento de incentivos à sua preservação e publicização. Destaca-se o caso argentino, ao prever a possibilidade de expropriação de documentos privados que sejam considerados de valor histórico. No outro extremo, a lei colombiana, ao identificar um acervo como de interesse público, assegura a manutenção do direito de propriedade do particular sobre aquele acervo, mas prevê que sejam encaminhadas cópias dessa documentação à instituição arquivística pública. Além disso, são previstos incentivos fiscais e de outra natureza à preservação desses materiais.

Apesar de o Relatório de 2009 da UNESCO e do ICA ressaltar a importância da implantação de um sistema arquivístico, não há parâmetros definitivos sobre o melhor paradigma em termos de organização desse sistema. Em algumas experiências, eles são descentralizados e se pautam na organização do Estado para realizar uma divisão sobre a destinação dos arquivos, como por exemplo a brasileira. Seu Sistema de Arquivos preza por uma divisão entre os arquivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, havendo também uma regulação distinta para os arquivos federais, estaduais, distritais e municipais. A Colômbia, do mesmo modo, possui um sistema de arquivos com diversas divisões internas, mas também há no país uma instituição cuja competência é trabalhar com a perspectiva do resgate e preservação da memória. Nos últimos anos, tem sido reconhecida, cada vez mais, a importância dos arquivos no processo de reparação das vítimas, havendo um fortalecimento do *Centro Nacional de Memória Histórica* e desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre os diversos órgãos produtores de arquivos de direitos humanos, como o judiciário.

Ainda que veja como necessária a concentração dos arquivos históricos de uma nação em uma instituição arquivística central, o Relatório de Antonio Quintana reconhece o papel de instituições especializadas em memória e direitos humanos na gestão de arquivos da repressão. Em um primeiro momento de contextos de transição, o o relator julga, inclusive, que elas seriam gestoras mais adequadas para atender as necessidades sociais imediatas sobre esse material. A prática de concentrar os materiais relacionados a direitos humanos em instituições próprias tem sido

frequente no panorama regional. É o caso do Chile, aonde o *Museo de la Memoria* exerce importante papel na reunião dos acervos referentes ao período autoritário e dos modelos argentino e peruano, que revelam a descentralização dos arquivos em variadas instituições especializadas em memória ou direitos humanos.

Na Guatemala, são escassas as informações acerca dos acervos relevantes e das instituições arquivísticas, sendo apontado o *Archivo General de Centroamérica* como instituição central nesta temática. E El Salvador traz um exemplo que se diferencia negativamente dos demais países analisados. As poucas normas arquivísticas existentes são antigas, estando em descompasso em relação a parâmetros de acesso a informação e ao papel do arquivo na garantia de direitos. Além disso, não é previsto um sistema que integre as diversas instituições arquivísticas no país, estando cada ente público encarregado de realizar a gestão dos seus arquivos e sendo atribuição da instituição arquivística central reunir apenas documentos de valor histórico anteriores a 1930.

As discussões consolidadas nos documentos internacionais tidos como parâmetros evidenciam a preocupação com instituições arquivísticas confiáveis, em um sentido político e técnico. Frisa-se a importância de uma gestão que não prejudique o conteúdo desse material, sendo necessário haver uma padronização, no país, das regras de descrição arquivística, compatibilizando-as num nível interno e com as diretrizes gerais internacionais. Um processo de identificação adequado dos documentos permite um controle da sua autenticidade e facilita o acesso à informação. Como regra, observou-se que há organismos internos nos países com a atribuição legal de desempenhar esse papel.

Quanto o direito de acesso à informação pública, é assegurado enquanto direito fundamental na maior parte dos países investigados. Na Argentina, não é expressamente previsto na Constituição, mas a legislação ordinária garante ao cidadão a possibilidade de requerer, de modo geral, informações de órgãos sob jurisdição do Poder Executivo Nacional e de organizações privadas que sejam subsidiadas por recursos públicos ou que prestem ou explorem um serviço público. Observa-se que as legislações da região vinculam os entes da administração pública e pessoas de direito privado que recebem subsídios públicos ou prestem serviço público, havendo algumas variações, como no caso colombiano que sujeita também os partidos políticos à lei de acesso.

Com exceção da Colômbia, todos os ordenamentos jurídicos estipulam prazos fixos para que sejam oferecidas as respostas dos requerimentos de informações formulados pelos cidadãos. E é unânime a possibilidade

de recursos administrativo nos casos de negativa da solicitação, chamando atenção a lei de acesso brasileira ao possibilitar diversas instâncias recursais nesta matéria. No caso colombiano, outra particularidade é a obrigatoriedade de adoção de medidas que garantam a acessibilidade de populações específicas e de pessoas com deficiência às informações que são publicizadas.

Acerca das restrições ao direito de acesso à informação, um dos parâmetros interamericanos é a exigência de que sejam voltadas à proteção da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas. Contudo, verifica-se nas legislações que outros interesses são tutelados por meio do sigilo oficial, sendo incorporadas hipóteses de restrição que não estão relacionadas aos bens jurídicos anteriormente mencionados.

No Chile, por exemplo, não são fornecidas as informações cuja publicidade, comunicação ou conhecimento afetem o devido cumprimento das funções do órgão requerido, quando se tratam “de requerimentos de caráter genérico, referidos a um elevado número de atos administrativos ou seus antecedentes ou cuja atenção requiera distrair indevidamente os funcionários do cumprimento regular de seus labores habituais.”; e na Colômbia, “são excluídos também os documentos que contenham as opiniões ou pontos de vista que formem parte do processo deliberativo dos servidores públicos.”

Apesar de a Declaração Conjunta sobre Acesso à Informação e sobre a Legislação que Regula o Sigilo exigir que o conceito de segurança nacional seja definido com exatidão nas leis que regulam o sigilo, isto não se observou como uma realidade na região.

A maioria das leis estabelece expressamente o período máximo de sigilo admitido a uma informação, havendo grande discrepância entre os números de país um a outro. A Colômbia, por exemplo, prevê um sigilo de até 45 anos. À primeira vista, a legislação salvadorenha estabelece um prazo significativamente menor para o estabelecimento de reservas – 12 anos. Contudo, a norma prevê a possibilidade de renovação indefinida nas seguintes hipóteses: “se a sua liberação puder ameaçar efetivamente o interesse juridicamente protegido” e “se sua liberação puder provocar um dano maior do que o interesse público de se conhecer a informação”; disposições legais com conteúdo demasiadamente vago diante da gravidade da restrição que estabelece.

Os documentos internacionais não são uníssonos sobre o tratamento que deve ser conferido aos dados pessoais. Apesar de o Relatório do ICA e UNESCO sugerir a dissociação das informações que possam expor a honra e a privacidade de pessoas, nos arquivos tornados públicos, os debates conduzidos entre os especialistas da RLAIJT, sobretudo no seu

II encontro, revelam que é necessário um aprofundamento nas complexidades desta questão.

As legislações nacionais analisadas exigem o consentimento do titular dos dados pessoais para que haja sua divulgação, havendo diferenças em como esse consentimento pode ser dado. Na lei de acesso salvadorenha, não há detalhamento sobre o procedimento que deve ser observado, enquanto a lei chilena determina que o titular deve ser consultado e deve se manifestar em até três dias. Ainda assim, a sua negativa não é vinculante ao Estado chileno, que pode submeter a apreciação da questão sobre a liberação da informação a um órgão específico. No contexto argentino, é evidenciado que a proteção dessa categoria de informações pode ser instrumentalizada para obstruir o acesso ou eliminar arquivos de valor histórico. Já o Brasil configura-se como um caso particular neste tema, sendo sua a única lei de acesso a estabelecer um prazo para a restrição dessa espécie de informação. Além disso, tem sido adotada a política de máxima divulgação em relação aos arquivos históricos sob administração do Arquivo Nacional nos últimos anos. Assim, o órgão tem aberto oportunidades específicas para manifestação dos titulares das informações pessoais, de modo que tem sido considerado que o seu consentimento foi outorgado por não ter havido posicionamento contrário.

Foram assinalados desafios múltiplas ordens, como a falta de legislação arquivística e de acesso à informação em consonância com os parâmetros internacionais de direitos humanos; práticas institucionais inadequadas; tentativas de ocultação ou destruição de importantes acervos; restrições indevidas à informação; etc. Essa riqueza é fruto da multiplicidade de realidades e desafios que enfrentam os países representados na Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Assim, a diversidade do panorama regional torna complexo o estabelecimento de recomendações para padronizar o tratamento a ser dado aos arquivos de direitos humanos. Entretanto, os Relatórios e documentos internacionais apresentados no Estudo trazem orientações mínimas que devem ser observadas em matéria de organização, gestão, preservação e acesso aos arquivos como valiosos instrumentos de garantias de direitos. Por fim, com o objetivo de estabelecer pontos comuns ao debate dos membros da RLAJT em seu II Encontro, o presente trabalho indicou alguns caminhos possíveis, explicitados abaixo¹⁴⁸.

148. As sugestões formuladas serviram de base para as discussões realizadas no II Encontro da Rede Latino-americana de Justiça de Transição. Na assembleia dos representantes dos membros da Rede, ocorrida na mesma oportunidade, foram aprovadas as *Recomendações sobre princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos* da RLAJT, constantes no anexo 4.

Considerando os relatos sobre a falta de informações acerca da localização de importantes arquivos de direitos humanos, RECOMENDA-SE:

1. a criação de um inventário nacional dos arquivos públicos sobre direitos humanos, a partir do levantamento e identificação de todos os fundos públicos com possíveis informações na matéria, especialmente:
 - a) os arquivos de instituições criadas pelo regime repressivo e voltadas à sua sobrevivência, tais como: serviços de inteligência, corpos paramilitares, tribunais especiais, campos de concentração, prisões especiais, centros psiquiátricos para a “reeducação” e outros.
 - b) os arquivos referentes aos períodos autoritários de instituições tradicionais à administração que seguem existindo com o fim desses regimes, tais como: Inteligência, Forças Armadas, Polícia e Forças de Segurança, Serviços Penitenciários, Tribunais ordinários e Órgãos da Administração Civil.
2. a criação de comissões especiais, com participação da sociedade civil, com a prerrogativa legal de inspecionar dependências estatais e investigar a manutenção indevida de arquivos nas dependências originárias.

Reconhecendo o papel fundamental das instituições encarregadas de organizar, custodiar, preservar e promover o acesso aos arquivos na manutenção da sua integridade e sentido, RECOMENDA-SE:

3. a designação de uma entidade responsável por delinear uma política arquivística a nível nacional orientada pelo respeito aos direitos humanos, considerando a importância dos arquivos para a efetivação desses direitos e prezando pelos princípios arquivísticos que resguardam a sentido e a integridade dos arquivos.
4. a elaboração, a nível nacional, de normas de descrição arquivística compatíveis com os parâmetros internacionalmente construídos.
5. nos processos de restabelecimento da paz e democracia, a análise das autoridades responsáveis pelos fundos de direitos humanos, conforme os critérios estabelecidos no Princípio n.º 49 do Conjunto de princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos mediante a luta contra a impunidade, de modo definir se são pessoas comprometidas com a transição.
6. a previsão normativa de responsabilização para as práticas de sequestro, destruição, dissimulação ou falsificação dos arquivos.
7. o investimento em capacitação interdisciplinar dos profissionais destacados para lidar com o tratamento de arquivos, para que possam compreender: a lógica das estruturas e organizações que produziram a documentação analisada, os diversos usos que diferentes documentos podem ter em um processo transicional, e

como dar efetividade ao direito de acesso à informação nos marcos do direito interno e direito internacional dos direitos humanos.

8. que, tanto nos fundos abertos quanto nos fechados, seja viabilizado o acesso a arquivos sob hipóteses legais de restrição de acesso aos profissionais encarregados de identificar e descrever os arquivos da instituição, de modo que possam ser verificados os relacionados a direitos humanos.
9. a realização de inventário também das informações submetidas à restrição de acesso pelo público, de modo que seja possível identificar que o dado está sob restrição, seu motivo e a data em que em que o documento estará disponível para acesso.

Observando que, em muitos países, não existe uma instituição arquivística central que possa recolher acervos dos extintos e atuais órgãos repressivos, RECOMENDA-SE:

10. A criação de instituições arquivísticas na democracia que centralizem o tratamento e acesso dessa documentação.

Observando, também, a problemática que se apresenta diante da fragilidade dos arquivos privados, importantes fontes de documentação dos períodos de graves violações de direitos humanos, RECOMENDA-SE

11. a construção de uma base de dados que identifique os principais fundos privados com informações de direitos humanos, a partir da cooperação das entidades responsáveis pelos acervos.
12. nos casos em que a instituição privada não possuir meios adequados para a devida conservação do acervo, o incentivo à transferência dos arquivos de direitos humanos a instituições arquivísticas públicas.

Notando que parte das legislações arquivísticas remonta a paradigmas de períodos autoritários nos países da América Latina, faltando adequação do ordenamento jurídico aos estandartes internacionais em matéria de arquivos de direitos humanos, RECOMENDA-SE:

13. a criação ou atualização de legislação arquivística que reconheça e assegure o direito à informação pública como um direito fundamental nos respectivos ordenamentos.

Considerando o acesso às informações públicas como um direito essencial em uma sociedade democrática, RECOMENDA-SE:

14. a compatibilização das leis de acesso à informação com os parâmetros universais e interamericanos de direitos humanos.
15. a definição das restrições ao direito de acesso à informação a partir de ampla discussão pública, pautada em critérios de legalidade, necessidade, razoabilidade e proporcionalidade, e estabelecendo

agentes autorizados a estabelecer a classificação e os prazos limites para sua manutenção.

16. a garantia do acesso gratuito à informação.
17. a produção de manuais e oficinas de capacitação que acerca do funcionamento das instituições arquivísticas, métodos e possibilidade de pesquisa nos seus acervos.
18. que sejam pensadas e promovidas medidas de acessibilidade aos arquivos para os usuários com deficiência ou com dificuldades de acesso às informações disponibilizadas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. *As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça*. In: A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

_____. *Mutações do conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia*. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo (org.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. *Resistance to change: Brazil's persistente amnesty and its alternatives for Truth and Justice*. In: Lessa, Francesca; Payne, Leigh A. (orgs). *Amnesty in the Age of Human Rights Accountability*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012, pp.152-180.

AMAZORRUTIA, Alicia Barnard. *Guía para la organización y control del expediente de archivo*. Ed. Archivo General de la Nación, México, 2002. Disponível em: <<http://www.ica.org/11116/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/gua-para-la-organizacin-y-control-del-expediente-de-archivo-primera-edicin.html>>. Acesso em: 20/06/2015.

ARGENTINA. *Decreto 1172/2003*. Disponível em: <<http://infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/90763/norma.htm>>. Acesso em: 18/07/2015.

_____. *Decreto 1259/2003*. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/91115/norma.htm>>. Acesso em: 11/07/2015.

_____. *Ley N° 15.930*. Outubro, 5 de 1961. Disponível em: <<http://www.infojus.gob.ar/15930-nacional-archivo-general-nacion-lns-0001421-1961-10-05/123456789-0abc-defg-g12-41000scanyl>> Acesso em: 11/07/2015.

_____. *Ley N° 25.326*. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64790/texact.htm>>. Acesso em: 18/07/2015.

BARBEDO, *Francisco*. Importancia de los Sistemas Nacionales de Archivos. IN: . Archivo General de la Nación, volumen CXXIX. *Memorias del Segundo Encuentro Nacional de Archivos de la República Dominicana*. Santo Domingo, Republica Dominicana. 2010. Disponível em: <http://www.agn.gov.do/sites/default/files/publicaciones/vol_129._ii-ena-.pdf>. Acesso em 04/08/2015.

BARROS, T.. Os Arquivos, a Arquivística e o Discurso: alguns marcos históricos e conceituais. *Informação Arquivística*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 2, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/20/19>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

_____. Por uma Arqueologia da Arquivística: elementos históricos de sua constituição. *Informação Arquivística*, 3, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/105/39>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*. 4ª edição. São Paulo. Editora FGV, p.130. 2006.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. *Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

_____. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. *Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

_____. *Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983*. Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

_____. *Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

_____. *Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

_____. *Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.

_____. *Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995*. Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

_____. *Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997*. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*.

_____. ARQUIVO NACIONAL. *Instrução normativa nº 1 do Arquivo Nacional, de 18 de abril de 1997*. Estabelece os procedimentos para entrada de acervos arquivísticos no Arquivo Nacional.

_____. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 17/05/2015.

BRASIL. CASA CIVIL. Portaria Interministerial nº 1.321-A de 29 de setembro de 2015.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 09/06/2015.

_____. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

BURT, Jo-Marie; CAGLEY, Casey. Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da Accountability no Peru. Tradução de Daniela Sequeira. *Revista SUR*. Edição V. 10 - N. 18 - Jun/2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/18/1000427-acesso-a-informacao-acesso-a-justica-os-desafios-da-accountability-no-peru>>. Acesso em: 21/08/2015.

CAMARGO, Célia Reis; MOLINA, T. S. *O Patrimônio Arquivístico: Acervos Privados E Interesse Público*. In: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: NUMEM, 2010.

CANAVAGGIO, Perrine. *El acceso a la información pública en el mundo: Un derecho humano emergente*. 7º Seminario Internacional de Archivos de Tradición Ibérica Rio de Janeiro – 27 de junio a 1º de julio 2011. Disponível em: <<http://www.ala-archivos.org/wp-content/uploads/2012/05/7-SIATI-Perrine-Canavaggio.pdf>>. Acesso em: 10/05/2015.

CARDOZO, José Eduardo; ABRÃO, Paulo. O Guardião Da Memória: As Políticas Públicas De Memória Do Ministério Da Justiça Do Brasil. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 6 (jul. / dez. 2011). – Brasília : Ministério da Justiça , 2012.

CATELA, Ludmila da Silva. *O mundo dos arquivos*. In: REÁTEGUI, Felix. *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>. Acesso em: 09/05/2015.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. *Archivos de graves violaciones a los DD.HH., infracciones al DIH, memoria histórica y conflicto armado. Elementos para una política pública*. Bogotá: CNMH. 2014.

CHOTO, Rodolfo Ramos. *Los Archivos en El Salvador*, C. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.27.1.nt6h807463120531>>. Acesso em: 12/08/2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. About records, archives and the profession. Disponível em: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acesso em: 03/05/2015.

_____. *Application of ISAD(G) for Human Rights Archives*. 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13758/standards/application-of-isadg-for-human-rights-archives.html>>. Acesso em: 17/06/2015.

_____. *Archive Buildings In A Tropical Climate And With Low Resources (ICA Study 17)*. 2005 Disponível em: <<http://www.ica.org/10798/studies-and-case-studies/ica-study-n17-archive-buildings-in-a-tropical-climate-and-with-low-resources.html>>. Acesso em: 20/06/2015.

_____. *Declaração Universal Sobre Os Arquivos*. 2010. Disponível em: <http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acesso em: 05/06/2015.

_____. *Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas (ICA Estudo nº 16)*. 2005. Disponível em: <<http://www.ica.org/10801/studies-and-case-studies/ica-study-n16-electronic-records-a-workbook-for-archivists.html>>. Acesso em: 14/06/2015.

_____. *Guidelines on Disaster Prevention and Control in Archives (ICA Study 11)*. Disponível em: <<http://www.ica.org/10818/studies-and-case-studies/ica-study-n11-guidelines-on-disaster-prevention-and-control-in-archives.html>>. Acesso em: 14/06/2015.

_____. *Guidelines On Exhibiting Archival Materials*. Disponível em: <<http://www.ica.org/11902/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/guidelines-on-exhibiting-archival-materials.html>>. Acesso em: 20/06/2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMITÊ DE BOAS PRÁTICAS E NORMAS GRUPO DE TRABALHO SOBRE ACESSO. *Princípios de Acesso aos Arquivos. Orientação técnica para gestão de arquivos com restrições*. Disponível em: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>>. Acesso em: 18/06/2015.

_____. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 08/06/2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMMITTEE ON ARCHIVAL LEGAL MATTERS. *ICA Study 19*. Disponível em: <<http://www.ica.org/10789/studies-and-case-studies/ica-study-n19-committee-on-archival-legal-matters-19962004.html>>. Acesso em: 05/06/2015.

COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 1, out. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas).

_____. *La Colegiación Obligatoria de Periodistas (Arts. 13 y 29 Convención Americana sobre Derechos Humanos)*. Opinión Consultiva OC-5/85 del 13 de noviembre de 1985. Serie A No. 5. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_05_esp.pdf>. Acesso em: 14/06/2015.

EL SALVADOR. SUBSECRETARÍA DE TRANSPARENCIA Y ANTI-CORRUPCIÓN; ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Normativa Nacional de Archivo*. San Salvador: Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gob.sv/normativa-nacional-de-archivo-2/>>. Acesso em: 12/08/2015.

ESPAÑA. MINISTERIO DE EDUCACIÓN CULTURA Y DEPORTE. *Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Archivo General De La Nación De El Salvador*. Disponível em: <<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/archivodetail.htm?id=1459330>>. Acesso em: 12/08/2015.

FONSECA, Maria Odila. *Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas*. *Ci. Inf.*[online]. 1999, vol.28, n.2, pp. 146-154. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000200007>>. Acesso em: 10/05/2015.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *A Normalização da Descrição Arquivística – avanços internacionais e a situação do Brasil*. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 13 a 15 de Julho de 1999. Disponível em:<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/a_normalizacao_da_descricao_arquivistica__avancos.pdf>. Acesso em: 14/08/2015.

GAUCHI, Verónica. Políticas de información al amparo de la legislación argentina. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 2011, vol. 34, no. 2, p. 157-176.

HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: transitional justice the challenge of truth commissions*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2011.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo*, v. 2, n.2, jul./dez, 1987. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.dez.1987.pdf>>. Acesso em 09/08/2015.

JOINET, Louis (dir.). *Lutter contre l'impunité. Dix questions pour comprendre et pour agir*. Paris : Éditions La Découverte, 2002.

MALTEMPO, Marcela Mónica; FUSTER, María Teresa. *La necesidad de una nueva Ley de Archivos en vistas a la celebración del Bicentenario*. 2008. Disponível em: <<http://www.mundoarchivistico.com.ar/?menu=documentos&id=101>>. Acesso em: 04/08/2015.

MARIZ, Anna Carla Almeida Mariz. *Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação*. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p. 28-47, jul./dez. 2012.

MENDEL, Toby. *Direito à Informação na América Latina*. Quito: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183273s.pdf>>. Acesso em: 20/05/2015

MEYER, Emílio Peluso Neder; CATTONI, Marcelo Andrade (organização). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

MONTEIRO, Fernanda. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. *Acervo*, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, P. 313-322, JAN./JUN. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476>>. Acesso em 20/05/2015.

OEA. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *O acesso à informação sobre violações de direitos humanos*. 2010. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/relatorios/tematicos.asp>>. Acesso em: 09/05/2015.

_____. *O Direito de Acesso à Informação Pública nas Américas*. Padrões Interamericanos e Comparação de Marcos Legais. 2012. Disponível em:<<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/relatorios/tematicos.asp>>. Acesso em: 09/05/2015.

_____. *Derecho a la verdad en América*. OEA/Ser.L/V/II.152. 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>>. Acesso em: 11/06/2015.

OEA; ONU; OSCE. *Declaração Conjunta sobre Acesso à Informação e sobre a Legislação que Regula o Sigilo*. 2004. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=319&lID=4>>. Acesso em: 13/06/2015.

ONU. ACNUDH. *Informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre el seminario de experiencias en materia de archivos como medio de garantizar el derecho a la verdad*. Disponível em:<http://www.concernedhistorians.org/content_files/file/TO/250.pdf>. Acesso em: 09/06/2015.

ONU. UNESCO. *Actualización Y Ampliación Del Informe Elaborado Para Unesco Y Consejo Internacional De Archivos (1995) Sobre Gestión De Los Archivos De Los Servicios De Seguridad Del Estado De Los Desaparecidos Regímenes Represivos Consejo Internacional De Archivos, París, 2008*. Disponível em: <http://www.ala-archivos.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas_archivísticas_para_la_protección_de_los_derechos_humanos_2009_SP.pdf>. Acesso em: 17/06/2015.

ONU. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos), preparado por el Sr. L. Joinet. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997*. Disponível em:<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G97/129/15/PDF/G9712915.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 13/05/2015.

_____. *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, Informe de Diane Orentlicher, E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 de febrero de 2005a. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G05/109/03/PDF/G0510903.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 10/05/2015.

_____. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponível em: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acesso em: 10/05/2015.

OSMO, Carla. *Direito à Verdade: Origens da conceituação e suas condições teóricas de possibilidade com base nas reflexões de Hannah Arendt*. 2014. 299 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PETERSON, Trudy Huskamp, *Final Acts: A Guide to Preserving the Records of Truth*

Commissions. Baltimore: Johns Hopkins University Press, Washington D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. Disponível em:<<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Petersonfinpdf.pdf>>. Acesso em: 10/07/2015.

PERU. LEY N° 25323. SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS. Disponível em: <http://www.essalud.gob.pe/downloads/archivo_central/normatividad/Ley_No_25323.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.

_____. DECRETO SUPREMO N° 008-92-JUS. REGLAMENTO DE LA LEY N° 25323. Disponível em: <http://www.essalud.gob.pe/downloads/archivo_central/normatividad/Ley_No_25323.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.

_____. DECRETO SUPREMO N° N° 005-93-JUS. MODIFICACION DEL D.S. N° 008-92-JUS. Disponível em: <http://www.agn.gob.pe/uploads/4/9/9/8/4998504/ds_no_005-93-jus.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.

_____. Ley N° 27806. Ley de transparencia y acceso a la información pública. Disponível em: <http://www.mef.gob.pe/index.php?option=com_content&view=article&id=830:ley-nd-27806&catid=298&Itemid=101008>. Acesso em: 14/07/2015.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponível em: <<http://www.ica.org/6458/resources/the-management-of-the>>. Acesso em 13/09/2015.

REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça. Comissão de Anistia, 2011.

RIBEIRO, M. *As novas tecnologias e as instituições de guarda e de preservação da memória: o papel da Biblioteca Nacional Digital*. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 15, 2010, Vitória. Anais... Vitória. INTERCON, 2010. P.1-13. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0246-1.pdf>>. Acesso em: 25/08/2015.

_____. *Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*. 2005. Disponível em: <Arquivosnaerapscustodial000073169.pdf> Acesso em: 10/02/2011.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em: 01/09/2015.

SCHMIDT, C.. O “Clássico” e o “Pós-moderno”: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. *Informação Arquivística*. Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 3, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/66/31>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

SILVA, Armando B. Malheiro da. *A Gestão Da Informação Arquivística E Suas Repercussões Na Produção Do Conhecimento Científico*. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2015.

SILVA, Jaime Antunes da. *Por uma Política Nacional de Arquivos*. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 13 a 15 de Julho de 1999. Disponível em:<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/por_uma_poltica_nacional_de_arquivos.pdf>. Acesso em: 14/08/2015.

STAMPA, Inez; NETTO, R. S. *Documentar a Ditadura, uma reflexão coletiva sobre uma história que não pode se repetir*. In: STAMPA, Inez (Org.); NETTO, R. S. (Org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. v. 1.

SUNDQVIST, Anneli. *Access and Accountability: Democratization of Information in Post Conflict Societies*. 2008. Disponível em: <<http://www.ica.org/11114/articles-papers-reports-and-proceedings/access-and-accountability-democratization-of-information-in-postconflict-societies.html>>. Acesso em: 17/06/2015.

ZAMORA, Rosa María Fernández de; BUDNIK, Clara. Preservacion del pasado para el futuro. Jerusalem, Israel: 66th International Federation of Library Associations and Institutions Council and General Conference. 13-18 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://archive.ifa.org/IV/ifa66/papers/045-163s.htm>>. Acesso em: 17/05/2015.

ANEXO 1 – PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL: CONTRA A IMPUNIDADE E O ESQUECIMENTO: JUSTIÇA E ARQUIVOS

Comissão Científica

Amarilis Busch Távares
Cristiano Paixão
José Otávio Guimarães
Paulo Abrão

Comissão Organizadora

Coordenação
Carla Osimo
Claudia Paiva
Dário de Negreiros
Marta Pila Guerra
Rosane Cruz
Shana Santos
Apelo

Amanda Nogueira
Ana Carolina Borges
Ana Carolina Couto
Ana Paula Duque
Andressa Silva
Carolina Rezende
Hellen Freitas
Jery Kim Batista
João Pedro Ramalho
Júlia Guerin
Marta Angelica Morais
Marlene Florentini
Marilena Yokoya
Sofia de Faveri
Tátiara Rampin

Seminário Internacional

CONTRA A IMPUNIDADE E O ESQUECIMENTO: JUSTIÇA E ARQUIVOS

Inscrições e programação:
www.r1sft.com

Dia: 01.06.15
Hora: 08h30 às 20h

**Local: Finatex – Campus Universitário Ilvicy Ribeiro – UnB
Avenida L3 Norte, s/n – JSA Norte, Brasília – DF**

Apelo



Realização






REDE LATINO-AMERICANA DE
Justiça de Transição

109

Programação

Apresentação
08h30 – 09h00

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia.

Amarillis Busch Tavares

Diretora da Comissão de Anistia.

José Otávio Nogueira Guimarães
Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

O papel do Judiciário na Justiça de Transição
09h00 – 10h30

1 Emílio Peluso Nader Meyer
Professor da UFMG e coordenador do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da FDCE/UFMG.

2 Rodrigo Lledo
Diretor Jurídico do Programa de DDHH do Ministério do Interior do Chile.

Presidente da mesa: Mamede Saïd Maia Filho
Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Coffee break
10h30 – 10h45

O papel dos arquivos na Justiça de Transição
10h45 – 12h15

1 Celine Flores
Coordenadora do Arquivo Documental do *Memoria Abierta* e professora do curso de Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires*. Representante do *Memoria Abierta*.

2 Rosa Palau
Coordenadora do *Museo de la Justicia*, *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* da *Corte Suprema de Justicia* do Paraguai.

Presidente da mesa: Ione de Fátima Oliveira
Professora da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Almoço
12h15 – 13h45

Workshop 1 Judicialização da Justiça de Transição: experiências comparadas
13h45 – 17h00

1 Brasil: Representante do Ministério Público Federal

2 Chile: Rodrigo Lledo
Diretor Jurídico do Programa de DDHH do Ministério do Interior do Chile.

3 Peru: Iris Jave
Diretora de Assuntos Públicos e Comunicações do *Instituto de Democracia y Derechos Humanos – IDEHPUJCP*. Foi Diretora de comunicação da *Comisión de la Verdad y Reconciliación*.

4 Guatemala: Edgar Pérez
Advogado na área dos direitos humanos, atuou em uma série de casos em favor de vítimas de violações de direitos humanos durante o conflito armado na Guatemala. Representante do *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCAN)*.

5 México: Lucía Guadalupe Chávez Vargas
Diretora de Pesquisa e representante da *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos (CMDPDH)*.

6 El Salvador: José Benjamín Cuellar Martínez
Membro individual da Rede Latino-americana de Justiça de Transição. Foi diretor do IDHUCA e participou por vinte anos da judicialização de casos de graves violações de direitos humanos em El Salvador.

7 Colômbia / Uruguai: Gustavo Rojas
Especialista em Justiça de Transição e representante do *Observatorio Latinoamericano para la Investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la República (OIJAP)*.

8 Argentina: María José Gueembe
Representante do *Centro de Estudios Legales Sociales (CELS)* (participação por vídeo-conferência).

9 Argentina: Fabiana Rousseaux
Psicanalista, participou da elaboração do *Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas Testigos en el marco de Procesos Judiciales*, na Argentina.

10 Brasil: Milton Bellimani
Jornalista e diretor do Núcleo de Preservação da Memória.

Workshop 2 Princípios e obrigações no tratamento de arquivos: experiências comparadas
13h45 – 17h00

1 Brasil: Marcelo Cattori
Professor da UFMG e representante do Idejust.

2 El Salvador: Irma Marisol Hernandez
Representante do *Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA)*.

3 Argentina: Celine Flores
Coordenadora do Arquivo Documental do *Memoria Abierta* e professora do curso de Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires*.

4 Colômbia: Lorenzo Acosta
Historiador do direito, especialista nos temas de memória, verdade e conflito na Colômbia, representante da *Universidad Del Rosario*.

5 Brasil: Jessie Jane
Professora da UFRJ, ex-diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

6 Paraguai: Rosa Palau
Coordenadora do *Museo de la Justicia*, *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* da *Corte Suprema de Justicia* do Paraguai.

7 Chile: Boris Hau
Coordenador jurídico e representante do *Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales*.

8 Peru: Iris Jave
Diretora de Assuntos Públicos e Comunicações do *Instituto de Democracia y Derechos Humanos – IDEHPUJCP*. Foi Diretora de comunicação da *Comissão da Verdade e Reconciliação peruana*.

Coffee break

Lancamento do livro *Mínimo Manual da Arte Guerrilha Urbana*, do Coletivo Aparecidos Políticos.
17h00 – 17h30

Encerramento
17h30 – 18h30

Eugênia Augusta Gonzaga Fávoro
Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Procuradora da República.

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia.

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto
Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Assembleia da RLAUT
18h30 – 20h00

ANEXO 2: PROGRAMAÇÃO DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Bárbara Conte, Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Maria Cristina Ocariz, Instituto Sedes Sapientiae
Moisés Rodríguez, Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo

MODERADORA: Carla Osimo, Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes da Comissão de Anistia

11:00-11:30

Coffee Break

11:30-13:15

MESA 2: A reparação psíquica na América Latina

Níla Heredia, Presidente da ALAMES (Associação Latino-Americana de Medicina Social) e ex-ministra da Saúde da Bolívia.

Juana Tarallo, ASSE (Administración de los Servicios de la Salud del Estado), Uruguai

Marcela Cornejo, Pesquisadora do Grupo Trauma e Memória da Escola de Psicologia e editora da Revista Psyche da Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Eusebio Verón Martínez, Encarregado Geral de Atenção Integral a Víctimas da Dirección Geral de Verdad, Justiça e Reparação e da Dirección de Derechos Humanos do Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social do Paraguai.

MODERADORA: Fabiana Rousseaux, Consultora do PNUD e da Comissão de Anistia em Reparação Psíquica

13:15-14:45

Almoço

14:45-16:30

MESA 3: Violência de Estado na democracia e a atenção psíquica às vítimas do passado e do presente

Mariana Wilkinski, Equipe de saúde mental do CELS, Argentina.

Carolina Robledo Silvestre, Pesquisadora do Instituto de Investigaciones Sociales Universidad Autónoma de Baja California, México.

Maria Auxiliadora Arantes, Foi fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP) e coordenadora geral de combate à tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre 2009 e 2010.

Karine Szuchman, Coletivo Fila (RS).

Olivia Francozo, Margens Clínicas (SP).

Jorge Broitche, SUR Clínica e Intervenção Social (SP).

MODERADOR: Darío de Negreiros, mestrando em Filosofia na USP, foi Coordenador de Reparação Psíquica e Pesquisa da Comissão de Anistia (2014-2015)

16:30 – 18:00

Reunião de criação da Rede Latino-Americana de Reparação Psíquica (atividade fechada)

18:00 – 18:15

Coffee break

18:15 – 19:00

Reunião aberta: Pensar a Rede Latino-Americana de Reparação Psíquica

Coordenador: Paulo Abrão - presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Secretário Executivo do IPPDH

19:00 – 19:30

ENCERRAMENTO

Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Executivo do IPPDH.

Luis Alén, Subsecretário de Proteção aos Direitos Humanos da Argentina

Níla Heredia, Presidente da ALAMES (Associação Latino-Americana de Medicina Social) e Ex-ministra da Saúde da Bolívia

Dias 05 e 06/11

Saguão da FINATEC

Exposição de trabalhos das Clínicas do Testemunho

Curadoria: Alexandre Mourão

APOIO



REALIZAÇÃO



CONGRESSO INTERNACIONAL DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

RESISTE

Data: 5 e 6.11.2015 | Horário: 08h30 às 19h30 |

Local: FINATEC

Campus Universitário Darcy Ribeiro - UnB

Avenida L3 Norte, S/N - Asa Norte, Brasília - DF

Inscrições e Programação: www.rlajt.com

Programação

DIA 05/11
II Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
Contra a Impunidade e o esquecimento: recomendações sobre justiça e arquivos

<p>08:30-09:00 Credenciamento</p> <p>09:00-09:30 Abertura</p> <p>Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.</p> <p>José Otávio Nogueira Guimarães, Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição</p> <p>Luis Alén, Subsecretário de Proteção dos Direitos Humanos da Argentina</p> <p>Alexandre Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty</p> <p>09:30-09:45 Apresentação do Relatório:</p> <p>"Judicialização da Justiça de Transição na América Latina"</p> <p>Carla Osma, Consultora do PNUD e da Comissão de Anistia para a RLAIJT</p> <p>09:45-12:30 Workshop</p> <p>Definição das Recomendações da RLAIJT sobre Judicialização da justiça de transição na América Latina</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Argentina: Luz Palmas Zaldúa, Centro de Estudos Legales y Sociales (CELS) 2. Brasil: Emílio Peluso Neder Meyer, Centro de Estudos em Justiça de Transição (CTJ/UFPA) 	<p>08:30-09:00 Credenciamento</p> <p>09:00-11:00 MESA 1: Apresentação dos Relatórios Finais das Clínicas do Testemunho</p> <p>Vera Vital Brasil, Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro</p>
--	--

<p>3. Chile: Boris Hau, Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales</p> <p>4. Colombia: Lorenzo Acosta, Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario</p> <p>5. El Salvador: Benjamín Cuéllar, Membro Individual da RLAIJT</p> <p>6. Guatemala: Claudia Estrada, Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCa)</p> <p>7. México: Valeria Morcoso, Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos (CMDPDH)</p> <p>8. Perú: Jo-Marie Burt, Membro individual da RLAIJT</p> <p>9. Uruguay: Pablo Palermo Galain, Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica (OLAP)</p> <p>MODERADORA: María Pia Guerra, doutoranda em direito pela UnB e pesquisadora da RLAIJT</p> <p>12:30-14:00 Almoço</p> <p>14:00-14:15 Apresentação do Relatório:</p> <p>"Diretrizes para o tratamento de arquivos de direitos humanos e panorama na América Latina"</p> <p>Shana Marques Prado dos Santos, Consultora do PNUD e da Comissão de Anistia para a RLAIJT</p> <p>14:15-17:00 Workshop</p> <p>Definição das Recomendações da RLAIJT sobre Princípios e obrigações no tratamento de arquivos na América Latina</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Argentina: Valéria Barbutto, Memoria Abierta 2. Brasil: Marcelo Cattoni, Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) 3. Brasil: Milton Bellintani, Núcleo de Preservação da Memória, São Paulo 4. Chile: Boris Hau, Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales 	<p>5. Colômbia: Lorenzo Acosta, Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario</p> <p>6. El Salvador: Marisol García, Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA)</p> <p>7. Guatemala: Claudia Estrada, Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCa)</p> <p>8. Perú: Felix Reategui, Instituto de Democracia y Derechos Humanos – IDEHPUCP</p> <p>9. Uruguay: Raul Oliveira Alfaro, Observatorio Luz Ibarburu</p> <p>MODERADORA: Claudia Paiva Carvalho, doutoranda em direito pela UnB e pesquisadora da RLAIJT</p> <p>17:00-17:30 Coffee break</p> <p>17:30-19:00 Assembleia da RLAIJT</p> <p>Deliberação sobre as recomendações para a América Latina em matéria de judicialização da justiça de transição e princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos</p> <p>Definição da próxima Secretaria Executiva e eleição do Comitê Gestor</p> <p>Definição da próxima sede do Encontro Anual</p>
---	---

DIA 06/11
II Encontro Nacional da Rede Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia
Construindo uma Política pública de reparação psíquica a vítimas de violência de Estado

ANEXO 3: QUESTIONÁRIO

1. Organização institucional do patrimônio arquivístico
 - a. Existe uma estrutura organizada de instituições voltadas para a preservação, conservação e organização do patrimônio arquivístico no seu país?
 - b. Como se dá a custódia dos acervos de braços repressivos do Estado como Forças Armadas e Forças Policiais?
 - c. Caso o seu país tenha tido comissões da verdade e/ou reparação, qual o destino de seus respectivos acervos?
2. Direito de acesso à informação
 - a. Existe uma lei que regule o acesso à informação pública?
 - b. Quais os obstáculos e dificuldades normativas ou práticas no acesso a arquivos do Poder Público?
 - c. As instituições públicas possuem um prazo para fornecer as informações requeridas?
 - d. Há algum tratamento diferenciado para arquivos referentes a graves violações de direitos humanos?
3. Arquivos sob restrição de acesso
 - a. Quais são hipóteses de classificação sigilosa de informação custodiada pelo Estado?
 - b. Há algum procedimento legal para o estabelecimento das restrições de acesso?
 - c. Há algum recurso administrativo ou judicial adequado para questionar os sigilos estabelecidos?
 - d. Há algum programa estatal de desclassificação de informações atualmente consideradas sigilosas pelo Estado?
4. Práticas institucionais
 - a. Há políticas de difusão do conteúdo dos arquivos públicos que merecem destaque?
 - b. Levando em consideração o nível de digitalização e a possibilidade de acesso remoto pelo público, como os/as senhores/senhoras avaliam o grau de acesso aos principais arquivos referentes a violações de direitos humanos?
5. A judicialização do acesso aos arquivos
 - a. Existe um recurso judicial adequado para requerer informações e documentos públicos? Esse recurso é eficaz?
 - b. Há casos emblemáticos de requerimento de informações sobre graves violações de direitos humanos?
 - c. Há casos judiciais referentes à obrigação estatal de organizar e preservar o patrimônio arquivístico?

ANEXO 4: RECOMENDAÇÕES SOBRE PRINCÍPIOS E OBRIGAÇÕES NO TRATAMENTO DE ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS



A Rede Latino-Americana de Justiça de Transição

apresenta

***Recomendações sobre princípios e obrigações no tratamento de
arquivos de direitos humanos***

Reconhecendo o papel fundamental das instituições encarregadas de organizar, preservar e promover o acesso aos arquivos; e notando que, em muitos países, não existe instituição arquivística central que recolha acervos de órgãos repressivos extintos e atuais, a RLAJT recomenda:

1. o desenho e a implementação de uma política arquivística, em âmbito nacional, orientada pelo respeito aos direitos humanos e por princípios que resguardem o sentido e a integridade dos arquivos;
2. a criação – em âmbito nacional, estadual e local – de instituições arquivísticas especializadas em direitos humanos e memória que constituam um sistema de gestão de fundos documentais;
3. o compromisso das autoridades e profissionais responsáveis pelos arquivos com a ética pública e os direitos humanos, de acordo com os critérios estabelecidos no Princípio nº 49 do *Conjunto de princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos mediante a luta contra a impunidade*;
4. o investimento em formação interdisciplinar de funcionários estatais e de pessoas encarregadas de manusear arquivos, baseada nos seguintes eixos: a lógica das estruturas e organizações que produziram a documentação recolhida, os diversos usos que diferentes documentos podem ter em um processo transicional, a efetivação do direito de acesso à informação nos marcos da legislação nacional e do direito internacional dos direitos humanos, o cumprimento dos parâmetros necessários para a custódia de documentos segundo a normativa internacional;
5. a capacitação, para conservação e gestão de documentos, de funcionários judiciais, por parte de instituições públicas e privadas especializadas em memória e arquivos ou da entidade que faça suas vezes;



6. a elaboração de manuais e a realização de oficinas de capacitação sobre funcionamento de instituições arquivísticas e métodos de pesquisa nos seus acervos, com base em parâmetros definidos pelas normativas internacionais;
7. o desenvolvimento do sistema de arquivos de direitos humanos e de direito internacional humanitário, de modo a vincular a esse sistema ministérios e entidades encarregadas do registro de instrumentos públicos e de notariado, mediante obrigações concretas de preservação de arquivos próprios e daqueles de entidades relacionadas com a defesa desses direitos;
8. o desenvolvimento, por parte de instituição especializada, do sistema de arquivos de direitos humanos e de direito internacional humanitário, de maneira a estimular gestores de memória, ouvidores e autoridades locais, regionais e paroquiais a participar e se capacitar na organização de testemunhos e na pesquisa documental - com metodologias inovadoras e particularmente desenvolvidas para tratamento da temática;

Reconhecendo o papel fundamental das instituições encarregadas de custodiar os arquivos de direitos humanos, e a observância por elas dos parâmetros internacionais a respeito, a RLAJT recomenda:

9. a elaboração, em âmbito nacional, de normas de descrição arquivística compatíveis com os parâmetros internacionalmente construídos;
10. a elaboração de manuais e protocolos de custódia e conservação dos documentos que contenham informação sobre violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário, garantindo o uso de tais fontes para a construção de prova judicial;

Considerando os relatos sobre a falta de informações acerca da localização de importantes arquivos de direitos humanos, a RLAJT recomenda:

11. a criação de inventários nacionais e regionais de arquivos públicos sobre direitos humanos;
12. a identificação de fundos públicos com possíveis informações sobre violações de direitos humanos e a resistência a regimes repressivos, especialmente:
 - a. os de instituições criadas por regimes repressivos e voltadas ao seu funcionamento, como os oriundos de serviços especiais de inteligência,

corpos paramilitares, tribunais especiais, campos de concentração, centros de detenção, prisões especiais, centros psiquiátricos para a "reeducação";

- b. os referentes aos períodos autoritários de instituições tradicionais do Estado que seguem existindo mesmo após o fim desses períodos, como os oriundos da inteligência, das forças armadas, das polícias e das forças de segurança, dos serviços penitenciários, dos tribunais ordinários e dos da administração civil;
 - c. os de órgãos estatais que participam na proteção aos direitos humanos, como os oriundos do Ministério Público e do Poder Judiciário, das comissões da verdade e de outros órgãos de investigação de violações de direitos humanos; e
 - d. os relativos a períodos autoritários e depositados em instituições estrangeiras;
13. a criação de comissões especiais de busca de documentos com a prerrogativa legal de inspecionar dependências estatais e investigar a ocultação indevida de arquivos relativos a graves violações de direitos humanos (essas comissões devem ser integradas por membros da dependência produtora dos documentos, da entidade arquivística central, da entidade arquivística especializada em direitos humanos e memória e da sociedade civil;

Considerando a preocupação com a eliminação de informação e dos arquivos de direitos humanos, a RLAJT recomenda:

- 14. a cópia fidedigna e o envio dos arquivos de toda comissão de investigação de violações de direitos humanos a instituição pública especializada em temas de memória e arquivos ou a entidade arquivística que faça suas vezes;
- 15. no caso de dissolução de instituições públicas que tenham recolhido documentos sobre violações de direitos humanos, a transferência desses documentos a uma instituição pública especializada em temas de memória e arquivos ou à entidade que faça suas vezes;
- 16. introduzir critérios de proteção de direitos humanos nas políticas de manuseio de arquivos, com o objetivo de impedir práticas de eliminação de documentos relacionados a violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário;



17. estabelecer a obrigação, às autoridades de entidades governamentais e aos cartórios e registros de instrumentos públicos, de fornecer cópias fidedignas a pedido da instituição pública especializada em temas de memória e arquivos ou da entidade que faça suas vezes;
18. estabelecer a obrigação, para autoridades de entidades públicas – em especial para as tributárias, aduaneiras e de câmaras de comércio – de fornecer, a pedido da instituição pública especializada em temas de memória e arquivos ou da entidade que faça suas vezes, cópias fidedignas que contenham informação sobre fatos violatórios de direitos humanos e do direito internacional humanitário;
19. criar ou aperfeiçoar na legislação a responsabilidade, nos âmbitos penal e disciplinar, pela ocultação ou destruição de arquivos de direitos humanos e de direito internacional humanitário, atentando à gravidade e à especificidade dessas condutas quando acarretam limitações ao pleno acesso aos documentos e às possibilidades de reclamação das vítimas;

Constatando que algumas leis de arquivos foram elaboradas durante períodos autoritários na América Latina e que elas não se adequam aos padrões internacionais em matéria de arquivos de direitos humanos, a RLAJT recomenda:

20. a criação ou atualização de legislação arquivística que reconheça e garanta o direito à informação pública como um direito fundamental;
21. a sanção de leis de acesso à informação ou, onde já existam, sua compatibilização com os padrões universais e interamericanos de direitos humanos;
22. a priorização do acesso, com a maior amplitude possível, à informação sobre violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário e à informação pertinente à construção de memória coletiva.;
23. a realização de um inventário dos documentos submetidos a restrição de acesso, de modo que seja possível identificar a totalidade desses documentos, conhecer o motivo da restrição e a data em que será possível acessá-los em sua íntegra;

- a. o inventário deve compreender uma revisão atenta das justificativas para a reserva documental baseadas em razões de segurança nacional e de ordem pública;

24. a garantia do acesso gratuito à informação;

25. a promoção de medidas de acessibilidade aos arquivos para os usuários com deficiência ou com dificuldades de acesso à informação;

Considerando a relevância dos arquivos privados e de organizações da sociedade civil para a pesquisa histórica, para os processos sociais de memória, verdade, justiça e reparação, assim como para as políticas públicas, a RLAJT recomenda:

26. a identificação e inclusão nos inventários nacionais e regionais dos principais fundos documentais privados e da sociedade civil que contenham informação sobre direitos humanos;

27. a criação ou aperfeiçoamento de normativa que consagre o valor público desses arquivos, o reconhecimento do poder de gestão do organismo ou da pessoa responsável por eles e a obrigação do Estado de fornecer ajuda econômica e técnica para sua preservação e gestão;

28. a criação de um programa de ajuda econômica e assistência técnica que inclua os meios necessários para a devida conservação e gestão de tais arquivos;

29. nos casos de desaparecimento da pessoa titular encarregada do arquivo, o Estado deve apoiar e patrocinar a transferência dos documentos relativos a direitos humanos à instituição pública especializada em temas de memória e arquivos ou à entidade que faça suas vezes;

Considerando os avanços e a diversidade das medidas de justiça de transição aplicadas nos países latino-americanos, a RLAJT recomenda:

30. a sanção da normativa adequada para a preservação, gestão, custódia e acesso aos documentos produzidos nas causas judiciais, nas comissões da verdade, nos expedientes de reparação, nos registros audiovisuais de ações sociais e em toda outra atividade realizada no marco do cumprimento das obrigações estatais com respeito às graves violações aos direitos humanos e/ou ao exercício do direito à memória, à verdade e à justiça por parte da sociedade civil.



Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) - Guatemala

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) - Argentina

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) - Brasil

Comissão de Anistia - Brasil

Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos (CMDPDH) - México

Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario - Colômbia

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) - Brasil

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú (IDEHPUCP) - Peru

Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) - El Salvador

Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina - Brasil

Memoria Abierta - Argentina

Núcleo de Preservação da Memória Política - Brasil

Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad Diego Portales - Chile

Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica (OLAP) - Uruguay

Observatorio Luz Ibarburu - Uruguay

Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFRJ) - Brasil

Universidad de Lanus - Argentina



TRATAMIENTO DE ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA

VERSÃO BILINGUE

TRATAMENTO DE ARQUIVOS
DE DIREITOS HUMANOS
NA AMÉRICA LATINA

Apoyo



*Empoderando vidas,
Fortaleciendo nações.*

Realización



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

TRATAMIENTO DE ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA

VERSÃO BILINGUE

TRATAMENTO DE ARQUIVOS
DE DIREITOS HUMANOS
NA AMÉRICA LATINA

Apoyo

Realización



*Empoderando vidas.
Fortaleciendo nações.*



Comissão de Anistia Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

Eugênio Aragão

Secretário Executivo

Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidente da Comissão de Anistia

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina De Campos Melo

Caroline Proner

Claudinei do Nascimento

Cristiano Otávio Paixão A. Pinto

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

José Carlos Moreira Silva Filho

Juvelino José Strozake

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Paulo Abrão Pires Junior

Prudente José Silveira Mello

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Virgínius José Lianza da Franca

Diretor da Comissão de Anistia

Claudinei do Nascimento

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Tatiana Tannús Grama

Coordenadora-Geral de Gestão Processual

Marleide Ferreira Rocha

Coordenador de Ações Educativas

Alexandre de Albuquerque Mourão

Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes

Carla Osmo

Coordenador de Controle Processual

João Alberto Tomacheski

Coordenadora de Julgamento e Finalização

Natália Costa

Divisão de Informação Processual

Rodrigo Desessards Nelsis

Divisão de Arquivo e Memória

Mayara Nunes de Castro do Vale

TRATAMIENTO DE ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA

VERSÃO BILINGUE

TRATAMENTO DE ARQUIVOS
DE DIREITOS HUMANOS
NA AMÉRICA LATINA

Traducción de
Guillermo Oscar Abraham

Brasília, 2016

Apoyo



*Empoderando vidas.
Fortaleciendo nações.*

Realización



Comissão de Anistia
Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO - 2015

Membros plenos

Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) - Guatemala

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) - Argentina

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) - Brasil

Comissão de Anistia - Brasil

Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos - México

Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario - Colombia

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) - Brasil

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú - Perú

Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) - El Salvador

Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa Catarina - Brasil

Memoria Abierta - Argentina

Núcleo de Preservação da Memória Política - Brasil

Observatorio de Justiça Transicional de la Universidad Diego Portales - Chile

Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica - Uruguay

Observatorio Luz Ibarburu - Uruguay

Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFRJ) - Brasil

Universidad de Lanus - Argentina

Membros afiliados

Benjamin Cuéllar

Francesca Lessa

Jo-Marie Burt

SECRETARIA-EXECUTIVA DA RLAJT (2014-2015)

Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenação

José Otávio Nogueira Guimarães (UnB)

Professores – Pesquisadores

Cristiano Paixão (UnB)

Mamede Said (UnB)

Ione de Fátima Oliveira (UnB)

Caroline Proner (UFRJ)

Maria Paula Araújo (UFRJ)

Carlos Fico (UFRJ)

Pesquisadores -Supervisores

Claudia Paiva Carvalho

Maria Pia Guerra

Pesquisadores

Amanda Nogueira

Ana Carolina Borges

Ana Carolina Couto

Ana Paula Duque

Bárbara Barreto de Carvalho

Carolina Rezende

Diego Rafael de Queiroz

Esther Serruya Weyl

Hellen Freitas

João Pedro Ramalho

Júlia Guerin

Juliana Cavalcante da Silva

Mariana Fioravanti

Mariana Yokoya

Sofia de Faveri

Talita Rampin

341.272 Santos, Shana Marques Prado dos.
S237t Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina =
Tratamiento de archivos de derechos humanos en América Latina /
Shana Marques Prado dos Santos ; tradução para o espanhol :
Guillermo Oscar Abraham. -- Brasília : Ministério da Justiça,
Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
(RLAJT), 2016.

120p.
Versão bilíngüe.
ISBN : 978-85-5506-040-3

1. Direitos humanos – América Latina. 2. Arquivo – América Latina.
3. Justiça de transição. I. Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de
Anistia. II. Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT).

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Agradecemos a Dario Cintra de Negreiros Ribeiro e Rosane Cavalheiro Cruz pelas contribuições que deram a este estudo nas funções que exerciam, à época em que ele foi desenvolvido, na Comissão de Anistia de, respectivamente, Coordenador de Reparação Psíquica e Pesquisa e Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil.

Texto de produção independente:

Esta publicação é resultado de uma consultoria fomentada com recursos de projeto da Comissão de Anistia com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e selecionada por meio de edital público. As opiniões e dados contidos na obra são de responsabilidade da autora e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

PRESENTACIÓN	9
1. INTRODUCCIÓN	13
2.SOBRE LOS “ARCHIVOS” Y SU IMPORTANCIA EN LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN	17
3.EL PANORAMA DE LOS ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA ...	23
3.1. Argentina	23
3.2. Brasil	33
3.3. Chile	42
3.4. Colombia	46
3.5. El Salvador	52
3.6. Guatemala	57
3.7. Perú	61
4. PRINCIPIOS Y OBLIGACIONES INTERNACIONALES EN EL TRATAMIENTO DE ARCHIVOS	71
4.1. La organización, gestión y preservación de los archivos públicos	71
4.2.El acceso a la información pública	77
4.2.1. Restricción legítima del acceso a la información	85
4.3. Protección y preservación de los archivos privados	92
5. CONSIDERACIONES FINALES SOBRE EL TRATAMIENTO DE ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA Y RECOMENDACIONES POSIBLES	95
6.REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
7.ANEXOS	
7.1. Anexo 1: Programación del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y archivos	113
7.2. Anexo 2: Programación del II Congreso Internacional de Justicia de Transición	115
7.3. Anexo 3: Cuestionario	117
7.4. Anexo 4: Recomendaciones sobre principios y obligaciones en el tratamiento de archivos de derechos humanos	119

PRESENTACIÓN¹

La Red Latinoamericana para la Justicia Transicional (RLAJT) es una iniciativa que reúne activistas y estudiosos del tema de la justicia de transición en diferentes países de América Latina. Creada en 2011 por organizaciones de la sociedad civil y entidades públicas activas en la región, RLAJT fue diseñada con el fin de facilitar y promover el intercambio de conocimientos sobre las experiencias locales de los diferentes países y fomentar la producción de un pensamiento integrado sobre el tema en América Latina.

Gran parte de las sociedades latinoamericanas, con sus particularidades, experimentaron, en el siglo pasado, rupturas institucionales que dejaron secuelas cuyo enfrentamiento sigue siendo un desafío para nuestro tiempo. Algunos de los Estados representados en RLAJT practicaron de manera coordinada, a través de intenso intercambio de informaciones y operaciones compartidas, graves violaciones de los derechos humanos. De ahí la importancia de un esfuerzo conjunto de pensar respuestas adecuadas a estas prácticas y sus duros legados. Ese esfuerzo busca ser no sólo académico sino también político, ya que tiene como objetivo producir ganancias reales en los procesos de justicia transicional y en la afirmación de los derechos humanos en diferentes países del continente.

En Brasil, la Comisión de Amnistía, establecida en 2001 en el Ministerio de Justicia para reparar actos de excepción practicado por el Estado entre 1946 y 1988, desde 2007 ha ampliado su actuación, antes centrada en la reparación económica, a fin de realizar también políticas de reparación simbólica y promoción de la memoria de graves violaciones de los derechos humanos. Con el fin de profundizar en el proceso democrático brasileño, se concibieron y se realizaron proyectos tales como Caravanas de la Amnistía, Marcas de la Memoria, Clínicas del Testimonio, Memorial de la Amnistía Política de Brasil y Revista de la Amnistía.

El trabajo de la Comisión de Amnistía para llevar a cabo la agenda de la transición y hacer frente a la cultura autoritaria en Brasil ha dejado cada vez más evidente la necesidad de construir redes de actores con los propósitos comunes, dentro y fuera del país. Este fue el trasfondo de su protagonismo en la reunión de actores nacionales e internacionales para crear la RLAJT.

1. Traducción de María Fernanda Jorquera Briceno.

En 2013, la RLAJT fue fundada oficialmente, se eligió su primer Comité Gestor, se instaló su primera Secretaría Ejecutiva (con sede en la Universidad de Brasilia y la Universidad Federal de Río de Janeiro) y se eligió la Comisión de Amnistía para estar por delante de su primera gestión. A través de la BRA/08/021 - *Cooperación para el intercambio internacional, el desarrollo y la expansión de las políticas de Justicia Transicional de Brasil* - realizado con la Agencia Brasileña del Ministerio de Asuntos Exteriores y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), la Comisión de Amnistía contribuyó para que las actividades de RLAJT fueran impulsadas en sus primeros años.

La RLAJT decidió, en su primera reunión celebrada en marzo de 2014 en Recife, Brasil, que, durante los dos primeros años, sus actividades estarían organizadas en torno a dos temas centrales: *Judicialización de justicia transicional y Principios y obligaciones en el tratamiento de archivos los derechos humanos*. Estas actividades tendrían como productos dos reuniones internacionales y, para cada uno de los temas elegidos, una investigación y su respectiva publicación, con diagnóstico desarrollado a partir de las experiencias de los países representados en la RLAJT, así como un documento de recomendaciones dirigido a actores públicos y privados ligados a los derechos humanos en América Latina. Dos consultoras fueron contratadas por el PNUD y por la Comisión de Amnistía para la producción de estos estudios, entre abril y julio de 2015, basados en contribuciones aportadas por los miembros RLAJT.

En el primer encuentro, el Seminario Internacional *Contra la impunidad y el olvido: justicia y archivos*, que se produjo el 1 de junio de 2015, en Brasilia, Brasil, los miembros de la RLAJT presentaron y debatieron, relativamente a los dos temas orientadores, las experiencias de sus respectivos países. En el encuentro siguiente, el II Congreso Internacional de Justicia Transicional, celebrado el 5 y 6 de noviembre de 2015, también en Brasilia, los miembros de RLAJT profundaron propuestas para el enfrentamiento de las cuestiones planteadas por la reflexión sobre la judicialización de la justicia transicional y los archivos los derechos humanos, así como elaboraron y aprobaron los documentos de las recomendaciones.

* * *

Esta publicación es constituida por el estudio realizado por Shana Marques Prado dos Santos, como consultora del PNUD y de la Comisión de Amnistía para la RLAJT, sobre el tema de *Principios y obligaciones en el tratamiento de archivos de derechos humanos* (original en portugués y

traducción para el español), y por el anexo *Recomendaciones sobre principios y obligaciones en el tratamiento de archivos de derechos humanos* (original en español y traducción para el portugués), ambos en versión bilingüe y elaborados con la contribución de los miembros de la RLAJT.

Las sociedades marcadas por dictaduras y conflictos civiles, al tratar de enfrentar y deconstruir los legados del pasado, tropiezan con dificultades para obtener la documentación de estos períodos. Algunos de los obstáculos se originan a partir de estructuras normativas de los Estados o de la práctica de los actores responsables por el tratamiento de acervos que, en discordancia con los avances en las discusiones sobre la justicia transicional, no consideran el valor de los archivos para tales procesos. Otros impedimentos son generados por políticas deliberadas de ocultación y destrucción de documentos que sacan a la luz informaciones sobre los momentos de violencia.

Garantizar un amplio acceso a los archivos de derechos humanos representa un paso adelante en la lucha por la ruptura de la cultura del silencio y el olvido de las graves violaciones de los derechos humanos. Por lo tanto, hacer visible la situación de vulnerabilidad en que se encuentran estas colecciones en América Latina y discutir posibilidades comunes de caminos son compromisos de los miembros de RLAJT que se reflejan en este trabajo.

En un primer momento, el trabajo presenta el entorno regional sobre la situación de los archivos y, a partir de la información ofrecida por las diversas organizaciones en la Red, proporciona espacio para colocarse elementos importantes para la comprensión de cada contexto nacional. Se revelan problemas de varios órdenes, avances y retrocesos en la apertura de los archivos, así como las experiencias que merecen ser destacadas por su importancia en términos de acceso a la información.

A continuación, los documentos internacionales de gran referencia en el tratamiento de archivos orientan el debate sobre la protección y el acceso a los archivos públicos y privados, guiando a los parámetros construidos hasta el momento, en la temática. Por último, diagnosticando problemas comunes entre los países de América Latina, el estudio propone sugerencias de directrices sobre: la ubicación y la preservación de los archivos, las instituciones que administran las colecciones, los sistemas de archivos, el acceso a la información, entre otros puntos.

Por lo tanto, al permitir el contacto con la realidad sobre los archivos de derechos humanos en la región y trazar algunos nortes de reflexión sobre el tratamiento que debe darse a este material, el trabajo colabora para la articulación de posiciones comunes entre actores que representan

la sociedad civil y el Estado. Sobre todo, se espera que, junto con los informes anuales de la RLAJT y con el estudio *Judicialización de la justicia de transición en América Latina*, promueva conquistas en las agendas nacionales y regionales de la justicia de transición y de los derechos humanos.

Paulo Abrão

Presidente de la Comisión de Amnistía y Secretario Ejecutivo del Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos de Mercosur.

José Otávio Nogueira Guimarães

Profesor de la Universidad de Brasilia y miembro de la Secretaría Ejecutiva de la Red Latino Americana de Justicia Transicional

Brasília, Enero de 2016.

1 INTRODUCCIÓN

El presente Estudio es resultado de la consultoría sobre “Principios y obligaciones en el tratamiento de archivos relativos a los derechos humanos”², con enfoque en países seleccionados de América Latina, desempeñada en el ámbito de la Comisión de Amnistía (“CA”). La investigación se incluye en el Proyecto de Cooperación Técnica del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) denominado: “Cooperación para el intercambio internacional, desarrollo e ampliación de las políticas de justicia transicional del Brasil”, que tornó posible la creación de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición (RLAJT o “Red”) en 2011. Hasta el final de 2015, el Comité Gestor de la RLAJT fue presidido por la Comisión de Amnistía y su Secretaría Ejecutiva compartida por la Universidad de Brasilia (UnB) y por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ).

Fruto de articulaciones de la CA con actores locales e internacionales, la Red espera promover el intercambio de conocimientos y experiencias en el campo de la justicia de transición en la América Latina. Se alinea con el propósito del Proyecto de Cooperación Técnica BRA/08/021 de fortalecer las capacidades de elaboración y ejecución de políticas de la Comisión de Amnistía que promuevan intercambios institucionales para la corrección de rumbos y perfeccionamiento de sus acciones, fortaleciendo, así, el programa de reparaciones brasileño e incentivando el florecimiento de mecanismos de justicia de transición a escala global.

En ese sentido, la consultoría en cuestión fue concebida para: “i) aclarar las obligaciones que los Estados poseen en el tratamiento de archivos de derechos humanos; ii) conocer la coyuntura de países de la región latinoamericana en la temática, propiciando el cruce de realidades entre ellos y; por fin, iii) formular recomendaciones de parámetros mínimos a ser adoptados por los Estados a fin de mejorar la administración de esos archivos”³.

A escala regional, las experiencias de países en América Latina indican la necesidad de diálogo y cooperación en la temática de apertura y administración de los archivos, a medida que las legislaciones

2. Termo de Referência nº 140615 - Contratação De Consultor – Pessoa Física Modalidade Produto.

3. Termo de Referência nº 140615 - Contratação De Consultor – Pessoa Física Modalidade Produto.

y prácticas institucionales reproducen políticas centradas en el sigilo, legatarias de los períodos de excepción. Además, la situación de fragilidad en que se encuentran valiosos archivos, originados tanto en períodos autoritarios como en democráticos, demuestra que deben ser pensadas medidas de mejora del acceso e de la difusión de su contenido, de forma que se fortalezca el control público sobre ellos. La obtención de los archivos en poder del Estado constituye un despliegue del derecho de acceso a la información, derecho humano esencial en una sociedad democrática y, asimismo, los datos contenidos en los archivos se traducen en herramientas para el ejercicio de otros derechos individuales y colectivos. Los mismos abrigan testimonios que auxilian en el proceso de reconstrucción de la historia y resignifican la memoria y la verdad, profundizando y consolidando la democracia.

Frente a la delimitación del trabajo en relación a los “archivos de derechos humanos”, es necesario, en primer lugar, resaltar que esta no es una categoría previamente establecida, e sí construida a partir de reflexiones sobre el papel de los archivos en el cumplimiento, aclaramiento y memoria de violaciones de derechos humanos. Se comprende que la mera posibilidad de utilización de un material para estas finalidades es suficiente para que sea contemplado en esta categoría y, por lo tanto, ser destinatario del tratamiento discutido en el texto. Es decir, la investigación no pretendió limitarse a los documentos de instituciones tradicionalmente orientadas a la memoria, verdad y justicia de las graves violaciones de derechos humanos.

Sobre considerar los archivos producidos por instituciones represivas del Estado como material de importancia a los derechos humanos, Marcelo Cattoni⁴ alerta ser fundamental ver esos documentos como datos brutos cuya interpretación debe ser realizada en relación a su contexto de producción. Cattoni enfatiza que estos archivos fueron creados con una finalidad específica dentro de una lógica represiva, siendo necesario reconocer la estructura, la forma y la perspectiva en que fueron producidos para poder analizarlos y deconstruirlos. Así, es, a partir de esta explicación e del criterio expuesto anteriormente, que se incluye en la pesquisa los archivos de la represión como materiales que deben ser objeto de preservación adecuada y amplio acceso.

Para discurrir sobre el tratamiento de los archivos de derechos humanos en los casos concretos de los países integrantes de la Red Lati-

4.Exposición oral en el Taller: “Definición de las Recomendaciones de la RLAJT sobre Principios y obligaciones en el tratamiento de archivos en América Latina” del II Encuentro Anual de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición *Contra la Impunidad y el olvido: recomendaciones sobre justicia y archivos*, realizado en Brasilia, 5 de noviembre de 2015.

noamericana de Justicia de Transición, fue establecida una cooperación con las organizaciones y miembros individuales integrantes de la RLAJT. Con la intención de no restringir el rol de colecciones relevantes a la investigación, fue sometido a los miembros de la RLAJT un cuestionario cuyas preguntas orientaron a la mirada pretendida sobre los archivos. Las informaciones de los expertos fueron fornecidas, tanto por medio de exposiciones orales en el I Seminario Internacional de la RLAJT “*Contra la impunidad y el olvido: justicia y archivos*”⁵, como por comunicaciones individuales con sus representantes. También fueron recogidas complementaciones en el II Encuentro Anual de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición “*Contra la impunidad y el olvido: recomendaciones sobre justicia y archivos*”⁶.

Con la metodología expuesta, fue posible levantar y sistematizar datos de los siguientes países, representados, respectivamente, por las siguientes organizaciones/miembros individuales⁷: Argentina - *Memoria Abierta*; Brasil - Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (Idejust), y Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais (CTJ/UFGM); Chile - *Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales*; Colombia - *Universidad Del Rosario*; El Salvador - *Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA)*, y Benjamín Cuéllar; Guatemala - *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA)*; y Perú - *Instituto de Democracia y Derechos Humanos (IDEHPUCP)*.⁸

A partir del panorama latinoamericano, el Estudio sistematiza los deberes que los Estados poseen en la materia, examinando los instrumentos

5. Realizado el día 1º de junio de 2015, en Brasilia. Para más informaciones, ver Anexo 1.

6. Realizado el día 5 de noviembre de 2015, en Brasilia. Para más informaciones, ver Anexo 2.

7. Las interlocuciones con los miembros de la RLAJT para elaboración de este Estudio fueron realizadas con los siguientes especialistas en justicia de transición, a los cuales direcciono mis agradecimientos: Celina Flores, Valeria Barbuto, Marcelo Cattoni, Emilio Peluso Neder Meyer, Boris Hau, Lorenzo Acosta, Marisol Hernandez, Benjamín Cuéllar, Edgar Pérez, Iris Jave, Claudia Estrada, Felix Reategui y Raúl Oliveira Alfaro.

8. Uruguay estuvo representado apenas en el II Encuentro Anual de la RLAJT, motivo por el cual no fue posible reunir informaciones suficientes para la realización de la primera etapa de la investigación. No obstante, agradezco la colaboración del Observatorio Luz Ibarburu – en la persona de Raúl Oliveira Alfaro – por su participación en la discusión del presente texto. Además, cabe mencionar y agradecer la colaboración de otros actores con destacado conocimiento y relevante actuación en la temática: Rosa Palau – Coordinadora del *Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos da Corte Suprema de Justicia del Paraguay*; Jessie Jane Vieira de Sousa – Profesora de la Universidad Federal de Rio de Janeiro y ex-Directora del Archivo Público del Estado de Rio de Janeiro; André Saboia – Ex-Secretario Ejecutivo de la Comissão Nacional da Verdade (CNV) y Coordinador del Órgano de Organización de Archivo de la CNV y Transferencia al Archivo Nacional; Victória Lavinia Grabois – Presidente del Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro; y Vivien Ishaq – Coordinadora Regional del Archivo Nacional en el Distrito Federal.

internacionales y regionales que establecen directrices en el tratamiento de archivos y de acceso a la información. En especial, aquellos provenientes del Sistema Universal de Derechos Humanos, del Sistema Interamericano de Derechos Humanos y documentos elaborados por especialistas para Organizaciones Internacionales y Organizaciones no Gubernamentales.

Al trabajar como está disponible ese material en la sociedad – los parámetros y formatos mínimos de organización, administración y acceso a los archivos – se adentra en algunas cuestiones referentes a las políticas archivísticas. Temas como las instituciones responsables por la tutela de ese patrimonio documental, las restricciones legales de acceso a la información y a la actuación del Poder Público con respecto a los archivos privados de interés público son aspectos que afectan directamente cuán libre es el acceso a los archivos de derechos humanos.

Hechos esos levantamientos y reflexiones, son delineadas algunas recomendaciones de adecuación del escenario latinoamericano a los parámetros internacionales de gestión y suministro de acceso. Estas sugerencias tuvieron como objetivo nortear el debate inicial de los miembros de la RLAJT, en su II Encuentro Anual, en la elaboración de un documento de recomendaciones sobre mejores prácticas en el tratamiento de archivos que documentan períodos de graves violaciones de derechos humanos.⁹

9. Tras las discusiones celebradas en este evento y en la Asamblea promovida en la misma oportunidad, la Red Latinoamericana de la Justicia de Transición aprobó un documento de recomendaciones en el tema, que figura como anexo de este trabajo. Parte inferior do formulário

2 SOBRE LOS “ARCHIVOS” Y SU IMPORTANCIA EN LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN

Diferentes semánticas que son atribuidas al término por actores y documentos internacionales. Algunas definiciones giran alrededor de la finalidad y del valor de los documentos, otras consideran factores diversos, como la edad, el contenido y la institución que los produce para diferenciar el destino y tratamiento que se les debe dar.

El Consejo Internacional de Archivos (ICA) – Organización no Gubernamental con la misión de “*administrar de manera eficaz los archivos y su conservación, el trato y el uso del patrimonio de archivos en el mundo*”¹⁰ – los entiendo como: “*subproductos documentales de la actividad humana almacenados en razón de su valor a largo plazo*”¹¹. Entre sus características, la ONG destaca que pueden ser presentados en los más diversos formatos y medios. No es necesario que sea un documento antiguo, apenas que no tenga más el uso para el cual fue creado, debiendo ser conservados apenas los documentos de valor histórico a largo plazo. Aunque no haya sido creado con el propósito explícito de ser un documento histórico, su importancia reside en ser un registro de la época.¹²

La Declaración Universal sobre los Archivos (DUA), aprobada en la Asamblea General del ICA de 17 de septiembre de 2010 y adoptada por la Organización de las Naciones Unidas para la educación, la ciencia y la cultura (UNESCO) en la 36ª sesión de su Conferencia General, afirma que los

“Los archivos custodian decisiones, actuaciones y memoria. Los archivos conservan un patrimonio único e irremplazable que se transmite de generación en generación. (...) Juegan un papel esencial en el desarrollo de la sociedad contribuyendo a la constitución y salvaguarda de la memoria individual y colectiva.”¹³

10. Traducción libre. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Una introducción a nuestra organización*. Disponible en: <<http://www.ica.org/102/about-ica/an-introduction-to-our-organization.html>>. Acceso en: 16/07/2015.

11. Traducción libre. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *About records, archives and the profession*. Disponible en: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acceso en: 03/05/2015.

12. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *About records, archives and the profession*. Disponible en: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acceso en: 03/05/2015.

13. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Declaración Universal Sobre Los Archivos*. 2010. Disponible en: <http://www.ica.org/?lid=13343&bid=1101>. Acceso en: 05/05/2015.

El documento reconoce también: “*el carácter único de los archivos como fieles testimonios de las actividades administrativas, culturales e intelectuales y como reflejo de la evolución de las sociedades*”; “*el carácter esencial de los archivos para garantizar una gestión eficaz, responsable y transparente, para proteger los derechos de los ciudadanos, asegurar la memoria individual y colectiva y para comprender el pasado, documentar el presente para preparar el futuro*”; “*la diversidad de los archivos para dejar constancia del conjunto de actividades de la humanidad*,” así como “*la multiplicidad de soportes en los que los documentos son creados y conservados: papel, audiovisual, digital y otros de cualquier naturaleza*”.

Considerando que la expresión “archivos de derechos humanos” denota aun un conjunto inmensurable de archivos en poder del Estado y de particulares, se hace necesario delimitar el alcance de la investigación, atendiendo a las misiones de la Comisión de Amnistía y de la RLAJT. Mucho más allá de una actuación en la esfera individual de las víctimas del régimen autoritario brasileño, el órgano brasileño tiene el mandato de profundizar el proceso democrático del país por medio de políticas públicas que se orienten por los pilares de la justicia de transición. La Red, a su vez, “*tiene como objetivo principal facilitar y promover la comunicación y intercambio de conocimientos en el campo de la justicia de transición en América Latina, bien como dar visibilidad a las experiencias de países en la región*”¹⁴.

Así, la investigación asume contornos norteados por las *cuatro dimensiones fundamentales* de un proceso transicional: “*(i) la reparación, (ii) el suministro de la verdad y la construcción de la memoria, (iii) la regularización de la justicia y el restablecimiento de la igualdad ante la ley y (iv) la reforma de las instituciones perpetradoras de violaciones contra los derechos humanos*”¹⁵.

Especialmente, José Eduardo Cardozo y Paulo Abrão resaltan como

“ninguna democracia puede ser construida bajo las bases del olvido. La negación de la verdad sobre el pasado, bien como la imposición de una falsa verdad, manipulada, que sofoque a las memorias insurgentes de lo social, son, en sí, obstáculos a la democracia plena”¹⁶.

14. Traducción libre. Para más informaciones: <<http://rlajt.com/historia-e-objetivo>>.

15. ZALAJUETT, José. La reconstrucción de la unidad nacional y el legado de violaciones de los derechos humanos. Revista *Perspectivas*, p. 20, citado por ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. *As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça*. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

16. Traducción libre. CARDOZO, José Eduardo; ABRÃO, Paulo. *O Guardião Da Memória: As Políticas Públicas De Memória Do Ministério Da Justiça Do Brasil*. p. 13. In: *MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 6 (jul. / dez. 2011). – Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

En este contexto, el Estudio se refiere a los “archivos de derechos humanos” como aquellos que contribuyen a la efectivación, aclaramiento y memoria de violaciones de derechos humanos. Observando el mandato de los actores involucrados en la discusión del presente trabajo, especial atención es dada a los materiales que documentan períodos autoritarios o de graves violaciones de derechos humanos, siendo ellos contemporáneos a estos momentos o fruto de relatos o investigaciones posteriores sobre los hechos. Se entiende que el acceso a esos documentos posibilita la obtención de informaciones esenciales a la mejora democrática. Los mismos hacen operativos los derechos y ayudan a la sociedad a entender determinados cursos de su historia e identidad, auxiliando en la educación y construcción de una memoria.

Antonio González Quintana, especialista responsable por actualizar, en 2009, el Informe preparado por la UNESCO e ICA sobre *gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos* (“Informe de la UNESCO e ICA” o “Informe sobre archivos de la represión”) también destaca el poder de los archivos en el ejercicio de derechos. En este documento, preparado a partir de la colaboración de profesionales de diversos países, es afirmado que, además de la enorme dimensión histórica, los archivos pueden generar repercusiones sociales, siendo un “servicio de primera magnitud”¹⁷

El “derecho de saber” trabajado por Louis Joinet en el *Informe final sobre la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, de 1997 – documento elaborado a pedido de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU – abarca tanto un derecho individual de la víctima y de sus familiares de saber lo que sucedió, como un derecho colectivo del pueblo de conocer su historia para evitar la reproducción de violaciones en el futuro¹⁸. Entre las medidas necesarias para darle efectividad a este derecho, Joinet coloca el

17.QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 36.

18.ONU, Comisión de Derechos Humanos. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)*, preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997. Disponible en: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G97/129/15/PDF/G9712915.pdf?OpenElementhttp://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridocda.nsf/0/db75a8c4584f145a8025665e004857b6?Opendocument>>. Acceso en: 13/05/2015. P. 5-6, Par. 17.

deber del Estado de preservar los archivos relacionados a las violaciones de derechos humanos.¹⁹

Se admite que cualquier archivo que elucide los matices de un proyecto de Estado autoritario o los contextos en que graves violaciones de derechos humanos fueron perpetradas estén abarcados en este concepto, pudiendo ser oriundos de: brazos represivos del Estado, de órganos investigativos que buscan aclarar tales sucesos, de la sociedad civil organizada, de individuos, entre otras hipótesis, mientras auxilien en la comprensión del desarrollo de autoritarismos y en la construcción de una cultura de derechos humanos. La preservación de ese material tiene relación intrínseca con la adopción de medidas de prevención, investigación, responsabilización y reparación de violaciones de derechos humanos – compromisos firmados por los países de la Red en diversos tratados internacionales y fijado en diversas sentencias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos²⁰.

En 2005, la Especialista Independiente Diane F. Orentlicher fue encargada por la Organización de las Naciones Unidas (ONU) de actualizar el Conjunto de Principios para la lucha contra la impunidad elaborado originalmente por Louis Joinet. En el documento, Diane registra que la preocupación primordial fue direccionada a los archivos que están bajo poder de órganos estatales y tienen que ver con períodos de una gran represión²¹.

Es importante agregar las consideraciones del Informe de la UNESCO e ICA sobre lo que el término “represión” abarca:

“Hemos de hacer extensivo el concepto no sólo a las ideas políticas sino a todo el ámbito de la ideología y las conductas personales: religión, pensamiento filosófico, conducta sexual y demás libertades

19. ONU, Comisión de Derechos Humanos. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos), preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997.* Disponible en: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G97/129/15/PDF/G9712915.pdf?OpenElementhttp://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/db75a8c4584f145a8025665e004857b6?OpenDocument>>. Acceso en: 13/05/2015. P. 6, Par. 18.

20. La obligación estatal de prevenir, investigar y penalizar violaciones de derechos reconocidos por la Convención de Derechos Humanos como deber implícito del compromiso de garantizar el ejercicio de los derechos previstos en el tratado desde su primer juzgamiento de mérito. Para más informaciones ver: CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras*. Fondo. Sentencia de 29 de julio de 1988. Serie C No. 4, párr. 166.

21. ONU, Comisión de Derechos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponible en: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acceso en: 10/05/2015.

reconocidas por la Declaración Universal de Derechos Humanos, que será nuestro referente [...].”²²

Quintana señala como relevantes los archivos de las instituciones creadas por el régimen represivo y centradas en su sobrevivencia, tales como: los servicios de inteligencia, los cuerpos paramilitares, los tribunales especiales, los campos de concentración, las prisiones especiales, los centros psiquiátricos para la “reeducación” y otros. Pero también lo de las instituciones tradicionales a la administración pública que siguen existiendo con el fin de esos regímenes, como: la Inteligencia, las Fuerzas Armadas, la Policía y las Fuerzas de Seguridad, los Servicios Penitenciarios, los Tribunales ordinarios y los Órganos de la Administración Civil.

Aun no estando listado en este rol, el Informe de Quintana acentúa²³ que los archivos de los partidos que sostuvieron regímenes no democráticos son de extrema importancia pues, en muchos casos, fueron elementos constitutivos de su propia estructura político-administrativa. Así, medidas legislativas que se centren en la titularidad, custodia y administración de este patrimonio documental deben ser uno de los pilares de la política archivística de los procesos transicionales.

Además, Diane Orentlicher reconoce también el valor de los materiales documentales producidos por las comisiones de la verdad, que proliferaron en los últimos años. Por fin, el documento menciona que los archivos no oficiales, reunidos por: gobiernos extranjeros, ONG nacionales e internacionales, universidades y organizaciones internacionales; también deben ser objeto de respeto y protección estatales en razón del papel que desempeñan en el derecho de conocer la verdad acerca de las violaciones de derechos humanos.

La diversidad de contextos en América Latina exige también una reflexión acerca de cuáles otras especies de archivos son relevantes a los múltiples procesos transicionales además de los materiales que documentan las violaciones de derechos humanos. En especial, el aclaramiento de las violaciones promovidas en situaciones de guerra civil e por el crimen

22. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 126.

23. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 89.

organizado presenta desafíos por inúmeras razones, entre ellas la dificultad de delimitarse cuales son las entidades productoras de las informaciones relevantes y la falta de mecanismos que garanticen la preservación y el acceso a ese material. Así, a pesar de orientarse preliminarmente por los marcos establecidos en los documentos internacionales anteriormente mencionados, el presente estudio reconoce la importancia un concepto amplio de “archivos de derechos humanos”. Es, por lo tanto, a partir de estas reflexiones que fueron elaborados los cuestionamientos a los miembros de la RLAIJ, con el fin de trazar el panorama regional, e investigadas las obligaciones estatales relacionadas al tratamiento de archivos.

3 EL PANORAMA DE LOS ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA

Para que fuera realizado un mapa mínimo de la coyuntura regional en el tratamiento de archivos relacionados a derechos humanos, fue elaborado un instrumento de colecta de datos dirigido a los diversos integrantes de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición²⁴.

Se pretendió levantar informaciones, en cada país, sobre: la organización institucional del patrimonio archivística, la regulación del derecho de acceso a la información, las posibilidades de restricción al acceso a los archivos, las prácticas de las instituciones archivísticas y la judicialización del acceso a los archivos. Compuesta por preguntas abiertas, la versión preliminar del cuestionario fue sometida a la Red para que el instrumento pudiera ser construido colectivamente por los diversos especialistas en justicia de transición.

Las cuestiones nortearon las presentaciones de los miembros de la RLAJT en el taller: “Principios y obligaciones en el tratamiento de archivos: experiencias comparadas” del I Seminario Internacional de la Red, siendo el principal insumo para la elaboración de un texto sobre cada país. La metodología elegida estableció elementos comunes para que hubiera un diálogo e intercambio de conocimiento entre los expositores, pero permitió que fueran explorados puntos diversos, respetando, así, las especificidades de los respectivos escenarios nacionales.

3.1 Argentina

Durante los años de 1976 a 1983, la Argentina enfrentó una dictadura militar en que graves violaciones de derechos humanos fueron perpetradas de forma sistemática por las Fuerzas Armadas y Fuerzas de Seguridad. El terrorismo de Estado, denunciado por organizaciones de la sociedad civil a lo largo del período, pasó a ser investigado con la redemocratización del país. En diciembre de 1983, fue instituida la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) con la finalidad de averiguar el paradero de los desaparecidos y, en el período siguiente, fueron realizados juicios a las primeras tres juntas militares y a oficiales y suboficiales que tuvieron participación en los actos criminales.

24. Ver Anexo 3.

En el año de 1986, y subsecuentes, fueron aprobadas las leyes de Punto Final y Obediencia Debida que obstaculizaban la persecución penal de los involucrados en las violaciones de derechos humanos ocurridas en la dictadura. A pesar de esto, la movilización de la sociedad en diversas instancias buscó el reconocimiento del derecho a la verdad y el fin de la impunidad, promoviendo importantes momentos de la transición argentina. Los juicios por la verdad, la declaración de inconstitucionalidad de las leyes de impunidad, los procesos de reparación civil, entre otras medidas, permitieron la elaboración y reunión de una inmensa cantidad de informaciones sobre el período autoritario y los derechos humanos en ese contexto.

En el país, lo que se conoce como “Archivos de la represión” engloba diversos fondos documentales producidos tanto por el Estado con un fin persecutorio como a partir de la búsqueda de información sobre los desaparecidos realizada por la sociedad civil y/o el Estado (post dictadura). Los documentos contienen registros sobre las actividades de represión, el monitoreo de organizaciones e individuos y sobre la lógica de la burocracia de las instituciones que llevaron adelante el terrorismo de Estado²⁵.

La tabla siguiente²⁶ sistematiza la gran variedad de archivos que brindan información sobre las violaciones a los derechos humanos perpetradas durante la última dictadura militar en Argentina:

25. Ver CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Felix. Justiça de Transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. Disponível en: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>. Acceso en: 09/05/2015.

26. Tabla elaborada en base al material cedido por Celina Flores para el Taller: “Definición de las Recomendaciones de la RLAJT sobre Principios y obligaciones en el tratamiento de archivos en América Latina” del II Encuentro Anual de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición *Contra la Impunidad y el olvido: recomendaciones sobre justicia y archivos*, realizado en Brasília, 5 de noviembre de 2015.

Instancias de organización institucional del Patrimonio Archivístico Argentino relacionado a las violaciones de los derechos humanos acaecidas en la última dictadura militar			
	Tipo de Acervo	Entidad productora del Archivo	Responsable por la preservación
Archivos Públicos	Instituciones estatales específicas sobre la represión que no existen más	<i>Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires</i>	<i>Comisión provincial por la Memoria Buenos Aires</i>
		<i>Dirección de Inteligencia de la Policía de Córdoba</i>	<i>Archivo Provincial de la Memoria Córdoba</i>
		<i>Dirección General de Informaciones de Santa Fe</i>	<i>Archivo Provincial de la Memoria Sta. Fe</i>
	Instituciones estatales burocráticas	<i>Ministerio de Defensa (Fuerzas Armadas)</i>	<i>Ministerio de Defensa (Fuerzas Armadas)</i>
		<i>Ministerio de Seguridad (Fuerzas de Seguridad Federales)</i>	Ministerio de Seguridad (Fuerzas de Seguridad Federales)
	Proceso de Verdad, Memoria y Justicia	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP)	Archivos Secretaría de Derechos Humanos => Archivo Nacional de la Memoria
		Documentos de leyes reparatorias	Secretaría de Derechos Humanos => Archivo Nacional de la Memoria
	Procesos judiciales	<i>Juicio Juntas Militares</i>	Poder Judicial sin especificidad en relación a crímenes de lesa humanidad
	Archivos privados de interés público	Fondos documentales de los Organismos de Derechos Humanos	Organismos de Derechos Humanos
Fondos personales		Centros de documentación - Biblioteca Nacional	

El reglamento principal sobre archivos públicos es la Ley Nacional de Archivos – Ley nº 15.930/1961. La norma regula el funcionamiento del Archivo General de la Nación, un organismo que tiene la finalidad de reunir, ordenar y conservar la documentación pública del Estado nacional o documentación privada que le sea entregada. La normativa recae sobre todos los archivos de las secretarías de Estado y organismos descentralizados de la Nación, siendo atribuida a la institución la función de inspeccionar los archivos administrativos del Poder Ejecutivo y de almacenar copias de la documentación proveniente del exterior o de las provincias que tengan que ver con la historia nacional Argentina.

Aun sobre la documentación pública que debe ser entregada, es establecido un recorte temporal que determina el desplazamiento al órgano de todos los archivos que sobrepasen los últimos treinta años. Está determinado, también, que cada cinco años, debe ocurrir una nueva entrega de documentos.

La ley enumera cuáles documentos considera como de valor histórico, estableciendo sobre ellos restricciones en términos de circulación y

la posibilidad de reivindicación de su propiedad por el Poder Público en determinadas hipótesis. Serían los siguientes:

- a. Los relacionados a asuntos públicos expedidos por autoridades civiles, militares o eclesiásticas, firmados o no, originales, copias o borradores, así como sellos, libros, registros y, en general, todo lo que perteneció a oficinas públicas o auxiliares del Estado y tengan una antigüedad mayor de treinta años;
- b. Los mapas, planos, cartas geográficas y marítimas con antigüedad superior a cincuenta años;
- c. Las cartas privadas, diarios, memorias, autobiografías, comunicaciones y otros actos particulares y utilizables para el conocimiento de la historia patria;
- d. Los dibujos, pinturas, y fotografías referentes a aspectos o personalidades del país;
- e. Los impresos cuya conservación sea indispensable para el conocimiento de la historia Argentina; y
- f. Los de procedencia extranjera relacionados a la Argentina o a hechos de su historia, similares a los enumerados en los incisos anteriores.”²⁷

De acuerdo con la ley n. 15.930, cabe al Archivo General de la Nación solicitar a particulares e instituciones privadas informaciones acerca de documentos de valor histórico en su poder y proponer al Poder Ejecutivo la expropiación de documentos por utilidad pública. En la hipótesis de disolución o extinción de entidades con personalidad jurídica y de asociaciones civiles, sus archivos y libros pueden ser encaminados tanto a este órgano como al archivo general de la provincia que les corresponda. Aun según la norma, la circulación de esos documentos al exterior está restringida a la aprobación del Archivo General y los particulares poseedores de archivos de esa naturaleza deben informar al órgano – o al archivo de la provincia – de su existencia para que sean inventariados. Se determina como condición para el mantenimiento de la posesión de esos archivos que los poseedores los mantengan en condiciones adecuadas de conservación. También es posible que documentos privados sean depositados en la institución sin consulta al público, se ese es el deseo de sus depositantes.

A pesar de que la Ley Nacional de Archivos destina los archivos del Ejecutivo al Archivo General, se destaca la creación de diversos tipos de instituciones para albergar los fondos documentales vinculados al accionar represivo del Estado en tiempos de interrupción del orden constitucional. A

27. Artículo 16 de la Ley N° 15.930 de Octubre, 5 de 1961.

lo largo del proceso transicional argentino, diversos archivos fueron siendo encontrados o abiertos y, como soluciones más inmediatas, fueron creadas, en el ámbito estadual, instituciones específicas de trabajo con memoria con la incumbencia de administrarlos. En especial, diversas instituciones del régimen autoritario que no existen más en el actual régimen tuvieron archivos descubiertos fuera de las dependencias de donde deberían estar. Como ejemplo de una experiencia positiva, está el archivo de la Dirección de la Policía de Buenos Aires, el mismo tiene una medida cautelar de la justicia y fue transferido para su administración a la Comisión Provincial por la Memoria de Buenos Aires. Éste fue uno de los primeros uno archivos utilizados por las víctimas para promover medidas de justicia y reparación.

Otro archivo público que merece destaque es el de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Con su disolución en 1984, la recién creada Subsecretaría de Derechos Humanos fue encargada, entre otras funciones, de sistematizar los datos reunidos por la comisión y tener la custodia de la documentación pertinente. Este archivo fue transferido, en el año de 2003, al Archivo Nacional de la Memoria (ANM), creado con la incumbencia de

“obtener, analizar, clasificar, duplicar, digitalizar y archivar informaciones, testimonios y documentos sobre las violaciones de derechos humanos y libertades fundamentales en que haya responsabilidad del Estado Argentino y sobre la respuesta social e institucional ante esas violaciones”²⁸.

Además de la documentación de la CONADEP, fueron encaminados a este archivo los que estaban bajo la tutela de la Secretaría de Derechos Humanos sobre las leyes reparatorias 24.043, 24.411 y 25.192. El Archivo Nacional tiene como atribución:

- a) Contribuir a mantener viva la historia contemporánea de nuestro país y sus lecciones y legados en las generaciones presentes y futuras.
- b) Proporcionar un instrumento necesario en la búsqueda de la verdad, la justicia y la reparación ante las graves violaciones de los derechos humanos y las libertades fundamentales.
- c) Fomentar el estudio, investigación y difusión de la lucha contra la impunidad y por los derechos humanos y de sus implicancias en los planos normativo, ético, político e institucional.
- d) Preservar informaciones, testimonios y documentos necesarios para estudiar el condicionamiento y las consecuencias de la represión

28. Artículo 1° del Decreto 1259/2003.

ilegal y el terrorismo de Estado en la República Argentina, su coordinación con los países del cono sur y sus demás manifestaciones en el exterior y contribuir a la coordinación regional y subregional de los archivos de derechos humanos.

- e) Desarrollar los métodos adecuados, incluida la duplicación y digitalización de los archivos y la creación de una base de datos, para analizar, clasificar y archivar informaciones, testimonios y documentos, de manera que puedan ser consultados por los titulares de un interés legítimo, dentro del Estado y la sociedad civil, en un todo conforme a la Constitución, los instrumentos internacionales de derechos humanos y las leyes y reglamentos en vigencia.
- f) Coadyuvar a la prevención de las violaciones de los derechos humanos y al deber de garantía del Estado en lo que se refiere a la prevención, investigación, juzgamiento, castigo y reparación de las graves violaciones de los derechos y libertades fundamentales.
- g) Crear un poderoso instrumento pedagógico para hacer realidad el imperativo de “NUNCA MAS” frente a conductas aberrantes expresado abiertamente por la ciudadanía al restablecerse las instituciones democráticas después de la dictadura militar instaurada el 24 de marzo de 1976.”²⁹

Reconociendo las experiencias de recuperación de la memoria histórica realizadas por la Comisión Provincial de la Memoria de la Provincia de Buenos Aires, por el Museo de la Memoria de la ciudad de Rosario o por la “Mansion Sere” en la Municipalidad de Morón, en la Provincia de Buenos Aires, el Decreto n. 1259/2003 también propone la colaboración del ANM a las iniciativas de Memoria Abierta y de otras organizaciones con programas en este sentido.

Así, se observa el inicio de un cambio de mentalidad en términos de legislación archivística. La preocupación con el uso de los archivos en la promoción de memoria, verdad y justicia trasparece en la norma, así como la consonancia con parámetros de respeto, prevención y reparación a los derechos humanos. Para este fin, la ley confiere al Presidente del Archivo Nacional de la Memoria la prerrogativa de acceder directamente a los archivos de los organismos integrantes de la administración centralizada y descentralizada del Poder Ejecutivo Nacional, incluyendo las Fuerzas Armadas y de Seguridad. Además, se determina que estos órganos deben enviar todas las informaciones, testimonios y documentos relacionados a la materia de competencia del ANM.

29. Artículo 3° del Decreto 1259/2003.

Acerca de la posibilidad de consulta a los archivos públicos anteriormente discutidos, se registra que el acceso a la información pública como un derecho fundamental no es previsto expresamente en la Constitución Argentina. Entretanto, su reconocimiento y garantía está dado en los dispositivos constitucionales que aseguran: el derecho a la libertad de expresión, el derecho de aprender, el derecho de tener información ambiental, el derecho de tener información adecuada y veraz en cuanto consumidos, la jerarquía constitucional de los tratados de derechos humanos, entre otros. No hay, en el país, una ley nacional que prevea el acceso a la información, habiendo sido aprobado, en 2003, el Decreto 1172 para regular la materia.

Denominado Decreto de Acceso a la Información Pública, el texto aprueba una serie de reglamentaciones con el objetivo de traer más transparencia en el ámbito de la administración pública argentina. Son las siguientes: el Reglamento General de Audiencias Públicas para el Poder Ejecutivo Nacional; el Reglamento General para la Publicidad de la Gestión de Intereses en el ámbito del Poder Ejecutivo Nacional; el Reglamento General para la Elaboración Participativa de Normas; el Reglamento General del Acceso a la Información Pública para el Poder Ejecutivo Nacional; y el Reglamento General de Reuniones Abiertas de los Entes Reguladores de los Servicios Públicos.

El Reglamento General del Acceso a la Información Pública para el Poder Ejecutivo Nacional, en especial, prevé la posibilidad de que el ciudadano requiera, consulte y reciba información de: organismos, entidades, empresas, sociedades, dependencias y todo ente bajo jurisdicción del Poder Ejecutivo Nacional; pero también: de las organizaciones privadas que recibieron subsidios o aportes provenientes del sector público nacional, de las instituciones o fondos cuya administración, guarda o conservación esté a cargo del Estado Nacional a través de sus jurisdicciones o entidades y de las empresas privadas a quien se les haya otorgado la prestación de un servicio público o la explotación de un bien público mediante autorización, licencia, concesión o cualquier otra forma contractual.

Regido por los principios de igualdad, publicidad, celeridad, informalidad y gratuidad, el Decreto considera como información que debe prestarse:

“toda constancia en documentos escritos, fotográficos, grabaciones, soporte magnético, digital o en cualquier otro formato y que haya sido creada u obtenida por los sujetos mencionados en el artículo 2º o que obre en su poder o bajo su control, o cuya producción haya sido financiada total o parcialmente por el erario público, o

que sirva de base para una decisión de naturaleza administrativa, incluyendo las actas de las reuniones oficiales”³⁰.

Se establece que la solicitud de información debe realizarse por escrito, identificando al requirente, pero sin exigir ninguna otra formalidad o el propósito de la requisición. La respuesta debe suministrarse en un plazo máximo de diez días, que sólo puede ser prorrogado por diez días más, en circunstancias excepcionales fundamentadas e explicitadas antes del vencimiento del plazo. Los poseedores de la información deben mantenerla de forma organizada, sistematizada y disponible de forma a facilitar su amplio acceso. El sujeto requerido sólo puede negarse a brindar la información objeto de la solicitud fundamentándose en su no existencia – cuando su producción no es obligatoria por el Estado – o si se trata de una de las excepciones admitidas por la ley. Aun así, la denegación debe ser realizada por un funcionario de jerarquía específica y los ciudadanos disponen de un recurso judicial si la demanda no hubiera sido satisfecha o si la respuesta hubiera sido ambigua, parcial o inexacta.

El Decreto 1172/2003 prevé las siguientes circunstancias como hipótesis en que puede haber negativa de la solicitud:

- a) Información expresamente clasificada como reservada, especialmente la referida a seguridad, defensa o política exterior;
- b) información que pudiera poner en peligro el correcto funcionamiento del sistema financiero o bancario;
- c) secretos industriales, comerciales, financieros, científicos o técnicos;
- d) información que comprometa los derechos o intereses legítimos de un tercero obtenida en carácter confidencial;
- e) información preparada por los sujetos mencionados en el artículo 2º dedicados a regular o supervisar instituciones financieras o preparada por terceros para ser utilizada por aquellos y que se refiera a exámenes de situación, evaluación de sus sistemas de operación o condición de funcionamiento o a prevención o investigación de la legitimación de activos provenientes de ilícitos;
- f) información preparada por asesores jurídicos o abogados de la Administración cuya publicidad pudiera revelar la estrategia a adoptarse en la defensa o tramitación de una causa judicial o divulgar las técnicas o procedimientos de investigación o cuando la información privare a una persona el pleno ejercicio de la garantía del debido proceso;

30. Artículo 5º del Decreto 1172/2003.

- g) cualquier tipo de información protegida por el secreto profesional;
- h) notas internas con recomendaciones u opiniones producidas como parte del proceso previo al dictado de un acto administrativo o a la toma de una decisión, que no formen parte de un expediente;
- i) información referida a datos personales de carácter sensible —en los términos de la Ley N° 25.326— cuya publicidad constituya una vulneración del derecho a la intimidad y al honor, salvo que se cuente con el consentimiento expreso de la persona a que refiere la información solicitada;
- j) información que pueda ocasionar un peligro a la vida o seguridad de una persona.”³¹

Una de las principales discusiones derivadas de la apertura de los archivos públicos, tales como los archivos de las fuerzas armadas, seguridad y otros ministerios, fue la necesidad de proteger los datos personales e información sensible existente en este tipo de fondos documentales. En este sentido, la Ley de Protección de Datos Personales – ley n. 25.326 – es el único instrumento que contiene parámetros normativos y mecanismos para tal fin.

Con el objetivo de proteger integralmente los datos personales asentados en archivos, registros, bases de datos u otros medios técnicos de tratamiento de datos, la ley exige que el titular de los datos dé, por escrito, el consentimiento libre, expreso e informado para que sean colectadas, conservadas y cedidas sus informaciones. Para tanto, define como “datos personales”: “*Información de cualquier tipo referida a personas físicas o de existencia ideal determinadas o determinables*”³². A pesar de amplia, la ley especifica los casos en los cuales no se demanda autorización: cuando la información es obtenida en fuentes públicas de acceso irrestricto; cuando es recogida para el ejercicio de funciones propias de los poderes del Estado o en virtud de una obligación legal; cuando son informaciones que se limiten al nombre, documento nacional de identidad, identificación tributaria o de seguridad social, ocupación, fecha de nacimiento y domicilio; cuando deriven de una relación contractual, científica o profesional del titular de los datos y sean necesarias para su desarrollo; y cuando se trate de las operaciones realizadas por las entidades financieras y de las informaciones que reciban de sus clientes – respetándose las normas de sigilo bancario.

Además, se establecen reglas para el uso de los datos recogidos, exigiéndose que sean sustituidos o suprimidos cuando se tenga conocimiento de la inexactitud y que su colecta tenga pertinencia con la finalidad para

31. Artículo 16 del Decreto 1172/2003.

32. Artículo 2°. Disponible en: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64790/texact.htm>>. Acceso en: 18/07/2015.

la cual fueron obtenidos, debiendo haber la destrucción de los mismos cuando dejen de ser necesarios o pertinentes a los fines para los cuales fueron reunidos³³. Se determina que nadie puede ser obligado a suministrar informaciones personales que revelen origen racial y étnica, opiniones políticas, convicciones religiosas, filosóficas o morales, afiliación sindical e información referente a la salud o a la vida sexual.

Para que la cesión de datos personales a terceros tenga lugar, se requiere el consentimiento previo del titular de los datos que, debe ser informado sobre quién es el interesado en las informaciones y sobre la finalidad de la cesión. La norma establece algunas excepciones para la exigencia de este consentimiento, entre ellas cuando el órgano poseedor de los datos aplica un procedimiento de disociación de la información que imposibilite la identificación de sus titulares. De acuerdo con la representante de Memoria Abierta, Celina Flores³⁴, actualmente algunos organismos del Estado que poseen fondos documentales vinculados a la “última dictadura militar” se excusan en esta ley para obstaculizar el acceso a las informaciones públicas. Comúnmente, se alega que existen datos personales o datos sensibles, inviabilizando su consulta por el público, pues la ley autoriza apenas a un familiar o a la persona implicada a hacerlo.

Con respecto a los documentos considerados reservados por motivo de seguridad nacional, la Argentina empleó algunas iniciativas con el intuito de posibilitar el acceso a ese material. En especial, merecen destaque los decretos de desclasificación aprobados en 2006 y en 2010 relativos a documentación vinculada a las Fuerzas Armadas.

El primer obstáculo enfrentado tras la aprobación de esas normas fue superar lo que se entendía como “documento histórico” de esas instituciones que constituyen los archivos a ser desclasificados. Hasta entonces, todos los requerimientos de las Fuerzas Armadas en relación a los archivos de la represión eran respondidos negativamente, pues se alegaba que no existían. E, incluso, los que tenían su existencia reconocida, deberían mantenerse en sigilo aún durante procesos judiciales. Inclusive para acceder a los documentos como pruebas, los jueces deberían solicitar un decreto presidencial, instancia que fue eliminada en 2010.

Luego del Decreto 4/2010, fueron creadas, como políticas de Estado dentro de los propios Ministerios, Unidades de Relevamiento Documental

33. Esta disposición fue apelada por el Archivo Intermedio del Archivo General de la Nación, afirmando que no se considera la especificidad de los documentos históricos. Éstos no pueden ser destruidos cuando “dejen de ser necesarios”.

34. En su exposición oral en el taller: “El papel de los archivos en la justicia de transición” del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasilia, 1° de junio de 2015.

para averiguar lo que existía y debería ser desclasificado en los archivos. Estas unidades han contribuido con pruebas a los procesos judiciales llevados contra los represores y responsables de crimen de lesa humanidad. En relación al acceso al público general de los resultados de esos relevamientos se puede citar dos experiencias mediantemente exitosas, la iniciativa Archivos Abiertos del Ministerio de Defensa y un buscador documental del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto en un acuerdo de cooperación con el Centro de Estudios Legales y Sociales.

Ese trabajo, aún en marcha, permitió a la sociedad argentina percibir que todavía no fueron localizados, sistematizados y abiertos todos los archivos que elucidan cómo se estructuró el terrorismo de Estado a lo largo de la dictadura. La creación de instituciones específicas destinadas a la preservación de la memoria ha sido una estrategia para concentrar los archivos relacionados a esa temática y darles un tratamiento en consonancia con el derecho a la memoria, verdad y justicia. Se puede verificar que el Poder Público posee mucha discrecionalidad en la determinación de cuáles archivos contienen informaciones que comprometen la seguridad nacional, debiendo haber parámetros preestablecidos en ley y claros en la temática.

Finalmente, en lo que respecta a la restricción de acceso a datos personales, se percibe una legislación detallada con la finalidad de proteger la honra e intimidad de las personas. Sin embargo, se comprende que la política de alteración de los registros históricos que contengan ese tipo de información no es la más adecuada, debiendo haber una discusión más amplia sobre la materia.

3.2 Brasil

La Ley n. 8.159 de 1991 – que dispone sobre la política nacional de archivos públicos y privados – reconoce la importancia de los archivos como elementos de prueba e información³⁵ y los define como

“conjuntos de documentos producidos y recibidos por órganos públicos, instituciones de carácter público y entidades privadas, como consecuencia del ejercicio de actividades específicas, bien como por persona física, cualquiera que sea el soporte de la información o la naturaleza de los documentos”³⁶.

La norma trata, principalmente, de los documentos de naturaleza pública, sin embargo, dispone que los archivos privados pueden ser identificados por el Poder Público como de interés público y social. Para tanto, es necesario un decreto del Presidente de la República considerando la colección como

35. Artículo 1° de la Ley n. 8.159/1991.

36. Traducción libre del Artículo 2° de la Ley n. 8.159/1991.

un conjunto de fuentes relevantes para la historia y desarrollo científico nacional.³⁷ En esta hipótesis, el archivo no es necesariamente transferido a una institución archivística pública, pero sus propietarios o detentores tienen el deber de preservarlos, quedando sujetos a responsabilización³⁸. La legislación reconoce prerrogativas y establece límites al responsable por el archivo – por ejemplo, pueden permitir o no el acceso por parte del público, pero no pueden transferirlos al exterior o alienarlos con dispersión o pérdida de la unidad documental.³⁹

En lo que respecta a la política nacional de archivos, la Ley n. 8.159/1991 y su reglamento, el Decreto 4.073/2002, crean el *Sistema Nacional de Arquivos* (SINAR) para desarrollarla. El sistema es integrado por: el *Arquivo Nacional*; los archivos del Poder Ejecutivo Federal; los archivos del Poder Legislativo Federal; los archivos del Poder Judicial Federal; los archivos estatales de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial; los archivos de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial del Distrito Federal; los archivos de los Poderes Ejecutivo y Legislativo municipales; y personas naturales y jurídicas de derecho privado, detentoras de archivos, mediante acuerdos específicos.⁴⁰ El órgano central del SINAR es el *Conselho Nacional de Arquivos*, órgano colegiado vinculado al *Arquivo Nacional*, que orienta normativamente y articula políticas relacionadas a la gestión documental.

En este sistema, incumbe al *Arquivo Nacional* la función de gestionar, preservar y mantener el acceso a los documentos producidos y recibidos por el Poder Ejecutivo Federal, estando comprendidos en él los archivos del *Ministério da Marinha*, del *Ministério das Relações Exteriores*, del *Ministério do Exército* y del *Ministério da Aeronáutica*. Ya la documentación del Poder Legislativo Federal y Poder Judicial Federal debe ser encaminada a sus archivos específicos. La norma establece también que las legislaciones estatales y municipales deben definir los criterios de organización y vinculación en sus respectivos ámbitos.⁴¹

Con el fin del régimen militar, en 1985, Brasil inició una transición lenta y controlada por las Fuerzas Armadas. El Estado priorizó, inicialmente, una política de reparación financiera a las víctimas, mientras los avances en el conocimiento de la verdad sobre las violaciones de derechos humanos practicadas sistemáticamente fueron muy graduales.⁴² El proceso de reunión

37.Traducción libre del Artículo 12 de la Ley n. 8.159/1991.

38.Artículos 22§1º y 26 del Decreto n. 4.073/2002.

39.Artículos 13 y 14 de la Ley n. 8.159/1991.

40.Artículos 12 del Decreto n. 4.073/2002.

41.Artículos 17 a 21 de la Ley n. 8.159/1991.

42. ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo (org.). Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

de informaciones sobre los crímenes practicados y paradero de los desaparecidos fue iniciado por la actuación de los familiares y víctimas de la dictadura, habiendo medidas dispersas en el ámbito estatal a lo largo de los años.

En 2005, el Decreto n.º 5.584 estableció que todos los documentos archivísticos públicos producidos y recibidos por los extintos *Conselho de Segurança Nacional* – CSN, *Comissão Geral de Investigações* - CGI y *Serviço Nacional de Informações* – SNI, que estuvieran bajo la custodia de la *Agência Brasileira de Inteligência* – ABIN, deberían ser recogidos al *Arquivo Nacional* hasta el final de aquel año. La recolección fue ejecutada por un equipo del *Arquivo* y de la ABIN y coordinado por diversos órganos del Poder Ejecutivo y por la *Advocacia-Geral da União*. El Decreto n.º 5.584 determinó también que los documentos deberían ser puestos a disposición para acceso público, resguardados el mantenimiento de sigilo y la restricción al acceso de documentos que se refieran a la intimidad de la vida privada de personas o cuyo sigilo sea imprescindible a la seguridad de la sociedad y del Estado.

Importante observar que, desde 2012, el *Arquivo Nacional* adoptó una política de posibilitar el acceso irrestricto a fondos documentales necesarios a la recuperación de hechos históricos de relevancia. En este sentido, considerando la protección otorgada a los datos personales por la ley 12.527/2011, el órgano ha publicado sucesivos edictos que convocan a los titulares de las informaciones personales en esos documentos a manifestarse, en un período de 30 días, sobre la manutención de la restricción. Así, transcurrido el plazo sin que haya habido manifestación, los archivos referidos son integralmente sometidos al acceso público.

En el ámbito estadual, los archivos de los *Departamentos de Ordem Política e Social* (DOPS) – policías políticas – de diversos *estados* fueron transferidos a archivos estaduais, posibilitando el acceso a importantes documentos de la represión. Sobre este asunto, valen ser mencionadas las iniciativas del *Ministério Público Federal* de recomendar el envío a los archivos públicos estaduais de los documentos referentes al período del régimen militar para que recibieran tratamiento especial en ese nuevo destino⁴³.

43. PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS. *MPF recomenda que órgãos disponibilizem todos os documentos da época da ditadura*. Belo Horizonte. 25/10/2012. Disponible en: <<http://www.prmg.mpf.mp.br/imprensa/noticias/direitos-do-cidadao/mpf-recomenda-que-orgaos-estaduais-e-federais-disponibilizem-todos-os-documentos-da-epoca-da-ditadura>>. Acceso en: 04/05/2015;

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO. *MPF recomenda à Secretaria de Segurança de SP que mande ao Arquivo do Estado documentos sobre a Ditadura*. São Paulo. 29/03/12. Disponible en: <http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/sala-de-imprensa/noticias_prdc/29-03-12-2013-mpf-recomenda-a-secretaria-de-seguranca-de-sp-que-mande-ao-arquivo-do-estado-documentos-sobre-a-ditadura>. Acceso en: 04/05/2015.

En 2007, fue creado el portal de informaciones conocido como “*Memórias Reveladas*”, administrado por el *Arquivo Nacional*. Con la intención de hacer disponibles los archivos sobre el período entre las décadas de 1960 y 1980 y sobre las luchas de resistencia a la dictadura militar, integrando, en red, archivos e instituciones públicas y privadas en comunicación permanente, se firmaron acuerdos de cooperación entre la *União, Estados* y el *Distrito Federal*. El proyecto reúne actualmente registros de informaciones sobre: archivos estatales relacionados a los extintos *Departamentos de Ordem Política e Social*; archivos públicos federales relacionados al extinto *Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI*; archivo de la extinta *Divisão de Informações da Petrobras*; e informaciones de 80 instituciones asociadas, en el Brasil y en el exterior.⁴⁴

A pesar de grande el archivo ya disponible al público, hay otros documentos que deberían ser integrados a estos fondos. En este sentido, el Informe Final de la *Comissão Nacional da Verdade* (CNV) resalta que: “*aun no pudiéndose concluir que la integralidad de la documentación producida por el régimen militar esté recogida a los archivos públicos, la disponibilidad de documentos sobre el aparato represivo no encuentra paralelo en ningún otro país*”⁴⁵. Evidencia, por lo tanto, que, no obstante las medidas arriba descritas de centralizar esa documentación sensible en instituciones archivísticas públicas y desvinculadas de sus órganos originarios, las Fuerzas Armadas y Fuerzas Policiales todavía detentan parte de la documentación referente al período de la dictadura.

Además de los archivos de las agencias de represión del Estado activas en la dictadura militar, hay otros archivos públicos de relevancia sobre el período represivo reunidos en el ámbito: de la *Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos* (CEMDP), de la *Comissão de Anistia*, de la *Comissão Nacional da Verdade* y de las diversas comisiones de reparación y de la verdad estatales y sectoriales. Una característica de los archivos de esas instituciones es que son compuestos tanto por materiales sobre el régimen militar producidos por víctimas, familiares y por la sociedad civil, como por documentos producidos por el régimen militar constituyendo en ricos archivos sobre las violaciones de derechos humanos practicadas.

Compuesto por cerca de 75 mil requerimientos de reparación a la *Comissão de Anistia* por persecuciones sufridas en la dictadura, el acervo de la CA está almacenado en el archivo del propio órgano y puede ser

44. BRASIL. *Memórias Reveladas. Histórico*. Disponible en: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=2>>. Acceso en: 04/05/2015.

45. Traducción libre. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, v. 1, Página 22.

consultado por el público. En octubre de 2015, el Comité Regional para América Latina y el Caribe del Programa Memoria del Mundo eligió este patrimonio documental de la *Comissão de Anistia* como parte del registro regional del Programa Memoria del Mundo de la UNESCO.

Los archivos de la CEMDP y de la CNV fueron encaminados también al *Arquivo Nacional*⁴⁶. En general, las leyes creadoras de las comisiones estatales de la verdad observan esta misma línea, estableciendo como destino de los archivos producidos a lo largo de sus trabajos instituciones archivísticas públicas estatales.

Sobre el derecho de acceso a la información, el ordenamiento jurídico brasileño lo reconoce como un derecho fundamental en su constitución⁴⁷ y prevé su protección en diversos diplomas. Entre ellos, la L8.159/1991, que en su artículo 4º establece:

“Art. 4º - Todos tienen derecho a recibir de los órganos públicos informaciones de su interés particular o de interés colectivo o general, contenidas en documentos de archivos, que serán prestadas en el plazo de la ley, bajo pena de responsabilidad, excepto aquellas cuyo sigilo sea imprescindible a la seguridad de la sociedad y del Estado, bien como a la inviolabilidad de la intimidad, de la vida privada, de la honra y de la imagen de las personas”⁴⁸.

El marco normativo más relevante sobre el asunto, sin embargo, es la *Lei de Acesso à Informação* – Ley nº 12.527, del 18 de noviembre de 2011, que establece el Principio de la Publicidad Máxima como directriz y el sigilo como excepción. Ésta se aplica a los procedimientos de todos los entes federativos en los ámbitos de los Poderes Ejecutivo, Legislativo – incluyendo las Cortes de Cuentas, y Judicial y del *Ministério Público*; y a las autarquías, a las fundaciones públicas, a las empresas públicas, a las sociedades de economía mixta y demás entidades controladas directa o indirectamente por la *União, Estados, Distrito Federal y Município*. La norma establece que las informaciones solicitadas sean suministradas inmediatamente y, cuando no sea posible, que la institución demandada debe, en un plazo máximo de 20 días, prorrogable por 10 días más:

46. La Portería Interministerial nº 1.321-A del 29 de septiembre de 2015, expedida por la Casa Civil, declara la recepción del Informe de la Comisión Nacional de la Verdad por el Poder Ejecutivo Federal, informando que el mismo está registrado en la Biblioteca Nacional y disponible en la internet. También declara de interés público y social el archivo documental y archivístico reunido por la CNV a lo largo de sus actividades, estableciendo que integrará el Proyecto Memorias Reveladas en el Archivo Nacional.

47. Artículo 5º, XXXIII, artículo 37, §3º, II y artículo 216, § 2º de la Constitución.

48. Traducción libre.

- I - comunicar la data, local y modo para realizarse la consulta, efectuar la reproducción u obtener el certificado;
- II - indicar las razones de hecho o de derecho para la negat3ria, total o parcial, del acceso pretendido; o
- III - comunicar que no posee la informaci3n, indicar, si es de su conocimiento, el 3rgano o la entidad que la detiene, o, remeter el requerimiento a ese 3rgano o entidad, notificando el interesado sobre la remesa.⁴⁹

Tambi3n es determinado que los 3rganos y entidades del poder p3blico deben tornar posible el encaminamiento de pedidos de acceso por medio de sus sitios oficiales en la internet⁵⁰.

En casos de negativa de las solicitudes, el ciudadano debe ser informado sobre los recursos administrativos disponibles. En hasta diez d3as, puede ser sometido un recurso a la autoridad superior a aquella que decidi3 el requerimiento, que debe contestar en cinco d3as. La ley prevé, a3n, otras instancias sucesivas para la presentaci3n de recursos, caso la negativa se mantenga: la *Controladoria-Geral da Uni3o*, la *Comiss3o Mista de Reavali3o de Informa33es* y el Ministro de Estado en el 3rea⁵¹, lo que no excluye la posibilidad de recurrir judicialmente a la obstrucci3n del acceso por medio del *habeas data*.

Adem3s, en esta ley y en su reglamento, se establecen disposiciones espec3ficas que impiden la negativa de datos que sean esenciales a la tutela administrativa o judicial de derechos fundamentales, o a documentos que versen sobre conductas que impliquen violaci3n de los derechos humanos practicada por agentes p3blicos o a mando de autoridades p3blicas⁵².

Sobre las posibilidades de sigilo, se admite que determinadas informaciones coloquen en riesgo la defensa y orden nacionales, siendo creado en la ley un sistema de clasificaci3n de las restricciones que ser3n impuestas en esas hip3tesis. Tambi3n est3 previsto un sistema de desclasificaci3n de las informaciones sigilosas. Aun as3, la documentaci3n considerada comprometedora a la seguridad nacional no puede ser sometida a un sigilo mayor que 25 a3os⁵³.

La ley n3 12.527 establece que:

49. Traducci3n libre del art3culo 10 de la Ley 12527.

50. Art3culo 10§ 23 de la Ley 12527.

51. Art3culos 15 al 17 de la Ley 12527.

52. Art3culo 21 de la Ley 12527/2011 y art3culo 41 del Decreto 7.724/2012.

53. Art3culo 24 de la Ley 12527/2011 y art3culo 28 del Decreto 7.724/2012.

“son consideradas imprescindibles a la seguridad de la sociedad o del Estado y, por lo tanto, pasibles de clasificación las informaciones cuya divulgación o acceso irrestricto puedan:

- I - poner en riesgo la defensa y la soberanía nacionales o la integridad del territorio nacional;
- II - perjudicar o poner en riesgo la conducción de negociaciones o las relaciones internacionales del País, o las que hayan sido suministradas en carácter sigiloso por otros Estados y organismos internacionales;
- III - poner en riesgo la vida, la seguridad o la salud de la población;
- IV - ofrecer elevado riesgo a la estabilidad financiera, económica o monetaria del País;
- V - perjudicar o causar riesgo a planes u operaciones estratégicos de las Fuerzas Armadas;
- VI - perjudicar o causar riesgo a proyectos de investigación y desarrollo científico o tecnológico, así como a sistemas, bienes, instalaciones o áreas de interés estratégico nacional;
- VII - poner en riesgo la seguridad de instituciones o de altas autoridades nacionales o extranjeras y sus familiares; o
- VIII - comprometer actividades de inteligencia, bien como de investigación o fiscalización en andamiento, relacionadas a la prevención o represión de infracciones.”⁵⁴

Sobre el tratamiento de informaciones personales, la norma dispone que son aquellas relativas a la intimidad, vida privada, honor e imagen. Por el plazo de 100 años, contados de la fecha de su producción, este tipo de información debe tener su acceso restringido a su titular y a los agentes públicos legalmente autorizados, a menos que autorizada su divulgación a terceros. Este consentimiento no es exigido cuando los datos personales sean necesarios:

- I – a la prevención y diagnóstico médico, cuando la persona estuviera física o legalmente incapaz, y para utilización única e exclusivamente para el tratamiento médico;
- II – a la realización de estadísticas y investigaciones científicas de evidente interés público o general, previstos en ley, siendo vedada la identificación de la persona sobre la cual las informaciones se refieren;
- III - al cumplimiento de orden judicial;
- IV – a la defensa de derechos humanos; o
- V – a la protección del interés público y general preponderante.⁵⁵

54. Traducción libre del artículo 23 de la Ley n° 12.527/2011.

55. Traducción libre del artículo 31 de la Ley n° 12.527/2011.

Como destacado anteriormente, con relación a acervos de importancia histórica, el *Arquivo Nacional* ha adoptado la práctica de convocar, por medio de edictos públicos, los titulares de datos personales para que comuniquen su oposición a la divulgación de los respectivos archivos.

El Informe Final de la *Comissão Nacional da Verdade*⁵⁶ entendió que la *Lei de Acesso à Informação* fue determinante para los trabajos de la CNV por haber garantizado mayor transparencia a la administración pública, y restringido la posibilidad de la clasificación de informaciones. Fue usado, como ejemplo, la disponibilidad a las *Folhas de Alteração* de los militares – documentación administrativa que detalla, en orden cronológico, la vida funcional de estos agentes. Inicialmente, el entendimiento de las Fuerzas Armadas era de no permitir el acceso a esos documentos, pero el obstáculo fue superado a partir de la interpretación de esta norma y de la ley creadora de la CNV.

Las dificultades en la relación con las Fuerzas Armadas con respecto a la solicitud de informaciones relatadas por la CNV refuerzan la falta de una cultura institucional que garantice acceso efectivo a los materiales bajo control estatal. En este aspecto, sobresale al *Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais*⁵⁷ la poca sistematización de las informaciones y documentos que el Estado posee. Además, las solicitudes de informaciones realizadas no son, en su gran mayoría, respondidas con celeridad y con el entero tenor del contenido solicitado. En ese sentido, para el CTJ/UFGM, inclusive las comisiones de la verdad tienen dificultades en obtener informaciones por parte de brazos represivos del Estado, lo que indica como los particulares enfrentan obstáculos en ese recorrido. En este punto, fue recomendado por la *Comissão Nacional da Verdade* sobre la materia:

“Proseguimiento y fortalecimiento de la política de localización y apertura de los archivos de la dictadura militar:

50. El proceso de localización y apertura de los archivos del período del régimen militar, que tuvo gran evolución con la actuación de la CNV, deberá tener proseguimiento. Los archivos de las Fuerzas Armadas, incluyendo aquellos de sus centros de información – Centro de Informaciones del Ejército (CIE), Centro de Informaciones de la Marina (Cenimar) y Centro de Informaciones de Seguridad de la Aeronáutica (CISA) –, bien como del Centro de Informaciones

56. Página 22. Disponible en: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acceso en: 09/06/2015.

57. En manuscrito enviado por Emilio Peluso Neder Meyer, en 10 de junio de 2015, con consideraciones sobre el cuestionario de archivos.

del Exterior (Ciex), que funcionó en el Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE), deberán integrarse en una plataforma única en todo el país, que abarque toda la documentación de los órganos del Sistema Nacional de Informaciones y Contrainformación (Sisni). Lo mismo deberá ocurrir con los archivos de todas las Divisiones de Seguridad e Informaciones (DSI) y Asesorías de Seguridad e Informaciones (ASI) instituidas por la dictadura militar en los órganos del gobierno federal, con vinculación al Servicio Nacional de Informaciones (SNI).

51. En el ámbito de los estados de la Federación, deberá procederse a la localización y apertura de los archivos de los órganos vinculados a la represión política, en especial los archivos de los departamentos o delegaciones de orden político y social (DOPS), promoviendo su recolección y tratamiento técnico en los archivos públicos y su disponibilidad en la base de datos del Archivo Nacional. Esta base de datos, a su vez, debe ampliarse y perfeccionada por medio, respectivamente, de la incorporación de copias digitales de los archivos documentales y orales aún en manos del poder público y por la instalación de recursos tecnológicos destinados a la potencialización de las herramientas de investigación y a la universalización del acceso, inclusive con la disponibilidad de los archivos en la internet.
52. Se recomienda, también, que tenga prosequimiento la localización, en misiones diplomáticas y reparticiones consulares brasileñas, de la documentación relativa al período de la dictadura militar, recogiendo esa documentación al Archivo Nacional. Se recomienda, también, la continuidad de la cooperación internacional dirigiéndose a la identificación, en archivos extranjeros y de organizaciones internacionales, de documentación referente al período de investigación de la CNV.
53. Deben estimularse y apoyarse, en las universidades, en los archivos y en los museos, el establecimiento de líneas de investigación, la producción de contenidos, la toma de testimonios, el registro de informaciones y la recolección y tratamiento técnico de archivos sobre hechos aún no conocidos o aclarados sobre el período de la dictadura militar.
54. En los términos de la legislación vigente, deben considerarse de interés público y social los archivos privados de empresas y de personas naturales que puedan contribuir para la profundización de la investigación sobre las graves violaciones de derechos humanos ocurridas en Brasil.⁵⁸

58. Traducción libre. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v. 1, Página 975.

Deben, también, mencionarse las estrategias de la sociedad civil para tratar la inexistencia de informaciones o dificultades de acceso a los archivos que contengan noticias sobre las graves violaciones de derechos humanos. Poseen especial relevo los *Dossiês*⁵⁹ elaborados por grupos de víctimas y familiares acerca de muertos y desaparecidos durante la dictadura militar. Este trabajo – cuya primera edición fue publicada en 1995 – constituye el primer conjunto de informaciones organizadas a partir de testimonio, archivos de comisarías, institutos médicos legales y documentos de presos políticos y militares, de aquella época, que permitió un reconocimiento estatal de parte de las violaciones ocurridas por medio de la Ley 9.140/1995 y de los trabajos continuados de la CEMDP y *Comissão de Anistia*. Además de ese archivo, el proyecto *Brasil: Nunca mais*, de la Arquidiócesis de São Paulo y del Consejo Mundial de Iglesias, es considerado el mayor banco de datos de denuncias sobre los hechos ocurridos en la dictadura. El archivo está integrado por autos de procesos criminales coleccionados por abogados que consiguieron sus copias y trae informaciones sobre la tortura perpetrada durante la represión.

Finalmente, sobre los casos en que la sociedad civil judicializó la negativa de acceso a las informaciones bajo tutela del Estado se destaca la lucha de los familiares de la *Guerrilha do Araguaia*. Un grupo de familiares de desaparecidos en esta guerrilla – episodio en que las Fuerzas Armadas movilizaron grandes cantidades de militares al norte del país para combatir un grupo de guerrilleros, habiendo pocos sobrevivientes de las operaciones que promovieron violaciones masivas de derechos humanos en la región – provocó a la Justicia Federal en búsqueda de informaciones sobre las víctimas. Después de dos intentos frustrados – en que el Poder Judicial rechazó las acciones bajo el argumento de que no existiera la guerrilla – el grupo tuvo una decisión positiva en la tercera acción – transitada en juzgado más de veinte años después. Aun así, se critica no haber cumplimiento integral de la sentencia en función de la falta de cooperación de los órganos militares en el suministro de las informaciones solicitadas. En 2010, en el caso *Gomes Lund y otros vs. Brasil*, la Corte Interamericana de Derechos Humanos condenó al Estado brasileño, entre otros motivos, por considerar que venía incumpliendo su obligación de garantizar el acceso a la información a los familiares de las víctimas de la *Guerrilha do Araguaia*.

3.3 Chile

La producción de los documentos que registran la represión en Chile se inició contemporáneamente al golpe de Estado que se desarrolló en 1973.

59. ALMEIDA, Criméia Alice Schimdt de et al. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Ya en los primeros meses de la dictadura, la Iglesia Católica promovió la creación del *Comité de Cooperación para la Paz en Chile (Comité Pro Paz)* – organización de carácter ecuménico con la misión de prestar asistencia legal y social a las víctimas de las violaciones de derechos humanos derivadas del golpe militar. Aunque la actuación del *Comité* haya consistido en interponer diversos recursos de amparo y de habeas corpus en la justicia, sus mayores éxitos no fueron los judiciales.

Los recursos eran rutinariamente rechazados por el Poder Judicial que, en esa época, no investigaba cuestiones relacionadas a los derechos humanos. Sin embargo, el trabajo realizado por la organización posibilitó la creación gradual de un importante archivo con informaciones sobre los detenidos y desaparecidos de la dictadura.

En 1975, en razón de presiones políticas, la Iglesia Católica cerró las actividades del *Comité Pro Paz*, pero, reconociendo la importancia de ese archivo, instituyó la *Vicaría de la Solidaridad* para continuar su trabajo. La organización creó un departamento específico para almacenar y sistematizar los archivos, que fueron reunidos con la colaboración de los familiares de las víctimas. Burlando la censura, también eran publicados informes mensuales y revistas que difundían estadísticas de derechos humanos y noticias del trabajo realizado por la *Vicaría*.

En los años siguientes, otras organizaciones de derechos humanos comenzaron a desempeñar una actuación en pro de las víctimas de la dictadura y a concentrar relevante documentación del período, tales como: la *Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic)*, la *Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo (Codepu)*, la *Fundación para la protección de la infancia dañada por los Estados de Emergencia (Pídee)* y el *Archivo de la Agrupación de familiares de detenidos desaparecidos*. También se destaca el proyecto denominado *Teleanalysis*, que filmaba la represión a las protestas sociales y colaboró para la creación de un importante archivo audiovisual sobre la dictadura.

Se resalta, que parte de esos archivos hoy integran el *Museo de la Memoria*, creado, en 2010, para recibir documentación sobre las graves violaciones de derechos humanos cometidas en la dictadura. También con la intención de preservar el patrimonio referente a esos períodos represivos, algunos ex centros de detención de presos políticos fueron transformados en espacios de memoria e igualmente mantiene archivos accesibles al público: Londres 38, Villa Grimaldi y Casa Memoria José Domingo Cañar n° 1367.

En cuanto a los archivos de los órganos represivos, las Fuerzas Armadas declararon y declaran que no pues habrían sido eliminados, imposibilitando su utilización por las Comisiones de la Verdad y tribunales nacionales. A pesar de no tratarse de un documento oficial, una de

las pocas e importantes fuentes conocidas sobre la estructura represiva fue un libro producido por el jefe de uno de los organismos de seguridad.

Cabe destacar las características *sui generis* del retorno de la democracia chilena, en 1990, pues el ex dictador permanece en el poder como Jefe del Ejército. En ese contexto, el Presidente Patricio Aylwin convoca a una Comisión de la Verdad, que produce el *Informe Rettig* acerca de los desaparecidos y ejecutados políticos, utilizando gran parte de las informaciones de la *Vicaría*. En 1992, la *Vicaría* fue transformada en la *Fundación Archivos y Documentación de la Vicaría de la Solidaridad* cuyos archivos están disponibles al público y órganos investigativos y, once años después, fue declarada como Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO.

La transición chilena comenzó a avanzar en el tema justicia cuando los jueces incorporaron a sus decisiones un nuevo paradigma centrado en los derechos humanos y desestimando la ley de amnistía. En este proceso, el judicial también utilizó el amplio material disponible por la *Vicaría*.

El trabajo realizado por la Comisión de la Verdad sobre presos políticos y tortura, que resultó en el *Informe Valech*, fue desarrollado también a partir de los archivos anteriormente mencionados. Diferentemente del *Informe Rettig* – sobre desaparecidos y ejecutados – los documentos que sostienen el *Informe Valech* fueron declarados sigilosos por el plazo de 50 años, por la ley 19.992, siendo un gran retroceso a la transición del país. Ambos informes están localizados en el *Museo de la Memoria*.

En cuanto a las normativas acerca del derecho del acceso a la información, se observa su garantía por la Constitución Política de la República de Chile, en su artículo 19. En 2008, el Estado aprobó una ley de acceso a la información – la Ley 20.285/2008 – como derivada de la condenación del país en el caso Claude Reyes por la Corte Interamericana de Derechos Humanos. A partir de esta sentencia, la primera en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos a tratar expresamente el derecho a la información, el Estado adoptó una serie de medidas para adecuarse a los parámetros interamericanos de transparencia y acceso a la información pública.

Según la ley, que vincula los órganos del Poder Ejecutivo, incluyendo Fuerzas Armadas y organismos de seguridad, las informaciones solicitadas a la Administración deben ser suministradas en un plazo máximo de veinte días, prorrogable por otros diez, y los negativas deben entregarse por escrito y fundamentadas. Son consideradas hipótesis posibles de negativa total de la información los siguientes casos:

- “1. Cuando su publicidad, comunicación o conocimiento afecte el debido cumplimiento de las funciones del órgano requerido, particularmente:

- a) Si es en desmedro de la prevención, investigación y persecución de un crimen o simple delito o se trate de antecedentes necesarios a defensas jurídicas y judiciales.
 - b) Tratándose de antecedentes o deliberaciones previas a la adopción de una resolución, medida o política, sin perjuicio que los fundamentos de aquéllas sean públicos una vez que sean adoptadas.
 - c) Tratándose de requerimientos de carácter genérico, referidos a un elevado número de actos administrativos o sus antecedentes o cuya atención requiera distraer indebidamente a los funcionarios del cumplimiento regular de sus labores habituales.
2. Cuando su publicidad, comunicación o conocimiento afecte los derechos de las personas, particularmente tratándose de su seguridad, su salud, la esfera de su vida privada o derechos de carácter comercial o económico.
 3. Cuando su publicidad, comunicación o conocimiento afecte la seguridad de la Nación, particularmente si se refiere a la defensa nacional o la mantención del orden público o la seguridad pública.
 4. Cuando su publicidad, comunicación o conocimiento afecte el interés nacional, en especial si se refieren a la salud pública o las relaciones internacionales y los intereses económicos o comerciales del país.
 5. Cuando se trate de documentos, datos o informaciones que una ley de quórum calificado haya declarado reservados o secretos, de acuerdo a las causales señaladas en el artículo 8° de la Constitución Política.”⁶⁰

La norma establece que, en los casos de documentos que contengan informaciones que puedan afectar derechos de terceros, estos terceros deben ser consultados antes y podrán oponerse al suministro del dato en un plazo de tres días. Esa oposición, sin embargo, puede ser derribada por una resolución del *Consejo para la Transparencia*. Diferentemente del modelo brasileño – que presume el consentimiento del titular de los datos a partir de su no manifestación – y del modelo argentino – que posibilita la exclusión de los datos a pedido de su titular – el modelo chileno de regulación posibilita la manifestación del titular como interesado en preservación de sus derechos, pero no vincula completamente el suministro de la información a su autorización. Muestra, comparativamente, un paradigma intermedio en términos de mantenimiento de las fuentes históricas y del acceso a la información bajo dominio público.

60. Artículo 21.

3.4 Colombia

La *Ley de Justicia y Paz*, aprobada en 2005, representó una importante etapa en el proceso transicional de Colombia, cuyo conflicto armado perdura hace 50 años, aproximadamente. Al crear un marco legal para abordar la problemática, la norma pretendió contribuir a la reconciliación nacional y a la garantía de los derechos de las víctimas, promoviendo la concesión de beneficios judiciales a las personas vinculadas a grupos armados organizados que decidan desmovilizarse. En especial, la cuestión de la memoria pasó a ser central con la asunción de la perspectiva de que el Estado debería asumir el protagonismo en la construcción de los relatos sobre el conflicto armado y debería propiciar la organización de la sociedad civil a su alrededor.

Sin embargo, la ley no trajo un modelo satisfactorio de transición a medida que no creo una comisión de la verdad y no dio garantías efectivas para la construcción de la verdad por parte de los acogidos por los beneficios de la alternatividad penal. Si por un lado fue favorecida la contención de la violencia por la desmovilización de las *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), por otro significó la construcción truncada de una verdad parcelada debido a la extradición de los jefes paramilitares. Esta ha sido la principal reclamación y deuda con las víctimas del proceso. En especial, porque las formas cada vez más atomizadas de operar de los grupos armados y su gestión especializada de las informaciones permiten diluir las responsabilidades entre los diversos niveles de decisión y ejecución, dificultando la reconstrucción del funcionamiento y de las redes de esas organizaciones.

En la década de 1960, se aportó a una forma de progreso que priorizaba un pacto de silencio y olvido por parte de los partidos políticos. Esto tuvo un gran impacto en los resultados de la comisión de investigación creada en esa época para medir los impactos del conflicto armado – la *Comisión Nacional Investigadora de las Causas y Situaciones presentes de la Violencia en el Territorio Nacional* (1958). Aunque haya realizado un trabajo de campo significativo en la compilación de declaraciones de víctimas y perpetradores, su trabajo no fue orientado oficialmente a la construcción de la verdad histórica de la guerra civil.

En un segundo momento, en que el conflicto colombiano se intensifica debido a la entrada del Narcotráfico, el país tiene una generación de académicos que ven la necesidad de constituir un nuevo pacto político y que enfrenta por primera vez ese pasado. Se reforzó la idea de un pasado cíclico que solamente podría romperse con educación y con una nueva constitución. En este contexto, fue creada por el Estado la *Comisión de Expertos* (1987) que abordó una tipología de violencias con multiplicidad

de causas. Entretanto, se critica que el informe *Colombia: violencia y democracia*, producto de los trabajos de la comisión no se apoyó en testimonios a lo largo de su elaboración.

En un tercer momento, fue creado el *Grupo de Memoria Histórica* de la *Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación* (GMH-CNRR) – la principal institución productora de memoria histórica de Colombia a partir de 2007. Constituido por una comunidad académica organizada por el Estado, pero con autonomía, el grupo comienza a discutir cuestiones como: la temporalidad del conflicto armado, la verdad histórica – que no es clara en el escenario colombiano – y la verdad judicial – que no tiene tradiciones muy fuertes en el país.

Si los trabajos de las comisiones de investigación anteriores acentuaban la falta de experiencia institucional en el Estado en términos de formación y conservación de los archivos, el GMH-CNRR- se dedicó, en su primera fase, a la recuperación de materiales. Visitó zonas afectadas, realizó talleres, recolectó testimonios y produjo un volumen admirable de informes sobre casos emblemáticos, espacios en los cuales las víctimas tuvieron una centralidad y reivindicaron justicia y reparación. La importancia del trabajo del GMH-CNRR, convertido, posteriormente, en el Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH), extrapola el simple deber legal del Estado atribuido por la Ley de Justicia y Paz, pues el mismo permite la reconstrucción de la historia nacional y tiene un papel pedagógico de difusión.

Aun así, Lorenzo Acosta⁶¹ advierte que no hay una tradición de centralizar la gestión de los archivo en el país. Este desafío tiene relación directa con el contexto nacional, en el cual hay múltiples violencias cruzadas y las comisiones de investigación de las causas del conflicto armado y comisiones de investigación extrajudiciales para casos puntuales no cumplieron de hecho con el papel de una comisión de verdad.

Los avances en términos de creación de un sistema de archivos vinieron en el año 2000, con la aprobación de la Ley General de Archivos – ley 594. Integrado por el Archivo General de la Nación – también su coordinador –, por los archivos de las entidades del Estado en sus diferentes niveles de la organización administrativa, territorial, por servicios y por algunos archivos privados, es su papel, entre otros, establecer normas referentes a los procesos archivísticos, promover el acceso de los ciudadanos a la información⁶².

61. En su exposición oral en el Workshop: “El papel de los archivos en la justicia de transición” del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasilia, 1º de junio de 2015.

62. Artículo 5.

La ley categoriza los archivos públicos en varios niveles: a) desde un punto de vista jurisdiccional: Archivo General de la Nación, Archivo General del Departamento, Archivo General del Municipio, y Archivo General del Distrito; b) por territorio: Archivos de entidades del orden nacional, Archivos de entidades del orden departamental, Archivos de entidades del orden distrital, Archivos de entidades del orden metropolitano, Archivos de entidades del orden municipal, Archivos de entidades del orden local, Archivos de las nuevas entidades territoriales que se creen por ley, Archivos de los territorios indígenas; y c) según la organización del Estado: Archivos de la Rama Ejecutiva, Archivos de la Rama Legislativa, Archivos de la Rama Judicial, Archivos de los Órganos de Control, y Archivos de los Organismos Autónomos.

Con respecto a los archivos privados, la ley 594 determina que el Archivo General de la Nación podrá declarar archivos con valor histórico como de “interés cultural”. En este caso, sus detentores deberán inscribirlos en el registro del Archivo General de la Nación, facilitarles copias y no realizar acciones que impliquen en la destrucción y transferencia del archivo al exterior. El registro no restringe su propiedad sobre el acervo y la ley prevé el desarrollo de estímulos financieros y asistencia por parte del Estado.

Aunque el deber estatal de memoria haya sido establecido expresamente por la *Ley de Justicia y Paz*, los elementos para el cumplimiento de esa obligación fueron desarrollados por la *Ley de Víctimas y de Restitución de Tierras* en 2011 (Ley 1448 de 2011). Mientras la Ley de Justicia y Paz había delegado al Grupo de Memoria Histórica un mandato difuso de simplificar a las víctimas y a los investigadores el acceso a los archivos, la ley de 2011 profundiza el papel del Estado de instaurar medidas de reparación efectivas y acordes para facilitar el camino post conflicto y ampliar el espectro de la reparación integral a las víctimas. En esta normativa más reciente, el deber estatal de memoria abarca con claridad el carácter autónomo e independiente de la memoria histórica como patrimonio público (Decreto 4800 de 2011), confiriendo al archivo un lugar más central.

En continuidad a este proceso, en 2012, la Ley 1592 creó relaciones concretas de cooperación interinstitucional que aseguren la particular gestión archivística en cabeza de las víctimas, el acceso a la documentación que no contenga información sujeta a reserva, y la integración de fuentes sobre hechos victimizantes. A los Tribunales Superiores de Distrito Judicial se les asignó la función de coordinar con el CNMH la divulgación de verdad judicial. Los tribunales deberán organizar, sistematizar y conservar archivos relacionados con investigación, procesamiento y sanción de desmovilizados de grupos armados al margen de la ley y remitir copias al CNMH de los casos ejecutoriados. La ley autorizó la celebración de convenios entre el CNMH y la Fiscalía General para regular los flujos de información de

memoria histórica en la investigación penal, de donde deriva la mencionada Unidad de Contexto para el análisis de la sistematicidad de los crímenes de *Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario*. Por último, la ley estableció una cooperación estrecha entre en CNMH y la Procuraduría General, en la que es deber de la última garantizar la conservación de archivos administrativos de toda institución oficial de los niveles regional y nacional, contra cualquier forma de alteración o de supresión.

Una serie de garantías jurisprudenciales, por parte de la Corte Constitucional y del Consejo de Estado, han buscado reforzar la custodia de documentos, en el sentido de extender la figura de la obligación de toda entidad pública de dar trámite a la información solicitada en todo momento, y de ser diligente en la búsqueda o reconstrucción de documentos perdidos. Las garantías se extienden también a interpretarse como indicio grave la destrucción o desaparición de información que repose en archivos militares y que verse sobre orden público o sobre conflicto armado. En tal caso, el indicio grave se predica de la autoridad que suprime el documento.

El *Centro Nacional de Memoria Histórica* también está trabajando en la formulación de la política nacional de archivos de derechos humanos, memoria histórica y conflicto con la participación de diferentes sectores de la población y del *Archivo General de la Nación* para determinar cuáles serían las competencias y criterios técnicos a ser adoptados con respecto al archivo del GMH-CNRR. La cooperación del *Archivo General* fue buscada en virtud de su tradición en lo que respecta a la técnica archivística, ya que los datos producidos por los informes del Grupo sirven como subsidio para la investigación de los episodios de violación sistemática de derechos humanos. Reconociendo el valor de ese patrimonio, desde 2014, la *Fiscalía General de la Nación* creó una unidad responsable por transformar el material de los informes en material probatorio, lo que ha sido un gran avance en la pauta de la justicia de transición en el país.

En 2014, el CNMH publicó un documento titulado como “*Archivos de graves violaciones a los Derechos Humanos, infracciones al Derecho Internacional Humanitario, memoria histórica y conflicto armado. Elementos para una política pública*” con primeras directrices que se acercan a una política pública dirigida a los archivos relacionados al conflicto armado. Fueron compilados los marcos normativos pertinentes y fijadas orientaciones que determinan la organización de criterios y estrategias de reunión de documentos en el *Centro Nacional de Memoria Histórica*. El documento orienta la centralización de la información en la institución por la obtención de copias fidedignas, al paso que impulsa y preserva los archivos locales y regionales de derechos humanos, según una lógica de concentración virtual y de desconcentración física de la documentación.

Además de las iniciativas mencionadas, vale destacar el esfuerzo, por parte del Estado, para constituir formas de investigación sistemática a las violaciones de derechos humanos. En especial, la Constitución de 1991 creó la *Defensoría del Pueblo* e a *Fiscalía General*, órganos que trabajan, respectivamente, en el control especializado de la vigilancia, prevención y diagnóstico de violaciones de derechos humanos y en el proceso de consolidación de investigación técnica forense.

En cuanto al derecho de acceso a la información, la *Constitución Política de Colombia*, no apenas prevé el derecho de conocer las informaciones que están bajo poder de entidades públicas y privadas, sino que también garantiza el derecho a actualizarlas y rectificarlas. También estipula que la recolección, tratamiento y circulación de datos debe respetar las garantías consagradas en la ley mayor.

La ley 1712 de 2014 – *Ley de Transparencia y del Derecho de Acceso a la Información Pública Nacional* – regula el derecho de acceso a la información pública, los procedimientos para el ejercicio y garantía del derecho y las excepciones a la publicidad de informaciones.

Están vinculados a sus disposiciones: las entidades de todas las Ramas del Poder Público, en todos los niveles de la estructura estatal, central o descentralizada por servicios o territorialmente, en los órdenes nacional, departamental, municipal y distrital; los órganos, organismos y entidades estatales independientes o autónomos y de control; las personas naturales y jurídicas, públicas o privadas, que presten función pública, que presten servicios públicos cuando la información esté directamente relacionada con la prestación de este servicio; persona natural o jurídica que desempeñe función pública o de autoridad pública, respecto de la información directamente relacionada con el desempeño de su función; los partidos o movimientos políticos y los grupos significativos de ciudadanos; las entidades que administren instituciones parafiscales, fondos o recursos de naturaleza u origen público; y las personas naturales o jurídicas que reciban o intermedien fondos o beneficios públicos territoriales y nacionales respecto de aquella información que se produzca en relación con fondos públicos que reciban o intermedien.⁶³ Es establecido que los sujetos mencionados deben adoptar un Programa de Gestión Documental en el cual se establezcan los procedimientos y lineamientos necesarios para la producción, distribución, organización, consulta y conservación de los documentos bajo su responsabilidad, en observancia a las directrices del Archivo General de la Nación.⁶⁴

La norma no establece un plazo para que las autoridades contesten a las solicitudes de información, pero son previstas posibilidades de recursos

63. Artículo 5°.

64. Artículo 15.

a las negativas de acceso, y estas sí poseen plazos específicos que deben ser cumplidos. Es determinado que los sujetos deben tornar las informaciones disponibles en la Web⁶⁵ y también hay una disposición específica con respecto a la accesibilidad de los datos:

“Con el objeto de facilitar que las poblaciones específicas accedan a la información que particularmente las afecte, los sujetos obligados, a solicitud de las autoridades de las comunidades, divulgarán la información pública en diversos idiomas y lenguas y elaborarán formatos alternativos comprensibles para dichos grupos. Deberá asegurarse el acceso a esa información a los distintos grupos étnicos y culturales del país y en especial se adecuarán los medios de comunicación para que faciliten el acceso a las personas que se encuentran en situación de discapacidad.”⁶⁶

En la ley 1712/2014, son fijadas dos especies de excepción para suministro de informaciones – cuando pueda causar daño a derechos de personas naturales o jurídicas o cuando pueda causar daños al interés público:

“ARTÍCULO 18. INFORMACIÓN EXCEPTUADA POR DAÑO DE DERECHOS A PERSONAS NATURALES O JURÍDICAS.

Es toda aquella información pública clasificada, cuyo acceso podrá ser rechazado o denegado de manera motivada y por escrito, siempre que el acceso pudiere causar un daño a los siguientes derechos:

- a) El derecho de toda persona a la intimidad, bajo las limitaciones propias que impone la condición de servidor público, en concordancia con lo estipulado.
- b) El derecho de toda persona a la vida, la salud o la seguridad.
- c) Los secretos comerciales, industriales y profesionales.

PARÁGRAFO. Estas excepciones tienen una duración ilimitada y no deberán aplicarse cuando la persona natural o jurídica ha consentido en la revelación de sus datos personales o privados o bien cuando es claro que la información fue entregada como parte de aquella información que debe estar bajo el régimen de publicidad aplicable.

ARTÍCULO 19. INFORMACIÓN EXCEPTUADA POR DAÑO A LOS INTERESES PÚBLICOS. Es toda aquella información pública reservada, cuyo acceso podrá ser rechazado o denegado de manera motivada y por escrito en las siguientes circunstancias, siempre que dicho acceso estuviere expresamente prohibido por una norma legal o constitucional:

- a) La defensa y seguridad nacional;
- b) La seguridad pública;
- c) Las relaciones internacionales;

65. Artículo 7°.

66. Artículo 8°.

- d) La prevención, investigación y persecución de los delitos y las faltas disciplinarias, mientras que no se haga efectiva la medida de aseguramiento o se formule pliego de cargos, según el caso;
- e) El debido proceso y la igualdad de las partes en los procesos judiciales;
- f) La administración efectiva de la justicia;
- g) Los derechos de la infancia y la adolescencia;
- h) La estabilidad macroeconómica y financiera del país;
- i) La salud pública.

PARÁGRAFO. Se exceptúan también los documentos que contengan las opiniones o puntos de vista que formen parte del proceso deliberativo de los servidores públicos.”

En 2012, fue aprobada la Ley 1.581 – *Ley de Datos Personales* – que tiene como fin esencial salvaguardar los derechos y deberes fundamentales, así como los procedimientos y recursos para su protección. El Decreto 1377/2013 vino, en seguida, para reglamentar especialmente los aspectos relacionados a la autorización del titular de la información para el tratamiento de sus datos personales y el ejercicio de los derechos de los titulares de la información.

Con respecto al tiempo de reserva sobre la información, la legislación permite un período máximo de 30 años, pero otorga al Presidente de la República la facultad de extenderla, excepcionalmente, por quince años más. En revisión a estos dispositivos, la Corte Constitucional (C540/2012) estableció que la reserva no es procedente para negar información requerida por autoridades judiciales o administrativas, bajo la justificativa de corresponder al interés u orden públicos.

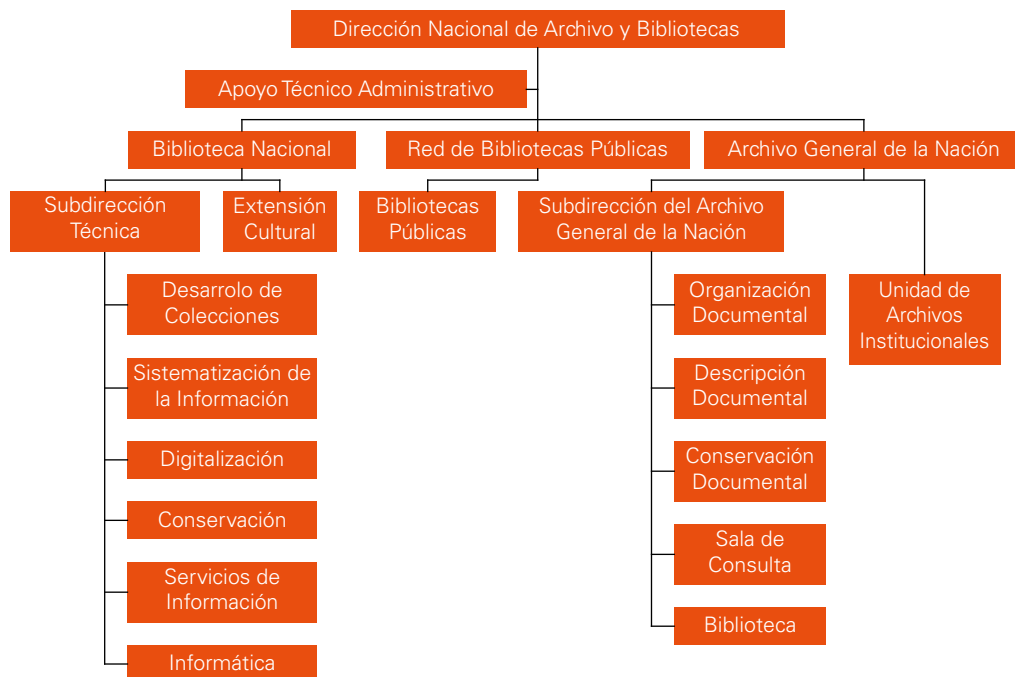
Finalmente, cabe resaltar que el contexto colombiano es contradictorio en términos de acceso a los archivos. Por un lado, está el reconocimiento de la especificidad de los archivos que versan sobre derechos humanos, siendo su acceso amparado por un amplio catálogo de acciones constitucionales. Por otro, hay un fortalecimiento del marco jurídico para organismos que desarrollan trabajos de inteligencia (Ley 1621 de 2013), sin delimitación clara de las hipótesis de restricción del acceso por motivos de seguridad nacional.

3.5 El Salvador

De acuerdo con Marisol Hernández⁶⁷, El Salvador actualmente no cuenta con una estructura organizada de instituciones centradas en la preservación, conservación y organización del patrimonio archivístico.

67. En su exposición oral en el Taller: “El papel de los archivos en la justicia de transición” del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasilia, 1º de junio de 2015.

El Decreto 161⁶⁸, que crea el Archivo General de la Nación, remonta a 1948, período anterior a la mayor parte de los tratados de derechos humanos que fueron aprobados en ámbito internacional e interamericano, y solamente fue reglamentado en 1985, por la Ley del Archivo General de la Nación - Decreto n.º 316. Esta norma atribuyó al Archivo General el deber de administrar los archivos con valor “histórico y cultural” referentes a los períodos datados de 1660 hasta 1930, estando su estructura inserida en la Secretaría de Cultura, conforme el organograma abajo.



Fonte: <http://www.cultura.gob.sv/organigrama/>⁶⁹

En 2013, la Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción y el Archivo General de la Nación publicaron un guía para orientar las instituciones públicas en materia de gestión documental. La *Normativa*

68. CHOTO, Rodolfo Ramos. *Los Archivos en El Salvador*, C. Disponible en: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.27.1.nt6h807463120531>>. Acceso en: 12/08/2015.

69. Organograma referente a la estructura de la *Secretaría de Cultura de la Presidencia de la República* editado para exhibir las instituciones abajo del Secretario de Cultura que trabajan con la temática de los archivos.

*Nacional de Archivo*⁷⁰ explica que toda institución debe tener un *Sistema Institucional de Archivos* – formado por diversos órganos que administren, preserven e den acceso a los documentos archivísticos de manera uniforme desde su producción a su destino final. Específicamente en relación a los órganos responsables por la documentación archivística histórica – aquellos seleccionados para ser conservados permanentemente en razón de su valor cultural y científico para la investigación histórica – el guía esclarece que deben ser regulados por las normas de organización y conservación emitidas por el Archivo General de la Nación⁷¹.

El Decreto n. 316, no menciona el acceso a la información pública a lo largo de su texto, evidenciando que no se trata de un pilar en la política archivística del Estado. A pesar de haber sido aprobada una Ley de acceso a la información – a *Ley de Acceso a la Información Pública* – por el Decreto n.º 534/2010, Hernandez afirma⁷² que no hay acceso a los archivos custodiados por las Fuerzas de Seguridad y Fuerzas Armadas. Además, los archivos de la *Comisión de la Verdad para El Salvador*, creada por la Organización de las Naciones Unidas como parte de los Acuerdos de Paz para El Salvador de 1992, fueron clasificados y están almacenados en Washington.

A respecto de las colecciones fundamentales en la lucha por la justicia y contra la impunidad, se destaca la importancia de los archivos custodiados por el Poder Judicial y por la sociedad civil.

Existía en el país una importante organización de Derechos Humanos originalmente denominada *Socorro Jurídico* que, desde 1977, recibía y documentaba denuncias de abusos cometidos por parte del Estado. Conocido posteriormente por el nombre *Tutela Legal*, el grupo fue creado por el Arzobispo Oscar Romero. González tuvo un papel fundamental en el registro y divulgación de violaciones de derechos humanos del conflicto armado, que finalizó en 1992, dando conocimiento sobre más de 50,000 casos de antes, durante y después de la guerra.

En septiembre de 2013, la clínica tuvo sus puertas súbitamente cerradas por orden del Arzobispo José Luis Escobar Alas, que alegó no haber

70. EL SALVADOR. SUBSECRETARÍA DE TRANSPARENCIA Y ANTICORRUPCIÓN; ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Normativa Nacional de Archivo*. San Salvador: Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. 2013. Disponible en: <<http://www.cultura.gob.sv/normativa-nacional-de-archivo-2/>>. Acceso en: 12/08/2015.

71. EL SALVADOR. SUBSECRETARÍA DE TRANSPARENCIA Y ANTICORRUPCIÓN; ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Normativa Nacional de Archivo*. San Salvador: Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. 2013. P. 19.

72. En su exposición oral en el Taller: “El papel de los archivos en la justicia de transición” del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasilia, 1º de junio de 2015.

más necesidad de mantener el trabajo. Ante las críticas de la comunidad internacional y la preocupación con el destino del archivo, que reúne documentación fundamental para la persecución penal de diversos agentes, el Arzobispo alegó que sería realizada una modernización del archivo.

Además, esos acontecimientos sucedieron en pocos días a la decisión de la Corte Suprema del país de admitir la acción impetrada por organizaciones de derechos humanos con el fin de revisar la constitucionalidad de la ley de amnistía, indicando la posibilidad de destrucción de material probatorio de responsabilidades civiles, administrativas y penales. Este escenario indica la necesidad de darles protección a archivos de relevancia pública, aunque sean de instituciones privadas, debido a la vulnerabilidad de su preservación.

En cuanto al derecho de acceso a la información, comúnmente hay atrasos y negativas al acceso requerido, aunque el artículo 71 de la *Ley de Acceso a la Información Pública* establezca el plazo de diez días para la entrega. Legalmente, hay dos clases de restricción del acceso a datos bajo poder del Estado – las informaciones reservadas y las confidenciales. Para que la entidad competente pueda declarar una información como reservada, el Decreto 534 exige una de las siguientes situaciones: a) si su liberación pudiere amenazar efectivamente el interés jurídicamente protegido; b) si su liberación pudiere provocar un daño mayor que el interés público de conocerse la información; y c) si estuviere prevista en las hipótesis de excepción del acceso que están listadas en el artículo 19 de la ley, cuáles sean:

- “a. Los planes militares secretos y las negociaciones políticas a que se refiere el artículo 168 ordinal 7° de la Constitución.
- b. La que perjudique o ponga en riesgo la defensa nacional y la seguridad pública.
- c. La que menoscabe las relaciones internacionales o la conducción de negociaciones diplomáticas del país.
- d. La que ponga en peligro evidente la vida, la seguridad o la salud de cualquier persona.
- e. La que contenga opiniones o recomendaciones que formen parte del proceso deliberativo de los servidores públicos, en tanto no sea adoptada la decisión definitiva.
- f. La que causare un serio perjuicio en la prevención, investigación o persecución de actos ilícitos, en la administración de justicia o en la verificación del cumplimiento de las leyes.

- g. La que comprometiere las estrategias y funciones estatales en procedimientos judiciales o administrativos en curso.
- h. La que pueda generar una ventaja indebida a una persona en perjuicio de un tercero.”⁷³

El decreto determina que, en las hipótesis de reserva referentes al artículo 19, la clasificación de la información como reservada no debe ultrapasar el periodo de siete años, renovable por otros cinco. Sin embargo, en los casos previstos en los ítems “a” y “b”, es permitido “darse prorrogas por períodos adicionales, si el ente obligado justifica la necesidad de la continuidad de la reserva”⁷⁴. La legislación también prevé que las *Unidades de Acceso a la Información Pública* elaboren y publiciten, semestralmente, un índice de las informaciones clasificadas de esta forma, detallando la institución que estableció la reserva, su motivación y plazo de la restricción.

Las informaciones confidenciales, solamente pueden ser divulgadas con el consentimiento libre y expreso de su titular. Son ellas:

- “a. La referente al derecho a la intimidad personal y familiar, al honor y a la propia imagen, así como archivos médicos cuya divulgación constituiría una invasión a la privacidad de la persona.
- b. La entregada con tal carácter por los particulares a los entes obligados, siempre que por la naturaleza de la información tengan el derecho a restringir su divulgación.
- c. Los datos personales que requieran el consentimiento de los individuos para su difusión.
- d. Los secretos profesional, comercial, industrial, fiscal, bancario, fiduciario u otro considerado como tal por una disposición legal.”⁷⁵

En los casos en que deban ser publicados documentos que contengan información reservada o confidencial, el ente deberá preparar una versión en que impidan la lectura de los elementos clasificados, haciendo constar en nota en nota la razón de la supresión.⁷⁶

La Ley de Acceso prevé un recurso administrativo de apelación cuando la entrega de la información es denegada, que es juzgado por el *Instituto de Acceso a la Información Pública*. A respecto de las autoridades públicas, el artículo 26 autoriza su acceso a informaciones reservadas y confidenciales desde que en el marco de sus atribuciones legales.

73. Artículo 19 do Decreto 534.

74. Artículo 20 del Decreto 534.

75. Artículo 24 del Decreto 534.

76. Artículo 30 del Decreto 534.

A pesar de que el decreto salvadoreño regula con detalle el procedimiento de solicitud de dato y establece directrices para la administración de archivos, Hernández⁷⁷ observa que las instituciones públicas con competencia archivística no se preocupan en publicizar los temas y contenidos de sus archivos. Además, coloca como dificultad la cuestión de que la mayoría de los hechos violentos fueron cometidos en zonas que hasta hoy no cuentan con acceso a internet y a la tecnología digital, siendo necesario pensar en otras formas de disponibilidad y difusión de las informaciones que componen el patrimonio archivístico del país.

En cuanto a la judicialización del acceso a los archivos, se averiguó que no hay casos emblemáticos de requerimiento de informaciones sobre graves violaciones de derechos humanos o sobre la obligación estatal de organizar y preservar el patrimonio archivístico que tramiten o hayan tramitado en la justicia de El Salvador.

3.6 Guatemala

En Guatemala, el *Archivo Histórico de la Policía Nacional* (AHPN) está encargado de la guarda, conservación y custodia del archivo documental de la extinta Policía Nacional, que cuenta con más de 80 millones de fojas, traduciéndose en un fondo archivístico de suma importancia. Al descubrirlo por acaso y constatar el estado de abandono de este importante archivo, la *Procuraduría de Derechos Humanos* consiguió una orden judicial para clausurar el lugar y examinar los documentos⁷⁸.

El AHPN fue recuperado, organizado, según criterios archivísticos, y digitalizados millones de documentos que son fuentes primarias de información y que permitieron el avance en el conocimiento de los acontecimientos sucedidos. Además, el AHPN mantiene una unidad de acceso a la información, que tiene especial relevancia a los procesos de justicia de transición, visto que las instituciones persecutorias son las principales usuarias del archivo. La titularidad del archivo sería de la institución que sucedió a la Policía Nacional – actualmente la Policía Nacional Civil. Entretanto, se optó por su transferencia al *Ministerio de Cultura y Deportes*, bajo la dirección del *Archivo General de Centroamérica* (AGCA), que opera gracias a donaciones internacionales.

77. En su exposición oral en el Workshop: "El papel de los archivos en la justicia de transición" del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasilia, 1º de junio de 2015.

78. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 115.

Esta experiencia es considerada ejemplar por el Informe de la UNESCO e ICA sobre archivos de la represión, por el estudio de la entidad productora de los archivos, y por la estrategia utilizada para describirlos técnicamente, de manera rápida, organizada y eficaz.⁷⁹

En lo que respecta a otras instancias nacionales que poseen archivos de igual valor al proceso transicional, no existen instituciones archivísticas análogas en el país.

En cuanto a la legislación del derecho a la información, el Decreto 57/2008 - Ley de acceso a la información pública – regula un procedimiento célere para el requerimiento y entrega de informaciones públicas a cualquier ciudadano. Sin embargo, la ley fue aprobada recientemente y no contempló la mayoría de los casos de justicia transicional, siendo las cuestiones de acceso resueltas, anteriormente, en tribunales constitucionales, a lo largo de procesos duraderos.

El Estado guatemalteco ha mantenido dos líneas constantes en relación al acceso a la información pública en la investigación de graves violaciones de derechos humanos cometidas durante el conflicto armado interno. Por un lado, afirma categóricamente la inexistencia de documentos. Entretanto, este argumento se mostró insostenible ante la aparición de documentos que, después de haber sido sometidos a exámenes técnicos, fueron comprobados como legítimos. A título de ejemplo, está el *Plan de Operaciones Sofía en el Caso por Genocidio* o el documento denominado *Diario Militar*.

Otra conducta recurrente referente a los documentos cuya existencia es imposible negar es la de argumentar que la regulación de acceso a la información no recae sobre la documentación militar, por tratarse de un riesgo a la seguridad nacional. Algunos tribunales nacionales han enfrentado este posicionamiento y obligado a la exhibición de documentos pertinentes a las investigaciones penales. También es común la entrega parcial de los documentos, mostrando únicamente las partes que tienen relación directa con lo investigado o que son poco relevantes a los procesos de justicia de transición.

En 2003, la Corte Interamericana de Derechos Humanos condenó a Guatemala por violar la Convención Americana de Derechos Humanos en el caso de la ejecución extrajudicial de Myrna Mack Chang. La Corte

79. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 115.

consideró que mecanismos internos obstaculizaban la administración adecuada de la justicia, en especial, la negativa del *Ministerio de la Defensa Nacional* de aportar la documentación requerida por los tribunales internos amparándose en el secreto de Estado:

“180. La Corte considera que en caso de violaciones de derechos humanos, las autoridades estatales no se pueden amparar en mecanismos como el secreto de Estado o la confidencialidad de la información, o en razones de interés público o seguridad nacional, para dejar de aportar la información requerida por las autoridades judiciales o administrativas encargadas de la investigación o proceso pendientes.”⁸⁰

Bajo el marco de la ley actual - Decreto n. 57/2008, en ningún caso puede clasificarse como confidencial o reservada la información relativa a investigaciones de violaciones a los derechos humanos fundamentales o a delitos de lesa humanidad. Y mismo las informaciones clasificadas deben ser puestas a disposición de las autoridades encargadas de la procuración y administración de justicia cuando así lo solicitaren, mediante orden judicial, siempre que ésta sea indispensable y necesaria en un proceso judicial.

Las autoridades cuentan con un plazo de 10 días hábiles para entregar a la parte una respuesta y, en caso de ser negativa, debe justificar si la información es reservada o clasificada, o si es inexistente. Además, es posible dar entrada en un recurso de revisión, que debe decidirse en cinco días. También, a pesar de ser un proceso lento, existe la vía constitucional para recurrirse.

Acerca de las hipótesis de restricción, no hay criterios claros y precisos que puedan delimitar todas las situaciones en la legislación guatemalteca. La Ley de acceso a la información establece algunos parámetros que llevan a la siguiente división:

“**Artículo 22.** Información confidencial. Para los efectos de esta ley se considera información confidencial la siguiente:

1. La expresamente definida en el artículo veinticuatro de la Constitución Política de la República de Guatemala;
2. La expresamente definida como confidencial en la Ley de Bancos y Grupos Financieros;
3. La información calificada como secreto profesional;

80. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala Sentencia de 25 de noviembre de 2003 (Fondo, Reparaciones y Costas), p. 102.

4. La que por disposición expresa de una ley sea considerada como confidencial;
5. Los datos sensibles o personales sensibles, que solo podrán ser conocidos por el titular del derecho;
6. La información de particulares recibida por el sujeto obligado bajo garantía de confidencia.”⁸¹

“**Artículo 23.** Información reservada. Para los efectos de esta ley se considera información reservada la siguiente:

1. La información relacionada con asuntos militares clasificados como de seguridad nacional;
2. La información relacionada a asuntos diplomáticos, clasificados como de seguridad nacional;
3. La información relacionada con la propiedad intelectual, propiedad industrial, patentes o marcas en poder de las autoridades; se estará a lo dispuesto por los convenios o tratados internacionales ratificados por la República de Guatemala y demás leyes de la materia; Decreto Número 57-2008 Hoja Número 11 de 20
4. Cuando la información que se difunda pueda causar un serio perjuicio o daño a las actividades de investigación, prevención o persecución de los delitos, la relacionada a los procesos de inteligencia del Estado o a la impartición de justicia;
5. los expedientes judiciales en tanto no hayan causado ejecutoria, de conformidad con las leyes especiales;
6. la información cuya difusión antes de adoptarse la medida, decisión o resolución de que se trate pueda dañar la estabilidad económica, financiera o monetaria del país, así como aquella que guarde relación con aspectos de vigilancia e inspección por parte de la Superintendencia de Bancos;
7. La información definida como reservada en la Ley de Protección Integral de la Niñez y la Adolescencia;
8. Los análisis proporcionados al Presidente de la República orientados a proveer la defensa y la seguridad de la nación así como la conservación del orden público. El derecho a acceder a la información pública en que se hubiese basado el análisis podrá ejercerse ante los órganos o entidades que la tengan en su poder;
9. La que sea determinada como reservada por efecto de otra ley.”⁸²

81. Decreto n° 57-2008.

82. Decreto n° 57-2008.

Sobre las posibilidades de clasificación de la información reservada, la ley de acceso a la información determina que se realizará por medio de resolución de la autoridad máxima de la institución, debiendo publicarse en el Diario Oficial e indicar lo siguiente, bajo pena de nulidad de la clasificación: “1. La fuente de la información; 2. El fundamento por el cual se clasifica; 3. Las partes de los documentos que son reservadas; 4. El plazo de reserva, que no será mayor a siete años; y, 5. El nombre de la autoridad responsable por su conservación.”⁸³

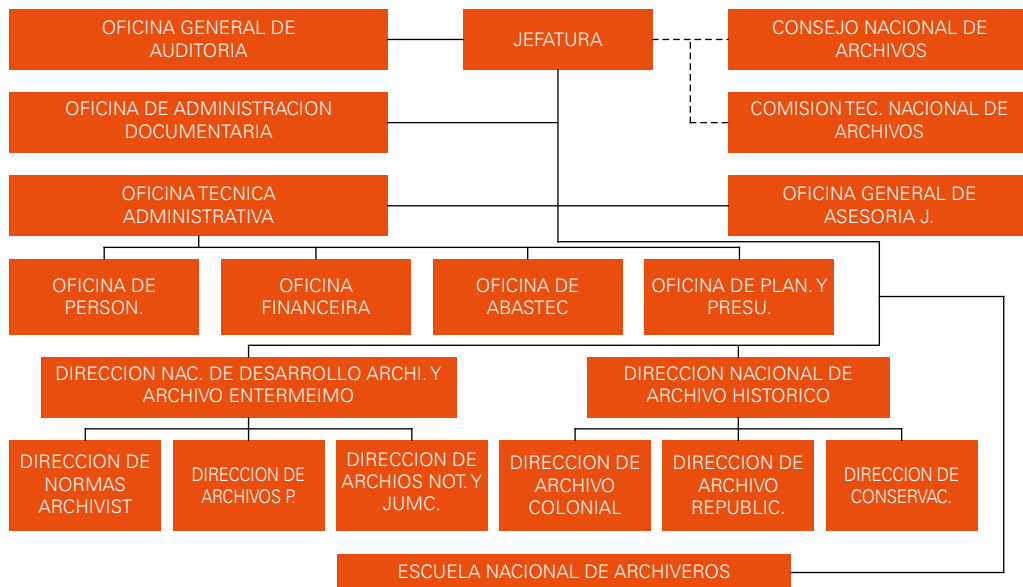
En términos de prácticas de difusión de los contenidos de los archivos, con excepción de los esfuerzos del AHPN, el Estado guatemalteco no implementó otras medidas en este campo. Las solicitudes de acceso a la información pública pueden hacerse por vía electrónica, o que se revela un gran progreso, pero no hay todavía una cobertura efectiva de los archivos existentes.

Judicialmente, puede cuestionarse el acceso a la información por medio de la acción constitucional de amparo. A pesar de ser propicio para alcanzar el fin pretendido, los atrasos injustificados en la tramitación procesal de este recurso colocan en jaque su eficacia, siendo cuestionado por usuarios de la justicia y por organismos internacionales. Como casos paradigmáticos, pueden mencionarse los referentes al genocidio, que llevaron a grandes batallas judiciales por la desclasificación de documentos.

3.7 Perú

La principal ley del Sistema Nacional de Archivos, la Ley n° 25.323 de 1991, reglamentada por el Decreto Supremo n° 008-92-JUS, crea un sistema integrado por el Archivo General de la Nación, por los Archivos Regionales y por los Archivos Públicos. Su finalidad es integrar estructural, normativa y funcionalmente el Patrimonio Documental de la Nación, mediante la aplicación de principios, normas, técnicas y métodos de archivo. El *Archivo General de la Nación*, cuya estructura es ilustrada en el organograma a seguir, ocupa la posición de institución central de este sistema.

83. Artículo 25 del Decreto n° 57-2008.



* Fuente: <http://www.agn.gob.pe/organigrama.html>

Entre los diversos órganos que integran al Archivo General de la Nación, se destacan la Dirección Nacional de Archivo Histórico y la Dirección Nacional de Desarrollo Archivístico y Archivo Intermedio. La primera dirección tiene como atribuciones principales: acopiar, conservar, organizar, describir y servir la documentación con valor permanente, cuyo ciclo de vida administrativa ha concluido; supervisar, asesorar y coordinar los archivos históricos públicos y asesorar a los archivos históricos privados en el ámbito nacional.⁸⁴ Con relación al segundo órgano, es su papel aplicar los procesos archivísticos en la documentación proveniente de la administración pública o archivos conformantes del Sistema Nacional de Archivos, cuyo ciclo de vida administrativa no ha concluido, asimismo establecer en el ámbito nacional las normas y procedimientos de los procesos archivísticos y la racionalización de la producción documentaria en la gestión administrativa.⁸⁵

Los Archivos Regionales son organismos descentralizados del Gobierno Regional que conducen las actividades archivísticas referentes al patrimonio documental de la nación existente en la región⁸⁶. Y los Archivos Públicos en el país son aquellos pertenecientes a:

84. Artículo 15 del Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

85. Artículo 2° del Decreto Supremo N° 005-93-JUS.

86. Artículos 22 y 23 del Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

“los poderes del Estado, entes autónomos, ministerios, instituciones públicas descentralizadas, empresas estatales de derecho público y privado, empresas mixtas con participación accionaria del Estado, Gobiernos Regionales, Gobiernos Locales y las Notarías”⁸⁷

Sobre el material custodiado por esas instituciones, el Decreto Supremo n° 008-92-JUS aporta algunos conceptos. “Documento público” es el extendido por instituciones o personas en el ejercicio de una actividad o función pública con el que se afirma, prueba o justifica algún hecho y que sirven para la defensa de los derechos⁸⁸. “Documento archivístico” es aquel que contiene una información de cualquier fecha, forma y soporte, producido o recibido por persona natural o jurídica, institución pública o privada en el ejercicio de su actividad⁸⁹. Por fin, el Patrimonio Documental de la Nación es el conjunto de documentos de valor permanente conservados en los archivos públicos y privados del ámbito nacional que sirven como fuente de información para la investigación en los aspectos históricos, sociales, económicos, políticos y legales.⁹⁰

El derecho a la información se encuentra contemplado en la Constitución de Perú en su artículo 2°:

“Toda persona tiene derecho: [...]

4. A las libertades de información, opinión, expresión y difusión del pensamiento mediante la palabra oral o escrita o la imagen, por cualquier medio de comunicación social, sin previa autorización ni censura ni impedimento algunos, bajo las responsabilidades de ley. Los delitos cometidos por medio del libro, la prensa y demás medios de comunicación social se tipifican en el Código Penal y se juzgan en el fuero común. Es delito toda acción que suspende o clausura algún órgano de expresión o le impide circular libremente. Los derechos de informar y opinar comprenden los de fundar medios de comunicación.
5. A solicitar sin expresión de causa la información que requiera y a recibirla de cualquier entidad pública, en el plazo legal, con el costo que suponga el pedido. Se exceptúan las informaciones que afectan la intimidad personal y las que expresamente se excluyan por ley o por razones de seguridad nacional.”⁹¹

87. Artículo 27 del Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

88. Artículo 3° del Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

89. Artículo 5° del Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

90. Artículo 4° del Decreto Supremo N° 008-92-JUS.

91. Tradução livre.

E también está previsto en el decreto que reglamenta el sistema nacional de archivos sobre esa materia. Sin embargo, aprobado mientras el país vivía plenamente una situación de conflicto armado – iniciado en 1980 y terminado apenas en 2000, el Decreto Supremo N° 008-92-JUS no trata la cuestión del acceso a la información bajo el prisma de un derecho constitucional que debe ser garantizado por las instituciones integrantes, pero sí como un punto que debe ser reglamentado por el *Archivo General* sin que se pauten necesariamente en parámetros de derechos humanos.

El artículo 35 del Decreto establece, como regla, que sea posibilitado el acceso: “la accesibilidad a la información está referida a todos los documentos que conforman el Patrimonio Documental de la Nación, sean estos públicos o privados.”. No obstante, las hipótesis de restricción de ese derecho son mencionadas de manera muy superficial por la norma, conforme se observa en los dispositivos a seguir:

“Artículo 36°.- Todos los documentos que custodian los archivos integrantes del Sistema Nacional son accesibles al público en general de acuerdo a las normas administrativas vigentes sobre el particular con excepción de aquellos que puedan atentar contra los intereses y la seguridad nacional y a la privacidad o intimidad personal. El procedimiento se establecerá de acuerdo a las normas dadas por el Sistema Nacional de Archivos. Artículo 37°.- Son documentos confidenciales, secretos y estrictamente secretos los que tienen que ver con la defensa y seguridad nacional. De conformidad con el Art. 4° de la Ley N° 19414 cada entidad deberá establecer sin excepción sus respectivas tablas de clasificación hasta por un período no mayor de 30 años, para su conocimiento público. Artículo 38°.- Los archivos que conservan documentos que tienen que ver con la privacidad de las personas, deberán establecer sus tablas de clasificación para que al cumplimiento de las mismas, se garantice su libre acceso.”⁹²

Así, es establecido como plazo máximo para la manutención de un documento bajo sigilo el período de treinta años, no habiendo mayores detalles, en esta normativa, sobre los criterios y procedimientos para tal clasificación. En 2002, fue aprobada la *Ley N° 27806 de Transparencia y acceso a la información*, mediante la cual todas las instituciones del Estado fueron obligadas a publicar su presupuesto, contratos, licitaciones, servidores, entre otros datos, en un portal del internet específico como medida de transparencia de la gestión gubernamental.

Sumadas a las disposiciones de promover transparencia activa, la

92. Decreto Supremo n° 008-92-JUS.

ley asegura también que cualquier ciudadano tiene el derecho de hacer valer su derecho de acceso a la información y puede solicitar por escrito el dato que requiere. El Estado tiene entonces siete días, prorrogables por cinco más, para responder abriendo espacio para el recurso administrativo si la demanda es denegada. Además de la posibilidad de solicitar administrativamente las informaciones, como se prevé en el inciso 5 del artículo 2º, existe el recurso *Habeas Data*, mecanismo que permite solicitar judicialmente este acceso.

La ley específica todavía que la Administración no está obligada a crear o producir información la cual no posea e que no debe ser ofrecido acceso al público en las siguientes situaciones:

- a) “ La información expresamente clasificada como secreta y estrictamente secreta a través de un acuerdo adoptado por la mayoría del número legal de los miembros del Consejo de Ministros. El acuerdo deberá sustentarse en razones de seguridad nacional en concordancia con el Artículo 163 de la Constitución Política del Perú y tener como base fundamental garantizar la seguridad de las personas. Asimismo, por razones de seguridad nacional se considera información clasificada en el ámbito militar, tanto en el frente externo como interno, aquella cuya revelación originaría riesgo para la integridad territorial y/o subsistencia del sistema democrático.

Mediante Decreto Supremo aprobado por la mayoría del número legal de miembros del Consejo de Ministros, el Poder Ejecutivo reglamentará las excepciones que expresamente se enmarcan en el presente artículo.

El acuerdo debe constar por escrito y en él deben explicarse las razones por las cuales se produce la clasificación mencionada. Este acuerdo debe ser revisado cada cinco (5) años a efectos de evaluar su desclasificación. El acuerdo que disponga la continuación del carácter secreto y estrictamente secreto deberá ser debidamente motivado y sujetarse a las mismas reglas que rigen para el acuerdo inicial.

No se considerará como información clasificada, la relacionada a la violación de derechos humanos o de las Convenciones de Ginebra de 1949 realizada en cualquier circunstancia, por cualquier persona.

El Presidente del Consejo de Ministros deberá dar cuenta a la Comisión de Defensa Nacional, Orden Interno e Inteligencia del Congreso de los criterios que el Consejo ha utilizado en la clasificación de la información como secreta o estrictamente secreta. Una vez que la información clasificada se haga pública, una comisión especial

del Congreso de la República evaluará si las razones esgrimidas en el acuerdo del Consejo de Ministros que declaró como clasificada una información se adecuaban a la realidad de los hechos. Esto no impide que una comisión competente del Congreso de la República efectúe dicha evaluación en cualquier momento.

- b) Materias cuyo conocimiento público pueden afectar los intereses del país en negociaciones o tratos internacionales.
- c) La información protegida por el secreto bancario, tributario, comercial, industrial, tecnológico y bursátil.
- d) La información interna de las entidades de la Administración Pública o de comunicaciones entre éstas que contengan consejos, recomendaciones u opiniones producidas como parte del proceso deliberativo y consultivo previo a la toma de una decisión de gobierno. Una vez tomada la decisión, esta excepción cesa si la entidad de la Administración Pública opta por hacer referencia en forma expresa a esos consejos, recomendaciones u opiniones.
- e) La información preparada u obtenida por asesores jurídicos o abogados de las entidades de la Administración Pública cuya publicidad pudiera revelar la estrategia a adoptarse en la tramitación o defensa en un proceso administrativo o judicial, o de cualquier tipo de información protegida por el secreto profesional que debe guardar el abogado respecto de su asesorado.
- f) La información vinculada a investigaciones en trámite referidas al ejercicio de la potestad sancionadora de la Administración Pública, en cuyo caso la exclusión del acceso termina cuando la resolución que pone fin al procedimiento queda consentida o cuando transcurren más de 6 (seis) meses desde que se inició el procedimiento administrativo sancionador, sin que se haya dictado resolución final.
- g) La información que tiene por finalidad prevenir y reprimir la criminalidad en el país y cuya revelación puede entorpecerla.
- h) La información referida a los datos personales cuya publicidad constituya una invasión de la intimidad personal y familiar. La información referida a la salud personal, se considera comprendida dentro de la intimidad personal.
- i) Aquellas materias cuyo acceso esté expresamente exceptuado por la Constitución, o por una Ley aprobada por el Congreso de la República.⁹³

93. Artículo 15 de la Ley N° 27806.

Los casos establecidos en el presente artículo son los únicos en los que se puede limitar el derecho al acceso a la información pública, por lo que deben ser interpretados de manera restrictiva por tratarse de una limitación a un derecho fundamental. No se puede establecer por una norma de menor jerarquía ninguna excepción a la presente Ley.

Con respecto a las informaciones contenidas en las excepciones señaladas en este artículo, la norma dispone que son accesibles para el Congreso de la República, el Poder Judicial y el Ministerio Público, con las limitaciones que señala la Constitución.

Iris Jave⁹⁴ observa que, a pesar de que el ordenamiento jurídico sobre acceso a la información sea riguroso a partir de una perspectiva meramente normativa, existen barreras institucionales que impiden el avance efectivo en los mecanismos de justicia de transición.

La Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR), cuyos trabajos se dieron entre 2001 y 2003, creó también un centro de documentación para abrigar la información documental producida durante el proceso, sobre todo la información pública. Para llevar a cabo su investigación, la CVR necesitó recurrir a los diversos repositorios de instituciones privadas y públicas, entre las cuales se encuentran archivos de las organizaciones de derechos humanos. En 2001, la Comisión firmó un convenio de cooperación con la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos (CNDDHH) que le permitió acceder a toda la información relacionada a la competencia de la CVR, facultándole el acceso a registros de denuncias, relación de víctimas, material documental y bibliográfico. Un equipo del Centro de Documentación de la Asociación Pro Derechos Humanos organizó y sistematizó, durante el año de 2002, la información de las organizaciones miembro de la CNDDHH.

Para colocar a las víctimas en el centro del proceso de conocimiento de la verdad y posibilitar una forma de reconocimiento del Estado peruano en cuanto a las violaciones practicadas, la CVR organizó una colecta nacional de testimonios directos y un programa de audiencias públicas para reconocer a las víctimas y sensibilizar a la opinión pública. Estos 16 mil testimonios se encuentran codificados para no revelar los nombres de los perpetradores y testigos, pues muchos todavía están vivos. Además, la CVR documentó y entregó pruebas y testimonios de 43 casos para ser

94. En su exposición oral en el Workshop: "El papel de los archivos en la justicia de transición" del Seminario Internacional: Contra la impunidad y el olvido: Justicia y Archivos, realizado en Brasilia, 1° de junio de 2015.

judicializados por el Ministerio Público. Finalmente, en 2003, entregó un Informe Final y un Informe visual, que permanece abierto al público en una exhibición permanente en el Museo de la Nación.

El archivo de la *Comisión de la Verdad y Reconciliación* fue entregado al *Centro de Información para la Memoria Colectiva y los Derechos Humanos da Defensoría del Pueblo* y otra copia fue entregada a la sede de la Organización de las Naciones Unidas. El Centro conserva los archivos de las *Fiscalías Especiales de la Defensoría del Pueblo y Derechos Humanos del Ministerio Público*, así como el material de la *Defensoría del Pueblo*. Su finalidad es garantizar la difusión de la documentación recaudada por las instituciones que le destinan sus archivos e ponerlas a disposición para el libre acceso del público. Además, el centro debe contribuir al esclarecimiento de los casos en curso y promover las investigaciones en materia de derechos humanos. El espacio ofrece servicios de lectura, materiales visuales, expedición de copias de la documentación requerida por los usuarios, visitas guiadas y préstamos de fotografías a instituciones solicitantes.

Ya los archivos militares, que poseen informaciones acerca de perpetradores de violaciones de derechos humanos, están a cargo del Ministerio de Defensa. No obstante los incontables pedidos de acceso a esos archivos por parte de la *Fiscalía* y de organizaciones de la sociedad civil sobre los nombres verdaderos o localizaciones de militares designados para las zonas de emergencia durante el período 1980-2000, ninguna solicitud u orden judicial fue atendida.

La única documentación militar conocidamente pública se encuentra en el *Museo Chavín* de Huántar, que se refiere al rescate de los rehenes de la embajada del Japón que habían sido secuestrados por los integrantes del *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA) en 1997. El *Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas*, cuenta con un *Centro de Derecho Internacional Humanitario y Derechos Humanos*, que trabaja básicamente con los asuntos de los derechos humanos en los conflictos armados.

La Policía Nacional posee un *Museo de la Dirección Nacional contra el Terrorismo*, que trata principalmente de la operación de captura de Abimael Guzmán, líder de *Sendero Luminoso*, en 1992, y desarme del aparato directivo de la organización. Entretanto, para visitar el museo, es necesario solicitar una permisión. El *Servicio de Inteligencia Nacional* también guarda abundante información de inteligencia militar del período 1980-2000, sin embargo, son clasificadas y el archivo se encuentra en reestructuración.

El Estado Peruano está creando el LUM – *Lugar de la memoria, la tolerancia y la inclusión social* – cuyo proyecto es ser un espacio dinámico

e interactivo que aborde la historia de los hechos de violencia ocurridos en Perú entre 1980 y 2000. Todavía está en etapa de implementación y pretende ser un centro de documentación virtual que dé acceso a toda la producción de archivos y documentos de organismos de derechos humanos, universidades y otras instituciones sociales.

Ya el material producido por los aproximadamente 80 organismos de derechos humanos de la sociedad civil peruana se encuentra agrupados en una *Coordinadora Nacional de Derechos Humanos*. Los archivos registran las luchas contra las violaciones de derechos humanos ocurridas entre 1980 y 2000. Se destacan la *Asociación Pro Derechos Humanos* (APRODEH), la *Asociación Ministerio Diaconal Paz y Esperanza* (PAZ Y ESPERANZA), y el *Instituto de Defensa Legal* (IDL), que mantiene un archivo documental de expedientes de los casos de derechos humanos que llevaban ante el Poder Judicial. A pesar de no tener un repositorio actualizado que integre toda la producción documental, artística y fotográfica en un solo espacio, también es de relevancia la producción académica de algunas universidades e institutos de investigación, en particular la Pontificia Universidad Católica y el Instituto de Estudios Peruanos.

4 PRINCIPIOS Y OBLIGACIONES INTERNACIONALES EN EL TRATAMIENTO DE ARCHIVOS

4.1 La organización, gestión y preservación de los archivos públicos

La Declaración Universal sobre los Archivos⁹⁵ (“Declaración” o “DUA”) elucida algunas cuestiones que son priorizadas en el debate internacional acerca del tema.

El documento reconoce que *“ciudadanos, gestores y autoridades públicas, propietarios o poseedores de archivos públicos o privados, archivistas y otros profesionales del campo de la información”* tienen responsabilidad en la gestión de archivos, siendo un compromiso colectivo de que *“sean utilizados de modo a contribuir para la promoción de una ciudadanía responsable”*.

En el campo de las obligaciones estatales, la Declaración establece como uno de los objetivos prioritarios que: *“los archivos sean administrados y conservados de forma que garantice su autenticidad, confiabilidad, integridad y uso”*.

De acuerdo con el Consejo Internacional de Archivos⁹⁶, es necesario que sean preservados su contexto, su contenido y su formato, de modo que permita la comprensión de quien creó aquel archivo, sus motivos y medios. Por autenticidad, la organización entiende que la fecha y entidad creadora del archivo deben estar correctas. Su confiabilidad se ampara en el hecho de que el documento trae una representación real del evento, aunque bajo la perspectiva de la entidad que lo creó. Ya la integridad se refiere a la existencia suficiente de contenido para formar una imagen coherente, mientras la usabilidad significa estar en condiciones y lugares que permitan el acceso de esos archivos.

En este sentido, sería esencial la observancia de dos principios básicos de la archivología: el “Principio de la Proveniencia” y el “Principio del respeto al orden original”. Mientras el primero establece que *“el archivo producido por una entidad colectiva, colectiva persona o familia no*

95. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Declaración Universal Sobre los Archivos*. 2010. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>>. Acceso en: 05/06/2015.

96. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. About records, archives and the profession. Disponible en: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acceso en: 03/05/2015.

*debe ser mezclado con los de otras entidades productoras*⁹⁷, el segundo coloca que el “*archivo debería conservar el arreglo dado por la entidad cole- entidad, persona o familia que lo produjo*”⁹⁸. Se considera que los archivos son fruto de un proceso natural de acumulación, “*producidos en virtud de actividades que son necesarias para la misión de su productor*”⁹⁹, y que “*el orden original sería aquel en que los documentos de un mismo productor están agrupados de acuerdo al flujo de las acciones que los produjeron o recibieron*”.¹⁰⁰ Se vela, así, por la comprensión del documento, pues el sentido de un archivo se establece en función de las relaciones entre las diferentes piezas que lo componen, teniendo poco valor las piezas cuando están aisladas.

Traspase, por lo tanto, la preocupación del ICA en tener ese material en cuanto un recurso confiable. Con esto en vista, en la DUA, son establecidas algunas medidas que deben ser perseguidas para garantizar las cualidades arriba descritas: que “*sean adoptadas y aplicadas nacionalmente políticas y legislación archivística adecuadas*”; que “*la gestión de archivos sea valorada y realizada con competencia por todos los organismos, públicos o privados, que producen y usan documentos de archivo en la conducción de sus negocios*” y que “*sean disponibilizados los recursos necesarios para apoyar la adecuada gestión de los archivos, inclusive la contratación de profesionales capacitados*”.

El Informe de 2009 de la UNESCO e ICA sobre archivos de la represión acentúa que la implantación de sistemas archivísticos es esencial para asegurar la no manipulación de los documentos acumulados en las instituciones de custodia. La garantía de la procedencia del archivo deriva de la existencia de normas y procedimientos que celan por las cualidades inherentes al material, siendo un importante factor sopesado en los procesos judiciales relacionados a la justicia de transición.¹⁰¹

Así, como en otros instrumentos internacionales que establecen importantes parámetros en términos de tratamientos de archivos de

97. BRASIL. ARCHIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. P. 136. Disponible en: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acceso en: 17/05/2015.

98. BRASIL. ARCHIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. P. 137. Disponible en: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acceso en: 17/05/2015.

99. RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, ene./abr. 2006. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acceso en: 01/09/2015. P. 106.

100. RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, ene./abr. 2006. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acceso en: 01/09/2015. P. 106.

101. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 134.

derechos humanos¹⁰², el objetivo de ICA es fijar referencias de políticas estatales en el campo archivístico, sin profundizar en criterios metodológicos en términos de recuperación, gestión y análisis de ese material. Mientras tanto, el Consejo Internacional de Archivos ofrece documentos con la pretensión de discutir y orientar técnicamente métodos de organización y preservación de archivos, elaborados por grupos de trabajo con profesionales de diversos países.

Entre ellos, se destaca el “Application of ISAD(G)¹⁰³ for Human Rights Archives”, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Derechos Humanos, que guía como aplicar la *Norma general internacional de descripción archivística* a archivos de derechos humanos. El ISAD(G) busca crear reglas de estandarización de las referencias que deben identificar cada una de esas unidades documentales como la titulación, numeración, entre otros elementos de caracterización de un archivo. Luego, auxilia para que haya una identificación comprensible de los documentos y establece estándares para que sea posible la identificación internacionalmente inteligible de los documentos, permitiendo entonces el intercambio de informaciones en una esfera más amplia.

Además, se revela fundamental que, a nivel nacional, haya una entidad responsable por delinear y uniformizar la política archivística en el país, compatibilizándola con los parámetros internacionales. La coherencia entre los códigos y prácticas aplicadas por las diversas organizaciones archivísticas de un país proporciona un mayor control documental dentro de un marco estructural general y democratiza la información, facilitando el acceso, recuperación, uso y disseminación de los archivos.

También en la formación de los archivos, es necesario que sean adoptados normas y procedimientos homogéneos de clasificación de los documentos en las diferentes esferas do Poder Público, de modo a facilitar la selección, evaluación histórica y baja de los archivos. La identificación de cuáles documentos serán conservados y cuáles serán eliminados es un acto de poder, a medida que los archivos son herramientas de construcción de memorias e identidades sociales, según lo coloca Monteiro: “*entendidos como un espacio estratégico de legitimación de narrativas y prácticas sociales, que remiten a la construcción de valores e identidades,*

102. Tales como el Informe para la UNESCO e ICA, coordinado por Antonio González Quintana, de 2009, sobre gestión de archivos de los órganos de seguridad estatales de los extintos regímenes represivos; y los Informes para la Comisión de Derechos Humanos de la ONU sobre *la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos)* elaborado por Louis Joinet, en 1997, e actualizado por Diane Orentlicher en 2005.

103. *General International Standard Archival Description* o Norma General Internacional de Descripción Archivística. Para más informaciones, ver: <http://www.ica.org/13758/standards/application-of-isadg-for-human-rights-archives.html>.

*los archivos son investidos de significados que son corroborados a través de embates de intereses*¹⁰⁴.

Otra cuestión central a la delimitación de los fondos que contengan datos relevantes sobre violaciones de derechos humanos es la dificultad de informaciones sobre su existencia y localización. Zamorra y Budnik enseñan que

“Debemos partir del principio de que no se puede preservar o proteger lo que no se conoce, y que para conocer el patrimonio bibliográfico y documental de una institución, de una localidad o de un país, es necesario su registro en un catálogo o inventario, que es requisito indispensable para su valoración, difusión y protección.”¹⁰⁵

El Informe de la UNESCO e ICA de 2009 constata que la producción de archivos es inherente a los procesos de represión sistemática de los regímenes totalitarios, siendo difícil que haya ocurrido la eliminación completa de ese material¹⁰⁶. Recomienda, entonces, que los archivos de los órganos públicos involucrados en violaciones de derechos humanos sean localizados y listados. El Principio 18 del Conjunto de Actualización de Principios, elaborado por Diane Orentlicher, requiere un cuidado especial al realizarse un inventario de los archivos de lugares de detención y de otros lugares en que hayan ocurrido graves violaciones de derechos humanos o de derecho humanitario, especialmente si su existencia no era oficialmente reconocida.

El Informe de 2010 de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH o “Comisión Interamericana”) enumera algunas medidas positivas a ser adoptadas por los Estados en este sentido:

“la apertura de los archivos para que las instituciones que investigan los hechos puedan hacer inspecciones directas; la realización de inventarios y rastreos en las instalaciones oficiales; el impulso de operativos de búsqueda que incluyan allanamientos a los lugares en los cuales la información puede reposar; la realización de audien-

104. MONTEIRO, Fernanda. *Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder*. Acervo, Rio de Janeiro, V. 27, N° 1, P. 313-322, ENE./JUN. 2014. Disponible en: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476>><http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476>>. Acceso en 20/05/2015. P. 321.

105. ZAMORA, Rosa María Fernández de; BUDNIK, Clara. *Preservación del pasado para el futuro*. Jerusalem, Israel: 66th International Federation of Library Associations and Institutions Council and General Conference. 13-18 de agosto de 2000. Disponible en: <<http://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/045-163s.htm>>. Acceso en: 17/05/2015.

106. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 113.

cias e interrogatorios a quienes pueden saber dónde se encuentra o a quienes pueden reconstruir lo sucedido; entre otras cosas.”¹⁰⁷

Además de la identificación de los fondos que puedan contener informaciones sobre derechos humanos, es necesario destacar, específicamente, los expedientes que hay en los mismos que puedan ser útiles en la concreción de derechos o que puedan afectarlos. Estos documentos “*deben ser conservados indefinidamente, tanto por su valor primario para el ejercicio de derechos, como por su gran valor histórico para conocer el alcance real de las actuaciones represivas*”.¹⁰⁸

Para tanto, es imprescindible que los profesionales involucrados en la descripción del archivo tengan condiciones de evaluar si el documento tiene ese potencial. El Informe sobre archivos de la represión recomienda que, a partir de este análisis, sean determinadas cuáles serán las prioridades en el trabajo y cuáles documentos necesitan de más detalles en la descripción.¹⁰⁹ Este tipo de clasificación debe ser realizada también en los documentos considerados secretos por el Estado, debiendo el equipo responsable por ejecutarla tener la debida autorización de acceso y sujetarse a la legislación pertinente en lo que respecta a las restricciones.

Sobre las estructuras e instituciones encargadas de administrar los archivos existen también algunas directrices a ser observadas por los Estados. El Informe de la UNESCO e ICA¹¹⁰ defiende que una buena institución a nivel nacional o central es preferible a diversas instituciones menores sin estructura y recursos necesarios para administrar los documentos.

En los casos en que la entidad productora del archivo operante en el régimen represivo siga funcionando después de la transición a la

107. OEA. COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *O acesso à informação sobre violações de direitos humanos*. 2010. Disponible en: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/relatorios/tematicos.asp>>. Acceso en: 09/05/2015.

108. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 110.

109. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 131.

110. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 134-135.

democracia, Antonio González Quintana¹¹¹ recomienda que sea identificada la parcela del archivo referente al período autoritario y que ésta sea encaminada a una institución archivística general del Estado – como los Archivos Públicos. Cuando el contexto transicional no permite que haya confianza en el destinatario natural de esos documentos, el Informe de Quintana sugiere que sean depositados en centros transitorios, a ejemplo de los archivos policiales descubiertos en 2005 en Guatemala.¹¹²

El documento enfatiza que las instituciones archivísticas creadas en el nuevo régimen y que tengan especialmente el propósito de promover la justicia de transición están, en un primer momento, más adecuadas para recibir estos archivos sensibles. De esta forma, también se evita el colapso de las instituciones archivísticas tradicionales, que generalmente no tienen recursos humanos y presupuestarios para tratar con las variadas demandas que surgen en los momentos transicionales. Aun así, la orientación es de que la transferencia se dé por un período determinado y que haya una institución archivística pública apta para recibir el archivo en el contexto de un sistema general de archivos en las administraciones públicas del país, como parte de la memoria colectiva de la nación.¹¹³

Joinet, en el Principio 14 de su Informe, establece que deban adoptarse medidas para que en cada centro de archivos esté a cargo de una persona nombrada para este fin. En los casos en que el país esté viviendo una transición a la paz o a la democracia, y que no haya cambios en las personas responsables por los centros de archivos, es importante que sean adoptadas medidas administrativas preventivas para asegurar que estos agentes públicos no dificulten o interrumpan estos procesos. Para tanto, el Principio 49 coloca que deben ser evaluados para estos agentes:

- “a) sus antecedentes, en el ámbito de los derechos humanos, en particular durante el período de investigación y búsqueda;
- b) su no implicación en actos de corrupción;
- c) su competencia profesional;
- d) su aptitud para promover el proceso de paz o democratización, en particular respetando las garantías constitucionales y los derechos humanos.”

111. QUINTANA, Antonio González. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 128 e 129.

112. Idem. Págs. 115 e 116.

113. Pág. 96.

Este proceso debe ser realizado por el Jefe de Gobierno o por su ministro al cual aquel agente público está subordinado y deben ofrecerse garantías de defensa al acusado. En caso de que procedan las acusaciones, el responsable por el centro de archivo podrá ser sujeto a “a) *suspensión, en espera de una eventual confirmación en sus funciones o de su nombramiento para otro cargo; b) cambio de destino; c) retrogradación; d) jubilación anticipada; e) destitución.*”¹¹⁴

El estudio de Antonio González Quintana afirma también que, en la búsqueda de soluciones más específicas para estos contextos, ha sido frecuente colocar estas nuevas instituciones bajo responsabilidad de personas comprometidas con las luchas de las víctimas, pero que no siempre son dotadas de conocimientos técnicos de archivología.¹¹⁵ Sin embargo, el relator señala la importancia del trabajo del archivista y de un código de ética para la profesión en el país que vele por el respeto al contexto, procedencia y orden original de los documentos.

4.2 El acceso a la información pública

Formados los archivos, surgen debates acerca de las posibilidades de acceso de su contenido. Tensiones entre las demandas por el ejercicio del derecho a la información pública y el derecho a la privacidad, la reivindicación por transparencia gubernamental y las restricciones por motivo de seguridad evidencian que las regulaciones pertinentes son permeadas por diversas complejidades.

El derecho de buscar y recibir informaciones es un desdoblamiento del derecho a la libertad de pensamiento y expresión, siendo reconocido y tutelado expresamente por diversos diplomas internacionales como un derecho humano. Entre los principales tratados y documentos que disponen sobre el asunto, se encuentran los enlistados en la tabla abajo:

114. Principio 50.

115. Páginas 98 y 99.

Sistema Universal de Derechos Humanos	
Declaración Universal de los Derechos Humanos	<p>Artículo XIX</p> <p>Todo ser humano tiene derecho a la libertad de opinión y expresión; este derecho incluye la libertad de, sin interferencia, tener opiniones y de buscar, recibir y transmitir informaciones e ideas por cualquier medio e independientemente de fronteras.</p>
Pacto Internacional sobre los Derechos Civiles y Políticos	<p>ARTÍCULO 19.º</p> <p>2 - Toda y cualquier persona tiene derecho a la libertad de expresión; este derecho comprende la libertad de buscar, recibir y expandir informaciones e ideas de toda especie, sin consideración de fronteras, bajo forma oral o escrita, impresa o artística, o por cualquier otro medio a su elección.</p> <p>3 - El ejercicio de las libertades previstas en el párrafo 2 del presente artículo incluye deberes y responsabilidades especiales. Puede, en consecuencia, ser sometido a ciertas restricciones, que deben, sin embargo, ser expresamente fijadas en ley y que son necesarias:</p> <p>a) Al respecto de los derechos o de la reputación de otra persona;</p> <p>b) A la salvaguarda de la seguridad nacional, del orden público, de la salud y de la moralidad públicas.</p>
Sistema Interamericano de Derechos Humanos	
Declaración Americana de Derechos y Deberes	<p>Artículo IV.</p> <p>Toda persona tiene derecho a la libertad de investigación, de opinión y de expresión y difusión del pensamiento, por cualquier medio.</p>
Convención Americana de Derechos Humanos	<p>Artículo 13</p> <p>1. Toda persona tiene derecho a la libertad de pensamiento y expresión. Este derecho comprende la libertad de buscar, recibir y difundir informaciones e ideas de toda naturaleza, sin consideración de fronteras, verbalmente o por escrito, o de forma impresa o artística, o por cualquier otro proceso de su elección.</p> <p>2. El ejercicio del derecho previsto en el inciso precedente no puede estar sujeto a censura previa, sino a responsabilidades ulteriores, que deben ser expresamente fijadas por la ley y ser necesarias para asegurar:</p> <p>a) el respeto a los derechos o a la reputación de las demás personas; o</p> <p>b) la protección de la seguridad nacional, del orden público, o de la salud o de la moral públicas.</p>
La Carta Democrática Interamericana	<p>Artículo 4</p> <p>Son componentes fundamentales del ejercicio de la democracia la transparencia de las actividades gubernamentales, la probidad, la responsabilidad de los gobiernos en la gestión pública, el respeto a los derechos sociales y a la libertad de expresión y de prensa. La subordinación constitucional de todas las instituciones del Estado a la autoridad civil legalmente constituida y el respeto al Estado de Derecho por todas las instituciones y sectores de la sociedad son igualmente fundamentales para la democracia.</p>

<p>Declaración de Principios sobre Libertad de Expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Toda persona tiene el derecho de buscar, recibir y divulgar información y opiniones libremente, en los términos estipulados en el Artículo 13 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Todas las personas deben contar con igualdad de oportunidades para recibir, buscar y divulgar información por cualquier medio de comunicación, sin discriminación por ningún motivo, inclusive los de raza, color, religión, sexo, idioma, opiniones políticas o de cualquier otra índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición social. 3. Toda persona tiene el derecho de acceso a información sobre sí misma o sobre sus bienes de forma expedita y no onerosa, esté la información contenida en bases de datos, registros públicos o privados y, se fuere necesario, de actualizarla, rectificarla y/o enmendarla. 4. El acceso a la información en poder del Estado es un derecho fundamental del individuo. Los Estados están obligados a garantizar el ejercicio de este derecho. Este principio sólo admite limitaciones excepcionales que deben estar previamente establecidas en ley para el caso de existencia de peligro real e inminente que amenace la seguridad nacional en sociedades democráticas. 5. La censura previa, la interferencia o presión directa o indirecta sobre cualquier expresión, opinión o información por medio de cualquier medio de comunicación oral, escrita, artística, visual o electrónica, debe ser prohibida por ley. Las restricciones a la libre circulación de ideas y opiniones, así como la imposición arbitraria de información, violan el derecho a la libertad de expresión. 10. Las leyes de privacidad no deben inhibir ni restringir la investigación y la difusión de información de interés público. La protección a la reputación debe estar garantizada solamente a través de sanciones civiles, en los casos en que la persona ofendida sea un funcionario público o una persona pública o particular que se haya involucrado voluntariamente en asuntos de interés público. Además, en estos casos, se debe probar que, en la divulgación de noticias, el comunicador tuvo la intención de infligir daño o que estaba plenamente consciente de estar divulgando noticias falsas, o se comportó con manifiesta negligencia en la búsqueda de la verdad o falsedad de las mismas. 11. Los funcionarios públicos están sujetos a mayor escrutinio de la sociedad. Las leyes que penan la expresión ofensiva contra funcionarios públicos, generalmente conocidas como "leyes de desacato", atentan contra la libertad de expresión y el derecho a la información.
<p>Otros documentos</p>	
<p>Declaración Conjunta sobre Acceso a la Información y sobre la Legislación que Regula el Sigilo (2004)</p>	<p>El derecho de acceso a la información en poder de las autoridades públicas es un derecho humano fundamental que debe aplicarse en ámbito nacional por medio de una legislación amplia (por ejemplo, las Leyes de Libertad de Acceso a la Información) con base en el principio de máxima divulgación, estableciendo el presupuesto de que toda información es accesible, sujeto solamente a un restringido sistema de excepciones.</p> <p>Las autoridades públicas deben tener la obligación de publicar de forma proactiva, inclusive en la ausencia de un pedido, toda una gama de informaciones de interés público. Deben establecerse sistemas para aumentar, a lo largo del tiempo, la cantidad de informaciones sujetas a tal rutina de divulgación.</p> <p>El acceso a la información es un derecho de los ciudadanos. Como resultado, el proceso para acceder a la información deberá ser simple, rápido y gratuito o de bajo costo.</p> <p>El derecho de acceso a la información debe estar sujeto a un sistema restringido de excepciones cuidadosamente adaptadas para proteger los intereses públicos y privados preponderantes, incluyendo la privacidad. Las excepciones se aplicarán solamente cuando exista el riesgo de daño substancial a los intereses protegidos, y cuando ese daño sea mayor que el interés público en general de tener acceso a la información. El costo de demostrar que la información está amparada por el sistema de excepciones debe recaer sobre la autoridad pública que procure denegar el acceso a la misma.</p> <p>Las autoridades públicas deben tener la obligación de cumplir estándares mínimos de gestión de archivos. Deben establecerse sistemas para promover estándares más elevados con el pasar del tiempo.</p> <p>En caso de discrepancias o conflictos entre normas, la ley de acceso a la información deberá prevalecer sobre toda otra legislación.</p> <p>Aquéllos que soliciten informaciones deberán tener la posibilidad de apelar cualquier denegación de divulgación de informaciones ante un órgano independiente con plenos poderes para investigar y solucionar tales reclamos.</p> <p>Las autoridades nacionales deben adoptar medidas activas para tratar con la cultura del sigilo que aún prevalece en muchos países dentro del sector público. Este debe incluir el establecimiento de penalidades para aquéllos que deliberadamente obstruyan el acceso a la información. También se deben adoptar medidas para promover una amplia sensibilización pública sobre la ley de acceso a la información.</p> <p>Deben adoptarse medidas, incluyendo la asignación de los recursos y de la atención necesarios, para asegurar la implementación eficaz de la legislación sobre acceso a la información.</p>

<p>Declaración Conjunta sobre la Publicación de Informaciones Confidenciales, la Abertura de los Órganos Públicos Nacionales e Internacionales, la Libertad de Expresión y Tensiones Culturales y Religiosas, y la Impunidad en Casos de Ataques contra Periodistas (2006)</p>	<p>Los órganos públicos, sean nacionales o internacionales, manipulan informaciones en nombre del público y no de sí mismos, y deberán, con limitadas excepciones, proveer acceso a esas informaciones.</p> <p>Los organismos públicos internacionales y las organizaciones intergubernamentales deberán adoptar políticas internas de cumplimiento obligatorio que reconozcan el derecho del público a acceder a las informaciones que manipulan. Estas políticas deben establecer la divulgación de informaciones-clave por iniciativa propia de los organismos, así como el derecho a recibir informaciones por medio de pedidos concretos.</p> <p>Las excepciones al derecho de acceso a la información deben ser establecidas de modo claro en tales políticas y e acceso debe ser autorizado a menos que (a) la divulgación cause daño serio a un interés protegido, y (b) ese daño sea mayor que el interés público en acceder a la información.</p> <p>Los individuos deben tener el derecho de presentar una queja ante un organismo independiente alegando una falla en la aplicación de las políticas de acceso a la información, y ese organismo debe tener el poder de considerar tales quejas y proporcionar reparaciones cuando sea necesario.</p>
---	---

Además de los instrumentos internacionales supramencionados, otros documentos elaborados en conjunto con la sociedad civil, establecen importantes estándares sobre la materia, tales como: la Declaración de Atlanta y Plan de Acción para el avance del Derecho de Acceso a la información (2008); los Principios de acceso a los archivos elaborados por el Grupo de Trabajo sobre Acceso del Consejo Internacional de Archivos¹¹⁶; la publicación de la UNESCO de 2009 sobre Derecho a la Información en América Latina¹¹⁷; entre otros.

En cuanto a la interpretación del contenido del derecho de acceso a la información, la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte IDH) ya estableció, en su Opinión Consultiva n.º 5, que, además de la dimensión individual de este derecho, existe una dimensión colectiva – relacionada a la libre circulación de informaciones, la cual es esencial en

116. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Principios de acceso a los archivos*. Traducción: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Australia, 24 de agosto de 2012. Disponible en: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>><http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acceso en: 18/06/2015.

117. MENDEL, Toby. *Derecho a la Información en América Latina*. Quito: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2009. Disponible en: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183273s.pdf>>. Acceso en: 20/05/2015

una sociedad democrática¹¹⁸. Entretanto, la actuación de la Corte IDH que merece mayor destaque en la temática es el juicio del caso *Claude Reyes vs. Chile*, en el cual – por primera vez se pronunció específicamente acerca del derecho de un ciudadano obtener informaciones que están bajo poder público.

En este precedente jurisprudencial, el tribunal reconoció la estrecha relación que existe entre la democracia y la libertad de expresión, debiendo el Estado actuar de acuerdo a

“los principios de publicidad y transparencia en la gestión pública, lo que hace posible que las personas que se encuentran bajo su jurisdicción ejerzan el control democrático de las gestiones estatales, de forma tal que puedan cuestionar, indagar y considerar si se está dando un adecuado cumplimiento de las funciones públicas. El acceso a la información bajo el control del Estado, que sea de interés público, puede permitir la participación en la gestión pública, a través del control social que se puede ejercer con dicho acceso”.¹¹⁹

El caso *Claude Reyes* versaba sobre la negativa parcial del Estado chileno de entregar las informaciones bajo su control a los señores Marcel Claude Reyes, Sebastián Cox Urrejola y Arturo Longton Guerrero. La solicitud requería al *Comité de Inversiones Extranjeras* datos sobre un proyecto de deforestación que sería promovido por una empresa privada y fue rechazada sin una justificativa amparada por la legislación chilena y sin que les fuera asegurado el derecho de recurrir judicialmente la decisión.

La Corte IDH resaltó que el derecho de acceso a la información no es absoluto, sino que las autoridades públicas deben regirse por un *principio de máxima divulgación*¹²⁰, siendo limitadas las situaciones que permiten su restricción. En consonancia con esta visión, los Principios de acceso a los archivos – elaborado por el Consejo Internacional de Archivos – establece que “público tiene el derecho de acceso a los archivos de

118. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Opinión Consultiva Oc-5/85 Del 13 De Noviembre De 1985 La Colegiación Obligatoria De Periodistas (Arts. 13 Y 29 Convención Americana Sobre Derechos Humanos)*. 1985. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_05_esp.pdf>. Acceso en: 14/06/2015. P. 9.

119. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso *Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas). P. 46.

120. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas). P. 47.

órganos públicos. Entidades públicas y privadas deben abrir sus archivos lo más ampliamente posible”.¹²¹

Fueron determinados como parámetros jurisprudenciales de análisis de la legitimidad de la mitigación de ese derecho los siguientes elementos¹²²:

- a) las restricciones deben estar previamente fijadas en ley, que, en la interpretación de la Corte IDH, no puede ser cualquier norma jurídica por tratarse de la restricción de un derecho fundamental;
- b) estas leyes deben ser dictadas por razones de interés general, entendiendo estas razones como el “bien común” que deben integrar el orden público de un Estado democrático;
- c) estas leyes deben cumplir con el propósito para el cual fueron creadas;
- d) la restricción debe responder a un objetivo permitido por la Convención Americana de Derechos Humanos. En este aspecto, cabe recordar que este tratado permite la relativización del derecho tutelado, en su artículo 13°, desde que sea necesaria para asegurar el respeto a los derechos o a la reputación de los demás, o para proteger la seguridad nacional, el orden público o la salud o la moral públicas;
- e) las restricciones tienen que ser necesarias en una sociedad democrática, o sea, deben estar orientadas a satisfacer un interés público imperativo y entre las opciones existentes para alcanzar el objetivo, se debe elegir aquella que restrinja en menor escala el derecho protegido. Luego, deben ser proporcionales al interés que la justifica y ser acorde a alcanzar ese objetivo legítimo, interfiriendo en la menor medida posible al efectivo ejercicio de ese derecho.

Sin embargo, el debate sobre el acceso a la información gana contornos más específicos cuando se inserta en un contexto transicional, pues se relaciona íntimamente con la problemática de la apertura de los archivos de derechos humanos y de los derechos que derivan de su acceso. En Estados que pasan por una transición política por regímenes autoritarios, el derecho a la verdad surge como uno de los pilares de ese proceso, respondiendo a la falta de esclarecimiento sobre casos de graves violaciones de derechos humanos ocurridas en el período. La Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) sostiene – en su Informe

121. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vítor Manoel Marques da Fonseca. 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 08/06/2015.

122. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas). P. 47.

sobre el Derecho a la Verdad en América (2014) – que las víctimas y familiares poseen el derecho de conocer los hechos de esos episodios, así como la identidad de los involucrados en los mismos. Y, que el derecho de conocer la verdad sobre lo ocurrido, sus razones y circunstancias se extienden a la sociedad como un todo, a fin de que estos acontecimientos no se repitan.

Al colocar esa documentación a disposición de la sociedad, se posibilita su utilización para diversas finalidades, entre las cuales, la formulación de Reformas Institucionales y políticas públicas de no repetición; la realización de investigaciones y estimaciones de responsabilidades individuales e institucionales; la construcción de espacios de memoria; el esclarecimiento de violaciones de derechos humanos a partir de comisiones de la verdad estatales, municipales y sectoriales; entre otras medidas que aspiran a alcanzar una efectiva justicia de transición.

En lo que respecta a las víctimas y familiares, estos archivos contienen pruebas que les permiten ejercer diversos derechos, como el reconocimiento de la persecución practicada y la restitución de bienes confiscados, y cesar la violación de tantos otros. Según está consolidado por la jurisprudencia de la Corte IDH, en casos como *Gomes Lund y otros Vs. Brasil* y *Chitay Nech y otros Vs. Guatemala*, la ocultación de informaciones sobre el paradero de una persona desaparecida o sobre los hechos y circunstancias en que graves violaciones a los derechos humanos ocurrieron causa intenso sufrimiento a sus familiares, implicando en un tratamiento cruel, inhumano y degradante, que les viola la integridad personal. Además, la imposibilidad de acceso a documentos de esa naturaleza puede ser considerada una violación de las garantías judiciales, de la protección judicial y del derecho a la libertad de expresión de aquella persona.

Por fin, para efectivizar los derechos a la verdad y de acceso a la información, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos entiende que el Estado debe adoptar determinadas conductos que viabilicen el acceso a datos situados en archivos e instalaciones estatales:

[...] el derecho de acceso a la información impone a los Estados, entre otros, el deber de preservar y facilitar el acceso a los archivos estatales, cuando éstos existieran; y de crearlos y preservarlos cuando no estuvieran recopilados u organizados como tales. Cuando se trata de graves violaciones de derechos humanos, la información que pueden reunir estos archivos posee un valor innegable y es indispensable no sólo para impulsar las investigaciones sino para evitar que hechos aberrantes puedan repetirse. Esta práctica ya se ha reflejado en algunos países de la región que han creado “archivos de

la memoria”, encargados de recopilar, analizar, clasificar y difundir los documentos, testimonios y otro tipo de información vinculados con las violaciones de derechos humanos en el pasado reciente.¹²³

Colocar los archivos accesibles a todos, de modo que puedan contribuir para la promoción de una ciudadanía responsable es declarada como una meta a ser alcanzada por la Declaración Universal sobre los Archivos. Sobre el asunto, el Principio 16 del Informe redactado por Louis Joinet afirma que las formalidades de autorización exigidas para suministrar el acceso deben tener como única finalidad el control de la consulta, no pudiendo ser aplicada con el fin de censura. Diane Orentlicher, al actualizar el Conjunto de Principios, especificó que el control debe tener “por única finalidad salvaguardar la integridad y la seguridad de las víctimas y de otras personas”.¹²⁴

Por otra parte, integra el conjunto de condiciones que efectivizan el derecho de acceso a la información la posibilidad de acceso gratuito a los datos. Esta previsión asegura que el derecho fundamental de acceso a la información no será restringido indebidamente en función de la situación económica del solicitante, promoviendo la igualdad material entre los individuos en la efectivización de sus derechos. Tasas de reproducción del material pueden ser establecidas, de acuerdo con el Principio n.º 8 del ICA¹²⁵, en tanto sean razonables.

Por fin, se resalta la importancia de estimular una cultura de educación en derechos humanos. En este sentido, aproximar la sociedad a los servicios archivísticos es una manera de dar efectividad al derecho de acceso a la información. Como práctica inicial, se debe inventariar el contenido de los fondos públicos y disponibilizar esas informaciones, de forma que las personas tengan conocimiento sobre el material existente en los mismos. Específicamente documentos que dan testimonio de violaciones de derechos humanos deben ser conocidos y divulgados, según orientación del

123. OEA. COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Derecho a la verdad en América*. OEA/Ser.L/V/II.152. 2014. Disponible en: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>>. Acceso en: 11/06/2015.

124. ONU, COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponible en: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acceso en: 10/05/2015. P. 11.

125. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Principios de acceso a los archivos*. Traducción: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Australia, 24 de agosto de 2012. Disponible en: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>><<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acceso en: 18/06/2015. P. 19.

Informe de 2009 de la UNESCO y de la ICA. En este contexto, la internet es una herramienta que no puede ser despreciada.

La realización de talleres sobre los archivos existentes y mecanismos de búsqueda también son medidas que esclarecen el funcionamiento de la base de datos y posibilitan una utilización mayor y mejor del archivo por parte de un público que no tiene familiaridad con el sistema organizacional de aquella institución.¹²⁶ El Principio n° 2 de los Principios de acceso a los archivos del Consejo Internacional de Archivos explica que “*Los usuarios deben ser capaces de identificar la institución archivística que posee material de su interés*”. Sobre la estructura de los centros, el Informe de la UNESCO e ICA recomienda también que sea providenciado un espacio público para lectura.

4.2.1 Restricción legítima del acceso a la información

Como visto en la sección anterior, en el caso *Claude Reyes vs. Chile*, la Corte Interamericana de Derechos Humanos entendió que el Estado tiene la obligación positiva de suministrar las informaciones solicitadas. Sin embargo, admitió la posibilidad de rechazo de algunos pedidos en las situaciones en que la restricción es consistente con los parámetros de legalidad, sensatez, necesidad, y proporcionalidad anteriormente expuestos. Por otro lado, es necesario todavía estar atento a la forma como esa negativa ocurre. El tribunal interamericano estableció que, en esas hipótesis, el Estado debe dar una respuesta fundamentada y por escrito.

El sigilo de una información debe ser establecido previamente por ley y en razón del contenido del documento, evitando la discrecionalidad casuística en función de quien hace el requerimiento y de sus motivos. Específicamente sobre el tema, fue elaborada una Declaración Conjunta entre el Relator Especial de las Naciones Unidas sobre la Libertad de Opinión y Expresión, el Representante de la Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa para la Libertad de los Medios de Comunicación, y el Relator Especial de la OEA para la Libertad de Expresión, en 2004, sobre la legislación que regula el sigilo estableciendo cuatro tópicos que deben ser objeto de atención de la comunidad internacional:

- “Se deberán tomar medidas inmediatas a fin de examinar y, en la medida necesaria, derogar o modificar la legislación que restrinja

126. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 138.

el acceso a la información a fin de que concuerde con las normas internacionales en esta área, incluyendo lo reflejado en esta Declaración Conjunta.

- Las autoridades públicas y funcionarios tienen la responsabilidad exclusiva de proteger la confidencialidad de la información secreta legítimamente bajo su control. Otros individuos, incluidos los periodistas y representantes de la sociedad civil, no deberán estar nunca sujetos a sanciones por la publicación o ulterior divulgación de esta información, independientemente de si ha sido filtrada o no, a no ser que cometan fraude u otro delito para obtener la información. Las disposiciones del derecho penal que no limitan las sanciones por la divulgación de secretos de Estado para aquellos que están oficialmente autorizados a manejar esos secretos deberán ser derogadas o modificadas.
- Cierta información puede ser legítimamente secreta por motivos de seguridad nacional o protección de otros intereses preponderantes. Sin embargo, las leyes que regulan el secreto deberán definir con exactitud el concepto de seguridad nacional y especificar claramente los criterios que deberán utilizarse para determinar si cierta información puede o no declararse secreta, a fin de prevenir que se abuse de la clasificación “secreta” para evitar la divulgación de información que es de interés público. Las leyes que regulan el secreto deberán especificar con claridad qué funcionarios están autorizados para clasificar documentos como secretos y también deberán establecer límites generales con respecto al período de tiempo durante el cual los documentos pueden mantenerse secretos. Dichas leyes deberán estar sujetas al debate público.
- Los denunciantes de irregularidades (“whistleblowers”), son aquellos individuos que dan a conocer información confidencial o secreta a pesar de que tienen la obligación oficial, o de otra índole, de mantener la confidencialidad o el secreto. Los denunciantes que divulgan información sobre violaciones de leyes, casos graves de mala administración de los órganos públicos, una amenaza grave para la salud, la seguridad o el medio ambiente, o una violación de los derechos humanos o del derecho humanitario deberán estar protegidos frente sanciones legales, administrativas o laborales siempre que hayan actuado de “buena fe”.

Estas directrices se alinean con el entendimiento de que el acceso a la información en el país debe ser regulado por ley y observando principios de sensatez. Someter una parte de los documentos a limitaciones de acceso es permitido, mientras no sean establecidas de forma discrecional. La previsión con claridad de las hipótesis de restricción y de los procedimientos

de contestación del sigilo abre más posibilidades de control democrático del acceso a las informaciones públicas.

Debe, entonces, existir un mecanismo administrativo que permita la reconsideración de la necesidad de la restricción y la posibilidad de someter la cuestión a la apreciación judicial. El Consejo Internacional de Archivos, en sus Principios de acceso a los archivos¹²⁷, entiende que las decisiones sobre acceso deben darse lo más rápidamente posible después del recibimiento de la solicitud. Y de acuerdo con el Principio 7, los “*Usuarios tienen el derecho de apelar a una negación de acceso*”.

El documento agrega que “*los usuarios tienen el derecho de saber sobre la existencia o sobre la destrucción de una serie específica, prontuario, ítem o parte de un ítem, aunque su uso esté vedado*”, siendo suministrado “*el máximo de datos al respecto del material restringido, inclusive el motivo de la restricción y la fecha en que los documentos serán revisados o estarán disponibles para acceso*”.¹²⁸ En caso de que un documento haya sido desclasificado por el órgano público que lo transfirió a la institución archivística, su contenido no debe estar sujeto a una nueva clasificación en el nuevo destino.¹²⁹

De acuerdo con lo expuesto anteriormente, al establecer el deber de hacer públicos los documentos, los tratados de derechos humanos exigen también una protección a las informaciones que exponen la intimidad y la dignidad de personas mencionadas en ellos. Especialmente en los archivos de órganos de la represión actuantes en regímenes autoritarios, nombres y datos personales de personas monitoreadas por esas instituciones son frecuentemente encontrados asociados a informaciones difamatorias y calumniosas.

127. Principio 5. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Principios de acceso a los archivos*. Traducción: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Australia, 24 de agosto de 2012. Disponible en: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>><http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>><http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>. Acceso en: 18/06/2015.

128. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Principios de acceso a los archivos*. Traducción: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Australia, 24 de agosto de 2012. Disponible en: <http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html> <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>><http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acceso en: 18/06/2015. P. 13.

129. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Principios de acceso a los archivos*. Traducción: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Australia, 24 de agosto de 2012. Disponible en: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>><http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acceso en: 18/06/2015. P. 16.

El Principio n.º 17 del Informe de Diane Orentlicher para la ONU conceptúa como “archivos nominativos” aquellos que “*contengan información que permita, de la manera que sea, directa o indirectamente, identificar a las personas a las cuales se refieren*”. En relación a esos casos, el Principio afirma que, además del derecho de consultar los archivos estatales para saber si figura en ellos, todos deben tener el derecho de impugnar la ilegitimidad de las informaciones que a ellos se refieren, ejerciendo su derecho de réplica. Esta impugnación debe ser referenciada en el documento contestado y ambos documentos deben estar disponibles conjuntamente siempre que sea solicitado el original.

Se observa, por lo tanto, que la confiabilidad, en cuanto cualidad esencial de los archivos, no puede asegurarse por completo en todos los archivos de órganos represivos. El mecanismo de ofrecer una reacción a la imprecisión del contenido del documento posibilita el acceso a otra fuente de información que conteste a la versión constante en el documento oficial. El Informe elaborado por Louis Joinet¹³⁰, en 1997, ya traía esas disposiciones acerca de los archivos nominativos, acrecentando que ellos no pueden ser usados como pruebas de acusación a menos que sean corroboradas por otras fuentes fidedignas y diversificadas. La única excepción es cuando las informaciones se refieran a los responsables o colaboradores permanentes de los servicios de seguridad e inteligencia.

La previsión del derecho a réplica demuestra una preocupación tanto con la veracidad de la información que es ofrecida en los archivos como a la posibilidad de daño a la honra de la persona nominada en el mismo. Sin embargo, ninguno de los dos Informes orienta explícitamente en cuanto a la posibilidad o imposibilidad de limitarse el acceso a determinados archivos con el fin de proteger los derechos individuales a la honra y a la privacidad.

El Informe redactado por Antonio Gonzalez Quintana¹³¹, por otro lado, afirma que debe haber una preocupación en preservarse la privacidad de las personas mencionadas en los archivos a lo largo del trabajo de descripción archivística del material. Aunque existan catálogos de informaciones personales compiladas por los órganos represivos, éstas deben tener su acceso limitado a los archivistas y no disponibles libremente al público. Este cuidado debe extenderse a las computadoras utilizadas en la tarea de

130. No seu Principio 18, c.

131. QUINTANA, Antonio González. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 135 - 136.

descripción, de modo que no sean violadas las protecciones establecidas. Es particularmente resaltado que los instrumentos de descripción no deben coleccionar otras informaciones además del nombre y apellido de los individuos citados y la referencia de localización de los documentos. De acuerdo con el Informe, la principal demanda de los usuarios generalmente es descubrir si existen datos sobre ellos y este procedimiento satisface esa especie de solicitud sin ofrecer riesgos de exposiciones indebidas.

Este Informe, elaborado para la UNESCO y la ICA, no asume la pretensión de solucionar todas las hipótesis de conflictos entre el derecho a la privacidad y a la investigación histórica. Sin embargo, considerando que las legislaciones nacionales a veces son omisas en estas situaciones, el relator sugiere como alternativa la despersonalización de los posibles nombres de las víctimas o de terceros en los documentos.¹³²

A pesar de ser evidente la orientación de siempre conservarse en archivos, se observa una incoherencia entre las directrices establecidas entre los tres Informes acerca del tratamiento que debe ser dado, en términos de acceso, a los documentos que expongan la privacidad de personas.

Ya sobre las informaciones suministradas por víctimas y testigos a comisiones de investigación bajo la expectativa de confidencialidad, Louis Joinet¹³³ y Diane Orentlicher¹³⁴ reconocen como posible el anonimato en circunstancias excepcionales. Para tanto, es necesario informar a los testigos sobre las normas que regularán los relatos ofrecidos y no divulgar los datos que los identifiquen, además, debe ser posible corroborar la información proporcionada.

Otro aspecto relevantes a ser discutido es la identificación o no de los perpetradores de violaciones de derechos humanos en los trabajos de comisiones extrajudiciales de investigación. Según estudio realizado por Priscilla Hayner sobre diferentes formatos existentes de Comisiones de la Verdad, nombrar a los violadores en los informes finales es uno de los temas más controvertidos en las diversas experiencias.¹³⁵

Hayner señala que la cuestión involucra el conflicto entre dos principios: uno que ceta por un debido proceso legal y contradictorio en el proceso de

132. QUINTANA, Antonio González. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso em 13/09/2015. P. 141.

133. Principio 12.

134. Principio 10.

135. HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: transitional justice the challenge of truth commissions*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2011, p.121.

acusación, y otro que exige la identificación de los autores de las violaciones de derechos humanos como parte del proceso de esclarecimiento de la verdad. E informa que los mandatos legales de las comisiones no siempre son expresos sobre cuál principio norteará sus trabajos. Así, algunas de ellas optan por no hacer públicos estos datos levantados por motivos como: la falta de confianza en la metodología y calidad de las informaciones; la falta de contradictorio en el proceso de investigación; los riesgos a los testigos que contribuyeron con la identificación; las posibilidades de fomentar una venganza contra los perpetradores, entre otras razones¹³⁶.

Aun en los casos en que las comisiones no individualizan a los agentes violadores en sus informes, comúnmente, las investigaciones reúnen una cantidad de informaciones que permiten identificar sospechosos de violaciones de derechos humanos. Sobre los derechos de las personas acusadas en el contexto de comisiones extrajudiciales, Diane Orentlicher orienta que, a lo largo de los trabajos, sean observadas las siguientes garantías:

- a) La comisión deberá tratar de corroborar la información que implique a esas personas antes de dar a conocer su nombre públicamente;
- b) Las personas implicadas deberán haber sido escuchadas o, al menos, convocadas con tal fin, y tener la posibilidad de exponer su versión de los hechos en una audiencia convocada por la comisión mientras realiza su investigación, o de incorporar al expediente un documento equivalente a un derecho de réplica.¹³⁷

Teniendo en cuenta la importancia de los archivos producidos por esas y otras comisiones extrajudiciales de investigación, la orientación general del Informe de Antonio Quintana es que sus documentos tengan como destino final la institución archivística nacional del país. Y Louis Joinet, al elaborar el Principio 12 sobre la Publicidad del informe de esas comisiones, ya había defendido su amplia divulgación, exceptuando apenas la revelación de datos que puedan comprometer la seguridad de testigos y peritos.

Al tratarse de violaciones de derechos humano, debe considerarse también el deber del Estado de dar conocimiento de la verdad sobre lo ocurrido, estando contemplada en esa obligación la identificación de sus autores, según lo dispone la Comisión Interamericana de Derechos Humanos:

“Al ser una obligación de los Estados derivada de las garantías de justicia, el derecho a la verdad también constituye una forma de

136. HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: transitional justice the challenge of truth commissions*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2011, p.121-142.

137. En el Principio 9 del Conjunto Actualizado de Principios.

reparación en casos de violaciones de derechos humanos. En efecto, el reconocimiento de las víctimas es relevante porque significa una forma de admitir la importancia y el valor de las personas en tanto individuos, víctimas y titulares de derechos. Asimismo, el conocimiento de las circunstancias de modo, tiempo y lugar, las motivaciones y la identificación de los perpetradores son elementos fundamentales para reparar integralmente a las víctimas de violaciones de derechos humanos. La Comisión ya ha establecido que:

‘forma parte del derecho a reparación por violaciones de los derechos humanos, en su modalidad de satisfacción y garantías de no repetición, el derecho que tiene toda persona y la sociedad a conocer la verdad íntegra, completa y pública sobre los hechos ocurridos, sus circunstancias específicas y quiénes participaron en ellos. El derecho de una sociedad a conocer íntegramente su pasado no sólo se erige como un modo de reparación y esclarecimiento de los hechos ocurridos, sino que tiene el objeto de prevenir futuras violaciones.’¹³⁸

Por fin, en lo que respecta a los órganos de investigación, los Principios sobre la impunidad de los autores de violaciones de derechos humanos establece que el acceso a archivos debe ser irrestricto.¹³⁹ En el Informe de actualización, Diane acrecienta al Principio correspondiente¹⁴⁰ que:

“No se podrá denegar la consulta de los archivos por razones de seguridad nacional excepto que, en circunstancias excepcionales, la restricción haya sido prescrita por ley; que el Gobierno haya demostrado que la restricción es necesaria en una sociedad democrática para proteger un interés de seguridad nacional legítimo y que la denegación sea objeto de examen judicial independiente.”

En su exposición de motivos, la relatora explica que “interés de seguridad nacional legítimo” debe ser entendido en el sentido de excluir situaciones que se dirijan meramente a proteger al gobierno de una situación embarazosa o de que sea descubierta una conducta impropia.¹⁴¹

138. OEA. COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Derecho a la verdad en América*. 2014. Disponible en: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdades.pdf>>. Acceso en: 11/06/2015. p. 58-59.

139. Principio n.º 17.

140. Principio n.º 16.

141. ONU, Comisión de Derechos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponible en: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acceso en: 10/05/2015. P. 16.

4.3 Protección y preservación de los archivos privados

Los archivos privados también son una valiosa fuente de informaciones acerca de violaciones de derechos humanos en regímenes represivos, debiendo ser destinada una protección especial a ellos. Los Principios de acceso a los archivos del ICA reconocen que *“muchos archivos privados guardan documentos institucionales y papeles personales que tienen significativo valor para la historia social, económica, religiosa, comunitaria y personal, bien como para la producción de conocimiento y apoyo al desarrollo”*.

La legislación sobre la conservación y acceso debe considerar las especificidades de ese material, que posee naturaleza privada con un contenido de interés público. El Principio n° 1 del ICA declara que las *“Instituciones que mantienen archivos privados no tienen obligación legal de abrirlos a usuarios externos, a no ser que alguna legislación específica, exigencia legal o regulación les imponga esa responsabilidad.”* Diane Orentlicher acrecienta en su Informe para la Comisión de Derechos Humanos de la ONU que *“los Estados deben respetar y proteger el derecho de las organizaciones no estatales y de las personas de reunir, preservar y fornecer documentos pertinentes relacionados a esas violaciones”* de derechos humanos.¹⁴²

Aunque el Estado no tenga injerencia sobre la administración de esos archivos, pueden establecerse la exigencia de previa autorización del Poder Público para la destrucción o exportación de ese material, de modo a evitar que sean destruidos intencionalmente o por negligencia. Se recomienda, en el Informe de Antonio Quintana, que el Estado incentive el ingreso de esos fondos en instituciones archivísticas públicas, y que promueva programas para la localización, repatriación y tratamiento de los archivos producidos por las organizaciones de derechos humanos y por los organismos de oposición a los regímenes represivos¹⁴³.

El Consejo Internacional de Archivos orienta que los poseedores de archivos privados sean transparentes y permitan el acceso público a los archivos que se refieran a la efectivación de derechos. De acuerdo con su Principio n° 5 sobre acceso a archivos, el detentor del archivo puede establecer distinciones al acceso que será proporcionado a los investigadores,

142. ONU, Comisión de Derechos Humanos. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponible en: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acceso en: 10/05/2015. P. 10.

143. QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regimenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/en/management-archives-state-security-services-former-repressive-regimes>>. Acceso en 13/09/2015. P. 122.

si esa distinción es motivada por los términos de donación del documento o por las necesidades de seguridad de la organización. Sin embargo, se recomienda que esos criterios sean explicitados por una política pública de acceso de la institución y que estas excepciones sean reducidas al máximo.¹⁴⁴ Además, el Principio n° 7 sugiere que haya un procedimiento de recurso para los casos en que haya negativa de suministro del acceso a un archivo, debiendo ser apreciado por una autoridad diversa de la que decidió originariamente por la negación de la solicitud.

144. CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Principios de acceso a los archivos*. Traducción: Silvia Ninita de Moura Estevão, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Australia, 24 de agosto de 2012. Disponible en: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html><http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acceso em: 18/06/2015. P. 16.

5 CONSIDERACIONES FINALES SOBRE EL TRATAMIENTO DE ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS EN AMÉRICA LATINA Y RECOMENDACIONES POSIBLES

Como colocado entre las expectativas iniciales de trabajo, América Latina tiene una gran diversidad de materiales considerados como “archivos de derechos humanos”. Esta variedad también se muestra cuando nos centramos en los archivos esenciales para dar efectividad a las diversas dimensiones de los procesos de transición, notándose discusiones sobre colecciones con los más distintos contenidos.

Brasil y Argentina presentan al públicos fondos con información sobre: las circunstancias de la perpetración de violaciones de los derechos humanos; la estructura estatal que contextualiza dichas violaciones; las actividades de los regímenes autoritarios; las luchas de resistencia y por la redemocratización; los esfuerzos y obstáculos por justicia; entre otros. Ya el proceso colombiano de rescate de la verdad sobre el conflicto armado está marcado por una falta de cuidado con los archivos producidos a lo largo del tiempo. La política de valorización de la memoria y preservación de las colecciones empezaron a desarrollarse, principalmente en la última década. En el contexto del Perú, el acervo acopiado y producido en los trabajos de la Comisión de la Verdad y Reconciliación sobresale por la riqueza de documentos y la cantidad de testimonios recogidos que hoy pueden ser conocidos por la población.

Una de las principales preocupaciones expresadas por los documentos del Consejo Internacional de Archivos, UNESCO, Louis Joinet y Diane Orentlicher es con la identificación de colecciones de órganos públicos que documentan las violaciones de derechos humanos. En efecto, las experiencias analizadas revelan que hay un largo camino a ser recorrido en la ubicación y disponibilidad de los archivos oriundos de servicios y órganos de inteligencia y seguridad. Es un elemento constante en el análisis de los especialistas de RLAIJ la insuficiencia de información sobre las colecciones de estos poderes del Estado, existiendo episodios significativos de archivos descubiertos con el pasar de los años. En comparación con otros países, Brasil se destaca por la incorporación de una parte de los archivos del régimen autoritario en instituciones archivísticas centrales. Aun así, se observa que estos acervos representan sólo una parte de los documentos de la represión brasileña.

Sobre los archivos privados, los documentos internacionales estudiados admiten la posibilidad de su contenido ser de interés público, lo que es confirmado por los relatos sobre los distintos contextos nacionales. Los casos chileno y salvadoreño subrayan la relevancia de las informaciones reunidas por las víctimas, familiares y por la sociedad civil organizada, especialmente, en un escenario de escasez de fuentes oficiales del Estado. Sin embargo, observando la complejidad que implica la injerencia del Estado en tales materias, las directrices internacionales refuerzan los derechos de los titulares de estas colecciones, dándoles también algunas responsabilidades.

Las leyes archivísticas que traen alguna disposición en la materia, tuvieron como enfoque principal la cohibición de actos de destrucción del patrimonio y el desarrollo de incentivos para su preservación y su publicidad. Se destaca el caso argentino que prevé la posibilidad de expropiación de documentos privados considerados de valor histórico. En el otro extremo, la ley colombiana asegura a los detentores de un acervo identificado como de interés público su derecho a la propiedad, pero establece la remisión de copias de dicha documentación a la institución archivística pública. Además, están previstos incentivos fiscales y de otra índole para la preservación de estos materiales.

A pesar de que el Informe de 2009 de UNESCO y del ICA subrayar la importancia de la implantación de un sistema de archivos, no hay parámetros definitivos sobre el mejor paradigma en términos de organización de este sistema. En algunas experiencias, ellos son descentralizados y guiados en la organización del Estado para realizar una división sobre el destino de los archivos, como por ejemplo la brasileña. Su sistema de archivos establece una división entre los archivos de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, y también hay un reglamentos distintos para los archivos federales, estatales, distritales y municipales. Colombia, de igual modo, tiene un sistema de archivos con varias divisiones internas pero, en el país, hay también una institución cuya competencia es trabajar con la perspectiva del rescate y preservación de la memoria. En los últimos años, ha sido reconocido, cada vez más, la importancia de los archivos en el proceso de reparación de las víctimas, en el cual se fortaleció el Centro Nacional de Memoria Histórica y desarrolló mecanismos de cooperación entre los distintos organismos productores de archivos de derechos humanos, tales como el poder judicial.

Aunque vea como necesaria la concentración de los archivos históricos de una nación en una institución archivística central, el Informe del Sr. Antonio Quintana reconoce el papel de las instituciones especializadas en la memoria y los derechos humanos en la gestión de los archivos de la

represión. En un primer momento de contextos de transición, el relator entiende que estas serían los destinatarios más apropiados para una gestión que satisfaga las necesidades sociales inmediatas con relación a este material. La práctica de concentrar materiales relacionados con los derechos humanos en instituciones especializadas ha sido frecuente en el panorama regional. Es el caso de Chile, donde el Museo de la Memoria juega un papel importante en la reunión de los acervos relativos al período autoritario y de los modelos peruano y argentino, que revelan la descentralización de archivos en diferentes instituciones especializadas en la memoria o en los derechos humanos.

En Guatemala, son escasas las informaciones sobre las colecciones relevantes y sobre las instituciones archivísticas, siendo señalado el Archivo General de Centroamérica como la institución central en este tema. Y El Salvador trae un ejemplo que lo distingue de los demás países analizados. Las pocas normas archivísticas existentes son antiguas y no consideran los parámetros de acceso a la información y la función del archivo en la garantía de derechos. Además, no es previsto un sistema que integre las diversas instituciones archivísticas en el país. Es responsabilidad de cada entidad pública realizar la gestión de sus archivos y la institución central solamente concentra los documentos de valor histórico anteriores a 1930.

Las discusiones consolidadas en los documentos internacionales tomados como parámetros demuestran la preocupación con instituciones de archivos de confianza, en el sentido político y técnico. Es subrayada la importancia de una gestión que no dañe el contenido de este material y reconocida la necesidad de una estandarización, en el país, de las normas de descripción de archivos, de modo que tornen compatibles los niveles interno e internacional. Un proceso de identificación adecuada de los documentos permite un control de su autenticidad y facilita el acceso a la información. Como regla general, se observa que hay, en los países, órganos internos en los Estados con asignación jurídica de cumplir esta función.

En cuanto al derecho de acceso a la información pública, está garantizado como un derecho fundamental en la mayoría de los países investigados. En Argentina, no está expresamente previsto en la Constitución, pero la legislación ordinaria garantiza al ciudadano la oportunidad de solicitar, en general, información de entes bajo la jurisdicción del Poder Ejecutivo Nacional y de las organizaciones privadas que reciben recursos públicos o que presten o exploren un servicio público. Se observa que las leyes de la región son vinculantes para los seres de la administración pública y los particulares que reciben subvenciones públicas o proporcionan un servicio público, con algunas variaciones, como en el caso colombiano que sujetan también a los partidos políticos a la ley de acceso.

Con la excepción de Colombia, todos los ordenamientos jurídicos establecen plazos fijos para que se ofrezcan las respuestas de los requerimientos de información formulados por los ciudadanos. Y es unánime la posibilidad de recursos administrativos en los casos de negativa a la solicitud, llamando la atención la legislación brasileña que permite el recurso a varias instancias en este asunto. En el caso colombiano, otra particularidad es la obligatoriedad de adopción de medidas que garanticen la accesibilidad de poblaciones específicas y de las personas con discapacidad a la información que se torna pública.

Sobre las restricciones al derecho de acceso a la información, uno de los parámetros interamericanos es la exigencia de que sean centradas en la protección de la seguridad nacional, del orden público, de la salud o de la moral públicas. No obstante, se verifica en las leyes la protección de otros intereses por medio del secreto oficial, se incorporando hipótesis de restricción que no están relacionados a los bienes jurídicos anteriormente mencionados.

En Chile, por ejemplo, no se proporciona la información cuya publicidad, comunicación o conocimiento afecte el debido cumplimiento de las funciones del órgano requerido, tratándose “de requerimientos de carácter genérico, referidos a un elevado número de actos administrativos o sus antecedentes o cuya atención requiera distraer indebidamente a los funcionarios del cumplimiento regular de sus labores habituales”; y en Colombia “Se exceptúan también los documentos que contengan las opiniones o puntos de vista que formen parte del proceso deliberativo de los servidores públicos”.

A pesar de que la Declaración Conjunta sobre Acceso a la Información y sobre la Legislación que Regula el Sigilo exige que el concepto de seguridad nacional sea definido con exactitud en las leyes que regulan el sigilo, esto no se observó como una realidad en la región.

La mayoría de las leyes establece expresamente el período máximo de sigilo admitido a una información, se observando gran discrepancia entre los números de cada país. Colombia, por ejemplo, prevé un sigilo de hasta 45 años. En una primera mirada, la legislación salvadoreña establece un plazo significativamente menor para el establecimiento de reservas – 12 años. Sin embargo, la norma prevé la posibilidad de renovación indefinida en las siguientes hipótesis: “si su liberación pudiere amenazar efectivamente el interés jurídicamente protegido”; y “si su liberación pudiere provocar un daño mayor que el interés público de conocerse la información”; disposiciones legales con contenido demasadamente vago en relación a la gravedad de la restricción establecida.

Los documentos internacionales no son unísonos sobre el tratamiento que debe ser conferido a los datos personales. A pesar de que el Informe del ICA y de la UNESCO sugerir la disociación de las informaciones que puedan exponer el honor y la privacidad de personas, en los archivos tornados públicos, los debates conducidos entre los expertos de la RLAIJ, sobretudo en su II Encuentro, revelan que es necesario una profundización en las complejidades de esta cuestión.

Las legislaciones nacionales analizadas exigen el consentimiento del titular de los datos personales para que haya su divulgación, habiendo diferencias sobre como ese consentimiento puede ser dado. En la ley de acceso salvadoreña, no se detalla sobre el procedimiento que debe ser observado, ya la ley chilena determina que el titular debe ser consultado y debe manifestarse en hasta tres días. Aun así, su negativa no es vinculante al Estado chileno, que puede someter la cuestión sobre la liberación de la información a un órgano específico. En el contexto argentino, es evidenciado que la protección de esa categoría de informaciones puede ser instrumentalizada para obstruir el acceso o eliminar archivos de valor histórico. Ya el Brasil se muestra como un caso particular en este tema, siendo suya la única ley de acceso a establecer un plazo para la restricción de esa especie de información. Además, ha sido adoptada la política de máxima divulgación en relación a los archivos históricos bajo administración del *Arquivo Nacional* en los últimos años. Así, el órgano ha ofrecido oportunidades específicas para la manifestación de los titulares de las informaciones personales, de modo que se considera que el consentimiento fue otorgado cuando no hubo posicionamiento contrario.

Fueron señalados desafíos de múltiples órdenes, como: la falta de legislación archivística y de acceso a la información en consonancia con los parámetros internacionales de derechos humanos; prácticas institucionales inadecuadas; tentativas de ocultación o destrucción de importantes acervos; restricciones indebidas a la información; etc. Esa riqueza es fruto de la multiplicidad de realidades y desafíos que enfrentan los países representados en la Red Latinoamericana de Justicia de Transición.

Así, la diversidad en el panorama regional hace complejo el establecimiento de recomendaciones para estandarizar el tratamiento a ser dado a los archivos de derechos humanos. Sin embargo, los Informes y documentos internacionales presentados en el Estudio traen orientaciones mínimas que deben ser observadas en materia de organización, gestión, preservación y acceso a los archivos como valiosos instrumentos de garantías de derechos. Por fin, con el objetivo de establecer puntos comunes al debate de

los miembros de la RLAJT en su II Encuentro, el presente trabajo indicó algunos caminos posibles, explicitados abajo¹⁴⁵.

Considerando los relatos sobre la falta de informaciones acerca de la localización de importantes archivos de derechos humanos, SE RECOMIENDA:

1. la creación de un inventario nacional de los archivos públicos sobre derechos humanos, a partir del relevamiento e identificación de todos los fondos públicos con posibles informaciones en la materia, especialmente:
 - a) los archivos de instituciones creadas por el régimen represivo y orientadas a su sobrevivencia, tales como: servicios de inteligencia, cuerpos paramilitares, tribunales especiales, campos de concentración, prisiones especiales, centros psiquiátricos para la “reeducación” y otros.
 - b) los archivos referentes a los períodos autoritarios de instituciones tradicionales a la administración que siguen existiendo con el fin de esos regímenes, tales como: Inteligencia, Fuerzas Armadas, Policía y Fuerzas de Seguridad, Servicios Penitenciarios, Tribunales ordinarios y Órganos de Administración Civil.
2. la creación de comisiones especiales, con participación de la sociedad civil, con la prerrogativa legal de inspeccionar dependencias estatales e investigar el mantenimiento indebido de archivos en las dependencias originarias.

Reconociendo el papel fundamental de las instituciones encargadas de organizar, custodiar, preservar y promover el acceso a los archivos en el mantenimiento de su integridad y sentido, SE RECOMIENDA:

3. la designación de una entidad responsable por delinear una política archivística a nivel nacional orientada por el respeto a los derechos humanos, considerando la importancia de los archivos para la efectivación de esos derechos y velando por los principios archivísticos que resguardan el sentido y la integridad de los archivos.
4. la elaboración, a nivel nacional, de normas de descripción archivística compatibles con los parámetros internacionalmente construidos.
5. en los procesos de restablecimiento de la paz y democracia, el análisis de las autoridades responsables por los fondos de derechos humanos, de acuerdo con los criterios establecidos en el Principio n.º 49 del Conjunto de principios para la protección y promoción

145. Las sugerencias formuladas sirvieron como base para las discusiones realizadas en el II Encuentro de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición. En la asamblea de los representantes de los miembros de la Red, ocurrida en la misma oportunidad, fueron aprobadas las *Recomendaciones sobre principios y obligaciones en el tratamiento de archivos de derechos humanos* de la RLAJT, constantes en el anexo 4.

- de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad, de modo a definir si son personas comprometidas con la transición.
6. la previsión normativa de responsabilización para las prácticas de secuestro, destrucción, disimulación o falsificación de los archivos.
 7. la inversión en capacitación interdisciplinaria de los profesionales destacados para trabajar en el tratamiento de archivos, para que puedan comprender: la lógica de las estructuras y organizaciones que produjeron la documentación analizada, los diversos usos que diferentes documentos pueden tener en un proceso transicional, y cómo dar efectividad al derechos de acceso a la información en los marcos del derecho interno y derecho internacional de los derechos humanos.
 8. que, tanto en los fondos abiertos como en los cerrados, se viabilice el acceso a archivos bajo hipótesis legales de restricción de acceso a los profesionales encargados de identificar y describir los archivos de la institución, de modo que puedan verificarse los relacionados a derechos humanos.
 9. la realización de inventario también de las informaciones sometidas a la restricción de acceso por el público, de modo que sea posible identificar que el dato está bajo restricción, su motivo y la fecha en que el documento estará disponible para acceso.

Observando que, en muchos países, no existe una institución archivística central que pueda recoger archivos de los extintos y actuales órganos represivos, SE RECOMIENDA:

10. La creación de instituciones archivísticas en democracia que centralicen el tratamiento y acceso de esa documentación.

Observando, también, la problemática que se presenta delante de fragilidad de los archivos privados, importantes fuentes de documentación de los períodos de graves violaciones de derechos humanos, SE RECOMIENDA:

11. la construcción de una base de datos que identifique los principales fondos privados con informaciones de derechos humanos, a partir de la cooperación de las entidades responsables por los archivos.
12. en los casos en que la institución privada no posea medios adecuados para la debida conservación del archivo, el incentivo a la transferencia de los archivos de derechos humanos a instituciones archivísticas públicas.

Notando que parte de las legislaciones archivísticas remonta a paradigmas de períodos autoritarios en los países de América Latina, faltando adecuación del ordenamiento jurídico a los estándares internacionales en materia de archivos de derechos humanos, SE RECOMIENDA:

13. 13.la creación o actualización de legislación archivística que reconozca y asegure el derecho a la información pública como un derecho fundamental en los respectivos ordenamientos.

Considerando el acceso a las informaciones públicas como un derecho esencial en una sociedad democrática, SE RECOMIENDA:

14. la compatibilización de las leyes de acceso a la información con los parámetros universales e interamericanos de derechos humanos.
15. la definición de las restricciones al derecho de acceso a la información a partir de amplia discusión pública, pautada en criterios de legalidad, necesidad, sensatez y proporcionalidad, y estableciendo agentes autorizados a establecer la clasificación y los plazos límites para su mantenimiento.
16. la garantía del acceso gratuito a la información.
17. la producción de manuales y talleres de capacitación acerca del funcionamiento de las instituciones archivísticas, métodos y posibilidad de investigación en sus archivos.
18. que sean pensadas y promovidas medidas de accesibilidad a los archivos para los usuarios con discapacidad o con dificultades de acceso a las informaciones disponibles.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. *As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça*. In: A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

_____. *Mutações do conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia*. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo (org.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. *Resistance to change: Brazil's persistente amnesty and its alternatives for Truth and Justice*. In: Lessa, Francesca; Payne, Leigh A. (orgs). *Amnesty in the Age of Human Rights Accountability*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012, pp.152-180.

AMOZORRUTIA, Alicia Barnard. *Guía para la organización y control del expediente de archivo*. Ed. Archivo General de la Nación, México, 2002. Disponible en: <<http://www.ica.org/11116/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/gua-para-la-organizacin-y-control-del-expediente-de-archivo-primera-edicin.html>>. Acceso en: 20/06/2015.

ARGENTINA. *Decreto 1172/2003*. Disponible en: <<http://infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/90763/norma.htm>>. Acceso en: 18/07/2015.

_____. *Decreto 1259/2003*. Disponible en: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/91115/norma.htm>>. Acceso en: 11/07/2015.

_____. *Ley N° 15.930*. Outubro, 5 de 1961. Disponible en: <<http://www.infojus.gob.ar/15930-nacional-archivo-general-nacion-lns-0001421-1961-10-05/123456789-0abc-defg-g12-41000scanyel>> Acceso en: 11/07/2015.

_____. *Ley N° 25.326*. Disponible en: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64790/texact.htm>>. Acceso en: 18/07/2015.

BARBEDO, *Francisco*. Importancia de los Sistemas Nacionales de Archivos. IN: . Archivo General de la Nación, volumen CXXIX. *Memorias del Segundo Encuentro Nacional de Archivos de la República Dominicana*. Santo Domingo, Republica Dominicana. 2010. Disponible en: <http://www.agn.gov.do/sites/default/files/publicaciones/vol_129._ii-ena-.pdf>. Acceso en: 04/08/2015.

BARROS, T.. Os Arquivos, a Arquivística e o Discurso: alguns marcos históricos e conceituais. *Informação Arquivística*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 2, jun. 2013. Disponible en: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/20/19>>. Acceso en: 03 Set. 2015.

_____. Por uma Arqueologia da Arquivística: elementos históricos de sua constituição. *Informação Arquivística*, 3, mar. 2015. Disponible en: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/105/39>>. Acceso en: 03 Set. 2015.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*. 4ª edição. São Paulo. Editora FGV, p.130. 2006.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. *Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

_____. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. *Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

_____. *Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983*. Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

_____. *Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

_____. *Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

_____. *Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.

_____. *Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995*. Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

_____. *Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997*. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Instrução normativa nº 1 do Arquivo Nacional, de 18 de abril de 1997*. Estabelece os procedimentos para entrada de acervos arquivísticos no Arquivo Nacional.

_____. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 17/05/2015.

BRASIL. CASA CIVIL. Portaria Interministerial nº 1.321-A de 29 de setembro de 2015.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 09/06/2015.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

BURT, Jo-Marie; CAGLEY, Casey. Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da Accountability no Peru. Traducción de Daniela Sequeira. *Revista SUR*. Edição V. 10 - N. 18 - Jun/2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/18/1000427-acesso-a-informacao-acesso-a-justica-os-desafios-da-accountability-no-peru>>. Acesso em: 21/08/2015.

CAMARGO, Célia Reis; MOLINA, T. S. *O Patrimônio Arquivístico: Acervos Privados E Interesse Público*. In: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: NUMEM, 2010.

CANAVAGGIO, Perrine. *El acceso a la información pública en el mundo: Un derecho humano emergente*. 7º Seminario Internacional de Archivos de Tradición Ibérica Rio de Janeiro – 27 de junio a 1º de julio 2011. Disponível em: <<http://www.ala-archivos.org/wp-content/uploads/2012/05/7-SIATI-Perrine-Canavaggio.pdf>>. Acesso em: 10/05/2015.

CARDOZO, José Eduardo; ABRÃO, Paulo. O Guardião Da Memória: As Políticas Públicas De Memória Do Ministério Da Justiça Do Brasil. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 6 (jul. / dez. 2011). – Brasília : Ministério da Justiça , 2012.

CATELA, Ludmila da Silva. *O mundo dos arquivos*. In: REÁTEGUI, Felix. *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. Disponible en: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>. Acceso en: 09/05/2015.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. *Archivos de graves violaciones a los DD.HH., infracciones al DIH, memoria histórica y conflicto armado. Elementos para una política pública*. Bogotá: CNMH. 2014.

CHOTO, Rodolfo Ramos. *Los Archivos en El Salvador*, C. Disponible en: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.27.1.nt6h807463120531>>. Acceso en: 12/08/2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. About records, archives and the profession. Disponible en: <<http://www.ica.org/125/about-records-archives-and-the-profession/discover-archives-and-our-profession.html>>. Acceso en: 03/05/2015.

_____. *Application of ISAD(G) for Human Rights Archives*. 2012. Disponible en: <<http://www.ica.org/13758/standards/application-of-isadg-for-human-rights-archives.html>>. Acceso en: 17/06/2015.

_____. *Archive Buildings In A Tropical Climate And With Low Resources (ICA Study 17)*. 2005 Disponible en: <<http://www.ica.org/10798/studies-and-case-studies/ica-study-n17-archive-buildings-in-a-tropical-climate-and-with-low-resources.html>>. Acceso en: 20/06/2015.

_____. *Declaração Universal Sobre Os Arquivos*. 2010. Disponible en: <http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acceso en: 05/06/2015.

_____. *Documentos de Arquivo Eletrônicos: Manual para Arquivistas (ICA Estudo nº 16)*. 2005. Disponible en: <<http://www.ica.org/10801/studies-and-case-studies/ica-study-n16-electronic-records-a-workbook-for-archivists.html>>. Acceso en: 14/06/2015.

_____. *Guidelines on Disaster Prevention and Control in Archives (ICA Study 11)*. Disponible en: <<http://www.ica.org/10818/studies-and-case-studies/ica-study-n11-guidelines-on-disaster-prevention-and-control-in-archives.html>>. Acceso en: 14/06/2015.

_____. *Guidelines On Exhibiting Archival Materials*. Disponível em: <<http://www.ica.org/11902/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/guidelines-on-exhibiting-archival-materials.html>>. Acesso em: 20/06/2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMITÊ DE BOAS PRÁTICAS E NORMAS GRUPO DE TRABALHO SOBRE ACESSO. *Princípios de Acesso aos Arquivos. Orientação técnica para gestão de arquivos com restrições*. Disponível em: <<http://www.ica.org/15369/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/technical-guidance-on-managing-archives-with-restrictions.html>>. Acesso em: 18/06/2015.

_____. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2012. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.html>>. Acesso em: 08/06/2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. COMMITTEE ON ARCHIVAL LEGAL MATTERS. *ICA Study 19*. Disponível em: <<http://www.ica.org/10789/studies-and-case-studies/ica-study-n19-committee-on-archival-legal-matters-19962004.html>>. Acesso em: 05/06/2015.

COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 1, out. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile*. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. (Fondo, Reparaciones y Costas).

_____. *La Colegiación Obligatoria de Periodistas (Arts. 13 y 29 Convención Americana sobre Derechos Humanos)*. Opinión Consultiva OC-5/85 del 13 de noviembre de 1985. Serie A No. 5. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_05_esp.pdf>. Acesso em: 14/06/2015.

EL SALVADOR. SUBSECRETARÍA DE TRANSPARENCIA Y ANTI-CORRUPCIÓN; ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Normativa Nacional de Archivo*. San Salvador: Subsecretaría de Transparencia y Anticorrupción. 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gob.sv/normativa-nacional-de-archivo-2/>>. Acesso em: 12/08/2015.

ESPAÑA. MINISTERIO DE EDUCACIÓN CULTURA Y DEPORTE. *Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. Archivo General De La Nación De El Salvador*. Disponível em: <<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/archivodetail.htm?id=1459330>>. Acesso em: 12/08/2015.

FONSECA, Maria Odila. *Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas*. *Ci. Inf.*[online]. 1999, vol.28, n.2, pp. 146-154. ISSN 0100-1965. Disponible en: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000200007>>. Acceso en: 10/05/2015.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *A Normalização da Descrição Arquivística – avanços internacionais e a situação do Brasil*. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 13 a 15 de Julho de 1999. Disponible en:<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/a_normalizacao_da_descricao_arquivistica_avanos.pdf>. Acceso en: 14/08/2015.

GAUCHI, Verónica. Políticas de información al amparo de la legislación argentina. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 2011, vol. 34, no. 2, p. 157-176.

HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: transitional justice the challenge of truth commissions*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2011.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo*, v. 2, n.2, jul./dez, 1987. Disponible en: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2.n.2.jul.dez.1987.pdf>>. Acceso em 09/08/2015.

JOINET, Louis (dir.). *Lutter contre l'impunité. Dix questions pour comprendre et pour agir*. Paris : Éditions La Découverte, 2002.

MALTEMPO, Marcela Mónica; FUSTER, María Teresa. *La necesidad de una nueva Ley de Archivos en vistas a la celebración del Bicentenario*. 2008. Disponible en: <<http://www.mundoarchivistico.com.ar/?menu=documentos&id=101>>. Acceso en: 04/08/2015.

MARIZ, Anna Carla Almeida Mariz. *Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação*. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p. 28-47, jul./dez. 2012.

MENDEL, Toby. *Direito à Informação na América Latina*. Quito: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009. Disponible en: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183273s.pdf>>. Acceso en: 20/05/2015

MEYER, Emílio Peluso Neder; CATTONI, Marcelo Andrade (organização). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

MONTEIRO, Fernanda. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. *Acervo*, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, P. 313-322, JAN./JUN. 2014. Disponible en: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/476>>. Acceso em 20/05/2015.

OEA. COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *O acesso à informação sobre violações de direitos humanos*. 2010. Disponible en: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/relatorios/tematicos.asp>>. Acceso en: 09/05/2015.

_____. *O Direito de Acesso à Informação Pública nas Américas*. Padrões Interamericanos e Comparação de Marcos Legais. 2012. Disponible en:<<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/relatorios/tematicos.asp>>. Acceso en: 09/05/2015.

_____. *Derecho a la verdad en América*. OEA/Ser.L/V/II.152. 2014. Disponible en: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Derecho-Verdad-es.pdf>>. Acceso en: 11/06/2015.

OEA; ONU; OSCE. *Declaração Conjunta sobre Acesso à Informação e sobre a Legislação que Regula o Sigilo*. 2004. Disponible en: <<http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=319&lID=4>>. Acceso en: 13/06/2015.

ONU. ACNUDH. *Informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre el seminario de experiencias en materia de archivos como medio de garantizar el derecho a la verdad*. Disponible en:<http://www.concernedhistorians.org/content_files/file/TO/250.pdf>. Acceso en: 09/06/2015.

ONU. UNESCO. *Actualización Y Ampliación Del Informe Elaborado Para Unesco Y Consejo Internacional De Archivos (1995) Sobre Gestión De Los Archivos De Los Servicios De Seguridad Del Estado De Los Desaparecidos Regímenes Represivos Consejo Internacional De Archivos, París, 2008*. Disponible en: <http://www.ala-archivos.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas_archivísticas_para_la_protección_de_los_derechos_humanos_2009_SP.pdf>. Acceso en: 17/06/2015.

ONU. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. *Informe final acerca de la cuestión de la impunidad de los autores de violaciones de los derechos humanos (derechos civiles y políticos), preparado por el Sr. L. Joinet de conformidad con la resolución 1996/119 de la Subcomisión. E/CN.4/Sub.2/1997/20, 26 de junio de 1997*. Disponible en:<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G97/129/15/PDF/G9712915.pdf?OpenElement>>. Acceso en: 13/05/2015.

_____. *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, Informe de Diane Orentlicher, E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 de febrero de 2005a. Disponible en: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G05/109/03/PDF/G0510903.pdf?OpenElement>>. Acceso en: 10/05/2015.

_____. *Informe de Diane Orentlicher, experta independiente encargada de actualizar el conjunto de principios para la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102, 18 de febrero de 2005b. p. 6 Disponible en: <http://ap.ohchr.org/documents/dpage_s.aspx?si=E/cn.4/2005/102/Add.1>. Acceso en: 10/05/2015.

OSMO, Carla. *Direito à Verdade: Origens da conceituação e suas condições teóricas de possibilidade com base nas reflexões de Hannah Arendt*. 2014. 299 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PETERSON, Trudy Huskamp, *Final Acts: A Guide to Preserving the Records of Truth*

Commissions. Baltimore: Johns Hopkins University Press, Washington D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. Disponible en:<<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Petersonfinpdf.pdf>>. Acceso en: 10/07/2015.

PERU. LEY N° 25323. SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS. Disponible en: <http://www.essalud.gob.pe/downloads/archivo_central/normatividad/Ley_No_25323.pdf>. Acceso en: 14/07/2015.

_____. DECRETO SUPREMO N° 008-92-JUS. REGLAMENTO DE LA LEY N° 25323. Disponible en: <http://www.essalud.gob.pe/downloads/archivo_central/normatividad/Ley_No_25323.pdf>. Acceso en: 14/07/2015.

_____. DECRETO SUPREMO N° N° 005-93-JUS. MODIFICACION DEL D.S. N° 008-92-JUS. Disponible em: < http://www.agn.gob.pe/uploads/4/9/9/8/4998504/ds_no_005-93-jus.pdf>. Acceso em: 14/07/2015.

_____. Ley N° 27806. Ley de transparencia y acceso a la información pública. Disponible en: <http://www.mef.gob.pe/index.php?option=com_content&view=article&id=830:ley-nd-27806&catid=298&Itemid=101008>. Acceso en: 14/07/2015.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. *Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos*. UNESCO, ICA, 2009. Disponible en: <<http://www.ica.org/6458/resources/the-management-of-the>>. Acceso em 13/09/2015.

REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de transição: Manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça. Comissão de Anistia, 2011.

RIBEIRO, M. *As novas tecnologias e as instituições de guarda e de preservação da memória: o papel da Biblioteca Nacional Digital*. In. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 15, 2010, Vitória. Anais...

Vitória. INTERCON, 2010. P.1-13. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0246-1.pdf>>. Acesso em: 25/08/2015.

_____. *Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*. 2005. Disponível em: <[Arquivosnaerapscustodial000073169.pdf](#)> Acesso em: 10/02/2011.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em: 01/09/2015.

SCHMIDT, C.. O “Clássico” e o “Pós-moderno”: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. *Informação Arquivística*. Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 3, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/66/31>>. Acesso em: 03 Set. 2015.

SILVA, Armando B. Malheiro da. *A Gestão Da Informação Arquivística E Suas Repercussões Na Produção Do Conhecimento Científico*. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2015.

SILVA, Jaime Antunes da. *Por uma Política Nacional de Arquivos*. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 13 a 15 de Julho de 1999. Disponível em:<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa_por_uma_poltica_nacional_de_arquivos.pdf>. Acesso em: 14/08/2015.

STAMPA, Inez; NETTO, R. S. *Documentar a Ditadura, uma reflexão coletiva sobre uma história que não pode se repetir*. In: STAMPA, Inez (Org.); NETTO, R. S. (Org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. v. 1.

SUNDQVIST, Anneli. *Access and Accountability: Democratization of Information in Post Conflict Societies*. 2008. Disponível em: <http://www.ica.org/11114/articles_papers-reports-and-proceedings/access-and-accountability-democratization-of-information-in-postconflict-societies.html>. Acesso em: 17/06/2015.

ZAMORA, Rosa María Fernández de; BUDNIK, Clara. *Preservacion del pasado para el futuro*. Jerusalem, Israel: 66th International Federation of Library Associations and Institutions Council and General Conference.13-18 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/IV/ifla66/papers/045-163s.htm>>. Acesso em: 17/05/2015.

ANEXO 1 – PROGRAMACIÓN DEL SEMINARIO INTERNACIONAL: CONTRA LA IMPUNIDAD Y EL OLVIDO: JUSTICIA Y ARCHIVOS

Seminário Internacional

CONTRA A IMPUNIDADE E O ESQUECIMENTO: JUSTIÇA E ARQUIVOS



Inscrições e programação:
www.rlaajt.com

Dia: 01.06.15
Hora: 08h30 às 20h

Local: Flóres: – Campus Universidade Darcy Ribeiro – UnB
Avenida L3 Norte, s/n – Asa Norte, Brasília – DF

Realização
RLAJT
Rede Latino-Americana de Justiça de Transição

Apoio
UnB
UnB
FIA
UNU
UNU

BRASIL
BRASIL

Comissão Científica

- Amarilis Busch Tavares
- Cristiano Pinazo
- José Otávio Guimarães
- Paulo Abrão

Comissão Organizadora

Coordenação

- Carla Osório
- Claudia Paiva
- Dario de Negreiros
- Maria Pia Guerra
- Rosaine Cruz
- Shana Santos

Apoio

- Amanda Nogueira
- Ana Carolina Borges
- Ana Carolina Couto
- Ana Paula Duque
- Andressa Sena
- Carolina Rozande
- Helien Freitas
- Jeny Kim Batista
- João Pedro Ramalho
- Júlia Guerin
- Maira Angélica Moraes
- Mariane Fioravanti
- Mariana Yokoya
- Sofia de Fovet
- Tatila Rampin

Programação

Apresentação
08h30 – 09h00

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia.

Amarilis Busch Tavares
Diretora da Comissão de Anistia.

José Otávio Nogueira Guimarães
Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

O papel do Judiciário na Justiça de Transição
09h00 – 10h30

1 Emílio Peluso Nader Meyer
Professor da UFMG e coordenador do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da FDCE/UFMG.

2 Rodrigo Lledo
Diretor Técnico do Programa de DDHH do Ministério do Interior do Chile.

Presidente da mesa: Mamede Saïd Maia Filho
Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Coffee break
10h30 – 10h45

O papel dos arquivos na Justiça de Transição
10h45 – 12h15

1 Celiña Flores
Coordenadora do Arquivo Documental da *Memoria Abierta* e professora do curso de Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires*. Representante do *Memoria Abierta*.

2 Rosa Palau
Coordenadora do *Museo de la Justicia*, *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos de la Corte Suprema de Justicia* do Paraguai.

Presidente da mesa: Ione de Fátima Oliveira
Professora da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Almoço
12h15 – 13h45

Workshop 1: Judicialização da Justiça de Transição: experiências comparadas
13h45 – 17h00

1 Brasil: Representante do Ministério Público Federal

2 Chile: Rodrigo Lledo
Diretor Jurídico do Programa de DDHH do Ministério do Interior do Chile.

3 Peru: Iris Jave
Diretora de Assuntos Públicos e Comunicações do *Instituto de Democracia y Derechos Humanos IDEHP/UCP*. Foi Diretora de comunicação da Comissão de la Verdad y Reconciliación.

4 Guatemala: Edgar Pérez
Adogado na área dos direitos humanos, atuou em uma série de casos em favor das vítimas das violações de direitos humanos durante o conflito armado na Guatemala. Representante do *Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFECA)*.

5 México: Lucía Guadalupe Chávez Vargas
Diretora de Pesquisa e representante da *Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos (CMDPDH)*.

6 El Salvador: José Benjamín Cuéllar Martínez
Membro individual da Rede Latino-americana de Justiça de Transição. Foi diretor do IDH-UCA e participou por vinte anos da judicialização de casos de graves violações de direitos humanos em El Salvador.

7 Colômbia / Uruguai: Gustavo Rojas
Especialista em Justiça de Transição e representante do *Observatorio Latinoamericano para la Investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la República (OLAP)*.

8 Argentina: María José Guembe
Representante do *Centro de Estudios, Legales Sociales (CELS)* (participação por vídeo-conferência).

9 Argentina: Fabiana Rousseaux
Psicanalista, participou da elaboração do *Protocolo de Intervención para el Tratamiento de Víctimas Testigos en el marco de Procesos Judiciales*, na Argentina.

10 Brasil: Milton Bellimani
Jornalista e diretor do Núcleo de Preservação da Memória.

Workshop 2: Princípios e obrigações no tratamento de arquivos: experiências comparadas
13h45 – 17h00

1 Brasil: Marcelo Cattoni
Professor da UFMG e representante do Idejult.

2 El Salvador: Irma Marisol Hernandez
Representante do *Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA)*.

3 Argentina: Celiña Flores
Coordenadora do Arquivo Documental da *Memoria Abierta* e professora do curso de Filosofia e Letras da *Universidad de Buenos Aires*.

4 Colômbia: Lorenzo Acosta
Historiador do direito, especialista nos temas de memória, verdade e conflito na Colômbia, representante da *Universidad Del Rosario*.

5 Brasil: Jessie Jane
Professora da UFRI, ex-diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

6 Paraguai: Rosa Palau
Coordenadora do *Museo de la Justicia*, *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos de la Corte Suprema de Justicia* do Paraguai.

7 Chile: Boris Hau
Coordenador jurídico e representante do *Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales*.

8 Peru: Iris Jave
Diretora de Assuntos Públicos e Comunicações do *Instituto de Democracia y Derechos Humanos – IDEHP/UCP*. Foi Diretora de comunicação da Comissão da Verdade e Reconciliação peruana.

Coffee break
Lançamento do livro *Manual da Arte Guerrilha Urbana* do Coletivo Aparecidos Políticos.
17h00 – 17h30

Encerramento
17h30 – 18h30

Eugênia Augusta Gonzaga Fávoro
Presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Procuradora da República.

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia.

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto
Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

Assamblea da RLAIJ
18h30 – 20h00

ANEXO 2: PROGRAMACIÓN DEL II CONGRESO INTERNACIONAL DE JUSTICIA DE TRANSICIÓN

Bárbara Conte, Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Maria Cristina Ocariz, Instituto Sedes Sapientiae
Molsés Rodríguez, Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo

MODERADORA: Carla Osimo, Coordenadora de Reparação Psíquica e Redes da Comissão de Anistia

11:00-11:30

Coffee Break

11:30-13:15

MESA 2: A reparação psíquica na América Latina

Níla Heredia, Presidenta da ALAMES (Associação Latino-Americana de Medicina Social) e ex-ministra da Saúde da Bolívia.

Juana Tarallo, ASSE (Administración de los Servicios de la Salud del Estado), Uruguai

Marcela Cornejo, Pesquisadora do Grupo Trauma e Memória da Escola de Psicologia e editora da Revista Psyche da Pontificia Universidade Católica do Chile.

Eusebio Verón Martínez, Encarregado Geral de Atenção Integral a Víctimas da Ditadura da Direção Geral de Verdade, Justiça e Reparação e da Direção de Direitos Humanos do Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social do Paraguai.

MODERADORA: Fabiana Rousseaux, Consultora do PNUD e da Comissão de Anistia em Reparação Psíquica

13:15-14:45

Almoço

14:45-16:30

MESA 3: Violência de Estado na democracia e a reparação psíquica às vítimas do passado e do presente

Mariana Wilkinski, Equipe de saúde mental do CELS, Argentina.

Carolina Robledo Silvestre, Pesquisadora do Instituto de Investigaciones Sociales Universidad Autónoma de Baja California, México.

Maria Auxiliadora Arantes, Foi fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP) e coordenadora geral de combate à tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre 2009 e 2010.

Karine Szuchman, Coletivo Fila (RS).
Olivia Francozo, Margens Clínicas (SP).
Jorge Broide, SUR Clínica e Intervenção Social (SP).

MODERADOR: Darío de Negreiros, mestrando em Filosofia na USP, foi Coordenador de Reparação Psíquica e Pesquisa da Comissão de Anistia (2014-2015)

16:30 – 18:00

Reunião de criação da Rede Latino-Americana de Reparação Psíquica (atividade fechada)

18:00 – 18:15

Coffee break

18:15 – 19:00

Reunião aberta: Pensar a Rede Latino-Americana de Reparação Psíquica

Coordenador: Paulo Abrão - presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Secretário Executivo do IPPDH

19:00 – 19:30

ENCERRAMENTO

Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Executivo do IPPDH.

Luis Alén, Subsecretário de Proteção aos Direitos Humanos da Argentina

Níla Heredia, Presidenta da ALAMES (Associação Latino-Americana de Medicina Social) e Ex-ministra da Saúde da Bolívia

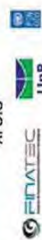
Dias 05 e 06/11

Saguão da FINATEC

Exposição de trabalhos das Clínicas do Testemunho

Curadoria: Alexandre Mourão

APOIO



REALIZAÇÃO



Data: 5 e 6.11.2015 | Horário: 08h30 às 19h30 |

Local: FINATEC

Campus Universitário Darcy Ribeiro - UnB

Avenida L3 Norte, S/N - Asa Norte, Brasília - DF

Inscrições e Programação: www.riajt.com

Programação

DIA 05/11
II Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
Contra a Impunidade e o esquecimento: recomendações sobre justiça e arquivos

08:30-09:00

Credenciamento

09:00-09:30

Abertura

Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

José Otávio Nogueira Guimarães, Professor da UnB e membro da Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição
 Luis Alén, Subsecretário de Proteção dos Direitos Humanos da Argentina
 Alexandre Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty

09:30-09:45

Apresentação do Relatório:

"Judicialização da Justiça de Transição na América Latina"

Carla Osma, Consultora do PNUD e da Comissão de Anistia para a RLAIJT

09:45-12:30

Workshop

Definição das Recomendações da RLAIJT sobre Judicialização da justiça de transição na América Latina

1. Argentina: Luz Palmas Zaldúa, Centro de Estudos Legales y Sociales (CELS)
2. Brasil: Emílio Peluso Neder Meyer, Centro de Estudos em Justiça de Transição (CTJ/UFPA)

3. Chile: Boris Hau, Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales

4. Colombia: Lorenzo Acosta, Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario

5. El Salvador: Benjamín Cuéllar, Membro Individual da RLAIJT

6. Guatemala: Claudia Estrada, Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCa)

7. México: Valeria Morcoso, Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos (CMDPDH)

8. Perú: Jo-Marie Burt, Membro individual da RLAIJT

9. Uruguay: Pablo Palermo Galain, Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica (OLAP)

MODERADORA: María Pia Guerra, doutoranda em direito pela UnB e pesquisadora da RLAIJT

12:30-14:00

Almoço

14:00-14:15

Apresentação do Relatório:

"Diretrizes para o tratamento de arquivos de direitos humanos e panorama na América Latina"

Shana Marques Prado dos Santos, Consultora do PNUD e da Comissão de Anistia para a RLAIJT

14:15-17:00

Workshop

Definição das Recomendações da RLAIJT sobre Princípios e obrigações no tratamento de arquivos na América Latina

1. Argentina: Valéria Barbutto, Memoria Abierta
2. Brasil: Marcelo Cattoni, Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST)
3. Brasil: Milton Bellintani, Núcleo de Preservação da Memória, São Paulo
4. Chile: Boris Hau, Observatorio de Justicia Transicional, Universidad Diego Portales

5. Colômbia: Lorenzo Acosta, Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario

6. El Salvador: Marisol García, Instituto de Derechos Humanos de la UCA (IDHUCA)

7. Guatemala: Claudia Estrada, Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCa)

8. Perú: Felix Reategui, Instituto de Democracia y Derechos Humanos – IDEHPUCP

9. Uruguay: Raul Oliveira Alfaro, Observatorio Luz Ibarburu

MODERADORA: Claudia Paiva Carvalho, doutoranda em direito pela UnB e pesquisadora da RLAIJT

17:00-17:30

Coffee break

17:30-19:00

Assembleia da RLAIJT

Deliberação sobre as recomendações para a América Latina em matéria de judicialização da justiça de transição e princípios e obrigações no tratamento de arquivos de direitos humanos

Definição da próxima Secretaria Executiva e eleição do Comitê Gestor

Definição da próxima sede do Encontro Anual

DIA 06/11

II Encontro Nacional da Rede Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia
Construindo uma Política pública de reparação psíquica a vítimas de violência de Estado

08:30-09:00

Credenciamento

09:00-11:00

MESA 1: Apresentação dos Relatórios Finais das Clínicas do Testemunho

Vera Vital Brasil, Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro

ANEXO 3: CUESTIONARIO

1. Organización institucional del patrimonio archivístico
 - a. ¿Existe una estructura organizada de instituciones orientadas a la preservación, conservación y organización del patrimonio archivístico en su país?
 - b. ¿Cómo se da la custodia de los archivos de brazos represivos del Estado como Fuerzas Armadas y Fuerzas Policiales?
 - c. ¿En caso de que su país haya tenido comisiones de la verdad y/o reparación, cuál es el destino de sus respectivos archivos?
2. Derecho de acceso a la información
 - a. ¿Existe una ley que regule el acceso a la información pública?
 - b. ¿Cuáles son los obstáculos y dificultades normativas o prácticas en el acceso a archivos del Poder Público?
 - c. ¿Las instituciones públicas poseen un plazo para suministrar las informaciones requeridas?
 - d. ¿Hay algún tratamiento diferenciado para archivos referentes a graves violaciones de derechos humanos?
3. Archivos bajo restricción de acceso
 - a. ¿Cuáles son hipótesis de clasificación sigilosa de información custodiada por el Estado?
 - b. ¿Hay algún procedimiento legal para el establecimiento de las restricciones de acceso?
 - c. ¿Hay algún recurso administrativo o judicial adecuado para cuestionar los sigilos establecidos?
 - d. ¿Hay algún programa estatal de desclasificación de informaciones actualmente consideradas sigilosas por el Estado?
4. Prácticas institucionales
 - a. ¿Hay políticas de difusión del contenido de los archivos públicos que merecen destaque?
 - b. ¿Tomando en consideración el nivel de digitalización y la posibilidad de acceso remoto por el público, cómo ustedes evalúan el grado de acceso a los principales archivos referentes a violaciones de derechos humanos?
5. La judicialización del acceso a los archivos
 - a. ¿Existe un recurso judicial adecuado para requerir informaciones y documentos públicos? ¿Ese recurso es eficaz?
 - b. ¿Hay casos emblemáticos de requerimiento de informaciones sobre graves violaciones de derechos humanos?
 - c. ¿Hay casos judiciales referentes a la obligación estatal de organizar y preservar el patrimonio archivístico?

ANEXO 4: RECOMENDACIONES SOBRE PRINCIPIOS Y OBLIGACIONES EN EL TRATAMIENTO DE ARCHIVOS DE DERECHOS HUMANOS



La Red Latinoamericana de Justicia de Transición

presenta

Recomendaciones sobre principios y obligaciones en el tratamiento de archivos de derechos humanos

Reconociendo el papel fundamental de las instituciones encargadas de organizar, preservar y promover el acceso a los archivos; y tomando nota de que, en muchos países, no existe una institución archivística central que recoja acervos de órganos represivos extintos y actuales, la RLAJT recomienda:

1. el diseño e implementación de una política archivística a nivel nacional, guiada por el respeto a los derechos humanos, teniendo en cuenta la importancia de los archivos para la realización de estos derechos y la valoración de los principios que resguardan el sentido y la integridad de los archivos;
2. la creación – a nivel nacional, provincial y local – de instituciones archivísticas especializadas en derechos humanos y memoria que constituyan un sistema de gestión de fondos documentales;
3. el compromiso de las autoridades y profesionales a cargo de los archivos con la ética pública y los derechos humanos, de acuerdo con los criterios establecidos en el Principio nº. 49 del *Conjunto de principios para la protección y promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*;
4. la inversión en formación interdisciplinaria de funcionarios estatales y de personas encargadas de manejar archivos, basada en los siguientes ejes: la lógica de las estructuras y organizaciones que produjeron la documentación recogida, los diversos usos que los diferentes documentos pueden tener en un proceso de transición, la efectivización del derecho de acceso a la información en el marco de la legislación nacional y el derecho internacional de los derechos humanos, y el cumplimiento de los parámetros necesarios para la custodia de documentos, según la normativa internacional;
5. capacitación, para conservación y gestión de documentos, a funcionarios judiciales, por parte de la institución pública especializada en temas de memoria y archivos del país o la entidad que haga sus veces;
6. la elaboración de manuales y la realización de talleres de capacitación sobre el



funcionamiento de instituciones archivísticas, métodos de investigación en sus acervos, con base en parámetros definidos por las normativas internacionales;

7. la profundización del sistema de archivos de derechos humanos y derecho internacional humanitario, vinculando a los ministerios y a las entidades encargadas de registro de instrumentos públicos y de notariado, mediante obligaciones concretas de preservación de archivos propios y de entidades relacionadas con las competencias de esos organismos;
8. la profundización del sistema de archivos de derechos humanos y derecho internacional humanitario, fortaleciendo la participación y la capacitación de gestores de memoria, autoridades locales y regionales, parroquias y personerías en: acopio testimonial, investigación documental, competencias metodológicas para la investigación y enfoques particulares de investigación en derechos humanos y derecho internacional humanitario, por parte la institución pública especializada en temas de memoria y archivos del país o la entidad que haga sus veces;

Reconociendo el papel fundamental de las instituciones encargadas de custodiar los archivos de derechos humanos, y su observancia de los parámetros internacionales al respecto, la RLAJT recomienda:

9. la elaboración a nivel nacional de las normas de descripción archivística compatibles con los parámetros construidos internacionalmente;
10. la elaboración de manuales y protocolos de custodia y conservación de los documentos que contengan información sobre violaciones de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario, garantizando el uso de tales fuentes para la construcción de prueba judicial;

Teniendo en cuenta los informes sobre la falta de información en cuanto a la ubicación de importantes archivos de derechos humanos, la RLAJT recomienda:

11. la creación de inventarios nacionales y regionales de archivos públicos de derechos humanos;
12. la identificación de todos los fondos públicos con posible información sobre violaciones de derechos humanos y la resistencia a regímenes represivos, especialmente:
 - a. los de instituciones creadas por regímenes represivos y orientadas a su

funcionamiento, como los oriundos de servicios especiales de inteligencia, cuerpos paramilitares, tribunales especiales, campos de concentración, centros de detención, prisiones especiales, centros psiquiátricos para "re-educación", entre otros;

- b. los relativos a los períodos autoritarios de instituciones tradicionales del Estado, que siguen existiendo aún después del fin de tales períodos, como los oriundos de inteligencia, fuerzas armadas, policía y fuerzas de seguridad, servicios penitenciarios, tribunales ordinarios y organismos de la administración civil;
- c. los de organismos estatales que participan en la protección a los derechos humanos, como los oriundos de la oficina del fiscal y del poder judicial, de las comisiones de la verdad y de otros órganos de investigación de violaciones de derechos humanos; y
- d. los relativos a períodos autoritarios que reposen en instituciones extranjeras;

13. la creación de comisiones especiales de búsqueda de documentos con la prerrogativa legal de inspeccionar dependencias estatales e investigar el ocultamiento indebido de archivos relativos a graves violaciones de derechos humanos. Estas comisiones deben ser integradas por miembros de la dependencia productora de los documentos, de la entidad archivística central, de la entidad archivística especializada en derechos humanos y memoria y de la sociedad civil;

Considerando la preocupación por la eliminación de información y de los archivos de derechos humanos, la RLAJT recomienda:

- 14. la copia fidedigna y el envío de los archivos de toda comisión de investigación de violaciones de derechos humanos a la institución pública especializada en temas de memoria y archivos o a la entidad archivística pública que haga sus veces;
- 15. en caso de disolución de instituciones públicas que han recopilado documentos sobre violaciones de derechos humanos, el traslado de esos documentos a una institución pública especializada en temas de memoria y archivos o a la entidad que haga sus veces;
- 16. introducir criterios de protección de derechos humanos en las políticas de

manejo de archivos con el objetivo de impedir prácticas de eliminación de documentos relacionados a violaciones de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario;

17. establecer la obligación, en cabeza de entidades gubernamentales, de notarias y de registro de instrumentos públicos, de compulsar copias fidedignas a solicitud de la institución pública especializada en temas de memoria y archivos o la entidad que haga sus veces;
18. establecer la obligación, en cabeza de las entidades públicas – en especial las tributarias, de aduanas, y las cámaras de comercio – de compulsar, a solicitud de la institución pública especializada en temas de memoria y archivos o la entidad que haga sus veces, copias fidedignas que contengan información de hechos violatorios de derechos humanos y derecho internacional humanitario;
19. desarrollar en la legislación la responsabilidad penal y disciplinaria por ocultamiento o destrucción de archivos de derechos humanos y de derecho internacional humanitario, atendiendo a la especificidad y gravedad que conllevan estas conductas al pleno acceso y a las posibilidades de reclamación de las víctimas de violaciones a derechos humanos y al derecho internacional humanitario;

Tomando nota de que algunas de las leyes de archivos fueron elaboradas durante periodos autoritarios en América Latina y que ellas no se adecuan a los estándares internacionales en materia de archivos de derechos humanos, la RLAJT recomienda:

20. la creación o actualización de la legislación archivística que reconozca y garantice el derecho a la información pública como un derecho fundamental;
21. la sanción de leyes de acceso a la información o, donde existieran, su compatibilización con los estándares universales e interamericanos de derechos humanos;
22. la priorización del acceso a la información sobre violaciones de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario y pertinente a la construcción de memoria colectiva, con la mayor amplitud posible;
23. la realización de un inventario de los documentos sometidos a restricción de acceso, de manera que sea posible identificar la totalidad de estos documentos, conocer el motivo de la restricción y la fecha en que será posible disponer de ellos integralmente;

- a. el inventario debe comprender una revisión atenta de las justificaciones para la reserva documental basadas en razones de seguridad nacional y de orden público;

24. la garantía del acceso gratuito a la información;

25. la promoción de medidas de accesibilidad a los archivos para los usuarios con discapacidad o con dificultades para acceder a la información disponible;

Considerando la relevancia de los archivos privados y de organizaciones de la sociedad civil para la investigación histórica, para los procesos sociales de memoria, verdad, justicia y reparación, así como para las políticas públicas, la RLAJT recomienda:

26. la identificación y inclusión en los inventarios nacionales y regionales de los principales fondos documentales privados y de organizaciones de la sociedad civil que contengan información sobre derechos humanos;

27. la sanción de una normativa que consagre el valor público de estos archivos; el reconocimiento de la potestad de gestión del organismo o persona responsable por ellos; y la obligación del Estado de brindar ayuda económica y técnica para su preservación y gestión;

28. la creación de un programa de ayuda económica y asistencia técnica que incluya los medios necesarios para la debida conservación y gestión de tales archivos;

29. en casos de desaparición de la persona titular o encargada del archivo, el Estado debe apoyar y patrocinar la transferencia de los archivos de derechos humanos a la institución pública especializada en temas de memoria y archivos o la entidad que haga sus veces;

Teniendo en cuenta los avances y la diversidad de las medidas de justicia transicional aplicadas en los países latinoamericanos, la RLAJT recomienda:

30. la sanción de la normativa adecuada para la preservación, gestión, custodia y acceso a los documentos producidos en las causas judiciales, las comisiones de la verdad, los expedientes de reparación, los registros audiovisuales de acciones sociales y en toda otra actividad realizada en el marco del cumplimiento de las obligaciones estatales con respecto a las graves violaciones a los derechos humanos y/o el ejercicio del derecho a la memoria, la verdad y la justicia por parte de la sociedad civil.



Centro de Análisis Forense y Ciencias Aplicadas (CAFCA) - Guatemala

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) - Argentina

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CTJ) - Brasil

Comissão de Anistia - Brasil

Comisión mexicana de defensa y promoción de los derechos humanos - México

Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario - Colombia

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição
(IDEJUST) - Brasil

Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del
Perú - Perú

Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana José Simeón Cañas
(IDHUCA) - El Salvador

Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos do Centro de Estudos Superiores de Santa
Catarina - Brasil

Memoria Abierta - Argentina

Núcleo de Preservação da Memória Política - Brasil

Observatorio de Justiça Transicional de la Universidad Diego Portales - Chile

Observatorio Latinoamericano para la investigación en Política Criminal y en las
Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la Republica - Uruguay

Observatorio Luz Ibarburu - Uruguay

Secretaria-Executiva da RLAJT (UnB/UFRJ) - Brasil

Universidad de Lanus - Argentina



